

# **O ESTATUTO DISCIPLINAR DA LITERATURA ANGOLANA**

**CONTRIBUTO PARA UMA EPISTEMOLOGIA DOS  
ESTUDOS LITERÁRIOS AFRICANOS**

**LUIS DOMINGOS FRANCISCO E KANDJIMBO  
DE KANDINGI**

**Tese de Doutoramento em Estudos de Literatura**

**Outubro, 2015**

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à  
obtenção do grau de Doutor em Estudos de Literatura realizada sob a  
orientação científica da Prof<sup>a</sup>. Doutora Silvina Rodrigues Lopes.

*À memória de meus pais*

### ***Agradecimentos***

*Agradeço à Prof<sup>a</sup>. Doutora Silvina Rodrigues Lopes pela disponibilidade manifestada desde o primeiro momento.*

*Da Adelina e do Samori recebi a atenção afectuosa, o necessário e indefetível apoio silencioso em todas as horas.*

*Aos bons amigos que no caminho encontrei e comigo aceitaram travar intermináveis conversas.*

**O ESTATUTO DISCIPLINAR DA LITERATURA ANGOLANA**  
**CONTRIBUTO PARA UMA EPISTEMOLOGIA DOS ESTUDOS**  
**LITERÁRIOS AFRICANOS**

**Tese de Doutoramento em Estudos de Literatura**

**Luís Domingos Francisco e Kandjimbo de Kandingi**

**RESUMO**

A presente investigação procura inscrever-se no domínio da epistemologia dos estudos literários, fazendo apelo a uma abordagem interdisciplinar que aponta para a necessidade de um comparatismo literário africano e, ao mesmo tempo, mundial. O conceito-chave com que operamos neste trabalho é o de disciplinarização, tendo em conta o seu potencial explicativo para entender o processo que nos irá conduzir à integração dos Estudos Literários Africanos no sistema disciplinar actual. Por disciplinarização entendemos o processo de definição que consiste na demarcação de uma determinada disciplina, por força de dinâmicas endógenas e exógenas, durante o qual se transita de uma fase pré-disciplinar para outra disciplinar, admitindo-se a existência de uma compatibilidade entre os fundamentos epistemológicos e metodológicos da produção e transmissão de conhecimentos e, por outro lado, a consagração da institucionalidade da disciplina como objecto de estudo. A profissionalização disciplinar será uma consequência desse processo e da formação de comunidades de agentes epistémicos que, conhecendo profundamente a história e os universos de referência da disciplina, sejam capazes de aplicar as metodologias mais adequadas no domínio da investigação e do ensino. Para compreender os fundamentos epistemológicos dos Estudos Literários Africanos, importa refletir sobre o momento a partir do qual se constituem como campo disciplinar na história da produção do conhecimento sobre o continente africano. Por outro lado, com o presente trabalho pretende-se avaliar o estatuto disciplinar da Literatura Angolana, num exercício que procura justificar as determinações da epistemologia disciplinar, operacionalizando os sentidos em que se pode analisar o conceito de disciplina. Deste modo, a atribuição do referido estatuto pressupõe o domínio de um instrumental teórico que implica a descrição dos tipos de conhecimento veiculados através dos processos de transmissão que caracterizam as disciplinas escolares e as disciplinas académicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conceito de disciplina, interdisciplinaridade, epistemologia disciplinar, estudos africanos, estudos literários africanos, Literatura Angolana.

## **ABSTRACT**

This research seeks to enroll in the field of epistemology of literary studies, appealing to an interdisciplinary approach that points to the need for an African literary comparatism and at the same time, worldwide. The key concept with which we operate in this work is to disciplinarization, taking into account its potential impact to understand the process that will lead us to the integration of African Literary Studies in the current disciplinary system. By disciplinarization we understand the process of defining what is the demarcation of a particular discipline by virtue of endogenous and exogenous dynamics, during which get through a pre-disciplinary phase to the disciplinary phase, confirming that there is a compatibility, on one hand, between epistemological and methodological foundations of production and transmission of knowledge and, on the other hand, the consecration of institutionality of a discipline as an object of study. The disciplinary professionalization will be a consequence of this process and the formation of epistemic agents communities, deeply knowing the history and reference universes of a discipline, be able to apply the most appropriate methodologies for research and teaching. To understand the epistemological foundations of African Literary Studies, it is important to inquire about the moment from which are constituted as a disciplinary field in the history of knowledge production on the African continent. On the other hand, the present work aims to assess the disciplinary status of the Angolan literature, in an exercise that seeks to justify the determinations of the Disciplinary Epistemology, operationalizing the ways in which one can analyze the concept of discipline. Thus, the award of that status requires the mastery of a theoretical tool which implies the description of the properties of the types of knowledge conveyed through the transmission processes that characterize the school subjects and academic disciplines.

**KEYWORDS:** Concept of discipline, interdisciplinarity, disciplinary epistemology, African studies, African literary studies, Angolan Literature.

## ÍNDICE

<b>Introdução.....</b>	<b>1-6</b>
------------------------	------------

### **I PARTE: PARA UMA EPISTEMOLOGIA DISCIPLINAR DOS ESTUDOS LITERÁRIOS**

#### **Capítulo I: A epistemologia disciplinar e seus universos**

I. 1. Epistemologia disciplinar, construtivismo e relativismo epistémico....	11-26
I.2. O conceito de disciplina.....	27-37
I. 3. Disciplinas escolares e disciplinas académicas.....	38-42
I. 4. Fragmentação disciplinar e unidade da ciência.....	43-49
I.5. Especialidades, disciplinas e interdisciplinas.....	50-56

#### **Capítulo II: A singularidade disciplinar dos estudos literários**

II.1. Apogeu e declínio da filologia clássica.....	59-62
II.2. A disciplinaridade da literatura .....	63-67
II.3. Estudos literários, ciências do espírito e hermenêutica literária.....	68-75
II.4. Estudos literários e interdisciplinaridade.....	76-81
II.5. Ensino da literatura e responsabilidade ética.....	82-96
II.6. A problemática do cânone literário e as reflexões africanas.....	97-107

### **II PARTE: A CONDIÇÃO INSTITUCIONAL DOS ESTUDOS LITERÁRIOS AFRICANOS**

#### **Capítulo III: Legitimação e ensino das Literaturas Africanas**

III.1. Os Estudos Literários africanos na universidade .....	113-137
III.2. A institucionalidade do ensino das Literaturas Africanas .....	138-150
III.3. Denominação e estatuto de uma disciplina.....	151-178
III.4. Estrutura e posições do campo disciplinar.....	179-193
III.5. Literaturas Africanas e comparatismo literário africano.....	194-204

### **III PARTE: LITERATURA ANGOLANA: DISCIPLINARIDADE E LEGITIMAÇÃO**

#### **Capítulo IV: Nativismo, nacionalismo e legitimação**

IV.1. A apologia de uma tradição literária .....	208-227
IV.2. O discurso nativista no princípio do século XX.....	228-236
IV.3. Para uma história disciplinar da literatura.....	237-243
IV.4. Contra-cânones e discursos legitimadores.....	244-270

#### **Capítulo V: O estatuto disciplinar da Literatura Angolana**

V.1: Literatura Angolana: disciplina em sentido epistemológico.....	273-275
V.2: Literatura Angolana: disciplina escolar.....	276-283
V.3: Literatura Angolana: disciplina académica.....	284-288

<b>Conclusão.....</b>	<b>289-292</b>
-----------------------	----------------

<b>Bibliografia e Fontes.....</b>	<b>293-331</b>
-----------------------------------	----------------



## INTRODUÇÃO

Foi há mais de cinquenta anos que se desencadeou o processo de descolonização dos países africanos, sucedendo-lhe a conquista das independências políticas e o lançamento das bases para a construção de Estados modernos. Durante esse período o continente foi assolado por crises de diversa ordem com efeitos devastadores nas estruturas constitutivas dos sistemas de ensino superior e das universidades em particular. Uma das repercussões mais graves de tais crises ocorreu ao nível da produção do conhecimento científico onde a hegemonia dos modelos teóricos e metodológicos ocidentais pareciam perpetuar a dependência da actividade científica e da criação literária. Partindo dessa experiência histórica, dos circunstancialismos e contingências que marcaram o imaginário social dos Africanos de um modo geral, pretendemos desenvolver uma reflexão que problematize questões epistemológicas relevantes no domínio dos Estudos Literários Africanos. Tal tarefa exige a adoção de uma visão global do todo que não deixe de privilegiar um olhar sobre o particular e a diversidade das Literaturas Africanas, estas enquanto objeto do saber humanístico. Ora, a necessidade de reconhecer o papel das Humanidades na transformação do pensamento endógeno presentemente colhe o consenso das várias comunidades científicas e disciplinares em África. Nesta medida, o continente africano continua a ser o centro dos debates de que emana a vontade de mudança perante as matrizes normativas dominantes nos discursos sobre as suas realidades. Por outro lado, ao nível planetário vive-se o declínio dos processos de legitimação dos discursos, narrativas e disciplinas que constituem as Ciências Sociais e Humanas. Em 1982, o filósofo congolês V.Y.Mudimbe manifestava tal sintoma no seu livro *L'Odeur du Père. Essai sur des Limites de la Science et de la Vie en Afrique Noire*, inspirado pela lição inaugural proferida pelo filósofo francês Michel Foucault no Collège de France. Levantava interrogações acerca do estatuto dos discursos africanos, da soberania que os governa e sua orientação, questionando-se acerca da necessidade de escapar às malhas do Ocidente. Era preciso conhecer em profundidade o limite até ao qual o Ocidente se aproximara insidiosamente de África, pressupondo a descoberta naquilo que nos permite pensar contra o Ocidente, o que é ainda ocidental (Mudimbe, 1982:44). Após sucessivos apogeus imperiais e declínios das teorias

científicas, ausências e emergências de agentes epistémicos, construía-se no horizonte o imperativo de legitimar o pensamento endógeno africano e explorar as suas condições de possibilidade, visando a consolidação dos campos disciplinares que revelam a fecundidade da modernidade africana, concretizando-se esta através da absorção dos princípios que modelam a ossatura da modernidade ocidental. É, pois, no contexto da modernidade africana que os Estudos Literários Africanos, em especial as Literaturas Africanas, adquirem o seu estatuto disciplinar, sendo, por isso, indispensável o estudo da origem das instituições que as suportam, a reflexão sobre o processo de consolidação do sistema disciplinar moderno e suas influências na constituição das disciplinas e dos ramos específicos do saber.

Com efeito, analisando as consequências da constituição das Literaturas Africanas como disciplina académica e a disputa sobre a produção do discurso legítimo entre investigadores Africanos e não-Africanos, o cerne da questão situa-se no controlo do poder de definição. Como se sabe, a hegemonia das metodologias ocidentais em África cedo começou a ser objecto de dúvida epistemológica, mesmo antes do dealbar das independências políticas africanas, através dos debates sobre a teorização e a crítica das Literaturas Africanas que remontam aos fins dos anos 40, com a teoria da Negritude e a criação da revista *Présence Africaine*, publicada em Paris, sob a direcção do senegalês Alioune Diop.

A presente investigação procura inscrever-se no domínio da epistemologia dos estudos literários, fazendo apelo a uma abordagem interdisciplinar que aponta para a necessidade de um comparatismo literário africano e, ao mesmo tempo, mundial. O conceito-chave com que operamos neste trabalho é o de disciplinarização, tendo em conta seu potencial explicativo relativamente ao processo que nos irá conduzir à integração dos Estudos Literários Africanos no sistema disciplinar actual. Por disciplinarização entendemos o processo de definição que consiste na demarcação de uma determinada disciplina, por força de dinâmicas endógenas e exógenas, durante o qual se transita de uma fase pré-disciplinar para a fase disciplinar, admitindo-se a existência de uma compatibilidade entre os fundamentos epistemológicos e metodológicos da produção e transmissão de conhecimentos e, por outro lado, a institucionalidade de uma disciplina como objecto de estudo. A profissionalização disciplinar será uma consequência desse processo e, especialmente, da formação de comunidades de

agentes epistémicos que, conhecendo profundamente a história e os universos de referência da disciplina, sejam capazes de aplicar as metodologias mais adequadas no domínio da investigação e do ensino. Para compreender os fundamentos epistemológicos dos Estudos Literários Africanos, importa indagar-nos acerca do momento a partir do qual se constituem como campo disciplinar dando lugar ao processo de produção do conhecimento sobre o continente africano.

A realização dos nossos objetivos concretiza-se através desta narrativa estruturada em cinco capítulos que se distribuem em três partes, num encadeamento que permite compreender o tratamento dos problemas suscitados de forma progressiva. Por isso, lançámos a âncora no Capítulo I, onde procuramos incidir a nossa atenção sobre o modo como o conhecimento disciplinar pode ser tratado no domínio da epistemologia disciplinar, enquanto subcampo da epistemologia social. Para o efeito, revelava-se necessário estabelecer um itinerário que permitisse percorrer o universo operatório construído a partir do conceito nuclear de disciplina numa topografia em que a África esteja inscrita como espaço epistémico mais amplo e onde o reconhecimento da diversidade se traduza na possibilidade de discutir as potencialidades do relativismo epistémico para compreender o alcance da classificação das disciplinas dentro do sistema disciplinar actual em que avulta a interdisciplinaridade e outros conceitos correlatos.

No Capítulo II, é traçado o percurso que permite chegar à génese da filologia, disciplina que na história das disciplinas situa-se, no século XIX, a montante do rio em cuja desembocadura encontraremos os estudos literários e as «ciências do espírito», como lhes chamaria Wilhelm Dilthey, fragmentados em pequenas unidades de classificação, das quais se destaca a hermenêutica. Assim, neste capítulo são abordadas as manifestações da crise da filologia clássica e o nascer de um novo dia no campo das disciplinas que integram o ensino nas universidades do mundo ocidental e de outras partes do planeta sob sua influência. É a diversidade epistemológica do mundo que, estribando-se na potência da hermenêutica, vem consagrar o valor da interdisciplinaridade e a proliferação de teorias e metodologias literárias, multiplicando-se estas com base no princípio da «falsificação das hipóteses», tal como se diz na epistemologia de Karl Popper. Assiste-se à passagem das correntes do mesmo rio, desde o princípio do século XX, com o formalismo, o *New Criticism*, o estruturalismo, o desconstrucionismo, o pós-estruturalismo e os

estudos pós-coloniais. Mas as disciplinas demandavam universos policêntricos. Era o advento de outras soberanias epistemológicas. Tal como dizia William B. Yeats no seu belo poema *The Second Coming*, «tudo se despedaça/ o centro não aguenta». O escritor nigeriano Chinua Achebe (1930-2013), definitivamente, representa uma das mais expressivas dicções que na polifonia das humanidades consagrava essa emergência de outros centros com o seu romance *Things Fall Apart*, publicado na década de 50 da centúria passada. Os estudos literários alcançam a sua dignidade disciplinar nos sistemas educativos em África. Ao longo do capítulo, é-nos dado a perceber que outros imperativos se erguiam, no que diz respeito à investigação, ensino e crítica da literatura. A singularidade do processo de transmissão do conhecimento e avaliação da literatura convoca princípios de ordem ética, pois, no contexto africano, o reducionismo do conceito de literatura centrado no texto escrito em línguas europeias e a neutralidade axiológica da crítica e do ensino da literatura são puras quimeras. Assim se compreende que a formação do cânone literário em África transcenda os princípios da seletividade e da exclusão que comanda o controlo institucional da interpretação. Na última secção deste capítulo, discute-se a canonicidade literária, tendo em conta as experiências históricas africanas que permitem explicar a produção de contra-cânones literários ou cânones literários alternativos visando descanonizar os padrões literários coloniais.

Partindo do conceito de «modernidade africana endógena», o Capítulo III desenvolve uma reflexão acerca do quadro institucional que sustenta a legitimação dos Estudos Africanos no mapa das disciplinas académicas. E, numa breve narrativa histórica, permite verificar a institucionalização das Literaturas Africanas nas universidades, enquanto espaços epistémicos privilegiados, contribuindo deste modo para aquilo a que Michel Foucault designa por «insurreição dos saberes». Num outro momento, é lançada a discussão sobre a institucionalidade das Literaturas Africanas, sendo para o efeito enunciados os problemas que se levantam à luz da Filosofia da Literatura. São trazidos a debate conceitos, convenções e práticas que se organizam em torno da instituição literária. Incluem-se aí os problemas que decorrem da oposição entre o monismo do conceito analítico de literatura e o pluralismo das comunidades interpretativas. O referido debate convoca a produção dos críticos literários e filósofos africanos, na medida em que ela contribui de igual modo para a compreensão dos modos específicos de

existência da obra literária em África. Ora, o processo de autonomização disciplinar das Literaturas Africanas desencadeia outras discussões que se vão concentrando à volta dos Estudos Literários Africanos, tematizando especialmente a sua periodização, denominação e aquisição do estatuto epistemológico.

As duas últimas secções do Capítulo III cuidam da determinação do lugar que as Literaturas Africanas ocupam no campo disciplinar mundial das literaturas. Mas a reflexão inaugural incide sobre a estrutura interna do campo disciplinar das Literaturas Africanas, analisando o desacordo epistemológico e as dinâmicas das posições dos agentes epistémicos que aí intervêm. A ausência das Literaturas Africanas no espectro semântico da «literatura-mundo» e na «república mundial das letras» suscita o questionamento dos paradigmas dominantes veiculados através dos debates europeus e anglo-americanos em que tomam parte autores como Cláudio Guillén, Gayatri Spivak, Pascale Casanova e outros. Por essa razão, faz-se apelo a um comparatismo literário renovado que inscreva no mapa as Literaturas Africanas e suas singularidades, recorrendo a uma interdisciplinaridade específica.

A terceira parte encerra o nosso trabalho e é integrada pelos dois últimos capítulos, consagrando-se à tematização da disciplinaridade de uma das literaturas nacionais africanas de língua portuguesa e sua legitimação.

No Capítulo IV, procede-se à síntese das problemáticas tratadas nos capítulos precedentes, destacando os pontos de convergência que permitem compreender o processo de disciplinarização da Literatura Angolana, numa abordagem concentrada nas agências e temporalidades históricas. Donde, os discursos legitimadores remontando ao século XIX, inspirados pela força de uma tradição imemorial enraizada na pervivência das literaturas orais existentes no espaço geográfico e cultural de Angola, vêm instaurar as bases para a construção do sistema literário angolano.

No Capítulo V, privilegiaremos a avaliação do estatuto disciplinar da Literatura Angolana, à luz dos pressupostos da epistemologia social, num exercício que procura justificar as determinações da epistemologia disciplinar, operacionalizando os três sentidos em que se pode analisar o conceito de disciplina. Assim, a atribuição do referido estatuto a uma determinada literatura nacional pressupõe o domínio de um instrumental teórico que implicará identificação das

propriedades do conhecimento proposicional e não proposicional veiculado através do processo de ensino e aprendizagem da Literatura Angola enquanto disciplina escolar e académica.

**I PARTE**  
**PARA UMA EPISTEMOLOGIA**  
**DISCIPLINAR DOS ESTUDOS**  
**LITERÁRIOS**





**CAPÍTULO I**  
**A EPISTEMOLOGIA DISCIPLINAR**  
**E SEUS UNIVERSOS**



## **I.1. Epistemologia disciplinar, construtivismo e relativismo epistémico**

Epistemologia disciplinar.- Conhecimento disciplinar.- Correntes da epistemologia contemporânea.- Construtivismo do conhecimento das disciplinas.- Epistemologia individual e epistemologia social.- Parâmetros da epistemologia social.- Relativismo epistémico e suas manifestações.- O problema da avaliação nos estudos literários.-

A história da epistemologia regista desenvolvimentos que permitem isolar um domínio da filosofia a que podemos designar por epistemologia disciplinar organizado em torno de problemas respeitantes aos agentes, interesses, instituições que intervêm nos processos de transmissão do conhecimento. É aí que adquirem legitimidade as interrogações acerca do conhecimento classificado de acordo com a matriz disciplinar. Deste modo, afigura-se necessário saber quais são as determinações do conhecimento disciplinar. Nos debates epistemológicos predomina o postulado segundo o qual o conhecimento decorre de uma relação que se estabelece entre o sujeito conhecedor e a realidade. A qualificação do conhecimento de que nos ocupamos – conhecimento disciplinar – restringe a zona de referentes determinando tal contingência a sua natureza, as suas fontes e os seus limites. Ora, no caso vertente estamos perante um conhecimento produzido de acordo com a teleologia da transmissão, ou seja, a mediação dialética entre mestre e discípulo. Trata-se de um tipo de conhecimento, simultaneamente proposicional e não-proposicional, que possui propriedades suscetíveis de assegurar a sua reprodução em processos de transmissão e nas relações interpessoais. Mas tal ocorre sempre em situações perfeitamente estabelecidas do ponto de vista institucional, sendo exigíveis cinco requisitos: a) *condições subjetivas* – existência de duas categorias de agentes epistémicos, o mestre e o discípulo, no quadro da mediação dialética do processo de ensino e aprendizagem; b) *condições éticas* – princípios e valores morais que constituem os fundamentos da formação do discípulo enquanto indivíduo integrado numa determinada comunidade humana; c) *condições epistémicas* – elementos que determinam a formação do conhecimento disciplinar enquanto objeto de ensino e aprendizagem, tendo em conta a natureza das suas fontes; d) *condições jurídicas* – normas de origem consuetudinária e estadual que constituem o quadro legitimador das disciplinas por força das funções

desempenhadas pelas comunidades tradicionais e pelo Estado moderno; e) *condições institucionais* – expressão da natureza social do conhecimento disciplinar que se analisa em convenções, estruturas de socialização, mecanismos de produção e distribuição.

As condições que enunciámos podem ser analisadas à luz de um modo de produção do conhecimento que, apesar da sua vocação monodisciplinar, garante uma possível transição para contextos em que se admitem práticas diferentes como a interdisciplinaridade. Essa transição configura a possibilidade da transformação dos modos de produção do conhecimento devido à complexidade dos processos de distribuição social<sup>1</sup>.

O propósito de desvendar o dilema que consiste em saber se o conhecimento existe independentemente dos agentes epistémicos ou se é um fenómeno socialmente construído constitui presentemente o centro das reflexões filosóficas que opõem objetivistas ou realistas a relativistas. Importa, pois, alargar os horizontes a esse respeito e identificar as soluções que se produzem para a compreensão da legitimidade das disciplinas. A problemática do construtivismo<sup>2</sup> disciplinar tem merecido a atenção de especialistas de diversas áreas das ciências sociais e das Humanidades, tais como a filosofia, a sociologia da ciência, a sociologia do conhecimento, a sociologia da educação, os estudos literários e os estudos curriculares. No entanto, é no âmbito da epistemologia que, a partir das últimas décadas do século XX, se levanta com grande acuidade a questão da justificação do conhecimento disciplinar. A epistemologia contemporânea comporta diversas teorias para justificar as proposições respeitantes às disciplinas

---

<sup>1</sup> Cf. Michael Gibbons et alli, *The New Production of Knowledge. The dynamics of science and research in contemporary societies*, London, SAGE Publications, 1994. Voltaremos a esta problemática na secção I.1.5. do I capítulo desta tese.

<sup>2</sup> Discute-se ainda hoje o alcance do «construtivismo» como metáfora do processo de produção do conhecimento. Para Ian Hecking o seu uso levanta um problema de ordem terminológica, na medida em que é no domínio das matemáticas em que ele se aplica perfeitamente. Em disciplinas como a sociologia, a história e a filosofia deve falar-se de «construcionismo», pois os seus projetos procuram «mostrar ou analisar as interacções sociais ou reais cadeias de causalidade, historicamente situadas, tendo conduzido a, ou tendo estado implicadas na «mise en évidence» ou estabelecimento de alguma entidade ou facto presente» (2008:74). Cf. Ian Hecking, *Entre Science et Réalité. La Construction Sociale de Quoi?*, Paris, La Découverte, 2008. Hecking procede aí a uma análise crítica da retórica da «construção social». Conclui que o uso corrente da noção era um modismo dos anos 80 e 90, tendo o livro de Peter Berger e Thomas Luckmann sido o primeiro a usá-la no título *The Social Construction of Reality: A Treatise in Sociology of Knowledge* (1966). Seguiu-se o livro de Jack Douglas, *Deviance and Respectability: Social Construction of Moral Meanings* (1970).

académicas e disciplinas escolares. Desde o positivismo lógico até ao construtivismo, passando pelo fundacionalismo, anti-fundacionalismo e coerentismo, as questões teóricas da justificação, bem como as suas alternativas, multiplicam-se. Se o positivismo lógico advoga a unidade do conhecimento científico e das disciplinas com fundamento em princípios da racionalidade científica, o fundacionalismo sustenta que o conhecimento disciplinar emana de fundamentos apriorísticos da racionalidade científica, ancorando-se na crença de que existem princípios universais. Por sua vez o anti-fundacionalismo assume formas que são geralmente atribuídas ao relativismo epistémico, também designado relativismo da verdade científica, relativismo científico ou cognitivo. Já o coerentismo atribui estatuto epistémico às disciplinas académicas por força da justificação epistémica que sustenta a relação estabelecida com outras dentro do sistema disciplinar. Para o construtivismo ou construcionismo, as disciplinas académicas constituem discursos que servem interesses, sendo estes presumivelmente incomensuráveis. Nesta medida, recorta-se a epistemologia social entre os ramos da filosofia, dando lugar ao desencadeamento de debates acerca da dimensão social do conhecimento e das relações epistémicas intersubjetivas. No mundo ocidental, o reconhecimento das virtudes da epistemologia social remonta aos primórdios da filosofia grega. Todavia, os méritos da hipótese que suporta a sua autonomia têm sido atribuídos a filósofos americanos que, nas décadas de 70 e 80 do século XX, defenderam a segmentação da epistemologia em dois ramos: a epistemologia individual e a epistemologia social<sup>3</sup>. Esta dicotomia é tributária das controvérsias existentes entre a tradição filosófica analítica anglo-americana e a tradição filosófica franco-alemã marcada pela influência do positivismo comtiano e das correntes neo-kantianas. A epistemologia individual revela uma profunda

---

<sup>3</sup> Entre os filósofos que lançaram as bases da epistemologia social destacam-se os investigadores e académicos da Europa continental que emigraram para a Inglaterra e Estados Unidos da América. Michael Polanyi integra a vaga de emigrantes da primeira geração de cientistas que atribuem importância à dimensão social da ciência e fundam a epistemologia social. No seu livro *Personal Knowledge* estabelecem-se vínculos muito estreitos entre o realismo epistémico, o relativismo epistémico e o «construtivismo». Se o primeiro consiste em reconhecer a independência da realidade na sua relação com o sujeito cognoscente, já o segundo postula a ideia segundo a qual os factos sobre a crença que é justificada através de quaisquer meios de prova varia de comunidade para comunidade. O terceiro tem a ver com a concepção do conhecimento como fenómeno que emana da construção social. No entender de Polanyi, a tradição e a arte do conhecimento mantêm uma relação incindível. Se a tradição supõe autoridade, a transmissão e a aquisição do conhecimento obedecem à lógica da tradição e, por conseguinte, à autoridade de um mestre. Ou seja, a transmissão do conhecimento ocorre pelo exemplo e não por prescrição. Por essa razão, as sociedades que «pretendam preservar um fundo do conhecimento pessoal devem submeter-se à tradição» (1958:53).

influência do paradigma cartesiano<sup>4</sup>. A epistemologia social pode ser definida como emanção da primeira cujo objeto de estudo compreende as propriedades epistêmicas dos indivíduos, dos grupos ou sistemas sociais. Com a epistemologia social pugna-se pelo estudo conceitual e normativo das dimensões sociais do conhecimento e das práticas que lhes estão associadas<sup>5</sup>. É por isso necessário proceder à clarificação preliminar daquilo que pode ser entendido como questão fundamental da epistemologia social. Steve Fuller formula-a nos seguintes termos:

How should the pursuit of knowledge be organized, given that under normal circumstances knowledge is pursued by many human beings, each working on a more or less well-defined body of knowledge and each equipped with roughly the same imperfect cognitive capacities, albeit with varying degrees of access to one another's activities? (2002:3).

Para Steve Fuller a questão que se coloca reside no reconhecimento da natureza do conhecimento, pois depende das condições em que cada indivíduo trabalha e das suas sempre imperfeitas capacidades cognitivas. Por essa razão, o fim último da epistemologia social consiste em mapear a estrutura da autoridade cognitiva em todas as disciplinas como meio de orientar a investigação (*Id.*:5). Já Frederick Schmitt considera que a questão central da epistemologia social reside no facto de saber se, e até que ponto, as condições do conhecimento incluem as condições sociais. A questão pode ter outra formulação: «o conhecimento é uma propriedade de conhecedores desligados do seu ambiente social ou envolve uma relação entre conhecedores e suas circunstâncias sociais?». Para Frederick Schmitt as respostas «dependem do tipo de conhecedores, do tipo de conhecimento e do tipo de relações sociais a que se refere». No entanto, a epistemologia social pode ser subdividida em três domínios: o papel das condições sociais do conhecimento; a organização social do trabalho cognitivo; a natureza do conhecimento coletivo (*op.cit.*:548). Por sua vez, Alvin I. Goldman defende que a epistemologia social comporta duas dimensões: uma social e outra veritística, orientada para a determinação da verdade. Deste modo admite a possibilidade de uma «epistemologia social veritística» cuja finalidade consiste em avaliar ou apreciar as

---

<sup>4</sup> Cf. Alvin I. Goldman, *Knowledge in a Social World*, Oxford, Oxford Press University, 1999.

<sup>5</sup> Cf. Frederick Schmitt, «Epistemologia Social», in John Greco e Ernest Sosa, *Compêndio de Epistemologia*, São Paulo, Edições Loyola, 2012, pp.547-591.

diversas práticas sociais da dimensão veritística no que diz respeito às consequências do conhecimento (1999:6). A este propósito, Alvin Goldman desenvolve uma argumentação através da qual refuta as objeções<sup>6</sup> contra a proposta de uma epistemologia social centrada na verdade. Tais objeções traduzem a expressão de uma patologia a que Alvin I. Goldman designa por «verifobia», caracterizada pela prática de metodologias que assentam na ideia segundo a qual «the study of social ‘knowledge’ should be confined to the interpersonal and cultural determination of belief: not true or false, just plain belief. When veriphobes talk of ‘knowledge’, they do not refer, as I do, to *true* belief, but to something like institutionalized belief» (*Id.*:7). Para os verífobos o conhecimento deve ser apenas uma crença despojada de qualquer associação à verdade. No inventário de Alvin I. Goldman, existem seis tipos de críticas formuladas pelos verífobos à epistemologia baseada na verdade<sup>7</sup>. Conjuntamente, todas elas são rivais de uma «teoria da

---

<sup>6</sup> Cf. Alvin I. Goldman, *Knowledge in a Social World*. Segundo Alvin Goldman, tais objeções traduzem a expressão de uma patologia a que chama verifobia caracterizada pela prática de metodologias que assentam na ideia segundo a qual «the study of social ‘knowledge’ should be confined to the interpersonal and cultural determination of belief: not true or false, just plain belief. When veriphobes talk of ‘knowledge’, they do not refer, as I do, to *true* belief, but to something like institutionalized belief» (p.7).

<sup>7</sup> Cf. Alvin I. Goldman, *Knowledge in a Social World*. Eis o elenco das seis críticas:

1. *Argumento da construção social*. «Não existe a verdade transcendente. O que designamos por «verdade» é apenas aquilo com o que estamos de acordo. As chamadas verdades ou factos são simplesmente crenças negociadas, produtos da construção e fabricação social, não sendo por isso aspetos ‘objectivos’ ou ‘externos’ do mundo». Segundo Alvin I. Goldman, trata-se de uma crítica da epistemologia veritística na medida em que propõe uma teoria alternativa da verdade, a chamada teoria «performativa».

2. *Linguagem e construção do mundo*. O conhecimento, a realidade e a verdade são produtos da linguagem. Não existe linguagem independentemente da realidade que possa tornar o pensamento verdadeiro ou falso. É uma variante argumentativa do determinismo linguístico.

3. *Crítica da incognoscibilidade*. Se existem verdades transcendentais e objetivas, elas são inacessíveis e incognoscíveis aos seres humanos. Donde, indisponíveis para qualquer prática epistemológica.

4. *Negação de privilégio epistémico*. Não existem posições epistémicas privilegiadas nem fundamentos certos para as crenças. Todas as exigências são julgadas por convenções ou jogos de linguagem destituídos de sólidos fundamentos. Não existem padrões neutros, transculturais para dirimir desacordos.

5. *Argumento da dominação*. Os apelos à verdade são apenas instrumentos de dominação ou repressão, devendo ser substituídos por práticas que possuam valores comprometidos com progresso social.

6. *Argumento do preconceito*. A verdade não pode ser alcançada em virtude de as práticas putativamente orientadas para a verdade serem corrompidas e tendenciosamente influenciadas pela política ou por interesses egoístas (*op.cit.*:10).

verdade». Destacam-se os «pós-modernistas» como um dos esteios da «negação do privilégio epistémico», considerando que «truth and reason are the special obsessions of White Europeans, or perhaps White European males, implying that other cultures do not partake of this value» (*op.cit.*:32). O conjunto das frases que constituem as premissas da argumentação de Alvin I. Goldman revela algumas fragilidades, quando recorre à antropologia epistemológica para provar a irrecusável importância da verdade para a humanidade inteira, ilustrando-a com exemplos sobre os quais não se debruça exaustivamente, recorrendo de modo casual a dois autores africanos e um africanista, designadamente Onyewuenyi (1991), Oruka (1990) e Tempels (1969) (*Ibid.*). A discussão sobre a pertinência do referido argumento rival é relevante, na medida em que será frequentemente trazido à colação nos capítulos seguintes desta tese. Apesar disso, a epistemologia social de Alvin I. Goldman parece ser aquela que oferece as melhores soluções aos problemas suscitados. Os seus argumentos são válidos, pois as premissas conduzem à conclusão sobre o lugar central da verdade na dimensão veritística da epistemologia social:

There is ample evidence, then, that truth is a vital concern of humankind across history and culture, not a idiosyncratic concern of modern White Europeans. Despite the heterogeneity of truth-pursuing practices and the diversity of questions to which true answers are sought, a single concept of truth seems to be crossculturally present. It is eminently reasonable, then, for a discipline to be devoted to the systematic and cultural evaluation of truth-oriented practices (*op.cit.*33).

Uma das soluções propostas por esta argumentação decorre do exame da dimensão veritística da educação. Para Alvin I. Goldman a educação prossegue a sua missão através da organização e transmissão do conhecimento preexistente, criando incentivos e ambiente que encorajem a aprendizagem, o desenvolvimento de competências que facilitem a aprendizagem autónoma, orientando a capacidade de investigação em busca da verdade (*op.cit.*: 349). Com efeito, Alvin I. Goldman admite a existência de diversas verdades, podendo cada uma delas ser verdadeira e intemporal em toda a parte, mas tal não implica que cada uma delas seja ensinada de modo intemporal e em toda a parte. Ser verdadeira é uma condição necessária para o seu ensino mas não uma condição suficiente. Abre-se aqui uma possibilidade



de ensinar diferentes verdades em tempos e lugares, ao contrário do que recomenda o essencialismo<sup>8</sup>. Segundo Alvin I. Goldman, o essencialismo confunde-se muitas vezes com o imperialismo ocidental quando se reivindica a tradição europeia como o repositório exclusivo das obras clássicas. Tal doutrina nada tem que ver com a objetividade da verdade (*Id.*: 354).

Portanto, o imperativo que procede da organização dos modos de produção do conhecimento tendo em conta a multiplicidade de agentes que nela intervêm, bem como a relativa utilidade dos instrumentos teóricos de que se dotam, são catalisadores de uma necessária reflexão epistemológica. Neste sentido, a tematização dos tipos de sistemas e agentes epistémicos individuais apresenta um interesse particular para a abordagem do presente capítulo, na medida em que a construção disciplinar revela-se como uma necessidade essencial derivada das estratégias de reprodução cultural através dos sistemas de ensino. Situam-se aí as disciplinas, produtos situados na zona de mediação entre a produção e transmissão do conhecimento. As disciplinas constituem uma espécie de capital cultural e científico, disponível no mercado dos bens simbólicos por força dos modos de distribuição que asseguram o cumprimento de «uma função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da ‘ordem social’» (Bourdieu, 1999:311). Deste ponto de vista, a neutralidade da transmissão cultural não é defensável, atendendo aos interesses dos grupos que intervêm no campo cultural e no campo científico. A este propósito, escreve Pierre Bourdieu: «O sistema de ensino reproduz tanto melhor a estrutura de distribuição do capital cultural entre as classes (e as frações de classe) quando a cultura que transmite encontra-se mais próxima da cultura dominante e quando o modo de inculcação a que recorre está menos distante do modo de inculcação familiar» (*Id.*:306).

Infere-se daí que os conteúdos de ensino são cultural e socialmente condicionados pelos interesses e necessidades contingentes dos grupos sociais dominantes, podendo eles invocar razões epistémicas, éticas e pragmáticas para justificar a sua ação. Ora, admitir que o construtivismo social impregna as

---

<sup>8</sup> There are many truths. Although each of them is true at all times and places, it does not follow that each should be taught at all times and places. Being true may be a necessary condition for being taught (ignoring the necessity for approximations and simplifications), but it is not a sufficient condition. That leaves open the possibility of teaching different truths at different times and places, contrary to the idea of essentialism (*op.cit.*: 354)

disciplinas escolares e académicas, abre a possibilidade de reconhecer igualmente o relativismo epistémico, doutrina que defende a recusa do absolutismo e da validade universal das teorias subjacentes à produção e transmissão do conhecimento, conferindo assim relevo à incomensurabilidade. A definição do que se entende por relativismo epistémico não tem sido consensual devido ao carácter difuso das suas fronteiras e à diversidade de formas em que se apresenta<sup>9</sup>. Porém, é

---

<sup>9</sup> O debate filosófico sobre o relativismo epistémico, remontando a Sócrates e Protágoras, prossegue e continua a apaixonar filósofos de vários continentes. Nas suas versões contemporâneas europeias e americanas, Ludwig Wittgenstein, Paul Feyerabend, Richard Rorty, Steve Hales e Thomas Kuhn integram o elenco dos seus defensores. Entre os oponentes destacam-se Karl Popper, Thomas Nagel e Paul Boghossian. Cf. Paul Boghossian, *Medo do Conhecimento. Contra o Relativismo e o Construtivismo*. Boghossian analisa as teses e argumentos em presença e esboça um possível argumento para elaborar a sua refutação:

1. Se existem factos epistémicos absolutos sobre o que justifica o quê, então tem de ser possível chegar a crenças justificadas sobre elas.
2. Não é possível chegar a crenças absolutas sobre que factos epistémicos absolutos existem.  
Portanto,
3. Não existem factos epistémicos absolutos. (Não absolutismo epistémico)
4. Se não existem factos epistémicos absolutos, então o relativismo epistémico é verdadeiro.  
Portanto,
5. O relativismo epistémico é verdadeiro (2012:109-110).

Ao longo do livro, Boghossian constrói igualmente hipóteses de argumentação anti-relativista que apontam para a indefensabilidade dos argumentos aduzidos em sua defesa.

Um dos mais estrênuos defensores do relativismo epistémico foi o filósofo austríaco Paul Feyerabend. No primeiro capítulo do seu livro *Adeus à Razão*, Feyerabend dedica-se inteiramente à produção de argumentos em defesa do relativismo a que, no seu entender, estão associadas ideias e práticas que não são «apanágio do Ocidente». Admite que eles ter-se-ão desenvolvido igualmente em África na sequência do encontro com o mundo ocidental (1987:27). Apesar do interesse particular que pode suscitar o tópico em análise, importa passar em revista o elenco das onze teses de Paul Feyerabend porfiadas para esse efeito. Da sua leitura, podem ser detectadas três ideias recorrentes: a ciência como uma tradição entre outras; a adoção do relativismo de Protágoras; o carácter limitado da verdade independente do contexto. Observa que algumas das premissas que conformam os seus argumentos constituem apenas afirmações que, enquanto membro da tribo dos intelectuais ocidentais, são apresentadas ao resto da comunidade para que se duvide da sua objetividade e, em alguns casos, da possibilidade da ideia de verdade objetiva. Feyerabend entende que tais premissas aduzem razões históricas e antropológicas para negar o facto de as novas formas do saber que surgiram na Grécia pudessem dominar (e não simplesmente invadir) as tradições e instalar uma perspectiva autónoma em relação às tradições (*op.cit*:89). Mais adiante, Feyerabend considera que «as opiniões que não estão ligadas às tradições situam-se fora da existência humana» (*Ibid.*).

Para compreender a advocacia do relativismo de Feyerabend e o alcance da sua argumentação torna-se indispensável ter em conta o lugar que ocupa o conceito de tradição. Trata-se de um conceito fundamental que, não sendo necessariamente um critério, é, no entanto, um localizador das mistificações do racionalismo ocidental.

A robustez dos argumentos de Feyerabend parecem residir no facto de reconhecer a existência de outros mundos e outras tradições, para lá do território epistémico do Ocidente, não podendo, por isso, os filósofos e os cientistas ocidentais reivindicar o monopólio ou a universalidade do saber e da ciência assente exclusivamente na sua experiência. Nesse sentido, as epistemologias ocidentais devem suscitar dúvidas sobre a sua eficácia, admitindo sempre a probabilidade de perspectivas concorrentes. É por isso que o Feyerabend sustenta que para qualquer afirmação, teoria ou ponto de

sempre por oposição ao absolutismo epistémico que parece defensável. Nesta medida recomenda-se o exame do seu alcance, especialmente no contexto de um dos mais estimulantes debates desencadeados no domínio da epistemologia disciplinar. Assim, as releituras constituem uma exigência devido às problematizações que se produzem em África, onde o relativismo epistémico apresenta potencialidades metodológicas que seduzem filósofos e outros especialistas das Humanidades e das ciências sociais. Todavia, as críticas que lhe são dirigidas assentam largamente em razões atinentes à incoerência

---

vista concebidos (como verdadeiros) por boas razões, existem argumentos susceptíveis de provar que uma visão alternativa será pelo menos tão boa ou melhor (1987:93). A este propósito defende que as afirmações, teorias, argumentos, boas razões alternativas opõem-se às formulações dos filósofos que tentam provar que a razão conduziria a conclusões únicas e exclusivas. Por conseguinte chama a atenção para as dificuldades que se colocam aos que pretendem refutar esse argumento, afirmando que as objecções normalmente elaboradas contra o cepticismo e o relativismo não são capazes de trazer à colação as necessárias análises empíricas, conceptuais e históricas (*op.cit.*:93).

Uma das mais fortes objecções ao relativismo de Feyerabend é formulada por Karl Popper. Na adenda ao segundo volume de *A Sociedade Aberta e os Seus Inimigos II*, Popper começa por considerar que o relativismo é «a principal enfermidade filosófica do nosso tempo». Incide particularmente sobre o relativismo intelectual e moral. Ao definir o relativismo, Karl Popper, escreve: «Por relativismo – ou, se preferirem, cepticismo, – entendo aqui, em termos sucintos, a teoria segundo a qual a escolha entre teorias concorrentes é arbitrária» (1993:355). A refutação do cepticismo e do relativismo bem como de todas as suas formas não impedem que Popper reconheça neles a existência de um fundo de verdade, mantendo a parcial insustentabilidade da conclusão segundo a qual o relativismo assenta na arbitrariedade da escolha entre teorias concorrentes (1993:360). Admissível é a probabilidade de erro por ausência de certeza e, nesta ordem de ideias, de teorias falíveis.

Se o falibilismo entendido como aceitação de que «a busca da certeza é uma busca errónea» (1993:361), pode dizer-se que a indicação de que «devemos tentar criticar as nossas teorias», oferece um ponto de intersecção dialéctica com os argumentos expendidos por Paul Feyerabend.

O segundo ponto de intersecção do debate entre Feyerabend e Popper é o princípio que aponta a tradição como uma das fontes mais importantes do conhecimento, devendo ser reconhecida enquanto origem de «tudo quanto aprendemos» (1993:364). No entanto, do mesmo modo que Karl Popper considera que «o antitradicionalismo deve ser rejeitado como fútil», acrescenta igualmente que o «tradicionalismo», por reforçar «a autoridade das tradições» (*Id.*), deve ser rejeitado como errado. É que, defende Popper, não é aceitável atribuir à tradição qualquer autoridade absoluta como garantia da verdade.

O terceiro ponto de intersecção dialéctica reside no modo como se interpreta argumentação de Xenófanis, num texto escrito há mais de dois mil e quinhentos (1993:372). E acrescenta que essa «descoberta» de Xenófanis que remete para a renúncia de certezas absolutas e necessidade de abertura à crítica não autoriza qualquer confusão com o passo que pode ser dado em direcção ao relativismo (1993:373).

Para Feyerabend o desacordo de duas partes não pode significar que uma delas esteja errada. Ou está a outra, ou estão ambas. Ao invés, isto sugere que estes adversários provêm de culturas diferentes, podendo ocorrer a seguinte pergunta: «A que cultura vão eles buscar os seus meios de comunicação e como se estabelecerá a compreensão?» (1987:98). A experiência vivida no contexto colonial em que o colonizado depende dos quadros de referência das autoridades coloniais, é a melhor ilustração. No seu entender, o referido comentário de Popper revela um ponto fraco dos contra-relativistas porque supõe que «existe fundamentalmente uma única mediação discursiva» e «por trás de cada rosto humano um pequeno e confuso popperiano» (1987:98).

autorreferencial e à auto-refutação, pois a sua defesa implica o seu contrário (Hales, 2011:201-217). Para os fins que prosseguimos com a presente investigação, inscrita em última análise, nas reflexões sobre uma epistemologia disciplinar dos Estudos Literários Africanos, como veremos nos capítulos seguintes, afigura-se imprescindível trazer à discussão os argumentos aduzidos por escritores, críticos literários e filósofos africanos – destacamos Paulin Hountondji, Kwasi Wiredu e Ngũgĩ wa Thiong’o – no âmbito mais geral do debate acerca da pertinência do relativismo epistémico em África. A crescente produção filosófica africana atual vem demonstrando a vitalidade das comunidades académicas desta área do saber que se encontram hoje espalhada por vários continentes. Para Paulin Hountondji, o relativismo africano é irrefutável (1997:213), no sentido em que a sua evidência pode ser identificada desde logo por força da especificidade dos problemas africanos, requerendo por isso padrões de avaliação adequados. Trinta anos após a publicação do seu *Philosophie Africaine: Critique de l’Ethnophilosophie*, que, além de uma fortuna encomiástica, suscitou intensa polémica, especialmente pelas críticas dirigidas contra a «etnofilosofia»<sup>10</sup>, Paulin Hountondji reformula as suas teses<sup>11</sup>. Da releitura das obras de Placide Tempels (1906 – 1977) e Alexis Kagamé (1912 – 1981), respetivamente, *La Philosophie Bantoue* e *La Philosophie Bantoue-Rwandaise de l’Être*, resultou uma concessão radical perante os argumentos que sustentam o relativismo linguístico de Alexis Kagamé consagrado definitivamente em *La Philosophie Bantu Comparée*, publicado em 1976. Para Kagamé os princípios da razão permitem alcançar as noções abstratas que garantem o exercício do discurso filosófico. Por isso, a análise linguística das categorias bantu no estrito respeito pelo modelo aristotélico permitem compreender racionalmente a diferença existente entre a ontologia bantu e a ontologia europeia. A originalidade do seu pensamento reside precisamente numa generalização fundada no primado das línguas dominantes no espaço da civilização bantu. Paulin Hountondji rende-se aos argumentos e à prova produzida por Alexis Kagamé e restitui valor ao particular, enquanto categoria, e reconhece os méritos da etnofilosofia:

---

<sup>10</sup> O termo etnofilosofia foi usado por Paulin Hountondji para referir a produção reflexiva de carácter etnológico com pretensões filosóficas. Mas o primeiro a empregá-lo foi Kwame Nkrumah na sua dissertação de mestrado escrita em 1945 para cumprir obrigações académicas numa universidade americana: *Mind and thought in primitive society. A study in ethno-philosophy with special reference to the Akan peoples of the Gold Coast, West Africa*. Existem exemplares desta dissertação nos Arquivos Nacionais do Ghana.

<sup>11</sup> Cf. Paulin Hountondji, *Combats pour le Sens*, Cotonou, Les Éditions du Flamboyant, 1997.

L'ethnophilosophie a ses raisons, qui sont parfois de bonnes raisons. Il fallait apprendre à les entendre, faire droit à leur pertinence et à leur légitimité propres. Il fallait prendre au sérieux la culture collective, la fierté légitime d'appartenir à une communauté humaine dont on partage forcément du départ, même sans s'en rendre compte, les valeurs et les traditions; d'admettre que l'individualité se constitue à partir de cette personnalité de base, même lorsqu'elle en vient à la mettre en cause (*Id.*:210)<sup>12</sup>.

Estas concessões de Paulin Hountondji manifestam-se sobretudo através de iniciativas editoriais por si organizadas de que resultaram publicações importantes: *Les Savoirs Endogènes. Pistes pour une Recherche* (1994); *La Rationalité, Une ou Plurielle* (2007); *L'Ancien et Le Nouveau. La Production du Savoir dans L'Afrique d'Aujourd'hui* (2009). A orientação filosófica destes colóquios obedeceu à necessidade de conter a «lógica da extraversão», estimulando as comunidades académicas africanas a investigar e a aprofundar o conhecimento sobre os saberes endógenos ou saberes tradicionais africanos.

As posições de Kwasi Wiredu – um filósofo ghanense que segue a melhor tradição da filosofia analítica – são a este respeito mais robustas e a sua defesa remonta ao período crítico em que nos países africanos de língua francesa eram refutadas as teses da etnofilosofia. Embora manifeste particular interesse pelos problemas filosóficos decorrentes do relativismo em geral, Wiredu admite, no entanto, a existência de algumas fragilidades nos argumentos arrolados: «The most obvious argument against it is based on the empirically verifiable biological unity of the human species. A subsidiary premise is to be found in the actual fact of cross-cultural communication among the peoples of the world, in spite of the well-known difficulties of inter-cultural translation» (Wiredu, 2004:12).

Para Kwasi Wiredu a comunicação intercultural concentra as incidências das razões que tornam o relativismo suscetível de refutação por qualquer filósofo africano contemporâneo, professor ou investigador de Filosofia Africana. Todavia,

---

<sup>12</sup> A etnofilosofia tem as suas razões, que são, por vezes, boas razões. Era necessário aprender a ouvi-la, conceder-lhe o direito a ser relevante e a ter a sua própria legitimidade. Era necessário levar a sério a cultura coletiva ou o orgulho legítimo de pertencer a uma comunidade humana de que partilhámos obrigatoriamente a origem, mesmo sem perceber os valores e as tradições; a admitir que a individualidade constitui-se a partir desta personalidade de base, mesmo quando ela trata vem pô-la em causa (*Id.* 210).

a forma de relativismo que mais interessa neste contexto é o relativismo epistémico. Os argumentos através dos quais se faz a sua apologia podem organizar-se à volta de premissas que negam a existência de factos epistémicos absolutos, isto é, o absolutismo epistémico, mas que o reconhecem como verdadeiro. Esta argumentação é tecida por Kwasi Wiredu em três capítulos do seu livro *Cultural Universals and Particulars. An African Perspective*, quando defende a descolonização conceitual na construção do discurso filosófico africano e a formulação do pensamento moderno em línguas africanas. A resposta que dá à pergunta sobre o que entende por descolonização conceitual, não deixa dúvidas relativamente à sua filiação no grupo daqueles que atribuem méritos ao relativismo epistémico.

By conceptual decolonization I mean two complementary things. On the negative side, I mean avoiding or reversing through a critical conceptual self-awareness the unexamined assimilation in our thought (that is, in the thought of contemporary African philosophers) of the conceptual frameworks embedded in the foreign philosophical traditions that have had an impact on African life and thought. And, on the positive side, I mean exploiting as much as is judicious the resources of our own indigenous conceptual schemes in our philosophical meditations on even the most technical problems of contemporary philosophy (1996:136)<sup>13</sup>.

Kwasi Wiredu procede aí a descrição de atos que constituem exigências da mesma realidade: submeter a uma rigorosa crítica os esquemas conceituais provenientes das «tradições filosóficas estrangeiras» e explorar os esquemas conceituais endógenos das línguas africanas. Se para Kwasi Wiredu a formulação do pensamento moderno em línguas africanas pode consistir em traduções partindo de outras línguas, o quadro conceitual há-de ser a variável que perpassa as premissas e conduz à conclusão em tudo semelhante aos argumentos produzidos em defesa do relativismo epistémico. Assim, a descolonização dos conceitos das línguas

---

<sup>13</sup> Por descolonização conceitual quero dizer duas coisas complementares. Do lado negativo, quero dizer, evitar ou reverter através de uma auto-consciência crítica conceitual a assimilação não examinada em nosso pensamento (ou seja, no pensamento de filósofos contemporâneos africanos) dos marcos conceituais enraizados nas tradições filosóficas estrangeiras que tiveram um impacto sobre a vida e o pensamento africanos. E, do lado positivo, eu quero dizer explorar, tanto quanto for criterioso, os recursos dos nossos próprios esquemas conceituais endógenos em nossas meditações filosóficas até mesmo sobre os problemas mais técnicos da filosofia contemporânea.

européias usados nos discursos africanos supõe uma alternativa, o uso das línguas africanas quer na filosofia quer na literatura. O escritor queniano Ngũgĩ wa Thiong'o é outro dos mais firmes defensores da descolonização conceitual na sua dimensão positiva, relativamente à literatura. Reconhecendo o papel desempenhado por escritores que recorrem às línguas africanas, Ngũgĩ interroga-se:

The question is this: we as African writers have always complained about the neo-colonial economic and political relationship to Euro-America. Right. But by our continuing to write in foreign languages, paying homage to them, are we not on the cultural level continuing that neo-colonial slavish and cringing spirit? What is the difference between a politician who says Africa cannot do without imperialism and the writer who says Africa cannot do without European languages? (1986:26)<sup>14</sup>.

Estas são indagações legítimas que correspondem a um tipo de reações inscritas na situação complexa a que Jacques Derrida denomina por «monolinguismo do outro», expressão de uma soberania, imposta através de um poder de império exterior, de «essência sempre colonial e que tende, reprimivelmente e irreprimivelmente, a reduzir as línguas ao Uno, isto é, à hegemonia do homogéneo» (2001:56). Para Ngũgĩ a situação exige respostas ao desafio, devendo o uso das línguas africanas na criação literária significar a assunção de um compromisso para retomar as tradições dos povos africanos. Funda-se aqui a iniciativa de escrever em Gikuyu, sua língua materna, a partir de 1977<sup>15</sup>. Para efeitos de tradução as línguas europeias eram as línguas-alvo<sup>16</sup>.

Um dos mais relevantes contributos para o debate acerca das virtualidades do relativismo epistémico nos Estados Unidos da América, especialmente na área

---

<sup>14</sup> A questão é esta: nós, como escritores africanos sempre reclamamos acerca da relação económica e política neo-colonial com a Europa-América. Certo. Mas pela nossa contínua vontade de escrever em línguas estrangeiras, prestar-lhes homenagem, não estaremos ao nível cultural a perpetuar o espírito servil e a escravatura neo-colonial? Qual é a diferença entre um político que diz que a África não pode ficar sem o imperialismo e o escritor que diz que a África não pode prescindir de línguas europeias? (1986: 26).

<sup>15</sup> Ngũgĩ publicou *Ngaahika Ndeenda*, peça de teatro, (I Will Marry Ehen I Want); *Caitani Mũtharabainĩ*, romance, (Devil on The Cross), *Maitũ Njugũra*, drama musical, (Mother Sing for Me), *Njamba Nene na Mbaathi i Mathagu*, *Bathitoora ya Njamba Nene*, *Njamba Nene na Cibũ Kĩng'ang'i* (literatura infantil).

<sup>16</sup> É o problema da tradução que em *Knowledge, Belief, and Witchcraft*, inspira Barry Hallen e J.Olubi Sodipo a aplicar a tese da indeterminação da tradução radical de Willard Van O.Quine no estudo dedicado ao estatuto epistémico dos terapeutas tradicionais.

dos estudos literários foi produzido por Barbara Herrnstein Smith em *Contingencies of Value. Alternatives Perspectives for Critical Theory* (1988)<sup>17</sup>. Os problemas epistemológicos aí examinados constituem uma consequência das questões levantadas pela reflexão sobre a ausência da «avaliação literária» nos meios académicos, bem como a sua contingência. Para Barbara H. Smith, as razões de tal marginalização parecem ser bem mais complexas. Contudo, confirmam um facto. Desde a sua institucionalização como disciplina académica, os estudos literários, nos Estados Unidos da América, seguiram dois modelos de disciplinarização<sup>18</sup>, nomeadamente a filologia positivista e a pedagogia humanista. Os referidos modelos mantinham uma relação conflituosa. O que deu lugar a recorrentes debates teóricos acerca dos métodos e objetivos dos estudos literários do ponto de vista académico. Por outro lado, Barbara H. Smith considera que a problematização da «avaliação literária» era reduzida aos debates sobre o estatuto cognitivo da «crítica valorativa» e ao seu lugar nos estudos literários (1988:17-18). A ilustração desse «exílio da avaliação» é suportada por um episódio<sup>19</sup> ocorrido nos anos 70 de que são protagonistas dois críticos e teóricos africanos de origem nigeriana. Segundo Barbara H. Smith em causa estava um estudo efetuado por Onwuchekwa Jemie sobre a obra do poeta afro-americano Langston Hughes, em que, do ponto de vista formal e temático, eram estabelecidas comparações com poetas como Thomas S. Eliot e Ezra Pound. Uma das resenhas ao livro publicadas no *Times Literary Supplement* atacava o autor e considerava tais «comparações dolorosamente irrelevantes» (*op.cit.*: 26-27). Da réplica de Chinweizu emerge a ideia de que a comparação das obras provava a existência de uma relação entre iguais, não podendo ser admitida qualquer possibilidade de hierarquia.

Barbara H. Smith entende que o referido episódio, inscrito na «história da avaliação literária» dos Estados Unidos da América, confirma o modo como o conflito ressoa e, ao mesmo tempo, a sua iminente proscrição dos corredores académicos americanos e as resistências em reconhecer o carácter contingente do valor atribuído às obras literárias. Por isso, o que pretende é propor um «quadro teórico» para a elaboração de um projeto alternativo. Socorrendo-se de um

---

<sup>17</sup> Barbara Herrnstein Smith retoma o debate em *Scandalous Knowledge. Science, Truth and the Human* (2005).

<sup>18</sup> A problemática dos modelos de disciplinarização é tratada no capítulo II, secção II.2. desta tese.

<sup>19</sup> A anedota tem grande interesse, já que os africanos envolvidos na polémica são autores de uma das mais relevantes reflexões de natureza epistemológica publicada no início da década de 80, *Toward Decolonization of African Literature* (1980).



vocabulário do que designa por «economia do valor estético e literário», Barbara H. Smith formula a seguinte tese: «All value is radically contingent, being neither a fixed attribute, an inherent quality, or objective property of things but, rather, an effect of multiple, continuously changing, and continuously interacting variables or, to put this another way, the product of the dynamics of a system, specifically na economic system» (*op.cit.*:30).

A argumentação do livro organiza-se em torno dos referidos argumentos. Antecipando as prováveis objeções anti-relativistas ou objetivistas, Barbara H. Smith considera que o relativismo enquanto concepção do mundo não pode assumir a forma de dedução lógica, devido à sua natureza contingente, já que encontra-se em permanente mudança, sendo por isso irredutivelmente diverso e com múltiplas possibilidades de configuração (*op.cit.*:183). E o objetivismo não é menos contingente, apesar do recurso a termos que parecem assegurar-lhe a credibilidade. Para Barbara H. Smith a descrição do que os objetivistas referem como auto-refutação corresponde mais propriamente a «auto-exemplificação», na medida em que a objeção é suscitada por uma outra descrição dos conceitos operatórios, tais como «verdade», «afirmação» e «negação» (*Id.*:112-113). A argumentação objetivista revela alguma eficácia ao apontar as fragilidades do relativismo epistémico que se analisam na incoerência autorreferencial e na auto-refutação. As questões suscitadas por Barbara H. Smith introduzem problemas da moral e da ética num debate tipicamente epistemológico. Ou seja, emerge a sugestão segundo a qual o cruzamento da ética, da epistemologia disciplinar e da crítica literária afigura-se inevitável. A ordem de valores para a qual remete a abordagem de Barbara H. Smith vem consubstanciar o princípio da caridade e do respeito em que se funda a ética do discurso. O pensamento de Barbara H. Smith aproxima-a do universo das construções teóricas dos filósofos e críticos literários africanos. Por exemplo, Abiola Irele considera que tais orientações revelam que a função crítica literária em África não se pode afastar da sua dimensão pragmática, pois nesta matéria o seu pensamento encontra eco nas ideias defendidas por Barbara H. Smith acerca da questão da avaliação e dos procedimentos de natureza crítica.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup>Abiola Irele distingue as posições tomadas por Barbara H. Smith no espaço epistémico da academia americana: «I am nonetheless aware that her magisterial intervention does not close the debate, especially on the general front of literary theory, where the endeavour to chart a personally congenial course has to contend with formidable forces. I refer here of course to the prevailing trends in contemporary theories of literature proposed to us by Western scholarship, with their affirmation of the primacy of form in literature and their insistence on the autonomy of the literary work as

Da arquitetura argumentativa que modela as questões examinadas nesta secção, podemos extrair várias conclusões que confirmam a necessidade de uma reflexão epistemológica propedêutica sobre temas tão relevantes para uma melhor compreensão dos problemas que se colocam à investigação e ao ensino das Humanidades numa variável cartografia de experiências em que o continente africano ocupa um lugar incontornável. Na verdade, o relativismo na sua multiplicidade de formas oferece várias possibilidades para a discussão sobre argumentos trazidos à colação no plano da epistemologia disciplinar. Observa-se uma deslocação do campo da epistemologia social, no seu sentido genérico, para a epistemologia do desacordo na esfera da educação. Onde, a utilidade deste debate para a abordagem das problemáticas relevantes que decorrem das controvérsias desencadeadas por pares epistémicos a respeito do conhecimento disciplinar e sua transmissão. Mas a nossa ambição não se esgota aí. Pretendemos deste modo desenhar o quadro preliminar de referência para responder às questões que se colocam acerca do conhecimento disciplinar, sua justificação epistémica e procedimental no domínio dos estudos literários, onde o desacordo e a busca de alternativas não dispensam a autoridade epistémica dos agentes, comunidades e indivíduos, que assumem a responsabilidade de transmitir conteúdos e valores da verdade, enquanto propriedades das disciplinas.

As próximas secções do presente capítulo estão articuladas entre si num exercício que, privilegiando a abordagem dos universos nos quais se inscreve o conceito de disciplina, permite demonstrar a importância da reflexão sobre a dimensão social do conhecimento em contextos institucionais específicos.

---

coherent system of signs requiring no reference to an external reality beyond the text for its proper apprehension». Cf. Abiola Irele, *The African Experience in Literature and Ideology*, Bloomington/Indianapolis, Indiana University Press, 1990, p.xii.

## I.2. O conceito de disciplina

Etimologia e sentidos.- Saber disciplinar e a classificação da ciência.- O princípio da disciplina.-A disciplina, a produção e a transmissão do conhecimento.-Transmissão do conhecimento e currículo.-Disciplinaridade e disciplinarização dos saberes.-Comunidades disciplinares, comunidades científicas.- Produção do conhecimento e fronteiras disciplinares.- Caráter cultural da construção disciplinar.- Hegemonia da racionalidade ocidental e posicionalidade do conhecimento.- Conceito instrumental de disciplina.

Em comunidades de cientistas, filósofos e outros especialistas das Humanidades o conceito de disciplina, entendido nas suas mais diversas aceções, não suscita unanimidade como parece. Ilustra-o a posição de Karl Popper, no prefácio ao seu livro *Realism and the Aim of Science. From the Postscript to the Logic of Scientific Discovery*<sup>21</sup>, quando refuta categoricamente a existência de disciplinas quer como domínios do conhecimento quer como domínios de investigação, preferindo reconhecer a existência de problemas e o impulso para a busca de soluções (2011:45). Inscreve-se na mesma linha Léo Apostel quando afirma que «não existe nem disciplina nem ciência», apenas pessoas e grupos que praticam a mesma ciência e a mesma disciplina (CERI, 1972:152). Para Apostel o foco deve privilegiar a identidade dos agentes epistémicos, sendo necessário identificar «certas similitudes parciais importantes» e sublinhar que as «coletividades científicas» não formam «grupos homogêneos». Apesar das dificuldades que a definição do conceito de disciplina oferece, empreendemos a nossa perquirição partindo do pressuposto segundo o qual a disciplina é uma incontestável realidade epistémica. A determinação do seu sentido pode ocorrer em vários níveis dos quais avultam o etimológico, o lexicográfico, os contextos social, cultural, institucional e epistémico. A sua semântica atual decorre de um longo processo cuja história remonta à estrutura do ensino na Grécia antiga e em Roma, recuperada na Europa durante o período medieval. Etimologicamente, o vocábulo deriva do verbo latino *discere*, resultando da aglutinação de duas palavras do latim «*discere*» e «*plena*». O testemunho acerca do seu uso durante o período medieval na Europa é-nos dado por Isidoro de Sevilla<sup>22</sup> em *Etimologias*. Na sua origem o

---

<sup>21</sup> Utilizámos a tradução espanhola: Karl Popper, *Realismo y el Objetivo de la Ciencia. Post Scriptum a la Lógica de la Investigación Científica*, Vol.I, Madrid, Tecnos, 2011.

<sup>22</sup> Cf. Isidoro de Sevilla, *Etimologias*, [...]«1.Disciplina a discendo nomen accepit: unde et scientia dici potest. Nam scire dictum a discere, quia nemo nostrum scit, nisi qui discit. Aliter dicta disciplina,

termo designava a ciência ou a arte. Enquanto ciência, remete para o vocábulo *scire* (saber) de que deriva *discere* (aprender), já que só sabe (*scit*) aquele que aprende (*discit*) (Sevilha, 2009:266-267). Para Isidoro de Sevilha, a diferença entre disciplina e arte foi estabelecida por Platão e Aristóteles, quando afirma que «ao campo da disciplina pertencerá aquilo que exige raciocínio com argumentos indiscutíveis; falar-se-á, ao invés, de arte quando o que se debate é verosímil e opinável» (*Ibid.*). *Discipulus* é um outro termo que permite identificar as semelhanças de família a respeito do qual Isidoro de Sevilha escreve: «Discipulus a disciplina dictus: disciplina autem a discendo vocata» (*op.cit.*:802-803). Durante o medievo europeu, o lexema adquire pelo menos quatro significados, servindo para designar as sete artes liberais distribuídas pelo *trivium* e *quadrivium* (gramática, retórica, lógica; e aritmética, geometria, música, astronomia); as matérias ministradas na universidade; os domínios da aprendizagem; a ciência.

Devido ao seu caráter polissêmico, o conceito de disciplina, como vimos, só será suficientemente compreendido se for tratado sobretudo como elemento nuclear do processo de transmissão do conhecimento que admite a existência de problemas e a possibilidade de soluções adequadas, reproduzindo-se em modelos de organização do ensino. Donde se revela necessário tematizar a produção e transmissão de saberes no plano epistemológico, tendo em conta os fundamentos da sua legitimação.

As disciplinas são unidades de classificação do saber e do conhecimento articuladas a princípios que obedecem aos condicionalismos institucionais do ensino e às realidades históricas e culturais. No momento do seu surgimento, as disciplinas não constituíam ainda a base em que se funda a comunidade disciplinar

---

quia discitur plena. 2. Ars vero dicta est, quod artis praeceptis regulisque consistat. Alii dictunt a Graecis hoc tractum esse vocabulum ἀπό της ἀρετῆς, id est a virtute, quam scientiam vocaverunt. 3. Inter artem et disciplinam Plato et Aristóteles hanc differentiam esse voluerunt, dicentes artem esse in his quae se et aliter habere possunt; disciplina vero est, quae de His agit quae aliter evenire non possunt. Nam quando veris disputationibus aliquid disseritur, disciplina erit; quando aliquid verisimile atque opinabile tractatur nomen artis haberit». (1. O termo disciplina tomou de empréstimo o nome do verbo *discere* (aprender). Daí que possa ser denominada ciência: *scire* (saber) deriva de *discere* (aprender), já que só sabe (*scit*) aquele que aprende (*discit*). Por outro lado, é denominada disciplina porque se aprende inteira (*discitur plena*). 2. É igualmente denominada arte porque se baseia em normas e regras de arte. Há quem defenda que o vocábulo deriva do grego *areté*, isto é, do que em latim designamos *virtus*, a que denominaram ciência. 3. Platão e Aristóteles estabeleceram a diferença existente entre arte e disciplina ao afirmar que existe arte nas coisas que se apresentam de uma determinada forma, mas que podiam apresentar-se de outra forma; a disciplina, ao invés, refere-se àquelas coisas que não podem ser de outra forma. Ao campo da disciplina pertencerá aquilo que exige raciocinar com argumentos indiscutíveis; falar-se-á, ao invés, de arte quando o que se debate é verosímil e opinável) (2009:266-267).

dominada pelas relações de intersubjetividade e horizontalidade entre pares epistémicos. O que ocorrerá apenas com a consolidação do sistema moderno das disciplinas. A história da organização dos saberes permite determinar o quadro orientador dos sistemas classificatórios do conhecimento que deixam de seguir a lógica da hierarquização a partir da implantação dos paradigmas epistemológicos da modernidade. Se as formas pré-modernas tendem a separar os sistemas do saber sem quaisquer vínculos de interdependência, já no contexto da modernidade ocidental são impulsionados por três fatores: a autonomia e a interação dinâmica das disciplinas; a constituição de comunidades disciplinares; a lógica da secularização. As controvérsias sobre a disciplina enquanto unidade de base da organização do saber conduziriam a uma profunda cisão entre os processos de produção, aquisição e transmissão do conhecimento, traduzindo-se, conseqüentemente, na crítica à unidade do conhecimento que se consubstancia na visão enciclopédica do Iluminismo estribada na vocação holística da filosofia. O enciclopedismo foi ultrapassado, dando lugar à exploração do conhecimento como *mathesis*, no sentido mais primitivo, ou como *disciplina* de acordo com a sua etimologia latina. Importava por isso desvendar os mistérios da relação que vinculam o mestre (*didaskalos*) ao discípulo (*mathetes*), por força da transmissão e aquisição do saber. Ao situá-lo no tempo, verifica-se que o saber disciplinar e os mecanismos da sua classificação como ciência não existiam até ao século XVIII. Eles tornam-se fenómenos epistemológicos autónomos, quando a filosofia deixa de ser a disciplina dominante – «*disciplina disciplinarum*» – e se abandona o método pedagógico de Pitágoras, fundado no predomínio da autoridade do mestre cuja matriz ocidental remonta ao tempo das academias de Sócrates, Platão e Aristóteles. O declínio do método pitagórico verificou-se a partir do momento em que surge a Universidade como instância que detém o monopólio da seleção e homogeneização dos saberes.

De unidade taxonómica comportando objetos, métodos e regras de interação, a disciplina vai transformar-se em princípio regulador, fixando os limites da produção do discurso, metaforizando o corpo humano como objeto de conhecimento, através do jogo de identidades que tem a forma de uma permanente reatualização das regras. Este procedimento permite tratar a disciplina como princípio de controlo da produção do discurso, ao eliminar o sábio amador e a posição que ocupava (Foucault, 2006:197). A ação esmagadora do critério

diferenciador introduzido no universo das disciplinas cujos efeitos assumem uma diversidade de expressões no contexto europeu da época, constitui a causa da decadência da ciência de amador, praticada até ao século XVIII. A partir daí coloca-se a exigência de avaliar a qualificação do sujeito que julga ser detentor de competências e legitimidade para enunciar o discurso em obediência aos modelos existentes. O princípio da disciplina e a disciplinarização dos saberes conduzem à decantação da noção nuclear, pois as diversas metamorfoses semânticas por que passa apresentam-na com um elevado grau de polissemia. O que torna possível abordar a disciplina em três aceções. Na primeira, pode ser entendida como *ramo do saber*, recorrendo à metáfora arborescente do conhecimento; na segunda como *componente curricular*; na terceira como *conjunto coerente de normas* reguladoras de um determinado segmento das relações sociais (Pombo, 2004:97). Assim, ela comporta três sentidos: o epistemológico, o pedagógico e o jurídico-normativo. Eles têm em comum o facto de serem elaborados de acordo com uma concepção de poder associada ao controlo da produção do conhecimento.

Neste sentido, importa fazer apelo à argumentação aduzida por Michel Foucault sobre os procedimentos de controlo e rarefação dos discursos (1997:24-32). Começemos por uma constatação prévia. A inteligibilidade do princípio da disciplina supõe o recurso ao comentário, pois este suporta a forma através da qual se realiza a interpretação enquanto premissa da transmissão do conhecimento. O comentário opera com a estratificação do texto em duas camadas, o texto primeiro e o texto segundo. Para Foucault o comentário controla as eventuais contingências da eficácia do discurso do texto primeiro, assegurando a ocorrência de homeostasias num regime caracterizado por retornos e repetições. Nos procedimentos de rarefação dos discursos trata-se de determinar as condições da imposição de um certo número de regras aos indivíduos que os pronunciam, através de quatro dispositivos, nomeadamente, o ritual, as sociedades de discurso, a doutrina e apropriação social dos discursos.

O ritual consiste em estabelecer injunções que assinalam o momento da certificação das qualificações que os indivíduos devem possuir para efeitos de ocupação do espaço no mercado das posições legítimas. As sociedades do discurso visam a regularidade da produção, conservação e distribuição dos discursos em determinado espaço institucional onde intervêm os sujeitos investidos de legitimidade para o efeito. A partilha e o sentimento de pertença ao referido espaço

tornam-se efetivos por meio da doutrina enquanto condição para avaliar a conformidade com as normas vigentes. Por sua vez, a apropriação social dos discursos revela-se como o mais consistente dos elementos do processo de transmissão do conhecimento. Com este procedimento faz-se referência ao ensino e à aprendizagem como instrumentos de mobilidade e disputas sociais. Para Foucault todo o sistema de educação constitui a expressão política da manutenção ou modificação da apropriação dos discursos, dos saberes e poderes que eles transportam consigo. Enuncia os pressupostos do horizonte teórico em que se escora a existência de uma disciplina. Todavia, o processo de «disciplinarização dos saberes» ou «organização interna de cada saber como uma disciplina» obedece a determinados parâmetros de seleção através dos quais se padroniza os conteúdos dos saberes e sua hierarquização, se demarca a linha que separa o saber do falso saber (Foucault, 2006:195). É o estabelecimento da fronteira entre o saber e o falso saber que explica a existência de regimes de verdade ou política geral da verdade. Para Foucault inscrevendo-se em tal regime, a verdade caracteriza-se através de cinco traços historicamente importantes: a forma de discurso científico e instituições que o produzem; a constante incitação económica e política; o facto de ser objeto de grande difusão e consumo, circulando nos aparelhos educativos e da comunicação social; a produção e transmissão sob um controlo não exclusivo mas dominado pelos grandes aparelhos políticos ou económicos, tais como a universidade (Foucault, 2001:158-159).

Por outro lado, se quisermos operar com uma perspectiva da economia política das disciplinas e dos saberes, admitiremos que os universos do conhecimento científico dão lugar a três camadas autónomas, designadamente, a produção, a distribuição ou a transmissão, o consumo ou aquisição. Semelhante concepção ajusta-se ao tratamento do conhecimento como construção social, porquanto as disciplinas situam-se na intersecção dos campos da produção e da distribuição ou transmissão, radicalmente associados ao ensino. Numa semirreta que pode representar o processo de transmissão encontramos os extremos configurando dois sujeitos: *aquele que transmite* e *a aquele a quem se destina*. No centro situam-se o objeto, os procedimentos pedagógicos e metodológicos, isto é, *o que se transmite* e *como (o modo) se transmite*. Donde, emergem os problemas decorrentes da transmissão dos conhecimentos que permitem desenvolver a reflexão sobre as «categorias do ensino» (Gil, 2000:330), constituindo estas

problemáticas tratadas no âmbito interdisciplinar das ciências da educação. A este respeito, Fernando Gil afirma:

As disciplinas estabelecem a mediação entre a produção e a transmissão do conhecimento. Ordenando os objetos da investigação, os problemas com os seus operadores e as suas soluções, elas constituem os «corpos de conhecimentos», gradualmente acumulados e sistematizados. No que toca à produção, fornecem também um modelo do próprio conhecimento, o qual se opõe principalmente a um outro saber, de estilo categorial. Trata-se de dois enfoques condicionando a definição dos objetos e as modalidades do conhecimento e que por isso relevam de uma proto – ou uma pré-epistemologia (2000:288).

Nesta medida, podem ser identificadas duas problemáticas coexistentes: «a disciplina da subjetividade e da intersubjetividade», por um lado, e os vínculos «entre o espírito científico e a intenção didática», por outro (*Ibid.*). Descortina-se aqui o lugar privilegiado que os agentes educativos e o currículo ocupam nos processos socializadores desenvolvidos pelos estabelecimentos de ensino através dos quais se institucionaliza a relação de intersubjetividade assente num equilíbrio de interesses ideológica e socialmente dominantes a que corresponde a prática educativa enquanto construção cultural. A consagração hodierna dos estudos curriculares constitui uma demonstração da importância do currículo no âmbito da problemática da intersubjetividade e da transmissão do conhecimento. O currículo funciona como concretização de um projeto com vocação fortemente seletiva do ponto de vista cultural, concretizado no quadro institucional da atividade escolar, mas duplamente condicionado no plano político e administrativo. Deste modo, corrobora-se a refutação da neutralidade do processo de produção e transmissão do conhecimento quer em disciplinas escolares quer em disciplinas académicas. Admitindo-se que o conhecimento científico pressupõe a comunicação entre os membros de uma determinada comunidade, as problemáticas constitutivas das disciplinas engendram fatores mobilizadores de comunidades científicas disciplinares. Tal processo de institucionalização da comunicação que ocorre com o surgimento do sistema disciplinar moderno desencadeia-se a partir da necessidade de definir a identidade coletiva dos sujeitos epistémicos que intervêm na produção e transmissão do conhecimento por força da divisão do trabalho académico.



Com efeito, a existência real das disciplinas dá origem à construção de identidades disciplinares e identidades de grupos epistémicos que nas sociedades do nosso tempo exprimem-se através de mecanismos de reconhecimento interno e externo. Tal é a consequência da partilha e do sentimento de pertença às sociedades dos discursos de tal modo que a doutrina é entendida como condição para avaliar a observância das normas vigentes por parte dos seus membros, no que diz respeito à produção e transmissão de conhecimentos cuja validação não pode prescindir a aprovação de uma comunidade científica. Subjaz aí um conceito de comunicação que é suscetível de ser analisado em três níveis: a comunicação horizontal entre pares epistémicos pertencentes às comunidades disciplinares por meio de processos de legitimação; a comunicação vertical intergeracional garantindo «a progressividade e a cumulatividade» através do ensino; a comunicação transversal entre a ciência e a sociedade cuja expressão é a divulgação (Pombo, 2011:137).

A leitura dos autores que abordaram o presente tópico, entre os quais avulta o nome de Thomas Kuhn, permite resumir as características da comunidade disciplinar. Trata-se de um grupo de indivíduos que se distingue pela prática de uma atividade científica especializada; identidade e socialização disciplinar a partir de uma iniciação científica e profissional; reciprocidade de reconhecimento entre os pares epistémicos; consenso ou unanimidade de juízos profissionais entre os seus membros; rede de comunicação e acesso às mesmas publicações especializadas; formação de novas gerações de especialistas.

A noção de comunidade científica é criticada por vários autores entre os quais destacamos Pierre Bourdieu. Para Bourdieu não há consistência na defesa da ideia segundo a qual «os cientistas formam um grupo unificado ou até homogéneo» (Bourdieu, 2001:67). O alcance da sua crítica funda-se no seguinte argumento. Se o mundo científico funciona como universo de disputas e conflitos ferozes pelo «monopólio da manipulação legítima» dos bens científicos, ou seja, mais exatamente, do bom método, bons resultados, boa definição dos fins, objetos e métodos da ciência (*Id.*:68), a noção de campo científico sobrepuja a de comunidade científica. Um dos traços distintivos do campo científico reside na possibilidade de as disciplinas serem consideradas sujeitos do campo científico ao lado de cientistas individuais, definindo-se pelas suas propriedades intrínsecas e pela posição que ocupam no espaço hierarquizado das disciplinas (*op.cit.*: 94).

Ora, as comunidades científicas e disciplinares bem como as próprias disciplinas são sempre filhas de uma tradição e de um lugar. Por essa razão, devemos interrogar-nos acerca desse lugar e dessa tradição para organizar a genealogia das disciplinas de modo a determinar a lógica temporal subjacente aos conceitos ou teorias e avaliar a distância histórica e cultural que os separa da tradição e do lugar de origem. É que o processo de produção do conhecimento e a delimitação das fronteiras disciplinares, para lá do caráter cultural da construção das disciplinas, requerem uma descrição consistente do lugar a partir do qual se desencadeiam as ações das instâncias legitimadoras. Importa recorrer à situação histórica, ou seja, ao tempo e ao espaço como fatores de relevo de que a historiografia disciplinar e a «geoepistemologia», parecem ser a sua melhor representação. Donde, nesse domínio nada justifica a defesa da superioridade do Ocidente sobre outras culturas e a reivindicação do monopólio da ciência como se este fosse seu exclusivo atributo. Assim, qualquer tentativa que vise a apropriação do capital científico inscrito no «quadro de uma disciplina considerada como lugar do saber na organização atual dos conhecimentos» [...] exige «a instauração de uma epistemologia da transgressão» (Ela, 2006:257). Num exercício da «vigilância crítica e epistemológica» (2006:52), Jean-Marc Ela argumenta:

Esta representação da ciência inscreve-se nas dinâmicas do imaginário através da pretensão das crenças às quais poucos pensadores, historiadores das ciências ou autores de manuais destinados ao ensino nos países euro-americanos resistem. Não se trata de examinar esta herança de ideias. O que me preocupa [...] é a necessidade de reconsiderar as ideias recebidas sobre a ciência a fim de examinar as questões cruciais que obrigam a redescobrir o que é a ciência, observando o que fazem os homens e as mulheres que a fabricam. Esta reflexão deve ser feita tendo em conta o facto de os mitos da ciência obscurecerem o sentido desta atividade fundamental da cultura humana (Ela, *op.cit.*:38).

Para a presente investigação, constitui um verdadeiro imperativo epistemológico a necessidade de deslegitimar os «mitos da ciência», discernir saberes e disciplinas noutros universos de racionalidade que não sejam exclusivamente os da racionalidade ocidental. Importa ter em conta aquilo a que Amartya Sen designa por «posicionalidade da observação e do conhecimento», pois

o «que conseguimos ver não é independente do posto onde nos situamos e da sua relação com aquilo que estamos a tentar ver» (Sen, 2012:223). Assim se alcança um ponto central para a epistemologia que consiste em ultrapassar «o acantonamento posicional» (*op.cit.*:224). Para Amartya Sen é preciso cultivar a prudência:

Mesmo quando, para uma determinada apreciação epistemológica, ética ou política, o apropriado venha a ser uma visão posicionalmente independente, ainda assim, pode revelar-se necessário que se tome em consideração a realidade da dependência posicional das observações, em ordem a explicar a dificuldade de se alcançar uma compreensão posicionalmente não tendenciosa» (*op.cit.*:231).

No mesmo sentido, vem Paulin Hountondji admitir a necessidade de «pensar a racionalidade como exigência universal, inerente a todas as culturas, apesar da sua diversidade, reconhecer modelos concorrentes ou complementares, examinar de maneira crítica as formas dominantes, situar o falso universal que se cobre com o manto do universal, abrir pistas que permitam construir uma racionalidade cada vez mais ampla, cada vez mais universal [...]» (Hountondji, 2007:4). Por seu lado, Meinrad Hegba parte do pressuposto segundo o qual «a racionalidade é necessariamente particular e, por isso, plural» (Hegba, 2007: 37). Deste modo, os pensadores africanos e europeus têm o direito de construir o universal a partir dos seus próprios particularismos em busca de uma «racionalidade aberta», evitando-se deste modo contradições flagrantes como aquelas em que a «razão universal» se confunde com o monopólio de uma cultura privilegiada (*Id.*:42).

Na ordem das prioridades, como veremos nos capítulos subsequentes, inscreve-se o exame das alternativas relativamente ao poder de definir e à atribuição de privilégios epistémicos das disciplinas. Tal esforço apresenta duas implicações decorrentes da dialética das forças centrífugas e centrípetas no processo de produção do conhecimento. Ora, a definição do conceito de disciplina, apesar das dificuldades que se oferecem aos autores que aceitam o desafio, supõe um inventário. Por outro lado, exige-se uma avaliação da pertinência dos conceitos correntemente formulados na vasta bibliografia dos estudos disciplinares e interdisciplinares, na medida em que eles relevam de contextos sociais, culturais e institucionais predominantemente europeus e norte-americanos. Se enunciarmos os

traços caracterizadores da disciplina em definições conhecidas e outras que lhe estão associadas (Apostel<sup>23</sup>; Boisot<sup>24</sup>; Foucault<sup>25</sup>; Heckhausen<sup>26</sup>; Lattuca<sup>27</sup>; Kiger<sup>28</sup>;

---

<sup>23</sup> Partindo do postulado segundo qual a disciplina tal como a ciência não existem, e revelando-se necessário estabelecer alguma precisão em qualquer definição da disciplina, Apostel analisa-a do ponto de vista formal apontando cinco segmentos: 1) um grupo de pessoas; 2) um conjunto de ações realizadas por essas pessoas; 3) um conjunto de interações ou comunicações estabelecidas entre essas e outras pessoas; 4) um método que permite a renovação do referido conjunto de pessoas através de comunicações no quadro ensino; 5) um conjunto de métodos de aprendizagem relacionado com a sua história. Cf. Léo Apostel, «Les Instruments Conceptuels de L'Interdisciplinarité: Une Démarche Opérationnelle», in *Interdisciplinarité: Problèmes d'Enseignement et de Recherche dans les Universités*, Paris, OCDE, 1972, pp.145-190.

<sup>24</sup> Marcel Boisot considera que uma disciplina «é um conjunto que engloba elementos de três categorias: 1) objetos observáveis e/ou objetos formais, uns e outros manipulados com o recurso a métodos e procedimentos; 2) fenômenos que constituem a materialização das interações entre estes objetos; 3) leis cujos enunciados e/ou formulação dependem de um conjunto de axiomas que revelam fenômenos e permitem prever a sua operação». «Discipline et interdisciplinarité», in *Interdisciplinarité: Problèmes d'Enseignement et de Recherche dans les Universités*, Paris, OCDE 1972, pp:90-97.

<sup>25</sup> A definição de Michel Foucault mereceu a nossa atenção ao longo deste capítulo. Foi elaborada especialmente em duas das suas obras importantes sobre esta matéria: *Surveiller et Punir* e *Ordre du Discours*.

<sup>26</sup> Para Heckhausen, a disciplina é uma atividade de ensino. E a disciplinaridade enquanto propriedade das disciplinas pode ser entendida como «exploração científica especializada de um determinado e homogêneo domínio de estudo, exploração essa que consiste em fazer brotar conhecimentos novos que se vão substituir a outros mais antigos». Para caracterizar a natureza de uma determinada disciplina e distingui-la de outras disciplinas, Heinz Heckhausen propõe sete critérios: 1) o domínio material que compreende a série de objetos sobre os quais se debruça a disciplina; 2) o domínio de estudo que consiste em vários subconjuntos de fenômenos nitidamente circunscritos que dependem de um mesmo domínio material; 3) o nível de integração teórica das disciplinas, porquanto todas «as disciplinas empíricas [...] procuram reconstituir a “realidade” dos seus domínios em termos teóricos, a fim de captar esta realidade extraordinariamente complexa e de compreender, explicar e prever os fenômenos e acontecimentos abrangidos por este domínio»; 4) os métodos das disciplinas; 5) os “instrumentos de análise” das disciplinas; 6) “aplicações práticas” das disciplinas; 7) as “contingências históricas” das disciplinas». Heinz Heckhausen, «Discipline et interdisciplinarité», 1972:83-84).

<sup>27</sup> A autora considera que as disciplinas são fenômenos complexos. «Podem ser definidos como conjunto de problemas, métodos e práticas de investigação ou corpos de conhecimentos unificados pela ação de qualquer um dos elementos anteriores». Numa outra perspectiva, podem ainda ser definidas, acrescenta a autora, como «redes sociais de indivíduos interessados pelos mesmos problemas e ideias». Na primeira, sublinha-se a «infraestrutura das disciplinas». É a abordagem «estruturalista». Na segunda, dá-se relevo às «dimensões social, cultural e histórica». É a abordagem «pós-estruturalista». Cf. Lisa R. Lattuca (2001). *Creating Interdisciplinarity. Interdisciplinarity and Teaching among College and University Faculty*, Nashville, Vanderbilt University Press, pp.23-24.

<sup>28</sup> Joseph Kiger define a disciplina como «ramo reconhecido ou segmento do conhecimento no âmbito de um processo de aprendizagem racional», obedecendo «a cânones e pedrões geralmente consensuais». Os critérios para tal definição, no contexto contemporâneo dos Estados Unidos da América, compreendem os seguintes aspetos: «1) número de pessoas interessadas dedicando-se ao seu estudo; 2) a relativa importância de tais pessoas; 3) a reputação da disciplina geralmente reconhecida nas estruturas académicas; 4) o tempo de existência; 5) a criação de uma organização associativa de caráter científico ou académica; 6) filiação de tal organização a um dos três conselhos nacionais – Conselho Americano das Sociedades Académicas, Conselho de Investigação em Ciências Sociais ou Academia Nacional das Ciências». Cf. Joseph C. Kiger, «Disciplines», *Encyclopedia of Education*, New York, Philosophical Library, 1971, pp.3-99, cit. por Wolfram W. Swoboda, «Disciplines and Interdisciplinarity», in Joseph K. Kockelmans (ed.), *Interdisciplinarity and Higher Education*, London, The Pennsylvania State University Press, 1979, pp.49-92.

Klein<sup>29</sup>; Kuhn<sup>30</sup>; Messer-Davidow, Shumway e Sylvain<sup>31</sup>), daremos conta de muitos aspetos comuns. De resto, é uma manifestação do modo como funcionam as comunidades científicas disciplinares.

Portanto, com as devidas cautelas, uma definição instrumental de disciplina que sintetizasse as propostas da mostra aleatória apresentada, podendo servir os objetivos a que nos propomos com a presente investigação, não poderia ignorar as categorias da cadeia de transmissão do conhecimento cujo fim último é a socialização disciplinar. A descrição comportaria os seguintes aspetos: a) uma ordem coerente e cumulativa do conhecimento proposicional e não-proposicional; b) sujeitos detentores de autoridade epistémica; c) instâncias legitimadoras e regimes de verdade; d) espaços institucionais hierarquizados; e) alunos e estudantes como destinatários.

Assim, numa fórmula linear diríamos que a disciplina é uma unidade de classificação e organização sistemática, cumulativa e descontínua do conhecimento, construída por sujeitos detentores de autoridade epistémica que operam em contextos culturais concretos e espaços institucionais hierarquizados, cuja finalidade é a transmissão do conhecimento proposicional e não-proposicional a alunos e estudantes de acordo com os regimes de verdade e as disposições normativas estabelecidas pelo Estado e pelas comunidades científicas e disciplinares. A referida construção sistemática é tributária de um discurso historiográfico e institucional das disciplinas que se articula aos saberes estruturados e preexistentes de uma determinada sociedade.

---

<sup>29</sup> Julie Thompson Klein tem uma apreciável produção sobre os temas da disciplinaridade e da interdisciplinaridade. Para Julie Thompson Klein a disciplina é constituída por «instrumentos, métodos, procedimentos, exemplos, conceitos e teorias que concorrem para a formação de objetos ou conteúdos». Cf. Klein (1990), *Interdisciplinarity. History, Theory, & Practice*, Detroit, Wayne State University Press, pp.104-105.

<sup>30</sup> Após a constatação de inconsistências estilísticas no uso do termo paradigma, Thomas Kuhn propõe em substituição o uso da noção de «matriz disciplinar» para designar uma ordenação de elementos que os membros de uma determinada comunidade científica disciplinar têm em comum. No elenco de componentes da «matriz disciplinar» importa destacar um tipo de elemento que diz respeito «a resoluções concretas de problemas que os estudantes encontram assim que começam a sua formação, seja em laboratórios, seja no fim dos capítulos dos manuais científicos». Cf. Kuhn (2009), *A Estrutura das Revoluções Científicas*, Lisboa, Guerra & Paz, pp:250-251.

<sup>31</sup> Cf. Messer-Davidow, Shumway e Sylvain (ed.) (1993), «Introduction: Disciplining Ways of Knowing», *Knowledges: Historical and Critical Studies in Disciplinarity*, Charlottesville/London, University Press of Virginia, pp.1-21.

### I.3. Disciplinas escolares e disciplinas académicas

Elementos da cadeia de transmissão do conhecimento.- Disciplina escolar e disciplina académica.-Saberes escolares e «ciências de referência».- Disciplinas de ensino.- Produção do conhecimento e divisão do trabalho.- História das disciplinas.-

A análise das propriedades da precedente definição instrumental de disciplina permite avaliar o peso que o contexto institucional, a pedagogia e a organização curricular detêm. A organização curricular categoriza os conteúdos cognitivos do objeto da transmissão no processo de ensino-aprendizagem e, por sua vez, a instituição escolar ou universitária categoriza o espaço analítico convencional e regulador daquilo que se transmite e o modo como se transmite, respondendo às perguntas sobre o *quê?* e o *como?* cujo sentido se vai decantar no conceito de currículo. Ao longo dos últimos cinquenta anos, a autonomização do currículo e dos processos de disciplinarização dos saberes, no quadro institucional das escolas do ensino secundário e das universidades, esteve na origem do surgimento de campos de investigação com contornos perfeitamente definidos e adequada legitimação académica. O que se concretiza com o aparecimento de comunidades científicas dedicadas aos estudos curriculares e à história das disciplinas enquanto domínios de ensino e investigação. Deste modo, às noções de disciplina escolar e disciplina académica foram sendo atribuídas identidades próprias, sendo por isso conveniente determinar-lhes o sentido para que, no âmbito da nossa investigação, seja possível localizar os nexos existentes na organização dos saberes e do seu ensino, bem como naquilo a que podemos denominar como epistemologia disciplinar.

Na história da educação do mundo ocidental, o uso da noção de disciplina escolar, significando «conteúdos de ensino» (Chervel, 1988:62), remonta ao fim do século XIX. Todavia, será na década de 60 do século XX, com o desenvolvimento dos estudos curriculares e a instauração de novos sistemas públicos de educação que as disciplinas escolares adquirem a sua importância no domínio da sociologia do conhecimento e da investigação histórica do conhecimento escolar. A fortuna do conceito de disciplina escolar pode ser avaliada através de uma perspetiva panorâmica de algumas historiografias nacionais. Quando em 1988 André Chervel publicou o seu artigo seminal *L'Histoire des Disciplines Scolaires. Réflexions sur*

*un Domaine de Recherche*, na historiografia anglo-saxónica avultava já o trabalho desenvolvido pelos sociólogos do conhecimento que valorizavam a perspetiva histórica do conhecimento escolar. A multiplicidade de estudos realizados por especialistas europeus, americanos e australianos aponta para a ideia de que a disciplina escolar é uma construção social, cultural e política, envolve atores e recursos ideológicos e materiais tendo em vista a concretização de objetivos que se inscrevem em missões individuais e coletivas (Goodson, 1997:27).

As noções de disciplina escolar e disciplina académica com que se opera nesse campo de investigação são subsidiárias de uma concepção do ensino fundada na hierarquização do ensino superior e do ensino secundário enquanto subsistemas. O contexto institucional em que se enquadram as disciplinas escolares é o do ensino secundário. Nele são dominantes os «saberes escolares». Já as disciplinas académicas são uma emanção da universidade em que predominam as «ciências de referência» (Chervel:1988:64) cuja transposição didática conduz à construção das disciplinas escolares. Numa perspetiva contrária, Perrenoud entende que não será na imensa heterogeneidade de disciplinas universitárias que se encontra a fonte de inspiração para uma definição simples de disciplinas escolares (Perrenoud, 2000:79). O que distingue as disciplinas escolares das disciplinas académicas não as afasta tanto da zona de intersecção. Ambas são «disciplinas de ensino» porquanto «cada uma se refere a um campo complexo de saberes e práticas [...]» (*Id.*: 78). O primeiro conjunto de situações que integram a zona de intersecção compreende a relação pedagógica em cujo centro identificamos o *discipulus*. O segundo corresponde ao desenvolvimento da ciência moderna, do ensino e da investigação científica sob influência do modelo germânico de universidade do século XIX.

Apesar de serem tratadas indistintamente como «disciplinas de ensino», as disciplinas escolares e as disciplinas académicas devem ser abordadas como expressões da hierarquização e divisão de trabalho no campo da produção sistemática do conhecimento. Nestes termos essa dicotomia disciplinar apresenta as suas virtualidades, se tivermos em atenção as finalidades da transmissão do conhecimento, pois as disciplinas escolares e as disciplinas académicas exprimem a diversidade dos agentes epistémicos e da atividade de ensino nas sociedades do nosso tempo. O que no plano dos sistemas educativos adquire forma por intermédio das estruturas organizativas que diferenciam o ensino secundário do ensino superior atribuindo tendencialmente uma hegemonia às disciplinas académicas devido ao

aparato administrativo que as suporta. Tal não significa que entre as disciplinas escolares e académicas exista uma relação de subordinação ou de identidade, na medida em que nem sempre as disciplinas escolares são os equivalentes das disciplinas académicas. Por outro lado, a organização institucional das disciplinas académicas supõe a existência de departamentos erguidos com base na profissionalização e divisão do trabalho académico. Sobre essa orgânica institucional das disciplinas académicas, bem como das suas estruturas profissionais, abunda um conhecimento proporcionado por uma investigação com tradição firmada. Na verdade, a história das disciplinas académicas confunde-se com a história dos ramos do saber de acordo com as classificações convencionalmente estabelecidas nas cartografias epistemológicas universitárias, caracterizando-se as disciplinas académicas pelo modo como aí se inscrevem as identidades das «tribos académicas» (Becher e Trowler, 2001) que operam nos territórios das universidades e outras instituições do ensino superior através da especialização dos agentes epistémicos, progressão nas carreiras de investigação e docência, organização dos departamentos, actividades de associações, publicação de revistas especializadas e posições no mercado da produção científica. O mesmo não sucede com o estudo da temporalidade dos «conteúdos de ensino» que vai suscitar o desenvolvimento da história das disciplinas escolares. Numa perspetiva historiográfica, a sua tematização remonta à década de 70 do século XX, quando as comunidades disciplinares anglo-saxónicas iniciaram pesquisas e publicaram trabalhos que se inscreviam no domínio do que se designou por *curriculum studies*. Ivor F. Goodson revela-se como um dos investigadores britânicos mais inovadores, tendo desenvolvido a partir dos anos 80 importantes estudos com repercussões positivas nos Estados Unidos da América e outras partes do mundo. O seu primeiro livro sobre esta matéria, através do qual analisa a história da geografia, da biologia e dos estudos ambientais, foi publicado em 1983. A obra coletiva publicada nesse período por sua iniciativa<sup>32</sup> representa a existência de uma comunidade de especialistas e da ascendente afirmação da história das disciplinas escolares na Grã-Bretanha.

Em França, o pioneirismo é atribuído a André Chervel e a Dominique Julia que, na década de 80, desbravaram o caminho sob o impulso das instituições

---

<sup>32</sup>Ivor F. Goodson. (ed.) (1988). *International Perspectives in Curriculum History*, London/New York, Routledge.



educativas francesas. Com o referido artigo, publicado na revista *Histoire de l'Éducation*, Chervel dava o tom, ao advogar uma história das disciplinas que devia renovar as problemáticas tradicionais concentrando as atenções na função transformadora das disciplinas e seus conteúdos, tendo em conta as finalidades prosseguidas. Para Chervel, o problema das finalidades da escola é um dos mais complexos, devendo o seu estudo, identificação e classificação constituir um dos principais objetivos da história das disciplinas escolares. A cultura escolar é um outro segmento da historiografia francesa. Para Dominique Julia, ela pode ser descrita como «um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inclulcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas de acordo com finalidades que podem variar segundo as épocas [...]» (Julia, 2001:10). O espectro da descrição abrange a totalidade de instrumentos reguladores com vocação programática e pedagógica cuja abordagem requer o exercício de uma hermenêutica da ação.

Nos países de língua portuguesa, existem expressivas comunidades disciplinares e publicações científicas onde as histórias das disciplinas escolares são hoje uma importante área de ensino e investigação. Em algumas universidades brasileiras e portuguesas desenvolvem-se pesquisas relevantes que contribuem para um maior conhecimento das problemáticas respeitantes às disciplinas escolares e académicas bem como ao seu ensino.

Apesar da sua institucionalização recente, a história das disciplinas escolares assume uma elevada importância heurística, porquanto permite pensar a génese das matérias escolares, a duração dos processos de escolarização e os acontecimentos que originam as metamorfoses das disciplinas. Por essa razão, a gramática da temporalidade histórica é um recurso indispensável para compreender o comportamento dos agentes e das instituições responsáveis pela seleção e sistematização dos saberes e conhecimentos a que se confere dignidade de disciplinas, transmitidos em contexto escolar, através de metodologias didáticas específicas. Nesta medida, a dimensão histórica impregna de modo subsidiário o tecido do nosso trabalho, sem pretender diminuir o valor da indagação epistemológica, quando se trata de determinar o estatuto disciplinar da Literatura Angolana em especial. Com efeito, a investigação sobre as disciplinas escolares e académicas em África ocupa um lugar de relevo como o demonstram diversas

iniciativas editoriais, tais como os dois volumes da obra coletiva organizada por Paul Tyiambe Zeleza. Como veremos mais adiante, o recurso às fontes documentais e aos dispositivos políticos das instituições escolares em situação colonial, enquanto reconhecimento do valor heurístico dos documentos, constitui uma exigência da compreensão dos acontecimentos históricos.

#### I.4. Fragmentação disciplinar e unidade da ciência

Pluralidade disciplinar.- Unidade da ciência.- Conceção aristotélica e refutação da ciência universal.- Fundamentos da unidade ciência.- Positivismo lógico.- Pensamento pós-abissal e diversidade epistemológica do mundo.- Verdade universal como parte de tradição particular.- Tensão entre o múltiplo e o uno.-

Como vimos, os princípios e mecanismos institucionais em que se funda a disciplina geram indagações acerca da unidade da ciência, ao desvendarem o funcionamento e a interdependência das três camadas autónomas já referidas, analiticamente constitutivas da disciplina enquanto problema do conhecimento, a produção, a transmissão e a aquisição. Na sua génese, a ciência universal e a ideia de unidade da ciência eram ficções já construídas por alguns filósofos da Grécia antiga, recuperada e comumente aceite na Europa ocidental até ao século XVII, consolidando-se com o projeto da *mathesis universalis* de Descartes e Leibniz. Os seus fundamentos viriam a ser submetidos aos abalos da fragmentação, rompendo-se assim os limites estabelecidos pelo projeto da modernidade. Mas terá sido Aristóteles um dos primeiros filósofos a refutar a ciência universal. A concepção aristotélica vertida em obras como *Metafísica* e *Analíticos Posteriores* postula a pluralidade disciplinar<sup>33</sup>.

As condições modernas de produção de conhecimentos apresentam duas particularidades. De um lado, a fragmentação do conhecimento e dos saberes. De outro lado, a abundância de teorias e soluções que propõem a unidade da ciência e a integração das disciplinas. Com efeito, no dealbar do século XX, desenvolve-se na Europa e nos Estados Unidos da América um movimento de renovação dos

---

<sup>33</sup> Em *Analíticos Posteriores*, Aristóteles escreve: «Toda a didascália e toda a disciplina dianoética se adquirem de um saber que precede o conhecimento» (1987: 11, 71<sup>a</sup>). Mais adiante acrescenta: «É possível que um conhecimento derive, já de conhecimentos anteriores, já de conhecimentos adquiridos ao mesmo tempo que aquele conhecimento ocorre, por exemplo, os singulares que se deslocam sob o universal, e dos quais, por isso mesmo, se possui conhecimento» (*Ibid.*:12). Encontraremos o mesmo quadro de referência no Livro I da *Metafísica*: Procurar de uma maneira geral os elementos dos seres, sem ter distinguido as diferentes aceções do Ser, é tornar-se incapaz de os encontrar, sobretudo quando se procura deste modo os elementos de que as coisas são constituídas. [...] Concluo, deste modo, que procurar os elementos de todos os seres, ou pensar que os encontrámos, é uma ilusão. [...] Se portanto existe, como se pretende, uma ciência de todas as coisas, dever-se-ia poder abordá-la sem nenhum conhecimento anterior. Todavia, toda a disciplina se adquire graças a conhecimentos prévios, totais ou parciais, quer ela proceda por demonstração, quer por meio de definições, visto que é preciso que os elementos da definição sejam conhecidos previamente, e mesmo familiares» (2005:111-112, 992b, 25-35)

ideais unificadores da ciência. O positivismo lógico será a corrente do pensamento filosófico em torno do qual figuras proeminentes do Círculo de Viena, nomeadamente, Hans Hahn, Otto Neurath e Rudolf Carnap, dinamizam o que designariam por Movimento para a Unidade da Ciência com a pretensão de edificar um «sistema de conceitos adequado à ciência unitária» que possibilitasse o recurso a «processos definitórios ou redutivos» (Pasquinelli, 1983: 12 e Pombo, 2011: 59). Em 1958, num artigo intitulado *Unity of Science as a Working Hypothesis*, publicado na revista *Minnesota Studies in the Philosophy of Science*, Paul Oppenheim e Hilary Putnam formulavam duas questões cruciais sobre o caso vertente: «If unitary science can be attained at all, how can it be attained? Can it be attained at all?» (Oppenheim, 1958:8). A unidade da ciência é uma expressão usada por estes autores para designar «um estado ideal da ciência» ou como tendência difusa existente no campo da ciência visando alcançar esse ideal (*op.cit.*:4). Numa abordagem preliminar operam com três conceitos de unidade da ciência. No primeiro, o de sentido fraco, admite-se que pode ser alcançada na medida em que a terminologia de ciência é reduzida ao espectro de uma única disciplina. No segundo, o de sentido forte, a unidade da ciência é alcançada na medida em que as leis da ciência são reduzidas em leis de uma única disciplina, através da unidade da linguagem e da unidade das leis. No terceiro, o de sentido mais forte, a unidade da ciência verifica-se quando «as leis da ciência não são apenas reduzidas às leis de uma única disciplina mas são igualmente ‘unificadas’ e ‘conectadas’ intuitivamente» (*Id.*). Eles concluíam fornecendo respostas aos ataques que lhes eram assacados segundo os quais a crença na concretização da unidade da ciência não passavam de «mero ato de fé». Admitiam ter demonstrado que «a tentativa de aceitação desta crença, a sua aceitação enquanto hipótese de trabalho, era justificada, além de ser uma hipótese credível, em parte do ponto de vista metodológico, e porque existe realmente um vasto conjunto de elementos probatórios a seu favor» (*op.cit.*).

Para Olga Pombo, a legitimidade da unidade da ciência é defensável, se forem interpretados os sinais da sua manifestação no plano epistemológico. A fundamentação do seu ponto de vista traz à colação as seguintes razões: a transversalidade do apelo interdisciplinar nas práticas e estruturas institucionais; a emergência de novas configurações disciplinares; a revigoração do movimento enciclopedista; a reabilitação das categorias de globalidade, interação, organização

e teleologia como objeto de uma investigação científica cada vez menos reducionista (Pombo, 2011:11)<sup>34</sup>. Apesar da apologia suportada pelo extenso catálogo bibliográfico, Olga Pombo aponta a existência de problemas, incidências epistemológicas e metodológicas que ameaçam a unidade da ciência. Revela assim dúvidas relativamente à consistência das teorias que defendem a natureza unitária da ciência.

Na verdade, o sistema disciplinar contemporâneo enfrenta permanentemente o desafio de forças centrífugas imanes a que geralmente não se reconhece qualquer potencial de fragmentação. Uma das manifestações desse efeito negador é a «Teoria Geral dos Sistemas» proposta por Ludwig von Bertalanffy, no contexto do debate sobre a unidade da ciência desencadeado nas décadas de 40 e 50 do século XX. Numa perspectiva que recusa a hegemonia das tendências unitaristas, tal teoria proporcionava uma oportunidade para identificar os fundamentos de isomorfismos existentes na constelação das disciplinas, defendendo por isso o desenvolvimento de «princípios unificadores que atravessam ‘verticalmente’ o universo das ciências individuais» (Bertalanffy, 2006:63). O que aproximava aquela teoria da «meta da unidade da ciência» (*Id.Ibid.*). Ao sublinhar a combinação de princípios unificadores e o universo das ciências individuais, tudo apontava para a necessidade de «estudar não somente partes e processos isoladamente, mas também resolver os decisivos problemas encontrados na organização e na ordem que os unifica, resultante da interação dinâmica das partes, tornando o comportamento das partes diferente quando estudado isoladamente e quando tratado no todo» (*op.cit.*:55). Para Bertalanffy, o «esquema de unidades

---

<sup>34</sup> Nas suas indagações Olga Pombo expende uma reflexão que, num primeiro momento, começa por demarcar o terreno do seu estatuto, destacando o processo real de unificação e a ideia reguladora que dele decorre. Reconhece assim a existência de linhas de fratura que permitem operar com uma perspectiva alternativa (Pombo, 2011:26). Por conseguinte, sublinha a importância do processo real de unificação enquanto expressão do conceito de unidade da ciência cujo valor descritivo e explicativo «mostra mesmo em que medida a tendência para a unidade é um telos fundamental do saber, que pertence aos objetivos e mecanismos cognitivos da construção do conhecimento científico como sua tarefa central (*Id. Ibid.*). Relativamente à ideia reguladora e normativa que emana do processo real de unificação, admite duas teses fundamentais: a multiplicidade do conhecimento científico:[...] a) que a multiplicidade do conhecimento científico não tende para a unidade, isto é, que a ciência é, por si mesma, incapaz de nos fornecer uma explicação unitária [...]; b) que essa unidade deve ser construída, não apenas arqueologicamente, enquanto autoconsciência das afinidades simbólicas, metodológicas, procedurais entre as histórias de cada ciência particular, mas sobretudo prospectivamente (*Id.*). Com efeito, Olga Pombo descortina em seguida dois outros filões. O primeiro diz respeito a uma fundamentação realista que «consiste em ver na unidade da ciência um reflexo da unidade do mundo, objeto último de toda a investigação científica». Outra é a fundamentação racionalista que aponta para a «expressão da unidade da razão enquanto conjunto de processos e estruturas lógicas e cognitivas do sujeito universal da ciência» (*op.cit.*:27).

isoláveis» (*op.cit.*:72), uma das marcas distintivas da ciência moderna, tornara-se insuficiente. É aí que se justifica a legitimidade de uma perspectiva englobante e unitária da ciência. O que se vai revelar igualmente através do «aparecimento em todos os campos da ciência de noções, tais como totalidade, holístico, organísmico, gestalt, etc., significando todas que, em última instância, temos de pensar em termos de sistemas de elementos em interação mútua» (*Id.Ibid.*). Bertalanffy sintetiza o seu pensamento nos seguintes termos: «[...] a unidade da ciência ganha um aspeto muito mais concreto e ao mesmo tempo mais profundo [...] A unidade da ciência é conferida não pela utópica redução de todas as ciências à física e à química, mas pelas uniformidades estruturais dos diferentes níveis da realidade (*op.cit.*:122-123).

A abordagem sistémica vem instaurar-se sobre as ruínas do racionalismo clássico ocidental, triunfando com a supremacia de quatro conceitos fundamentais, designadamente: a interação, a globalidade, a organização e a complexidade. Aos quatro conceitos operatórios associam-se o plano estrutural e funcional em que se pode analisar o sistema, destacando-se os *elementos* e os *fluxos*, respetivamente (Durand, 1992:16).

Não deixa de ser pertinente convocar a noção de campo científico elaborada por Pierre Bourdieu. A sua importância decorre do facto de relembrar a existência de «um mínimo de unidade da ciência que consiste num conjunto de campos disciplinares e princípios comuns (2001:93). Estes são os «princípios unificadores da ciência» de que se destacam os «instrumentos de base [...], «instrumentos genéricos», «coisas epistémicas», «as formas racionalizadas, formalizadas, padronizadas de pensamento como a matemática, suscetível de funcionar como instrumento de descoberta, e as regras do método experimental» (*Id.*:94). Bourdieu amplia o espectro dos princípios unificadores, ao descrever os elementos do conceito de capital científico enquanto «espécie particular de capital simbólico, capital fundado no conhecimento e no reconhecimento» (*op.cit.*:53). Por isso, Bourdieu advoga que o capital científico constitui um fator de unificação e antídoto contra as forças centrífugas quando impõe a incorporação de regras que presidem à sua utilização. O «efeito de demonstração» que a ciência dominante exerce sempre que está na origem das trocas entre ciências é um outro princípio unificador (*op.cit.*:94).

Curiosamente a teorização desenvolvida acerca da ideia de unidade da ciência ou da sua intrínseca natureza fragmentária tem decorrido de modo privilegiado no espaço epistémico do pensamento ocidental e do sistema disciplinar

moderno, corroborando o seu caráter eminentemente antropológico. De resto, as figuras que pelo seu simbolismo representam a unidade da ciência são emanações da cultura, podendo tal pretensão ser considerada como «epistemicida» naquele sentido em que o seu suporte assenta na exclusão do Outro (Santos, 2009:23-24). Na cartografia epistemológica contemporânea, verifica-se que o Ocidente ainda ignora espaços e saberes concorrentes de outras regiões do mundo, avocando o monopólio do poder de definição do que é científico e verdadeiro. Para Boaventura de Sousa Santos o cerne da disputa epistemológica moderna reside na oposição binária entre as formas científicas e não-científicas de verdade. É essa oposição redutora que justifica a sua interrogação sobre superioridade de outras verdades possíveis que não podem ser estabelecidas de acordo com o método científico, como é o caso da razão como verdade filosófica e da fé como verdade religiosa (*op.cit.*:25).

Renunciando a qualquer epistemologia geral, Boaventura de Sousa Santos em alternativa proclama o advento de um pensamento – o pensamento pós-abissal – que tem como premissa a «diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico» (*op.cit.*:45). Embora confinado ao espaço inexpugnável do pensamento ocidental que regista fortes abalos decorrentes das crises epistemológicas convencionais, o debate tem contaminado as controvérsias africanas. No entender do filósofo queniano Dismas Masolo, a questão pode ser colocada desta forma:

Um dos principais motivos de controvérsia em filosofia africana tem sido saber se as disciplinas são definidas apenas internamente, pelas estruturas teóricas dos seus conteúdos, tal como o caráter abstrato e universal dos conceitos, ou se são igualmente influenciadas por condições externas, que justificam a sua aceitabilidade dentro de esquemas que servem. Até que ponto são as teorias guiadas pela dinâmica dos contextos e das circunstâncias sociais em que são produzidas? E até que ponto são as disciplinas universais, e não etno-disciplinas, como a etno-filosofia, as etno-ciências e campos afins? (Masolo, 2009:507).

Os pensadores africanos têm fornecido respostas a semelhantes perguntas, demarcando posições e corroborando ideias que impedem a formação de consensos a respeito da unidade do mundo, da unidade da razão e da unidade da ciência. No

argumentário sobre a ausência de uma vocação universal do conhecimento científico produzido no Ocidente, Dismas Masolo defende um ponto de vista típico das comunidades científicas e académicas de África, Ásia e América do Sul. Em virtude de todas as ciências serem «fundamentadas localmente, elas são, em comparação umas com as outras, etno-ciências» (Masolo, 2009:509).

Paul Feyerabend vem igualmente pôr em causa a unidade e autoridade da ciência ocidental reduzindo-a ao estatuto de mais uma tradição semelhante às outras. Para ele «a tentativa de impor uma verdade universal (uma forma universal de encontrar a verdade) conduziu a desastres no domínio social e a formalismos vazios combinados a promessas indefensáveis nas ciências naturais» (1987:75). Para Paul Feyerabend, a verdade universal «faz parte de uma tradição particular [...], explicada e defendida (de forma mais ou menos competente), de acordo com as regras desta tradição e indicando que esta tradição é incoerente» (1987:75). Assim, refuta a autoridade da ciência e sua vocação unitária, afirmando que não há fundamentos que legitimem a ciência e o racionalismo ocidental em detrimento de outras tradições.

Portanto, estamos perante a configuração da dialética do uno e do múltiplo que se traduz na tensão existente entre a fragmentação disciplinar e a diversidade epistemológica do mundo, por um lado, a unidade da ciência e a reivindicação do monopólio da produção do conhecimento científico pelo Ocidente, por outro lado. Esta aporia parece legitimar a advocacia do relativismo epistémico, no quadro mais alargado do debate sobre o construtivismo social e a validade universal do conhecimento. A tensão assume contornos de relevo no domínio da Filosofia da Literatura e o debate a que dá origem concentra-se na tematização de problemas que emergem no campo da Literatura Comparada. As manifestações da tensão dialética do uno e do múltiplo nesta disciplina dos estudos literários verificam-se a partir do momento em que se consagram os ideais românticos e filosóficos da unidade da ciência e do saber através da ideia de literatura universal ou literatura mundial, *Weltliteratur*, cunhada por Goethe em 1827. No século XX, o campo da Literatura Comparada era caracterizado pela irredutibilidade do uno e a renúncia do múltiplo, enquanto expressões da hegemonia europeia e americana dominante. Tal situação suscita da parte de Gayatri Spivak o diagnóstico de uma agonia dos estudos literários como todo, através da Literatura Comparada como parte. Donde se torna possível determinar a morte da disciplina, isto é, da Literatura



Comparada<sup>35</sup>. Para Gayatri Spivak o medo da fragmentação disciplinar que abala a Literatura Comparada deve-se às exigências de colaboração e transposição de fronteiras impostas pelos novos domínios dos chamados *area studies*.

---

<sup>35</sup> Cf. Gayatri Chakravorty Spivak, *Death of a Discipline*, New York, Columbia University Press, 2003. Trata-se de um livro que reúne três conferências *Wellek Library Lectures* proferidas na Universidade da Califórnia (Irvine), em 2000. Para para Gayatri Spivak, o livro faz apologia de uma «nova Literatura Comparada», esperando que seja lido como «o último suspiro de uma disciplina moribunda».

## **I.5. Disciplinas, especialidades e interdisciplinaridade**

Classificação do saber.- Diferenciação disciplinar.- Gênese da interdisciplinaridade.- Multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade.-

No discurso historiográfico europeu é comumente aceite a ideia segundo a qual o processo de criação de disciplinas escolares e académicas adquire particular intensidade com as reformas das escolas, universidades, bem como da classificação do saber e das ciências. Já não é o princípio da hierarquização dos saberes que sustenta a organização do sistema disciplinar. Passa a vigorar o «princípio da justaposição das disciplinas autónomas». É a realidade comunicacional da ciência (Stichweh, 1991:18-19). Desde o século XVIII até à segunda metade do século XIX, a diferenciação de atividades do conhecimento humano (por exemplo, história, filosofia e matemática) é vertical ou hierárquica, além da dicotomia assimétrica. Assim, explica Rudolph Stichweh, existem, por um lado, uma hierarquia das formas do saber e, por outro lado, uma hierarquia das faculdades nas universidades (*Id.*:22). Esta é a diferenciação primária. A diferenciação disciplinar, que é secundária, resultará da dissolução das hierarquias. Estabelece-se a partir daí a «diferenciação das disciplinas e das profissões» (*Id.*:39). Observa-se a lógica da modernidade quando a ordem hierárquica é «substituída pela coexistência de sistemas funcionais numa heterogeneidade crescente» (*Ibid.*). Disciplina e especialidade são duas noções que emergem desse processo de diferenciação e da divisão do trabalho académico. Por conseguinte, estabelecem uma relação de implicação, não podendo ser uma relação de identidade. Trata-se de uma relação entre «continente» e «conteúdo» no plano dos saberes (Blanckaert, 2006:122). A disciplina torna-se um elemento do modo de organização social da pesquisa que polariza interesses na esfera do conhecimento. Já a especialidade sugere uma concentração de competências dos sujeitos epistémicos relativamente a um determinado objeto. O traçado das fronteiras que separam disciplina e especialidade exige um conhecimento do modo como se ordenam os interesses do ponto de vista histórico, na medida em que daí decorre igualmente a diferenciação e a classificação da ciência no mundo ocidental, partindo de uma periodização que permite identificar «formas pré-modernas de organização do saber» e o «sistema moderno de

disciplinas científicas» (Stichweh, 1991:53). A consolidação da especialidade dá-se com o nascimento de comunidades disciplinares, o desenvolvimento da autonomia comunicacional e a constituição do sistema científico de publicações. Se em fins do século XIX a socialização dos membros das comunidades disciplinares passa pela atribuição de papéis aos especialistas, a sua existência é um pressuposto para a constituição da ciência moderna. O especialista será o sujeito que emerge sob os auspícios dos procedimentos de delimitação interna dos discursos de que fala Michel Foucault. As experiências europeias de países como a França e a Grã-Bretanha confirmam as resistências à especialização, ao contrário da Alemanha onde tal processo foi rápido e pacífico. Em França as comunidades científicas mobilizavam-se mais em torno do saber unitário e enciclopédico, rejeitam a fragmentação e afastam o «perigo do especialismo» (Blanckaert, 2006:130). Portanto, o problema da demarcação das fronteiras entre a disciplina e a especialidade na Europa implica o conhecimento das relações que se estabelecem entre as disciplinas, o tipo de cientista e os procedimentos de classificação das ciências dominantes, e que opõem a Inglaterra e a França à Alemanha. A história, a filosofia e a matemática são três formas típicas dessas relações. Na Alemanha, parte-se do conceito de *Bildung* para demonstrar a relação estabelecida individualmente com o mundo que permite «pensar a especialização e o universalismo» na sua compatibilização com a figura do indivíduo (Stichweh, 1991:122). A especialização seria assim uma exigência do desenvolvimento do conhecimento científico. Apesar das suas virtualidades, são-lhe reconhecidas desvantagens cognitivas de elevados custos. Entre os referidos inconvenientes de ordem cognitiva avultam a autarcia dos cientistas nas fronteiras das suas disciplinas, a incapacidade para entender as outras disciplinas, a constituição de linguagens especializadas e o esvaziamento do sentido do projeto científico (Pombo, 2004:132). Por força das influentes correntes filosóficas como o positivismo lógico, a supressão das fronteiras disciplinares vem assinalar um movimento de mudança que se consolida progressivamente com a problematização da interdisciplinaridade. Mas a crise da especialização engendra o seu contrário através das resistências opostas à interdisciplinaridade. Para Olga Pombo tornava-se defensável a unidade da ciência que, não se traduzindo na liquidação total das disciplinas, permitia o surgimento de especialidades com recurso à interdisciplinaridade como forma de acomodar «os novos regimes de emergência

de disciplinas» (2004:153). No entanto, a existência de um avançado e alarmante estado de fragmentação disciplinar que ocorria no século XX, configurava uma situação sem precedentes. Era o tempo da desintegração das disciplinas e disseminação em subdisciplinas, perante o coro generalizado das comunidades científicas contra a especialização. Por essa razão, Olga Pombo considera que o surgimento do especialista como consequência dessa desintegração representa uma verdadeira apologia da interdisciplinaridade, situando-se entre a ideia de «projeto» e a condição de «sintoma». Como projeto, a interdisciplinaridade revela-se como «prática insuficientemente teorizada, inscrevendo-se na ordem da utopia. Enquanto sintoma, caracteriza-se por «uma carência de unidade a que aspira a razão humana» (*Id.*:157). A interdisciplinaridade constitui assim uma manifestação da crise que, segundo Jean-François Lyotard, «advém da erosão interna do princípio de legitimidade do saber» (2003:82). Em consequência disso, as «delimitações clássicas dos diversos campos científicos sofrem com isto um trabalho de problematização: desaparecem disciplinas, produzem-se encavalitamentos nas fronteiras das ciências, nascendo novos territórios» (*Id.*). Ora, a interdisciplinaridade é um fenómeno do século XX que se desenvolve no âmbito da busca de respostas para os problemas da educação. A elaboração do conceito remonta aos anos 30 com a realização dos primeiros debates na Universidade de Chicago quando alguns investigadores daquela universidade (Dewey, Mead, Veblen, Angell, Boas e Merriam) debatiam a problemática da formação especializada (Klein, 1990:24). No relatório da OCDE, *Interdisciplinarité. Problèmes d'Enseignement et de Recherche des les Universités*, admite-se que a reflexão epistemológica sobre a interdisciplinaridade na sua configuração inicial mantém conexões com as tradições culturais e intelectuais ocidentais, polarizando-se, designadamente, entre os Estados Unidos da América e a Europa, tal como entende Guy Berger:

Si aux États Unis, nous avons pu voir que l'objectif de formation générale, lui même détaillé en objectifs de développement personnel ou social semblait prédominant; si en Europe, au contraire, c'est du côté du développement intellectuel ou scientifique que s'orientent la plupart des argumentations en faveur de l'interdisciplinarité, cela ne signifie pas qu'il y ait une contradiction entre deux conceptions de l'interdisciplinarité mais que, selon le système originaire, chacun s'efforce de démontrer que la réponse qu'il fournit aux demandes de l'enseignement et de la recherche

assure mieux que le système précédent la satisfaction des besoins que l'université a toujours pris à son compte (CERI,1972: 41-42)<sup>36</sup>.

A gênese da interdisciplinaridade está assim vinculada a cinco tipos de exigências:

1. O desenvolvimento da ciência que se analisa na intersecção de duas disciplinas mas fazendo apelo a uma abordagem múltipla;
2. As pressões dos estudantes veiculada através de protestos relativamente às práticas dominantes no ensino secundário marcadas por um mapeamento disciplinar apoiado por uma universidade tradicional;
3. As necessidades da formação profissional traduzem os condicionalismos da insustentável fronteira existente entre o especialista de uma disciplina fechado nas muralhas da universidade e o especialista integrado na vida profissional que deve possuir competências para operar com as várias dimensões da realidade social;
4. A procura social original revela o complexo dinamismo da vida que requer respostas para desafios científicos suscitados por disciplinas novas, transpondo as barreiras da formação geral através da integração de outras disciplinas;
5. Os problemas de funcionamento e administração universitária configuram circunstâncias que exprimem a necessidade de proceder à reestruturação institucional do sistema universitário, adequando-se aos processos produzidos pela interdisciplinaridade (*op.cit.*: 43-45)

Guy Berger convoca de igual modo as motivações e os objetivos que subjazem à emergência da interdisciplinaridade. As motivações dos agentes que intervêm na concretização da interdisciplinaridade – professores, estudantes e instituições do sistema universitário – e os seus objetivos são expressões de uma

---

<sup>36</sup>Se nos EUA observa-se que o propósito da educação geral fundado em metas detalhadas de desenvolvimento pessoal ou social parecia predominante; se na Europa, pelo contrário, é para o lado do desenvolvimento intelectual ou científico que se inclina a maioria dos argumentos a favor da interdisciplinaridade, isso não significa que haja uma contradição entre duas conceções de interdisciplinaridade. Ao invés, significa que de acordo com o sistema original, cada um deles tenta demonstrar que a resposta que fornece às demandas de ensino e pesquisa garantem melhor do que o anterior sistema a satisfação das necessidades que a universidade sempre teve em devida conta (CERI, Berger, 1972: 41-42).

teleologia (*Id.*: 47-51). Por sua vez, Jean Piaget reserva o termo interdisciplinaridade «[...]pour caractériser un second niveau où la collaboration entre disciplines diverses ou entre des secteurs hétérogènes d'une même science conduit à des interactions proprement dites, c'est à dire une certaine réciprocité dans les échanges, telle qu'il y ait un total enrichissement mutuel» (*Id.*: 142)

O interesse académico pela interdisciplinaridade aumenta nos Estados Unidos da América e na Europa durante a década de 60, mobilizando organizações internacionais como a UNESCO, a OCDE e agências que financiam linhas de pesquisa específicas. Na década seguinte multiplicam-se as iniciativas reflexivas e editoriais, devendo-se tal facto às ambiguidades terminológicas que pairavam em torno do conceito de interdisciplinaridade. Todavia, acabaria por adquirir um alcance teórico e prático simultaneamente, sendo impulsionador de transformações nos domínios da formação de professores e dos processos de ensino e aprendizagem (*op.cit.*:297-298). Com efeito, o seminário pós-doutoral realizado na Universidade Estadual da Pensilvânia entre 1975 e 1976 passou a constituir um marco em matéria de teorização da interdisciplinaridade e suas metodologias. Apesar disso, na Europa e Estados Unidos da América o défice teórico continuava a ser assinalável sobretudo no que diz respeito à aplicação das metodologias interdisciplinares ao ensino, pois, até à segunda metade do século XX, a bibliografia especializada do ponto de vista teórico contava apenas com quatro obras de referência: *Interdisciplinarité. Problèmes d'enseignement et de recherche des universités* (CERI, 1972); Julie Thompson Klein, *Interdisciplinarity. History, Theory, & Practice* (1990), *Crossing Boundaries. Knowledge, Disciplinarity and Interdisciplinarity* (1996); Julie Thompson Klein, *Humanities, Culture, and Interdisciplinarity* (2005); William H. Newell, *Interdisciplinarity. Essays from the Literature* (1998)<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> Para Olga Pombo a «inexistência de uma teorização consistente que legitimasse e iluminasse a prática da interdisciplinaridade» (2004:88), não impedia a possibilidade de provar a instauração de um regime interdisciplinar dos diferentes conhecimentos científicos suscetível de ser analisada através da «estabilização institucional e epistemológica de rotinas de cruzamento de disciplinas» (*Id.*:75). Um dos resultados destes processos de cruzamento são as «interdisciplinas» que constituem novas disciplinas autónomas do ponto de vista académico, distinguindo-se das «ciências de fronteira», «novas disciplinas constituídas nas interfaces de duas disciplinas tradicionais», igualmente designadas «disciplinas híbridas» (*Id.*:76), e das «interciências», «as novas disciplinas constituídas na confluência de várias disciplinas de áreas diferentes do conhecimento» (*Id.*:77). Olga Pombo resume o debate propondo uma definição lapidar de interdisciplinaridade. Assim, considera que por interdisciplinaridade deveria entender-se «qualquer forma de combinação entre duas ou mais disciplinas com vista à compreensão de um objeto a partir da confluência de pontos de vista

Pode dizer-se que a definição dos contornos terminológicos da interdisciplinaridade revela grande utilidade, na medida em que permite distinguir o conceito claramente de outros termos semelhantes da família cujos sentidos traduzem níveis de coordenação possíveis. Isso mesmo foi feito no referido relatório da OCDE sobre a interdisciplinaridade e por diversos autores que nele se inspiraram. Por isso, importa determinar o sentido de tais termos. Sem prejuízo do interesse que as formulações de cada autor suscitam, incidiremos a atenção sobre aquelas que contribuem para uma compreensão das «relações interdisciplinares» (Jean Piaget). Na terminologia proposta, registamos as seguintes noções: multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, transdisciplinaridade, disciplinaridade cruzada e interdisciplinaridade. No relatório da OCDE cada uma delas é submetida a uma análise descritiva, enriquecendo-se deste modo o vocabulário sobre o tema (Klein, 1990:77). As formulações que se seguem constituem uma síntese parcial das propostas terminológicas do relatório, especialmente as de Berger, Boisot, Jantsch, Michaud e Abt (CERI, 1972) e da avaliação efetuada por Joseph J. Kockelmans (1979:129-132). Para o fim a que nos propomos com este trabalho, o aparato terminológico em análise supõe uma teleologia que suporta as práticas do ensino das Humanidades no âmbito das quais emergem «novas formas de interdisciplinaridade» (Klein, 2005:41). Admite-se assim que os universos de referência desses conceitos ocorram nos processos de ensino e aprendizagem.

A multidisciplinaridade resulta da justaposição de disciplinas diversas que não estabelecem entre si qualquer relação aparente. Por sua vez, a pluridisciplinaridade é entendida como atividade que implica a justaposição ou a subordinação de diferentes disciplinas afins, exigindo dos sujeitos que a praticam competência em pelo menos uma das disciplinas e um profundo conhecimento das restantes disciplinas. A disciplinaridade cruzada é a atividade desenvolvida por vários especialistas através da qual se procura resolver um problema ou conjunto de problemas que nenhuma disciplina permite tratar isoladamente, sendo necessário recorrer a métodos e técnicas de algumas disciplinas afins sem pretender a sua integração com o objetivo de criar uma nova disciplina. A transdisciplinaridade é a atividade realizada por um grupo de cientistas com formação em uma ou mais

---

diferentes e tendo como objetivo final a elaboração de uma síntese relativamente ao objeto comum» (*op.cit*:38.).

disciplinas cuja finalidade é desenvolver uma ação sistemática que permita transpor os efeitos negativos da especialização e do etnocentrismo disciplinar, tornando o ensino e a investigação socialmente relevantes<sup>38</sup>. A interdisciplinaridade é a atividade desenvolvida por um ou mais especialistas visando a resolução de um determinado tipo de problemas através do recurso à integração de conceitos, epistemologia, terminologia, metodologia e procedimentos de disciplinas preexistentes para a criação de uma nova disciplina. Com efeito, o tema da interdisciplinaridade ocupa um lugar central no desenvolvimento da investigação que empreendemos, especialmente no que tange à história da constituição dos estudos literários e dos Estudos Africanos, bem como das unidades disciplinares que os integram.

---

<sup>38</sup> Cf. Para Gibbons et alli, *The New Production of Knowledge. The Dynamics of Science and Research in Cintemporary Societies*, Los Angeles/London, SAGE, 2012. A transdisciplinaridade revela a sua importância associada a outras características relevantes do chamado «novo modo de produção do conhecimento» cuja fenomenologia permite discernir a consequência do estilhaçamento das fronteiras disciplinares em que o modelo fundado nas disciplinas engendra igualmente o seu próprio contrário. Para Gibbons e outros, essa nova fase configura a transição do Modo 1 ao Modo 2. O primeiro baseia-se na produção predominantemente monodisciplinar. O segundo é gerado em contextos sociais e económicos transdisciplinares. O Modo 2 de produção do conhecimento estende-se às Humanidades, podendo ser analisada, à semelhança da ciência e tecnologia, através de outras características igualmente importantes, tais como a heterogeneidade, a reflexividade, a distribuição social e a dimensão económica. Se a heterogeneidade exprime a inexistência de estruturas hierárquicas, a reflexividade é identificada como sendo a característica principal do Modo 2. Consistindo na incessante interrogação do passado pelo presente, pressupõe contextos de enraizamento nos quais e sobre os quais opera. Neste sentido, considera-se que a reflexividade contribui para a produção do sentido que deve ser atribuído à experiência humana. Cf. Para Gibbons et alli, *The New Production of Knowledge. The Dynamics of Science and Research in Cintemporary Societies*, Los Angeles/London, SAGE, 2012.



**CAPITULO II**  
**A SINGULARIDADE DISCIPLINAR**  
**DOS ESTUDOS LITERÁRIOS**



## II.1. Apogeu e declínio da filologia clássica

Génese da filologia.- Implosão da filologia clássica.- Modelo filológico.- Filologia das línguas vernáculas e literaturas modernas.- Estudos linguísticos e estudos literários.-

Com a instauração de um sistema disciplinar moderno na Europa, nos séculos XVII e XVIII, a filosofia moral daria lugar às Humanidades. E a filologia que era uma palavra quase esquecida viria a ser recuperada em 1777 por Friederich Wolf, professor da Universidade de Göttingen. Caberá ao inglês Sir William Jones o mérito de lançar as sementes do método comparativo fundador da filologia clássica, quando em 1785 elabora um trabalho dedicado à comparação das línguas europeias com o Sânscrito, tendo como finalidade dotar o império britânico de uma capacidade para exercer um melhor controlo das populações da Índia a partir das similitudes prováveis com o inglês. O que tornará possível proceder à classificação das variações linguísticas. A mudança radical tem lugar quando Friedrich Schlegel publica, em 1808, o livro *Von der Sprache und Weisheit der Inder* (A Língua e a Filosofia dos Hindus). O seu propósito consistia em estudar o Sânscrito à luz do método comparativo. A partir daí a filologia adquire dignidade institucional sob os auspícios da reforma humboldtiana ao ser introduzida como disciplina na Universidade de Berlim em 1820. Constituía, além disso, a trave mestra do ensino humanístico, residindo o seu ponto de ancoragem no estudo das línguas e dos textos. Nesta fase os estudos literários seguiam o método da crítica textual aplicada aos manuscritos de que Karl Lachmann (1793-1851) foi pioneiro moderno. Ora, os ideais avassaladores do iluminismo setecentista que até aí orientavam o ensino e a investigação das Humanidades constitutivas da filologia clássica na Europa seriam contrariados pelo pensamento original de autores como Johann Gottfried von Herder (1744-1803) cujas teses serão desenvolvidas por Friederich Carl von Savigny e Jacob Grimm (1785-1863) aplicando o método filogenético-comparativo a domínios tão diversos como a linguística, o estudo das variantes textuais, a história literária, a história do direito, a literatura tradicional e as crenças populares, com a finalidade de determinar as suas origens mitológicas antigas. O termo *Volksgeist* é introduzido na língua alemã por Savigny para dar relevância à ideia segundo a qual

«o sistema jurídico era a expressão direta da mentalidade específica da nação» (*Id.*:28).

O declínio da filologia clássica ocorre com a sua implosão e manifesta-se no princípio do século XX, através de um largo conjunto de indícios. Michael Werner admite que já no século XIX a filologia sofria os efeitos da erosão de três tipos de tensões. O primeiro tipo de tensão põe em confronto a orientação crítica e a orientação hermenêutica. Com a orientação crítica são criadas as premissas que conduzem à consolidação da crítica textual cuja ambição é estabelecer a filiação histórica dos textos e documentos, eliminando as marcas da interferência dos intérpretes ou copistas. A orientação hermenêutica aponta para a historicidade do exercício hermenêutico que exige o recurso às interpretações precedentes de modo a garantir uma compreensão global. O segundo tipo de tensão resulta da oposição entre a filologia das palavras (*Wortphilologen*) e a filologia das coisas (*Sachphilologen*) iniciada com a polémica entre K.O. Müller (1797-1840) e Gottfried Hermann (1772-1848) acerca das Euménides de Ésquilo (Combre, 1990: 30). A filologia das palavras defende o primado da língua e consequentemente a cientificidade das operações de caráter técnico a que se submetem os textos em obediência às regras da gramática e da retórica ou da métrica. O seu princípio basilar aponta para a disciplinaridade da língua e da literatura. E o seu triunfo deve-se ao *Volksgeist*, substrato político-ideológico dominante nos meios académicos alemães sobre o qual se apoia o Romantismo. Os cultores da filologia das coisas preferem concentrar o seu interesse sobre os referentes a que as palavras dão acesso. Neste sentido, a língua e os textos constituem um meio para conhecer as realidades culturais, religiosas e políticas das comunidades de que promanam. Os argumentos que subjazem à querela entre a «filologia das palavras» e a «filologia das coisas» configuram uma outra controvérsia tipicamente alemã que mobilizará dois professores universitários e eminentes filólogos, novamente Gottfried Hermann de Leipzig e August Boeckh (1785-1867) de Berlim. O terceiro tipo de tensão deve-se a duas tendências complementares: a canonização e a historicização (Werner, 2006: 181-183).

Os indícios da crise do modelo filológico têm o cerne na tensão do segundo tipo opondo defensores da *Wortphilologen* e da *Sachphilologen*, pois o abandono desta última, concentrada no estudo de textos da antiguidade greco-romana que na Alemanha andava associada ao projeto da *Bildung*, tem como consequência uma

modificação no objeto da filologia clássica, passando a incorporar disciplinas que se foram autonomizando gradualmente. Surgem as filologias das línguas vernáculas e das literaturas modernas cujo desenvolvimento está vinculado ao conceito de literatura nacional difundido pelo projeto ideológico do romantismo europeu. A cisão da filologia clássica analisa-se na constituição e institucionalização de dois domínios disciplinares diferentes: os estudos linguísticos e os estudos literários.

O período de incipiência da linguística enquanto disciplina académica, situa-se na primeira metade do século XIX, quando Franz Bopp (1791-1867), além da publicação do seu livro *Über das Conjugationssystem* em 1816, inaugura o seu ensino ao ser nomeado como professor de literaturas orientais e linguística geral (*Orientalische Literatur und allgemeine Sprachkunde*) na Universidade de Berlim, em 1821. Emprega pela primeira vez o termo «linguística geral» (*Allgemeine Sprachkunde* ou *Allegemeine Sprachwissenschaft*) (Hal, 2012:37). Um outro linguista alemão contribui igualmente para a sedimentação da disciplina. Trata-se de Hans Georg Conon von der Gabelentz (1807-1874) que a partir de 1878 se dedica à docência, primeiro na Universidade de Leipzig, lecionando Línguas do Extremo Oriente (1890 a 1893), e depois na Universidade de Berlim onde lecionou Línguas da Ásia Oriental e Linguística Geral. A publicação do seu manual *Die Sprachwissenschaft*, em 1891, constitui um momento importante do processo de formação da disciplina. Foi igualmente coeditor da primeira revista científica exclusivamente consagrada à linguística geral, a *Internationale Zeitschrift für Allegemeine Sprachwissenschaft*, publicada entre 1884 e 191 (Elfferes, 2012:58).

Sob o impulso dos ideais românticos, os filólogos e linguistas alemães alargavam o seu interesse pelo estudo comparado das línguas orientais e das línguas africanas. *Ex oriente lux* (Do oriente vem a luz) era o *slogan* que coroava aquilo a que se chamou «renascimento oriental» (Karstens, 2012:108). De resto, o título do livro de Friedrich Schlegel vem comprová-lo. Relativamente a África, a história da classificação das línguas das várias regiões do continente regista os importantes contributos de linguistas alemães, como veremos no capítulo que aborda a história dos Estudos Africanos. A criação do Instituto das Línguas Orientais em 1887, bem como a publicação de revistas científicas, *Zeitschrift für Africanische Sprachen* e *Zeitschrift für Africanische und Ozeanische Sprachen* confirmam a existência de uma comunidade de linguistas especializados. Estas revistas contavam com a colaboração de um eminente linguista africanista como Carl Meinhof (1857-1944)

que firma o seu prestígio académico quando publica um importante estudo sobre a descrição da fonética das línguas bantu a que se seguiu, em 1905, a atribuição do lugar de professor no Instituto das Línguas Orientais de Berlim. Sucede-se uma outra geração de linguistas africanistas alemães representada por Diedrich Westermann (1875-1956). Este notabiliza-se em 1911 com a publicação do livro *Die Sudansprachen* (As Línguas do Sudão), tendo sido titular da primeira cátedra de línguas africanas na Universidade de Hamburgo em 1919 e na Universidade de Berlim em 1925.

A influência da filologia clássica alemã chegou à vizinha França, tendo o seu sucesso decorrido entre 1830 e 1870 (Werner, 1990:20). As condições para a institucionalização da filologia em França consideram-se reunidas em 1860. Ao facto estão associados os nomes de Gaston Paris (1839-1903) que estudou alemão na Universidade de Bona de 1856 a 1858, e Paul Meyer (1840-1917) que se interessava pelos estudos dos romanistas alemães. Criam a revista *Romania*, em 1872, inspirada no modelo da *Germania*, publicada desde 1856 na Alemanha. Ambos desenvolvem atividades académicas, respetivamente, como professores na Escola Prática de Altos Estudos e no Collège de France, contribuindo deste modo para a consagração da filologia (*op.cit.*:14-175).

Passados cerca de três décadas de apogeu, entre 1870 e 1900, desenhavam-se nas primeiras décadas do século XX os contornos do declínio e da morte definitiva do paradigma filológico que se concretizará por força da ação de dois linguistas, o suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913) na Europa e o norte-americano Leonard Bloomfield (1887-1949). O primeiro com o seu *Cours de Linguistique Générale* publicado a título póstumo em 1916<sup>39</sup>. O segundo pela responsabilidade que tem na difusão das teorias de Saussure nos Estados Unidos da América. Estes dois autores deram um contributo relevante ao desenvolvimento e autonomização da ciência linguística. No domínio dos estudos literários, a filologia foi abalada pela intervenção de vários autores e por todas as correntes teóricas que emergiram nas primeiras três décadas do século XX. Destacam-se o formalismo russo, o estruturalismo checo e o *new criticism* norte-americano que não deixam de fazer apelo às relações interdisciplinares dos estudos literários com outras disciplinas humanísticas.

---

<sup>39</sup>Ferdinand de Saussure, *Curso de Linguística Geral*, trad. José Victor Adragão, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 8ª edição, 1999.

## II.2. A disciplinarização da literatura

Autonomização disciplinar da literatura.- Modelos de disciplinarização da literatura.- Afirmção da linguística e da literatura.- Da literatura aos estudos literários.-

A autonomização disciplinar da literatura na Europa desenvolve-se de acordo com três modelos de disciplinarização: o britânico ou generalista, o germânico ou científico e o francês. O primeiro gravita em torno das «belas letras» cujo fundamento é o discurso sobre o juízo estético e o gosto analisando-se em processos que visam transformar a crítica literária sob a forma de ensino da literatura. Assentava no ensino da retórica e nas categorias de género literário para a elaboração de antologias, fornecendo textos clássicos sem quaisquer critérios de ordem histórica com o único propósito de inculcar competências de expressão oral, leitura e escrita (Guillory, 2002: 32). O modelo britânico inspira-se nas ousadas iniciativas escocesas das universidades de Glasgow e St. Andrews que foram as pioneiras na institucionalização do ensino da língua e da literatura inglesas, já na segunda metade do século XVIII. Na Universidade de Edinburgh, Adam Smith iniciou o ensino da retórica e da literatura em língua inglesa. Os efeitos deste pioneirismo escocês são tardios em Inglaterra, França e nos Estados Unidos da América. É no século XIX que se dá a incorporação dos estudos da língua e da literatura inglesas no sistema educativo inglês quando o seu ensino chega a Oxford e Cambridge. À referida ocorrência está irremediavelmente ligado o nome de Matthew Arnold que durante períodos decisivos da história da educação inglesa acumulou as funções de «crítico literário e inspetor das escolas populares» (Hunter, 1988:113). Portanto, a «pedagogia literária moderna» e a «crítica literária» à luz do modelo britânico são fenómenos típicos de uma sociedade que regista mudanças. Ian Hunter explica as razões que aí subjazem:

First, the appearance of English literature at Oxford and Cambridge at the end of the nineteenth century provided neither the intellectual nor the administrative model for the rise of English in the educational system. This event can be regarded as a short-lived pedagogical incarnation of aesthetico-ethical criticism; it signifies a terminal mutation of the nineteenth-century man of letters, rather than a prefiguration of that distinctively twentieth-

century personage the teacher-critic. Second, the developments which saw the emergence of modern English were not focused in the culture of the ancient universities, but in the apparatus of popular education, particularly in the machinery of teacher-training and its accompanying special techniques and knowledges (*op.cit*:111)<sup>40</sup>.

O segundo modelo organiza-se em torno da filologia, ciência que tem a vocação de realizar a unidade do conhecimento sobre a cultura e a generalidade da criação e produção do espírito humano. Entre a língua e a literatura estabelece-se uma relação incindível. Nesta coexistência, a língua ocupa um lugar central influenciando a constituição de novos departamentos das universidades onde durante muito tempo a literatura será marginal, além de representar apenas o contradiscurso da filologia que cederá lugar a uma disciplina autónoma com o apogeu do romantismo europeu e do ensino literário moderno no século XIX. Remonta a esse período a invenção do sentido atual atribuído à literatura, enquanto produto da criação imaginativa sem qualquer conotação com a ciência. A entrada em cena da história literária vai alterar a correlação de forças entre a língua e a literatura, na medida em que os filólogos passaram a recorrer aos métodos da investigação literária e a dedicar-se ao estudo das obras literárias. Ao analisar os limites que definem o campo dos dois modelos, John Guillory aponta a última década do século XIX como o momento a partir do qual se manifestam os fenómenos relevantes da organização curricular dos estudos da literatura sob a hegemonia do paradigma filológico. O ano de 1890 pode ser tomado como referência histórica para a filologia, pois data daí o início da utilização dos conceitos da história literária, negligenciando-se o uso de antologias de textos literários em defesa da combinação do ensino e da investigação, dos estudos linguísticos e histórico-literários. A filologia é surpreendida pelas combinações inéditas que semeiam as bases de uma nova disciplina cuja existência até aí era difusa, apesar da importância que ao modelo é conferido no contexto nacional alemão.

---

<sup>40</sup> Em primeiro lugar, o surgimento da literatura inglesa em Oxford e Cambridge, no final do século XIX não se traduziu nem em modelo intelectual nem administrativo para a introdução do inglês no sistema educativo. Este evento pode ser considerado como uma efêmera encarnação pedagógica da crítica estética e ética; isso significa a última mutação do homem de letras do século XIX, mais do que uma prefiguração do professor-crítico, esta distinta personagem do século XX. Em segundo lugar, a evolução do ensino de inglês moderno não estava centrado na cultura das antigas universidades, mas no aparelho da educação popular, particularmente na formação de professores, bem como nas técnicas e saberes especiais que o acompanhavam.



O terceiro modelo traduz a admiração e as resistências que o paradigma filológico suscita em França, apesar do papel que lhe é atribuído na formação de diversas disciplinas dos estudos literários e de outras da área das ciências humanas e sociais. Regista-se aí a insanável conflitualidade de duas perspetivas, uma normativa na linha da tradição retórica das «belas letras» e outra que obedece à ideia de historicidade. Werner admite a hipótese de o centro de tal conflitualidade ser ocupado pelas ciências sociais na sociedade francesa do século XIX, comparável ao da filologia na Alemanha (1990:178). Outro indício da especificidade do modelo francês reside no desenvolvimento eclético que a Linguística adquire em França quando se constitui a Sociedade de Linguística de Paris, reunindo seguidores da tradição francesa (Abbadie, Charencey, Chodzko, Schoeble) e da tradição alemã (Derenbourg, Opert, Gaston Paris, Ernest Renan, Michel Bréal). Segundo Werner, os estatutos desta associação científica estriba-se na cisão entre a crítica literária e a investigação sobre as línguas (*op.cit.*:179). Com efeito, o interesse marginal pela filologia em França confirma-se com o surgimento da *Revue de Philologie Française* em 1887, dedicada exclusivamente ao estudo do francês arcaico. Por outro lado, a paisagem académica vê-se enriquecida em 1894 com a criação da Sociedade da História Literária de França e da respetiva revista. Trata-se de uma disciplina literária praticada de modo diferenciado da *Literaturgeschichte* alemã que obedece aos postulados da escola histórica.

A tensão entre os três referidos modelos de estudo da língua e da literatura dominada pela variável proeminência do paradigma filológico repercute-se nas relações que opõem «especialistas» a «generalistas» de acordo com a categorização de Gerald Graff. O especialista representa o momento da profissionalização e o surgimento dos departamentos de línguas e literaturas, processos desencadeados durante o último quartel do século XIX. O filólogo alemão representa o tipo de especialista que melhor se adequa à necessidade da profissionalização. A imagem do seu contendor é veiculada pelo generalista, «comprometido com a ideia dos departamentos de inglês e línguas modernas, mas que mantém os ideais da antiga escola da cultura liberal ou geral contra a visão estreita da investigação especializada» (Graff, 1987: 55). Apesar do recurso aos dispositivos da investigação histórico-literária, a filologia foi-se revelando incapaz de assegurar o desenvolvimento do estudo da literatura em bases científicas. O surgimento da linguística e a afirmação da literatura enquanto disciplinas no princípio do século

XX parece constituir um forte indício desse facto. A este propósito, John Guillory afirma:

The fate of philology may no doubt be read in the implications of the complex relation between language and literature as disciplinary objects and for this reason we cannot say that philology declined only because its research program was exhausted (if indeed it was exhausted). The displacement of philology by linguistics is more mysterious, more involved with philology's adventitious and at the same time necessary relation to literature [...] Looking back on this disciplinary history a century later we are compelled to acknowledge that literature has been made to play a kind of allegorical role in the development of the disciplines, as the name of the principle antithetical to the very scientificity governing discipline formation in the modern university. For this reason *belles lettres* was able to contend with philology, despite its institutional weakness. (*op.cit*:37)<sup>41</sup>.

Para Guillory não se pode perder de vista o momento dialético que subjaz ao papel alegórico conferido à literatura quando se começa a manifestar o declínio da filologia. Na relação dialética que se estabelece entre as duas disciplinas, a literatura é o contrário da filologia, a antítese da cientificidade reivindicada pela filologia.

Portanto, a superveniente coabitação forçada da história literária, retórica e crítica literária, no contexto institucional do mesmo departamento nas estruturas universitárias, explica a falência do modelo filológico na sua pretensão de englobar os estudos literários. Na nomenclatura das disciplinas que constituem o seu campo interdisciplinar opera-se com vários critérios, muitos dos quais denunciam a herança das filologias nacionais. O que contrasta com a pretensão da sua validade

---

<sup>41</sup> O destino da filologia pode sem dúvida ser lido nas implicações da complexa relação entre a língua e a literatura enquanto objetos disciplinares e, por essa razão, não podemos dizer que a filologia tenha caído em declínio apenas porque o seu programa de pesquisa se tenha esgotado (se é que se esgotou). A substituição da filologia pela linguística é mais misterioso, revela um maior envolvimento da filologia numa relação com a literatura que é, ao mesmo tempo, necessária e contingente [...] Num olhar retrospectivo sobre esta história disciplinar, um século depois, somos obrigados a reconhecer que a literatura tem servido para desempenhar uma espécie de papel alegórico no desenvolvimento das disciplinas, como o nome de um princípio em contradição com a própria cientificidade que rege a formação da disciplina na universidade moderna. Por essa razão as *belles lettres* foram capazes de lidar com a filologia, apesar de sua fragilidade institucional. (*op.cit*: 37).

universal. Por essa razão, vão-se tornando indeléveis as fronteiras que definem a singularidade das literaturas nacionais e suas respectivas filologias ou histórias literárias com o conjunto de saberes que constituem os estudos literários. Consumada a fragmentação do objeto da filologia, a investigação e o ensino da literatura adquirem autonomia plena<sup>42</sup>. Com o fim da hegemónica filologia regista-se um outro fenómeno de autonomização disciplinar, quando se dá a fragmentação da literatura enquanto disciplina.

---

<sup>42</sup> Vítor Aguiar e Silva admite que, numa perspetiva periodológica, as transformações referidas configuram um cenário ocupado pela «filologia pós-imperial» que tenha em conta os avanços da teoria e correntes literárias contemporâneas. E seja, ao mesmo tempo, capaz de reconhecer as consequências da hermenêutica de que a leitura é a dimensão mais fecunda (Aguiar e Silva, 2010:105-106).

### II.3. Estudos literários, ciências do espírito e hermenêutica literária

Humanidades modernas e ciências do espírito.- Filologia e hermenêutica.-  
Hermenêutica filológica e hermenêutica literária.- Teoria geral da  
hermenêutica.- As tradições particulares e hermenêuticas.-

Os estudos literários, como vimos, derivam da fragmentação disciplinar da filologia clássica e formam um conjunto de disciplinas que apresentam alguma identidade. À luz da classificação das ciências proposta por Wilhelm Dilthey (1833-1911), um dos mais importantes representantes da epistemologia alemã do princípio do século XX, esse conjunto de disciplinas integra as ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*). Atento ao desenvolvimento das ciências na Alemanha do seu tempo, Dilthey projetava a fundamentação de uma epistemologia coerente, concentrando o seu esforço na delimitação dos campos das Ciências Naturais (*Naturewissenschaften*) e das Ciências Humanas (*Geisteswissenschaften*). Realiza tal proeza em 1883 com a publicação da sua *Introdução às Ciências do Espírito*. Para Dilthey, a propriedade mais universal comum ao grupo das ciências do espírito é a sua ligação ao homem, à humanidade, sendo que os seus fundamentos reside na conexão entre vida, expressão e compreensão (Dilthey, 2006:25-29). A compreensão e a interpretação são as bases do seu método. A gradual complexidade desses fundamentos permite detetar uma «diferença entre as formas elementares e as formas superiores de compreensão» justificando-se assim «a separação tradicional da interpretação pragmática ante a interpretação histórica» (*Id.*:191).

A consagração definitiva dos estudos literários enquanto domínio interdisciplinar dá lugar a disciplinas que dialogam entre si, nomeadamente, Filologia; Línguas e Literaturas Clássicas; Línguas e Literaturas Modernas; Linguística; Hermenêutica Literária; Retórica; Poética; Teoria da Literatura; Crítica Literária; Literatura Comparada; Teologia; História; Filosofia; História da Arte; História da Cultura; História das Ideias. São estas algumas das disciplinas que formam as «Humanidades modernas», atualmente definidas como «Humanidades académicas»<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> Para Vítor Aguiar e Silva elas constituem: «[...] o conjunto de disciplinas cultivadas, nos campos da investigação e da docência, nas instituições do ensino superior contemporâneo e que são herdeiras, sob os pontos de vista escolar, intelectual e cultural, dos *studia humanitatis* e das *litterae humaniores*; que têm territórios institucionais próprios – Faculdades, Departamentos, Centros,

As Humanidades modernas adquirem um estatuto reforçado, quando nesse período é introduzido o ensino das línguas e literaturas nacionais nas escolas e universidades do Ocidente, constituindo disciplinas ou campo disciplinar onde se desenvolve a investigação e a docência. Mas o sentido do humanismo aí incorporado está vinculado à visão eurocêntrica.

Ao desenvolver a sua reflexão sobre as transformações sofridas pela hermenêutica e os contributos de filólogos alemães como Friederich Schlegel, Friederich Daniel E. Schleiermacher (1768-1834), e August Boeckh, Dilthey descortinava um contexto novo em que se inscrevia a necessidade de «uma relação com a tarefa epistemológica geral de apresentar a possibilidade de um saber sobre a conexão do mundo histórico e de descobrir os meios para a sua realização» (*op.cit.*:201-2012). É aí que se situa o mérito de Dilthey e que Hans-Georg Gadamer considera decisivo. Trata-se do «problema da transição de uma fundamentação psicológica para uma fundamentação hermenêutica das ciências do espírito» (Gadamer, 2011:303). Tal constatação traduz a necessidade de um aprofundado conhecimento da história da hermenêutica, através da qual se chega ao pensamento dos precursores de Schleiermacher, nomeadamente, Johann Martin Chladenius (1710-1759), Friederich Ast (1748-1841) e Friederich August Wolff (1759-1824). Os dois últimos filólogos fundadores consideravam que a hermenêutica trabalhava com os materiais dignos de serem objetos da compreensão e que revelavam a unidade da literatura vétero-cristã. Na formulação de Friederich Ast, tal significava que o objetivo consistia em «alcançar a unidade entre vida grega e cristã» (Gadamer, *op.cit.*: 247). Aqui está o ponto de referência da descolagem e originalidade de Schleiermacher, relativamente aos seus predecessores como explica Gadamer:

Schleiermacher, ao contrário, já não busca a unidade da hermenêutica na unidade de conteúdo da tradição a que se deve aplicar a compreensão; mas abstraindo de toda a especificidade de conteúdo, ele a procura na unidade de um procedimento que nem sequer se diferencia pelo modo como as ideias são transmitidas, se por escrito ou oralmente, se numa língua estranha ou na

---

Programas, etc. – e nas quais se obtêm graus académicos específicos, que culminam com o grau de doutoramento» (Aguilar e Silva, 2010:75).

língua própria e contemporânea. O esforço da compreensão surge toda vez que não se dá uma compreensão imediata, e assim toda a vez que se deve contar com a possibilidade de um mal-entendido» (*Id., Ibid.*).

Faz-se alusão à ideia programática que se analisa na possibilidade de uma hermenêutica geral, ao mesmo tempo que se reconhece apenas a existência de hermenêuticas especiais, tais como a filológica, a teológica e a jurídica. A hermenêutica literária não é mencionada, pois no momento em que se manifestavam sinais da sua identidade, ela confundia-se ainda com a hermenêutica filológica, sem perder de vista o facto de ter sido a cisão produzida no objeto da filologia que constituiu indício da sua autonomia.

Johann Martin Chladenius (1710-1759) é o autor que, na esteira da tradição alemã, empreende o labor seminal que poderia conduzir à construção disciplinar da hermenêutica literária, com o livro publicado em 1742, *Einleitung zur richtigen Auslegung vernünftiger Reden und Schrifften* (Introdução à Interpretação justa dos Discursos e das Obras Escritas). Para Chladenius a hermenêutica é relativamente mais importante no domínio das Humanidades, ou seja, em disciplinas como a retórica, a poesia, a história e outras. No entanto, tal não se aplica à filosofia. Embora, não tivesse realizado a promessa de publicar uma «hermenêutica do discurso poético», na sua *Introdução*, Chladenius enuncia algumas ideias sobre a necessidade de uma hermenêutica especial, inteiramente dedicada ao texto literário. A leitura dos seus aforismos dá-nos perfeita ideia disso.

In philosophy there is little need for the art of interpretation. Here, every individual must rely on the strength of his ability to think. A proposition in a philosophical work at which we can only arrive after much interpretation does not do us particular service because we then ask whether it is true and how one should prove it-which really belongs to the art of philosophy (§187).

We need a hermeneutics all the more in the arts, e.g., in rhetoric, poetry, history, and antiquities, from which we generally have more to learn than from the old Roman and Greek scholars. But when we find, as we have seen in (173,174,175), that we still only understand little after we have already acquired the general *requisita*, e.g., a knowledge of the words and their relationship (2,3), then we still need an interpretation (169). A number of the

scholia and commentaries which we often find by old scribes have slowly developed this way. We can learn to save and use the rules from hermeneutics and then go on to improve and extend their usage (§188) (Mueller-Vollmer, 2006: 62)<sup>44</sup>.

Num projeto inacabado, Chladenius defendia a constituição de uma hermenêutica literária após a dissolução da filologia clássica<sup>45</sup>, ao lado de outras como a hermenêutica bíblica e a hermenêutica jurídica. Schleiermacher chegara à mesma conclusão quando elaborava uma das suas mais importantes teses, influenciado pelo pensamento de seus predecessores e, especialmente, pelas correntes do movimento romântico alemão. Retomando os argumentos de Chladenius, afirma:

I. 1. At present there is no general hermeneutics as the art of understanding but only a variety of specialized hermeneutics [...].

2. It is very difficult to assign general hermeneutics its proper place among the sciences.

1. For a long time it was treated as an appendix to Logic, but since Logic is no longer seen as dealing with applied matters, this can no longer be done.

The philosopher per se has no interest in developing hermeneutical

---

<sup>44</sup> Na filosofia há pouca necessidade para a arte da interpretação [grifo Nosso]. Aqui, cada indivíduo deve contar com o strength de sua capacidade de pensar. A proposição de um trabalho filosófico em que só podemos chegar depois de muita interpretação não faz de nós um determinado serviço, porque nós, em seguida, perguntar se é verdade e como se deve prová-lo-que realmente pertence à arte da filosofia (§187).

Precisamos de uma hermenêutica tudo o mais nas artes, por exemplo, na retórica, poesia, história e antiguidades, desde que geralmente têm mais a aprender do que a partir de idade romana e estudiosos gregos [grifo Nosso]. Mas quando encontramos, como vimos em (173,174,175), que ainda só entendem pouco depois que já adquiriram o requisito geral, por exemplo, o conhecimento das palavras e sua relação (2,3), então ainda precisamos de uma interpretação (169). Um certo número de scholia e comentários que nós encontramos frequentemente por escribas antigos desenvolveram lentamente dessa forma. Podemos aprender a guardar e utilizar as regras de hermenêutica e, em seguida, ir para melhorar e alargar a sua utilização (§188) (Mueller-Vollmer, 2006: 62).

<sup>45</sup> Cfr. Pierre Judet de la Combe, «Philologie Classique et Légitimité. Quelques Questions sur un 'Modèle'», in Michel Espagne e Michael Werner, (dir.), *Philologues I. Contributions à l'Histoire des Disciplines Littéraires en France et en Allemagne au XIXe Siècle*, pp.23-42. A propósito da implosão da filologia clássica e a impossibilidade da hermenêutica literária, este autor afirmava: «De son côté, la philologie comme science des textes sera soumise à une crise intérieure, qui rendra le modèle choisi quasi inapplicable pour l'interprétation de littérature, Paradoxalement, en effet, l'universalisation de l'idée de sens comme pure expression symbolique va détourner l'intérêt des chercheurs de analyse herméneutique des textes» (p.29).

theory. He seldom works at understanding, because he believes that it occurs by necessity.

2. Moreover, philology has become positivistic. Thus its way of treating hermeneutics results in a mere aggregate of observations (Mueller-Vollmer, 2006: 73-74)<sup>46</sup>.

Ambos, Chladenius e Schleiermacher, sublinham a inexistência de uma hermenêutica geral. Mas o que os separa não são apenas as idades e os momentos diferentes em que publicam os seus textos, é sobretudo o movimento contrário para que tendem as suas teses. Chladenius pugna pela instauração de uma hermenêutica especial, a literária. Para Schleiermacher o grande objetivo é a «desregionalização» da hermenêutica, a constituição de uma hermenêutica geral.

Ao analisar a obra de Chladenius em *Introduction à l'Herméneutique Littéraire*, Peter Szondi procura determinar a sua originalidade, observando que a ausência da hermenêutica literária do elenco das disciplinas hermenêuticas devia-se ao modo como ela foi sendo praticada. Para Szondi, a hermenêutica literária enquanto «ensino da interpretação – *interpretatio* – de obras literárias» (Szondi, 1989:7) distingue-se da hermenêutica filológica por duas razões. Ao contrário do que acontece na hermenêutica filológica, a hermenêutica literária deve invocar o carácter estético do texto a interpretar que constitui a premissa da técnica de interpretação. E, por outro lado, deve ser tida em conta a consciência da historicidade do ato hermenêutico (*Id.*:10).

A construção de uma hermenêutica filosófica vinculada a uma hermenêutica aplicada ao texto, não exclusivamente ao texto literário, corresponde ao projeto desenvolvido por Paul Ricoeur que, na sua definição de trabalho, adota uma perspectiva segundo a qual «a hermenêutica é a teoria das operações da

---

<sup>46</sup> I. 1. Até ao momento não há hermenêuticas gerais, como a arte de compreender, mas apenas uma variedade de hermeneuticas especializados [...] [itálico Nosso].

2. É muito difícil atribuir à hermenêutica geral seu devido lugar entre as ciências.

1. Por muito tempo ela foi tratada como apêndice da Lógica, mas a partir do momento em que a Lógica já não se aplica a questões práticas, tal situação dexou de acontecer. *O filósofo, por si só, não tem interesse em desenvolver uma teoria hermenêutica* [grifo Nosso]. Ele raramente trabalha em matérias respeitantes à compreensão, pois ele acredita que isso ocorre por necessidade.  
2. *A filologia tornou-se positivista* [itálico Nosso]. Assim, a sua maneira de tratar a hermenêutica resulta de um mero conjunto de observações (Mueller-Vollmer, 2006: 73-74).



compreensão na sua relação com a interpretação dos textos» cuja ideia central reside na «efetuação do discurso como texto» (Ricoeur, 1986:83). Todavia, para Ricoeur o que importa é concretizar os objetivos do movimento de «desregionalização» da hermenêutica, simultâneo ao movimento de «radicalização». No horizonte está a construção de uma «hermenêutica geral fundamental» (*Id.*:84). Pode dizer-se que a hermenêutica geral emerge à custa da neutralização dos germes que pudessem dar lugar à consolidação de outras hermenêuticas especiais, inexistentes até ao momento inaugurado por Schleiermacher, na história da disciplina.

Portanto, a possibilidade de afirmação da hermenêutica literária como disciplina dos estudos literários é uma das manifestações contemporâneas da alteração substantiva do paradigma filológico clássico. Nesta medida, a relação interdisciplinar que a hermenêutica literária pode estabelecer com outras disciplinas humanísticas tem conduzido a reivindicações que se julgam legítimas segundo as quais o exercício da crítica literária exige um «método» ou «teoria» que deve identificar-se com o ponto central da hermenêutica, isto é, os processos de «decifração» e «compreensão» especificamente adequados à marca humana numa obra e seu «significado» (Palmer, 2006:19). Mas a avaliação dos fundamentos filosóficos da hermenêutica para a interpretação literária em determinadas comunidades académicas dos Estados Unidos da América permite constatar a ausência da consciência histórica que parece ser um verdadeiro «problema crítico» (*Id.:cit.*: 251). Razões como estas sustentam os apelos para a renovação da hermenêutica literária que se deve dotar de instrumentos apropriados. A necessidade de delimitar a hermenêutica literária e de propor uma nova definição está na origem do livro de Hans Robert Jauss consagrado especialmente ao tema<sup>47</sup>. A pretensão de Hans Robert Jauss consiste em dar resposta à pergunta formulada no capítulo introdutório acerca do momento e do lugar em que ocorre a autonomização da hermenêutica literária. Admite que o seu desenvolvimento tardio deve-se à influência dos paradigmas do historicismo e da interpretação imanente da obra. Por isso, argumenta que para a elaboração de uma definição da nova hermenêutica literária pode ser útil o recurso a um desses instrumentos, isto é, o modelo assente na relação binária pergunta-resposta que pressupõe a atribuição de um lugar central ao conceito de horizonte (1988:25).

---

<sup>47</sup> *Ästhetische Erfahrung und literarische Hermeneutik* é o título da edição alemã. Utilizámos a edição francesa Hans Robert Jauss, *Pour une herméneutique littéraire*, Paris, Gallimard, 1988.

Refletindo sobre esta problemática no contexto africano, Okolo Okonda W'oleko considera que a elaboração de qualquer teoria geral da hermenêutica, entendida como teoria da interpretação do sentido, vem demonstrar que não existem senão hermenêuticas de tradições particulares, podendo, por conseguinte, ser defensável o potencial exploratório das «hermenêuticas africanas» insuficientemente teorizadas. W'oleko é conduzido a tais conclusões a partir da leitura das hermenêuticas de Martin Heidegger, Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur. Por essa razão, formula o argumento constitutivo de uma teoria geral de hermenêuticas africanas:

1. Qualquer teoria da leitura pressupõe a teoria do texto e vice-versa.
2. Qualquer leitura supõe uma “recuperação”.
3. Qualquer leitura e qualquer recuperação resultam de decisões tomadas a partir de uma visão de mundo sobre a leitura e a recuperação (1986:42-43).

Para Okolo W'oleko uma das premissas aponta para a ideia segundo a qual a tradição africana é o texto sobre que incide a leitura, alargando-se o sentido do texto a qualquer encadeamento verbal e a tudo o que se dá a ler, incluindo-se aqui o texto oral. Proceder à leitura da tradição significa recriar a sua cadeia, atualizando-a. Deste modo, a relação dialética que se estabelece entre a tradição e a interpretação é que assegura a incindibilidade da teoria e da prática hermenêutica. Do ponto de vista metodológico, W'oleko extrai a seguinte consequência: «une pratique herméneutique véritable doit se dire aussi comme théorie» (*op.cit*: 44). Para W'oleko os hermeneutas africanos e africanistas não cumprem a sua missão, quando se recusam a formular uma teoria.

A premissa menor significa que o fim último da leitura é sempre a apropriação consistindo esta na atualização do que se lê. Por isso, a leitura nunca é inocente ou neutra, na medida em que a apropriação produz sempre um impacto sobre a leitura em si. De acordo com W'oleko, a atualização pode revestir-se de vários estatutos epistemológicos. Consequentemente, o estatuto epistemológico de uma atualização é atribuído de acordo com o processo interno e dos pressupostos básicos que o sustentam. Na senda do pensamento de W'oleko conclui-se que qualquer hermenêutica especial, por exemplo, a hermenêutica jurídica ou a hermenêutica literária, revelar-se-á aparentemente associada a uma tradição.

A conclusão do argumento explora a função operatória da visão do mundo e da ideia de destino no processo hermenêutico. Okonda W'oleko define a visão do mundo sublinhando três aspetos. Em primeiro lugar, entende que através dela se dá uma imagem da situação existencial. É o aspeto descritivo. Em segundo lugar, procede-se à reflexão sobre o que é e o que foi. É o aspeto justificativo. Em terceiro lugar, desenha-se o futuro de um indivíduo ou de um povo. É o aspeto projetivo. Donde, a experiência histórica dos Africanos vem postular a assunção de uma situação hermenêutica em que a «validade de uma interpretação» possa estar indissoluvelmente ligada à «validade de uma luta», tendo em conta a «sua justiça» e a «sua justeza». Por essa razão, não poderão os africanos adotar ingenuamente a visão do mundo e a ideia de destino que emana das hermenêuticas europeias, sob pena de negarem a sua tradição e a sua história (*op.cit.*:45-46). Do ponto de vista metodológico, W'oleko extrai a seguinte consequência: a afirmação do primado da praxis sobre a hermenêutica, «entendida no sentido de uma ação para a transformação qualitativa da vida» (*Ibid.*). As condições de possibilidade de uma hermenêutica literária em África podem irromper das tensões dialéticas engendradas pela crise do modelo eurocêntrico da filosofia e da hermenêutica filosófica, por um lado, e a relação que deve ser estabelecida entre a cultura e a filosofia, por outro. Para Theophilus Okere<sup>48</sup>, os contributos que a filosofia africana pode prestar à «revolução hermenêutica da filosofia» reside na «historicidade e no relativismo da verdade». Assim, a hermenêutica deve traduzir-se numa perspetiva que permita equacionar a questão da relação entre a cultura e a filosofia. Trata-se de um problema hermenêutico que faz apelo a métodos e procedimentos adequados. Okere conclui deste modo que a hermenêutica é o fator de mediação entre a cultura e a filosofia (1983:18). Neste sentido, a hermenêutica literária será a expressão do cruzamento e do diálogo interdisciplinar entre os estudos literários, a filosofia e as formas da hermenêutica da cultura e da tradição.

---

<sup>48</sup>Cfr. Theophilus Okere, *African Philosophy. A Historico-Hermeneutical Investigation of the Conditions of its Possibility*, Lanham, University Press of America, 1983.

## II.4. Estudos literários e interdisciplinaridade

A vocação interdisciplinar dos estudos literários.- *New Criticism* e o fim da disciplinaridade.- Estruturalismo e pós-estruturalismo, a transição para a interdisciplinaridade.- Jacques Derrida, o descentramento e outras soberanias epistemológicas.- Estudos Literários Africanos e interdisciplinaridade.- Os novos problemas teóricos.-

O declínio da filologia clássica com vocação imperial e, consequentemente, a sua fragmentação em disciplinas que interagem na formação das novas disciplinas explica a necessidade de construções teóricas que fazem apelo às relações interdisciplinares dos estudos literários com outras disciplinas humanísticas. Por essa razão, a vocação interdisciplinar dos estudos literários parece ser genética, se lançarmos um olhar sobre a história da sua constituição. A prática interdisciplinar que precede a conceitualização da interdisciplinaridade localiza-se na primeira metade do século XX com a institucionalização das chamadas *area studies* de que os Estudos Africanos fazem parte. Todavia, as comunidades científicas tomam consciência do mapa da interdisciplinaridade a partir dos anos 40, pois os estudos literários pareciam obedecer a um movimento que lhes era intrínseco<sup>49</sup>. Após a emergência de iniciativas teóricas seminais do formalismo na Rússia e do estruturalismo na Tchecoslováquia, os Estados Unidos da América e a Europa ocidental são os territórios epistémicos onde se discute o recurso a metodologias de disciplinas não exclusivamente literárias que definirão as grandes orientações teóricas dos estudos literários dominadas pela perspectiva humanística do Ocidente<sup>50</sup>.

---

<sup>49</sup> No dizer de Gerald Graff, «So far had the interdisciplinary trend penetrated criticism by the late forties that by then the counterreaction against it had already begun. The attraction to the New Criticism for some came from the concern that interdisciplinary methodology was becoming so powerful as to obscure the integrity of literature itself, a concern that does not first date from reactions against poststructuralism or neo-Marxism». Cf. Gerald Graff. *Professing Literature. An Institutional History*, Chicago/London, The University of Chicago Press, 1987, p.210.

<sup>50</sup> Na mesma senda está Julie Thompson Klein que numa obra inteiramente consagrada à problemática da interdisciplinaridade nas Humanidades em contexto académico norte-americano e abordando especialmente o peso dos estudos literários na formação dos «american studies», sustenta que a evolução dos estudos literários no contexto académico norte-americano configura uma demonstração daquilo que podem ser os sucessos e os limites da interdisciplinaridade (Klein, 2005:105). As referências históricas sobre o surgimento dos «black studies» enquanto precursor do chamado «african american scholarship» têm aqui a sua importância para compreendermos o que na segunda parte do nosso trabalho diz respeito à disciplinarização dos Estudos Literários Africanos.

Nesse período está em curso a introdução de metodologias interdisciplinares nos estudos literários e, conseqüentemente, a consolidação progressiva de novas disciplinas, nomeadamente, a linguística, a história literária, a crítica literária, a Literatura Comparada e a Teoria da Literatura. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da profissionalização do ensino e da investigação confrontava-se com as reações dos arautos das afortunadas propostas teóricas do *New Criticism*, corrente de origem anglo-americana que opera com a perspectiva da leitura analítica do texto literário (*close reading*). Brotando das terras britânicas cuja figura cimeira é Ivor A. Richards, conquista entusiastas em setores não académicos no sul dos Estados Unidos e penetra rapidamente nos corredores do ensino universitário onde triunfalmente se impõe num contexto de época em que se faz a apologia da separação entre a arte e a política perante a ascensão vertiginosa das tendências pós-estruturalistas e marxistas. Donde, a autoridade esmagadora dos métodos do *New Criticism* não podia legitimar a sua hegemonia total.

Na verdade, até ao dealbar do século XXI, a história dos estudos literários foi marcada por hegemonias e contra-hegemonias de orientações teóricas e metodológicas suscetíveis de ser analisadas através dos isomorfismos estruturalistas. É no estruturalismo que as manifestações da «nova interdisciplinaridade» encontram o seu primeiro exemplo de relevo, pois a crítica a que se submetem algumas categorias tradicionais, tais como autor e texto literário canônico, e a criação de outras como a de intertextualidade são disso uma ilustração eloquente (Klein, 2005:41-42). De acordo com Silvina Rodrigues Lopes, a interdisciplinaridade a que o estruturalismo conduz, emana de um pensamento totalizante consubstanciado na necessidade de analisar «todo o tipo de textos da cultura a partir da metalinguagem oriunda dos estudos linguísticos, comprovando a hipótese de uma gramática geral engendradoras das diversas produções simbólicas» (1994:303). A deflagração das correntes pós-estruturalistas nas décadas de 60 e 70, em França, assinala a consolidação das novas formas de interdisciplinaridade, sobretudo com a perda de monopólio epistemológico do Ocidente sobre os Estudos Africanos, asiáticos e latino-americanos. É das conseqüências deste descentramento que Jacques Derrida se vai ocupar durante anos 70 e 80. A deslocação do centro que assegura a integridade da categoria matricial do estruturalismo será o objeto da sua reflexão, inaugurando assim o discurso teórico da «desconstrução» cujo texto fundador é a conferência proferida na John Hopkins University, em 1966, com o

título *Estrutura, signo, e jogo no discurso das ciências humanas*. Nessa ocasião Jacques Derrida discernia o acontecimento da ruptura que surpreendia a «estruturalidade da estrutura» quando ela se torna objeto do pensamento com a garantia da sua transmissão. Para Derrida o questionamento da presumível robustez metafísica subjacente aos conceitos elaborados pelo pensamento ocidental parece ser o compromisso de honra da «desconstrução». A ruína do Ocidente pode ser datada através dos dispositivos construídos pela história das estruturas desse pensamento. Ela tem início quando o centro da produção do pensamento ocidental passa a ter sustentação no diferimento. Na sua corrente argumentativa, Derrida explica:

S'il en est bien ainsi, toute l'histoire du concept de structure, avant la rupture dont nous parlons, doit être pensée come une série de substitutions de centre à centre, un enchaînement de déterminations du centre. Le centre reçoit, successivement et de manière réglée, des formes ou des noms différents. L'histoire de la métaphysique, comme l'histoire de l'Occident, serait l'histoire de ces métaphores et des ces métonymies.[...] L'événement de rupture, la disruption à laquelle je faisais allusion en commençant, ce serait peut-être produite au moment où la structuralité de la structure a dû commencer a être pensée, c'est-à-dire répétée, et c'est pourquoi je disais que cette disruption était répétition, à tous les sens de ce mot (1967:411).

A etnologia e a filosofia são duas disciplinas humanísticas que fazem a prova do referido acontecimento. Ambas mantêm relações com os estudos literários, sendo a linguística e o estudo do texto dois importantes pontos de intersecção. Com a primeira, a cultura europeia é expulsa ou deslocada do seu lugar, deixando de ser considerada como a cultura de referência (1967:414). Com a segunda instaura-se uma epistemologia policêntrica que vem legitimar o «direito à filosofia», visto que as Humanidades ocidentais já não são o único centro de referência. Na conferência proferida em 1978 na cidade de Cotonou, Jacques Derrida admite que a África com os seus povos, nações e Estados se tinha transformado em centro de poder capaz de definir uma «nova relação com o filosófico», não podendo tal relação consistir em importação ou auto-repetição da filosofia ocidental. Para o efeito Derrida argumenta:

Car il n'y a pas la déconstruction, il y a des mouvements singuliers, des styles plus ou moins idiomatiques, des stratégies, des effets de déconstructions hétérogènes d'un lieu à l'autre, d'une situation (historique, nationale, culturelle, linguistique, voire «individuelle») à l'autre. Cette hétérogénéité est irréductible et sa prise en compte est essentielle à toute déconstruction (1990:161).

O caráter irreduzível da heterogeneidade de que fala Derrida é a manifestação de uma possível incomensuralidade conceptual resultante dos efeitos da transição de um centro para outro. Os antigos centros de produção do conhecimento situados no Ocidente cedem lugar à intervenção de instituições formadas em consequência dos processos de descolonização. O desenvolvimento dos estudos literários africanos enquanto interdisciplina, a partir da segunda metade do século XX, é sintoma do advento de outras soberanias epistemológicas. Estamos perante efeitos do processo de deslegitimação em que a «grande narrativa perdeu a sua credibilidade, qualquer que seja o modo de unificação que lhe está consignado: narrativa especulativa, narrativa de emancipação» (Lyotard, 2003.79). Para Jean-François Lyotard trata-se de uma erosão interna do princípio da legitimidade do saber em que se desmancha «a trama enciclopédica» das delimitações clássicas, sendo possível descortinar a emancipação da ciência e das disciplinas. Como vimos, os «diversos campos científicos sofrem com isto um trabalho de problematização: desaparecem disciplinas, produzem-se encavalitamentos nas fronteiras das ciências, nascendo novos territórios. (*Id.*:82). Sobre os destroços produzidos pela deslegitimação o arquipélago das disciplinas sujeita-se à reconfiguração. Como vimos em capítulo anterior, tal facto é confirmado pelo relatório da OCDE de 1970, consagrado à interdisciplinaridade.

Se a interdisciplinaridade pode ser entendida como a atividade desenvolvida por um ou mais especialistas visando a resolução de um determinado tipo de problemas através do recurso à integração de um universo epistemológico comportando conceitos, terminologias, metodologias e procedimentos de disciplinas preexistentes para a criação de uma nova disciplina, logo os estudos literários nas várias expressões geográficas, linguísticas e culturais continentais, bem como a sua relação com disciplinas ou interdisciplinas afins, confirmam a sua diversidade epistémica. Por isso, o lugar ocupado pelos estudos literários africanos na cartografia da interdisciplinaridade supõe igualmente a emergência de novos sujeitos e a

implantação de um novo domínio de ensino e investigação das Humanidades. A este propósito os títulos de textos a que recorre Albert Gérard para caracterizar os Estudos Literários Africanos, no contexto académico ocidental, são bastante expressivos. Por exemplo, *The Study of African Literature: Birth and Early Growth of a New Branch of Learning* e *New Frontier for Comparative Literature: Africa*. Neste último, Albert Gérard escreve:

[...] the extraordinary growth of African literature in the last quarter century not only offers comparatists vast new fields where they can gaze at leisure: it also lends new scope, a new dimension, and a new urgency theoretical problems which, however basic, have never been solved satisfactorily. This should bring about more accurate definitions of the units with which we are dealing, and in particular, of respective significance of linguistic and political criteria (Gérard, 1990:77).

A institucionalização do ensino das Literaturas Africanas ou didática das Literaturas Africanas, a intensificação da produção reflexiva e o progressivo aumento do número especialistas africanos no domínio dos estudos literários, após as independências políticas dos países africanos, evidenciam a possibilidade desse diagnóstico que convalida a constituição de uma comunidade disciplinar ou interdisciplinar situada em África. Tudo isto ocorre num contexto em que se dá a crise das Humanidades e a deslegitimação dos paradigmas ocidentais dominantes cujas repercussões são devastadoras nos subsistemas de ensino superior. Tal constatação está na origem de observações de Julie Thompson Klein, quando afirma tratar-se do declínio daquilo que constituía o monopólio ocidental sobre os estudos do mundo não-ocidental, quebrado pelo trabalho que vem sendo realizado em países como Japão, Índia, Singapura, Gana e outros países asiáticos e africanos (Klein, 1990: 98).

Apesar das suas influências eurocêntricas, os estudos literários em África adquirem um estatuto epistemológico disciplinar legítimo, fundado na singularidade da cultura e da história que lhes estão subjacentes. Os novos problemas teóricos que eles suscitam podem encontrar soluções na exploração da sua natureza interdisciplinar. Entre as questões teóricas mais prementes emergem as que dizem respeito à pervivência das literaturas orais e o seu cruzamento com as literaturas escritas em línguas europeias, bem como à crítica e metodologias de ensino e



investigação. Este é o contexto do pós-estruturalismo e do fim das «grandes narrativas» da segunda metade do século XX, em que se anuncia a crise mortal do ensino da literatura após o fim da filologia, dando lugar a metamorfoses diversas. Desencadeiam-se esforços de renovação do paradigma filológico com a necessária abertura ao antigo «Outro da razão», situado fora do eixo eurocêntrico e anglosaxónico. O diálogo entre a realidade textual e a realidade histórica de que fala Eduardo Prado Coelho remete para o apelo do «regresso à filologia<sup>51</sup>» ou «retorno à filologia<sup>52</sup>».

---

<sup>51</sup> Paul De Man, *A Resistência à Teoria*, Lisboa, Edições 70, 1989.

<sup>52</sup> Edward Said, *Humanism and Democratic Criticism*, New York, Columbia University Press, 2004. Além de Vítor Aguiar e Silva que citámos ao longo desta tese, a advocacia da filologia nos meios académicos portugueses encontra igualmente um fino argumentador em Eduardo Prado Coelho que identifica os traços de uma «ciência do referente» e não deixa de reconhecer a potência da filologia, pois através da realidade textual abre-se o caminho à realidade histórica. Ver Eduardo Prado Coelho, *Os Universos da Crítica*, Lisboa, Edições 70, 1987.

## II.5. Ensino da literatura e ética da crítica

Categorias de transmissão do conhecimento literário.-Didática da literatura e integração interdisciplinar.-Teoria da Literatura e didática da literatura.- Sujeitos de aprendizagem e conhecimentos prévios.- Pragmática do ensino da literatura e contextos institucionais específicos.- Ética na crítica e ensino das Literaturas Africanas.- Anti-intencionalismo e intencionalismo.- Ética comunitarista e intencionalismo.- Desafios da ética nos estudos literários pós-coloniais.-

Ao elaborar a proposta de uma definição explicativa e instrumental de disciplina no I Capítulo, procurámos representar a cadeia de transmissão do conhecimento, isolando para o efeito quatro categorias configurando agentes e objetos: sujeitos – aquele que transmite e aquele a quem se destina; e objetos – o que se transmite, ou seja, a estrutura proposicional formada pelas proposições e o modo como se transmite, isto é, o processo de ensino-aprendizagem em que se opera com conhecimentos, procedimentos pedagógicos e metodológicos. A incidência sobre o segundo tipo de categorias conduz-nos à identificação da zona em que ocorre a integração interdisciplinar dos estudos literários, da ética e das ciências da educação. Tal zona corresponde ao território ocupado pelo ensino da literatura, um domínio de intervenção em que se reúnem condições epistémicas específicas e mobilizam comunidades disciplinares para uma prática específica no plano institucional, atividade autónoma através da qual os professores transmitem a alunos e estudantes conhecimentos produzidos no âmbito de disciplinas constitutivas dos estudos literários. Emerge assim a disciplina de didática da literatura cuja institucionalização pode ser situada na década de 80 do século XX. De acordo com o modelo de integração interdisciplinar, a nova disciplina que tem um lugar cativo nos estudos literários, resulta de uma convergência das várias «ciências de referência». A didática da literatura é, por isso, uma «ciência da mediação» (Bredella, 1989: 14-17) que combina a Teoria da Literatura, a sociologia, a psicologia, a pedagogia e a ética. Ocupa, por outro lado, uma posição entre a produção do conhecimento teórico acerca da literatura e a transmissão desse conhecimento em contexto institucional escolar ou académico, tendo em atenção as necessidades e capacidades dos destinatários. A construção do ensino da literatura corresponde aos desafios suscitados por novos tipos de problemas que exigem o recurso a epistemologias, conceitos, terminologias, metodologias e procedimentos de disciplinas já existentes. Deste modo, a Filosofia

da Literatura será uma das fontes constitutivas do repertório epistemológico usado na didática da literatura cuja autonomia disciplinar estabelece um imperativo: traçar os seus limites para que não seja assimilada à prática do ensino enquanto tal. Em virtude de ter como objeto o ensino da literatura, a didática da literatura é simultaneamente «teoria *do* ensino da literatura», e «teoria *para* o seu ensino» (Bredella, *op.cit.*: 28). Portanto, a didática da literatura poderia ser definida como um metadiscurso que produz a sua eficácia em dois níveis epistémicos. Por um lado, no primeiro nível temos a receção de dispositivos conceituais da Filosofia da Literatura e Teoria da Literatura, bem como a teorização autoreflexiva sobre a natureza disciplinar da didática, concentrando-se o seu foco nas questões teórico-literárias<sup>53</sup>. No segundo nível, dominado pela teorização sobre a prática da transmissão e aquisição do conhecimento literário e respetivos sujeitos epistémicos, são abordadas problemáticas atinentes aos processos de aprendizagem, à prática pedagógica e ética centrada na crítica do texto literário e às competências que devem, conseqüentemente, ser adquiridas pelos estudantes e alunos. Para Lokhtar Bredella, a reflexão que deve sustentar a didática da literatura introduz uma questão sobre a possibilidade de se determinar o agir do sujeito epistémico da aprendizagem. Nesta medida, a legitimação desse ensino não pode depender apenas das injunções que impendem sobre os estudantes e alunos, será necessário igualmente ter em conta os conhecimentos prévios gerados pelos seus horizontes culturais. Aqui a teoria literária desempenha a sua função de «filtro» através da regulação de processos de transferência do discurso teórico-literário para o discurso didático, exigindo-se uma adequada «adaptação pragmática» à luz dos instrumentos orientadores do sistema educativo (Aguiar e Silva, 2010:221). A este propósito, Silvina Rodrigues Lopes entende que a «relação entre a Teoria da Literatura e ensino da literatura» gravita em torno de dois núcleos. O primeiro constitui a resposta à pergunta formulada: «O que é ensinável?». Pretende-se explicar que «o ensino da literatura consiste em fazer do discípulo o depositário de uma herança, a história da literatura» (Lopes, 1994:359). O segundo diz respeito à «interpessoalidade ou inter-relação, bem como a possibilidade de associar ou não àquela atividade um efeito estético» (*Id.*). As respostas deixam outras interrogações cujo alcance varia de acordo com os conteúdos

---

<sup>53</sup> Cf. Vítor Aguiar e Silva, *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*, Coimbra, Almedina, 2010, p.221).

que constituem objeto de ensino, bem como os ditames de uma epistemologia dos estudos literários e de uma ética da crítica literária.

Do segundo nível emergem outros tipos de questões concernentes às Literaturas Africanas de que nos vamos ocupar em seguida. São fenómenos que têm lugar no contexto institucional do ensino, tais como as relações entre o processo de transmissão do conhecimento disciplinar, as dinâmicas da pervivência das literaturas orais, a coexistência de textos literários em línguas africanas e textos literários em línguas de origem europeia, bem como a sua recepção, crítica e leitura. Por razões de ordem epistemológica, o ensino das Literaturas Africanas, enquanto *τεχνη* (*tékhnē*), recomenda a observância de determinada axiologia ou sistema de valores e uma fundamentação ética como qualquer outra atividade prática. Sendo a moral sempre concreta, a sua fundamentação que é da ordem do filosófico, reconduz-se, no âmbito deste tese, à discussão dos relevantes problemas éticos respeitantes às práticas discursivas desenvolvidas em torno das culturas africanas em cujas tradições se inscrevem as reflexões que relevam da ética ou filosofia moral. De um modo geral pela sua natureza prática, a vocação da moral é a felicidade e a formação do carácter dos indivíduos para uma vida em comunidade. A intersecção da literatura e da filosofia permite compreender o modo como se pode justificar a fundamentação da moral quando o discurso filosófico é igualmente literário ou o inverso. A argumentação que sustenta tal relação de intermutabilidade baseia-se no facto de as literaturas orais constituírem repositórios de códigos morais veiculados através de máximas, provérbios e aforismos cujo estudo, situando-se no plano da metaética, nos conduz às fontes do pensamento filosófico tradicional africano. Trata-se de um campo negligenciado a que os filósofos mais comprometidos com a investigação da filosofia tradicional de algumas comunidades étnicas africanas atribuem elevada importância. Tal é caso do filósofo ghanense Kwasi Wiredu, um dos mais intrépidos e robustos defensores de semelhante perspetiva, quando afirma:

The readiest sources of an oral philosophical tradition are communal proverbs, maxims, tales, myths, lyrics, poetry, art motifs and the like. These are often single statements or sets (which may be numerous) of relatively brief pieces of discourse as opposed to the lengthy exercises in assertion, explanation, and justification that are so characteristic of developed traditions of written philosophy (Wiredu, 1996:114).

A economia verbal enquanto característica formal do provérbio não lhe retira a potência persuasiva do ponto de vista filosófico quando comparada a outros tipos de discursos mais extensos. Kwame Gyekye, um outro filósofo ghanense, trabalhando com o material filosófico dos Akan do Ghana, considera que «one fundamental task, however, must be accomplished: the delineation of proverbs' philosophical features and explanation of why they can and ought to be utilized as a source of Akan philosophical ideas, alongside the myths, folktales, beliefs, and customs of the Akan people» (Gyekye, 1995:16). Por seu lado, Claude Summer parte do estudo da tradição filosófica Oromo da Etiópia e conclui que a mensagem proverbial pode desempenhar cinco funções (cognitiva, expressiva, normativa e educativa; discursiva; e cultural) entre as quais extraímos a «função normativa e educativa» cuja finalidade consiste em convocar as normas que se impõem aos indivíduos provocando uma certa linha de conduta e um comportamento recomendável à luz das exigências da sociedade (Kiros, 2001:38-39). Assim, a fundamentação da moral ou seja a possibilidade de uma ética a partir da referida intermutabilidade das literaturas orais e fontes da filosofia tradicional africana é uma reflexão tipicamente metaética. Mas ao mesmo tempo configura logicamente as premissas que subjazem ao discurso crítico e ao ensino da literatura, residindo aí a justificação de uma ética da leitura e crítica literária enquanto aplicação dos fundamentos filosóficos às atividades específicas correlatas. Por outro lado, a especificidade argumentativa dos provérbios nas tradições orais africanas suscita interesse académico no quadro de uma lógica daí emergente, sendo possível admitir que o método adequado para a prossecução da fundamentação ética deve ter em atenção a dimensão pragmática da linguagem. Gildas Nzoukou, que tratou desta matéria em tese de doutoramento, procura demonstrá-lo nos seguintes termos:

Nous dirions en termes logiques que, dans les traditions orales africaines, les proverbes jouent le rôle de propositions primitives – en effet on ne démontre pas les proverbes, mais on s'entend d'office sur leur véracité puisqu'ils sont le lègue sapientiel de la tradition – en même temps qu'ils sont des règles d'inférence d'un genre particulier.

De fait, la considération sur la constitution génétique des proverbes nous les fait découvrir comme le condensé et la synthèse d'expériences vécues, de déroulements phénoménaux, scrupuleusement observés par des générations de sages, et ce, sur des intervalles temporels très étendus; de sorte

que les connaissances tirées de ces longues observations sont synthétisées dans des formulations phrastiques ayant des caractéristiques grammaticales assez remarquables (Nzoukou, 2013:156).

As observações de Gildas Nzoukou estão em linha com as reflexões de outros autores africanos, quer especialistas dos estudos literários quer de filósofos. Todos eles entendem que a investigação e o ensino das Literaturas Africanas, especialmente das literaturas orais, levanta problemas que na Europa e nos Estados da América preocupam poucos setores das várias comunidades disciplinares. O dissenso revelado pelas comunidades disciplinares africanas e outras a respeito das prioridades das agendas de pesquisa sobre as literaturas africanas é, desde logo, um problema ético cujas soluções exigem o abandono do universalismo ingênuo e eurocêntrico, se avaliarmos a fecundidade do conceito de interdisciplinaridade presentemente. Uma das soluções do problema ético relativamente ao dissenso pode ser encontrado no pluralismo, pois já não faz sentido operar com princípios presumivelmente aplicáveis em qualquer parte do espaço planetário e em qualquer domínio disciplinar. Para Adela Cortina não há unanimidade sobre a existência daquilo que poderia ser designado como a ética filosófica, na medida em que a queda do artigo definido do singular dá-se igualmente aí. É que a «la ética aplicada exige adentrarse en cada uno de los âmbitos de que tratemos e intentar captar en ellos su propia lógica y la modulación de los principios éticos que les es peculiar, y esto solo pueden hacerlo los expertos en cada campo en estrecha colaboración con quienes se ocupen de la ética» (Cortina, 2012:175).

Poder-se-á então falar de uma ética da crítica literária? A resposta implica, em primeiro lugar, a caracterização da crítica literária como atividade prática. De acordo com Edward Said, a crítica literária manifesta-se sob quatro formas. Enquanto crítica prática corresponde ao exercício do jornalismo literário que consiste em recensões de livros e atividades correlatas. A segunda forma é a história literária académica, herdeira de especialidades da investigação clássica ocidental, a filologia e a história cultural. A apreciação e interpretação académica constituem a terceira forma. Por apreciação literária Edward Said entende o ensino e a atividade desenvolvida pelos professores de literatura na universidade cujos beneficiários em sentido literal são os milhões de indivíduos que aprendem na sala de aula como ler um poema, como fruir a complexidade de um conceito metafísico, como pensar a

literatura e a linguagem figurativa com as suas características únicas irreduzíveis a simples mensagens morais ou políticas. A quarta forma é a teoria literária, disciplina relativamente nova e atraente para as discussões académicas e populares (Said, 1983:1). Se tomarmos como referência a terceira forma de crítica literária proposta por Edward Said, aquela que, não se reduzindo à dimensão moral ou política, configura o ensino da literatura como manifestação das virtualidades da linguagem, chegaremos a uma conclusão que permite afirmar que a ética da leitura<sup>54</sup> não se confunde com a ética da crítica, pois esta estende-se às práticas discursivas das tradições orais.

Nos círculos académicos ocidentais ligados à filosofia, a relação incindível entre a ética e a literatura representa um importante capítulo da epistemologia da leitura. Após a fortuna teórica do formalismo russo, a apologia da cisão entre a ética e a literatura caracterizou uma das mais controversas correntes teóricas, o *New Criticism*, que dominou a história da crítica literária na Europa e na América durante a primeira metade do século XX. Quando em 1946 W.K. Wimsatt e M.C. Beardsley publicaram o seu ensaio intitulado «The Intentional Fallacy» renovavam um tema nas agendas de pesquisa da teoria e da crítica literária. Era o manifesto da supressão dos vínculos entre a literatura e a vida real dos homens, defendendo a imunização hermenêutica do texto como princípio de uma interpretação fundada na exclusão do autor, sua intenção e biografia. Para W.K. Wimsatt e M.C. Beardsley importa distinguir a «crítica da poesia» e a «psicologia do autor», podendo esta tornar-se biografia literária porque histórica. E deste modo é legítimo estudo da personalidade do autor. No lado oposto, situa-se o estudo da poesia centrado no texto autotélico do poema.

There is a difference between internal and external evidence for the meaning of a poem. And the paradox is only verbal and superficial that what is (1) internal is also public: it is discovered through the semantics and syntax of a poem, through our habitual knowledge of the language, through grammars, dictionaries, and all the literature which is the source of dictionaries, in general through all that makes a language and culture; while what is (2)

---

<sup>54</sup> Cf. J. Hillis Miller, *A Ética da Leitura*, Imago Editora, Rio de Janeiro, 1995. Hillis Miller resume a ideia de ética da leitura nas seguintes palavras: «O ensino é uma situação ética do tipo mais concreto e particular: de pessoa para pessoa. O professor encara os alunos na sala de aula, atrás dos livros abertos que contêm o texto do poema» (1995:74).

external is private or idiosyncratic; not a part of the work as a linguistic fact: it consists of revelations (in journals, for example, or letters or reported conversations) about how or why the poet wrote the poem [...] There is (3) an intermediate kind of evidence about the character of the author or about private or semi-private meanings attached to words or topics by an author or by a coterie of which he is member. The meaning of words is the history of words, and the biography of an author, his use of a word, and the associations which the word had for him, are part of the word's history and meaning (Davies e Matheson, 2008:128).

Para o *New Criticism* os significados de um poema obtêm-se através de «provas internas» produzidas ao nível da dimensão sintática e semântica da língua e de outras fontes associadas. Daí deriva a natureza pública do texto literário. As «provas externas» resultam de fontes não linguísticas e visam produzir o efeito testemunhal sobre a vida do autor. É esta a dimensão que pela sua irrelevância conduz à «falácia da intenção». Com o ensaio que trata da «ética da crítica» do seu *Anatomy of Criticism* Northrop Frye vem corroborar os argumentos de W.K. Wimsatt a M.C. Beardsley, quando considera que a leitura dá lugar a dois tipos de movimentos, um externo, centrífugo e outro interno, centrípeto. O movimento interno é o que permite determinar os significados das estruturas verbais. Já o movimento externo é secundário na medida em que as obras literárias não pretendem descrever ou afirmar, não sendo por isso verdadeiras ou falsas, e muito menos em condições de avaliar o que é tautológico quando se afirma que «o bom é melhor que o mau» (Frye, 1973:74). Para Northrop Frye, em literatura as questões de facto ou sobre a verdade estão subordinadas ao fim literário que consiste primordialmente em produzir uma estrutura verbal autónoma. Tal estrutura estará ausente sempre que as palavras forem usadas como instrumentos da consciência humana para realizar ou compreender algo mais (*Ibid.*). Northrop Frye entende que se trata de uma fatalidade da crítica literária a que se denomina «falácia da intenção», uma noção segundo a qual o poeta tem a intenção primária de transmitir um significado ao leitor, sendo a primeira obrigação do crítico «recapturar» a referida intenção (*op.cit.*:86).

Apesar da sua esmagadora influência, as propostas do *New Criticism* norte-americano suscitaram intensos debates um pouco por todo lado. Uma das mais controversas posições nessa polarização é, nos Estados Unidos da América,



representada pelo livro de J.Hillis Miller, *The Ethics of Reading*, publicado em 1990. Para J.Hillis Miller a ética da leitura encontra a sua configuração típica no ensino, analisando-se na relação intersubjetiva entre professores e alunos, especialmente em sala de aula (1995:74). Hillis Miller forma as suas convicções relativamente ao que considera ser necessário para a recuperação da «antiga urgência» do ensino da literatura (*Id.*:85). Tais convicções são enunciadas em três momentos. Ao considerar que a «obrigação ética primária do professor de literatura é para com a obra literária», J.Hillis Miller anuncia a sua «nova ética da leitura» reivindicando igualmente a aproximação às correntes do positivismo da leitura, propondo que para «a boa leitura» os subsídios teórico-literários e outros sejam prescindíveis.

A leitura, *não a teoria* [itálico nosso], é a única necessidade insubstituível no ensino da literatura. A rara capacidade de ver o objeto, nesse caso um poema, um romance, uma peça teatral ou uma obra filosófica, como ele realmente é, para novamente citar a fraseologia de Arnold, é a única coisa necessária num bom professor de literatura (*op.cit.*:86).

No segundo momento, enuncia um dos princípios da «nova ética da leitura» segundo o qual a obrigação primária do ato de leitura será e deve ser filológica. Isto é:

O ensino da literatura deve ter por base um amor pela linguagem, um cuidado com a linguagem e com o que a linguagem pode fazer. O estudo da literatura deve começar pela linguagem e deve permanecer focalizado nela. Suas principais ferramentas são a citação e a discussão dessa citação. Tal estudo deve ser uma retórica e uma poética, antes de ser história, ou um repertório de ideias que vêm sendo expressas através dos séculos na literatura (*Id.*:87).

Reitera-se aqui a perspectiva assética da leitura, longe de qualquer contaminação do que seja extrínseco à literatura.

No terceiro momento, supondo que os alunos e estudantes nos Estados Unidos da América estejam expostos ao ensino multilingue, alude o carácter «supranacional» e interdisciplinar da Literatura Comparada donde emerge um novo

problema com a consagração do princípio da «intradutibilidade fundamental de língua para língua», segundo o qual «os leitores não devem nunca confiar numa tradução mais do que confiam naquilo que um livro secundário ou que um professor diz estar acontecendo numa determinada obra de literatura ou filosofia. Se temos a esperança de descobrir do que se trata devemos nós mesmos ler o livro, no original» (*Id.*:88). Ora, a argumentação de J.Hillis Miller expõe as razões que estão na origem da neutralidade axiológica da leitura, operando com uma noção ambígua de ética que nega a existência de qualquer relação de implicação entre a determinação dos fundamentos da moral e a sua aplicação à prática da leitura. Tobin Siebers refuta os argumentos de Northrop Frye e J.Hillis Miller por submeterem a ética da leitura à estrutura linguística, não proporcionando grande margem de liberdade aos críticos literários. Para Tobin Siebers uma das expressivas manifestações da falência da crítica literária no século XX foi a recusa de qualquer posição perante o conflito entre a vida e a literatura.

Criticism cannot endure by keeping one eye nervously on society while continuing to focus on the autonomy of its pursuits and language. The critical desire to free literature from ethics is an ethical gesture that must fail if it is to succeed. Criticism needs rather to admit its role as a mediator between life and literature and to accept the ethical responsibilities of its judgements in both domains. Once the task has been accepted, ethics and criticism can no longer be divided. Literature cannot be free in an immoral climate, for ethical principles guarantee the freedom of literary expression. Nor can ethics develop or maintain itself without the creative spirit of literature. Ethics and criticism are inseparable (Siebers, 1990:42).

Tobin Siebers é um intencionalista confesso, pois deteta uma circular tautologia no pensamento da crítica que nega a responsabilidade ética, na medida em que tal negação é já uma manifestação suportada por uma dimensão ética.

Na Europa o debate em torno desta questão desenvolve-se particularmente em França com a problematização das relações psicossociológicas que o autor mantém com o mundo à sua volta. Foi Roland Barthes que proferiu a sentença da morte do autor num texto publicado em 1968. Trata-se de um enunciado que resume a constatação de um fenómeno predominante nas sociedades da oralidade. Para

Barthes esse ato declarativo consagra simultaneamente o triunfo do leitor sobre a tumba do autor:

[...] l'unité d'un texte n'est pas dans son origine, mais dans sa destination, mais cette destination ne peut plus être personnelle: le lecteur est un homme sans histoire, sans biographie, sans psychologie; il est seulement ce quelqu'un qui tient rassemblées dans un même champ toutes les traces dont est constitué l'écrit [...] nous savons que, pour rendre à l'écriture son avenir, il faut en renverser le mythe: la naissance du lecteur doit se payer de la mort de l'Auteur (2002:40).

A tematização da morte do autor vai atrair a atenção das comunidades disciplinares após a conferência proferida por Michel Foucault em 1969 na Sociedade Francesa de Filosofia em que fornece respostas à pergunta: «O que é um autor?». E para dar maior ênfase socorre-se de uma construção frásica de Samuel Beckett: «Que importa saber quem, alguém disse que importa saber quem fala». Michel Foucault entende à partida que tal formulação, a que está subjacente certa indiferença, implica o reconhecimento de um dos «princípios éticos fundamentais da escrita contemporânea». É um princípio que funciona como uma regra por força da qual surge um espaço onde se dá a desaparecimento do sujeito (2001:820-821). A topografia do espaço permite chegar à função-autor de que são dotados os discursos. O interesse de Foucault consiste em proceder ao estudo dos processos de atribuição de autores aos discursos e de atribuição dos discursos aos autores. Isto é, os discursos formam o centro das suas preocupações, interessando apenas as estruturas que dominam a ordem do discurso. O estruturalismo será assim uma designação classificatória de um pensamento que dissolve o sujeito. Quando Lucien Goldmann questionava Michel Foucault na referida conferência realizada na Sociedade Francesa de Filosofia desvendava um paradoxo revelado no facto de o próprio conferencista, um dos mais importantes esteios do estruturalismo não genético, não ser nem autor nem instaurador da discursividade como previamente definira. Segundo Lucien Goldmann, o estruturalismo não genético nega o sujeito ao substituí-lo por estruturas (linguísticas, mentais, sociais, etc.), deixando aos homens e ao seu comportamento apenas o lugar para o exercício de um papel, de uma função no interior destas estruturas que constituem o ponto final da pesquisa e da explicação (*op.cit.*:842). O estruturalismo genético é o contrário. Recusando a

presença do sujeito individual no quadro histórico e cultural de que faz parte, não suprime a ideia do sujeito. Substitui apenas o sujeito individual pelo sujeito transindividual (*Ibid.*).

As controvérsias entre «anti-intencionalistas» e «intencionalistas», ou entre os vários estruturalismos, o pós-estruturalismo e o desconstrucionismo não impediram o regresso do autor e da intenção. Retomamos assim a problema central da nossa reflexão: a relação que se estabelece entre a ética e a literatura. Com efeito, é nos espaços epistémicos dos debates sobre as Literaturas e a Filosofia Africanas que obtemos alguns exemplos demonstrativos. Nesta medida é recomendável a leitura de alguns dos mais representativos professores, escritores, ensaístas africanos. Uma síntese lapidar da refutação do anti-intencionalismo ocidental, no contexto africano, é formulada por Chinua Achebe que, partindo do pressuposto segundo o qual o escritor e o leitor vivem no mesmo lugar<sup>55</sup>, traduz o sentido do que o pensamento e a prática do escritor representam para a fundamentação ética.

The writer cannot expect to be excused from the task of re-education and regeneration that must be done. In fact he should march right in front. [...] I for one would not wish to be excused. I would be quite satisfied if my novels (especially the ones I set in the past) did no more than teach my readers that their past – with all its imperfections – was not on e long night of savagery from which the first Europeans acting on God’s behalf delivered them. Perhaps what I write is applied art as distinct from pure. But who cares? Art is important but so is education of the kind I have in mind (Achebe, 1975:45).

Chinua Achebe vai para lá da mera advocacia da intenção do autor, defendendo irremediavelmente um compromisso ético perante o destino coletivo, da comunidade. Admite que à sua obra literária subjaz uma teleologia edificante que do ponto de vista ontológico interessa ao público africano. Assim, a sua arte literária distingue-se da arte pura, na medida em que a intencionalidade é

---

<sup>55</sup> We have learnt from Europe that a writer or an artist lives on the fringe of society – wearing a beard and a peculiar dress and generally behaving in a strange, unpredictable way. He is in revolt against society, which in turn looks on him with suspicion if not hostility. The last thing society would deram of doing is to put him in charge of anything.

All that is well-known, which is why some of us seem eager for our society to treat us with the same hostility or even behave as though it already does. But I am not interested now in what writers expecto f society; that is generally contained in their books, or sould be. What is not well documented is what society expects of its writers (Achebe, 1975:42).

inequívoca. Numa palavra, o romancista deve comportar-se como um professor, um pedagogo. Na verdade, a ética comunitarista é de um modo geral a que predomina entre os escritores e os críticos literários africanos pertencentes às gerações da segunda metade do século XX. Ngũgĩ wa Thiong'o é um desses escritores, além de ser um arauto convicto da ética do compromisso do escritor.

Literature results from conscious acts of men and women in society. Being a product of their intellectual and imaginative activity, it is thoroughly social. The very act of writing, even at the level of the individual, implies social relationship: one is writing about somebody for somebody. At the collective level literature embodies in word-images the tensions, conflicts and contradictions at the heart of a community's being and becoming. It reflects, on the aesthetic plane, a community's wrestling with its environment to make it yield the means of life – food, clothes, shelter (1981:4).

A sua imperturbável coerência reflete-se na recorrente tematização de tópicos como «literatura e sociedade» e «descolonização da consciência», já desde a primeira metade da década de 60. A legitimidade da tão falada revolução curricular que teve lugar em 1968 na Universidade de Nairobi tem os seus fundamentos na necessidade de denunciar o anti-intencionalismo do *New Criticism* e a hegemonia metodológica do formalismo e do *close reading*. Para Ngũgĩ wa Thiong'o a crítica e a teoria literária, bem como o ensino da literatura inglesa a que se prestava vassalagem na época, não davam resposta às inquietações acerca da autoestima procedentes da situação vivida no Quénia e no continente africano de uma maneira geral (2012:12-13). Por essa razão, entende que faz sentido abordar a questão da escolha das línguas e seu uso nas Literaturas Africanas se for tida em conta a dialética das forças que estão na origem do problema: por um lado, o imperialismo na sua fase colonial e neocolonial, por outro lado, os povos africanos nas suas incessantes lutas pela autodeterminação, libertação económica, política e cultural (1986:4). A dimensão ética e a importância do contexto social são corroboradas por Abiola Irele, quando discute a problemática da projecção dos métodos e conceitos da crítica europeia na Literaturas Africanas:

Our examination of the possible approaches to African literature needs then to be placed in the only context in which literary study can be meaningful in

the sense in which I have defined it – in its effective relationship to the actual conditions of our collective situation, the placing of our literature in relation to the concrete choices which our society, out of which a literary development is taking place and on behalf of which our literary artists express themselves, can be seen or thought to be making. The fundamental question, then, to conclude, is not simply one of understanding African literature but of apprehending it in its complex resonances – of each individual text related, even in its uniqueness, to a common framework of consciousness and in that way integrated into a cultural whole which situates the aesthetic event within the living context of the historical (Irele, 1990:24).

Nas observações de Abiola Irele transparece uma lucidez plena, ao identificar a «questão fundamental» do discurso crítico em África sobre o qual impende ainda a influência da ortodoxia ocidental. Combinando a análise do texto na sua singularidade, a função de compreender o mundo social que lhe está subjacente e o quadro geral da consciência colectiva, Irele propõe que, integrada numa totalidade cultural, a avaliação estética seja um acontecimento do contexto histórico. Recupera o tópico da consciência colectiva em relação à qual o escritor deve lealdade.

Nos espaços epistémicos não-africanos verificam-se outras situações que põem à prova a eficácia dos métodos anti-intencionalistas quando aplicados às Literaturas Africanas. Em 1999, Bernth Lindfors publicou um livro de ensaios de crítica biográfica atestando a inconsistência das correntes dominantes no discurso académico nos Estados Unidos da América. Segundo Lindfors, a crítica biográfica revela-se necessária e útil aos leitores não-africanos pelas informações suplementares que pode proporcionar sobre a cultura de que é oriundo o autor e de que emana a obra literária<sup>56</sup>. No contexto institucional francês do ensino e da leitura das Literaturas Africanas, Michel Hausser enuncia três máximas deontológicas como imperativos práticos. Em primeiro lugar, a recusa de uma formulação explícita do campo em que se opera, significa persuadir o auditório a respeito da validade do sistema sociocultural subjacente, devendo ser admitido que nenhuma leitura é neutra, pois ela implica uma representação do mundo. A não ser assim produz-se uma alienação insidiosa sobre os sujeitos da aprendizagem. Em segundo lugar, não se deve nunca confundir o universal e o cultural, ou considerar objetivos

---

<sup>56</sup> Cf. Bernth Lindfors, *The Blind Men and the Elephant and Other Essays in Biographical Criticism*, Trenton, Africa World Press, 1999.

e absolutos métodos, referências ou intenções de leitura. O que cada um destes aspetos representa é o desejo de sentido de uma determinada sociedade que se exprime através de um intérprete. Não há modelo de leitura que seja universal. Em terceiro lugar, mesmo que o texto literário africano pareça politicamente neutro ou se defenda um ensino universitário apolítico, a dimensão política da leitura não deve ser negligenciada (Hausser, 1982:36-42).

Podemos concluir que, neste dealbar do século XXI, a discussão sobre questões atinentes às relações existentes entre as Literaturas Africanas e seus autores enquanto sujeitos, no estado atual dos debates sobre a «genealogia da agência pós-colonial»<sup>57</sup> à escala global, levanta relevantes problemas de ordem ética e epistemológica. Desde logo, a disciplinarização dos estudos literários pós-coloniais é uma expressiva manifestação do modo como a proeminência do pensamento ocidental eurocêntrico de ascendência anglosaxónica resiste aos modelos teóricos alternativos mais adequados à diversidade epistemológica do mundo hodierno. Por outro lado, a sua problemática denominação como disciplina académica pretende de modo anacrónico revelar a potência de uma Europa cujo sentido organizava-se em torno do colonialismo enquanto período histórico. Além disso, regista-se o reconhecimento de uma impotência epistemológica revelada através de uma conceitualização ambígua que tece as agendas de investigação e ensino de acordo com interesses hegemónicos em determinados países anglófonos<sup>58</sup>. Mas as controvérsias e a abundante produção bibliográfica sobre os estudos pós-colónias foram dando origem à revisão dos pressupostos que apoiam essa periodização e seu aparato teórico, sendo questionado o alcance da sua

---

<sup>57</sup> Expressão usada por Homi Bhabha quando analisa o problema do sujeito no âmbito dos debates da teoria pós-colonial. Cf. Homi K. Bhabha, *O Local da Cultura*, trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

<sup>58</sup> Cf. Bill Ashcroft, Gareth Griffiths e Helen Tiffin, *The Empire Writes Back*, London/New York, Routledge, 2002. Os autores fornecem uma definição do termo: «We use the term ‘post-colonial’, however, to cover all the culture affected by the imperial process from the moment of colonization to the present day. This is because there is a continuity of preoccupations throughout the historical process initiated by European imperial aggression. We also suggest that it is most appropriate as the term for the new cross-cultural criticism which has emerged in recent years and for the discourse through which this is constituted. In this sense this book is concerned with the world as it exists during and after the period of European imperial domination and the effects of this on contemporary literatures», p.2.

«So the literatures of African countries, Australia, Bangladesh, Canada, Caribbean countries, India, Malaysia, Malta, New Zealand, Pakistan, Singapore, South Pacific countries, and Sri Lanka are all post-colonial literatures. The literature of the USA should also be placed in this category» (p.2).

geoepistemologia. Segundo Simon Gikandi<sup>59</sup>, as poderosas críticas da teoria pós-colonial aos conceitos de nação e nacionalismo permitem apenas afirmar que o seu compromisso com as nações descolonizadas e suas literaturas reduz-se ao mínimo. Por essa razão, são igualmente imperativos de natureza ética que impelem outros setores da academia a proclamar a advocacia do «fim da teoria pós-colonial», pois um único centro já não existe, tudo se fragmenta em legados de outros sujeitos da alteridade num mundo policêntrico cujo movimento conduz àquilo a que Ngugi wa Thiong'o designa por «globalectics»<sup>60</sup>.

---

<sup>59</sup> Cf. Simon Gikandi, «Poststructuralism and postcolonial discourse», in Neil Lazarus (ed.), *The Cambridge Companion to Postcolonial Literary Studies*, Cambridge, Cambridge University Press, 2004.

<sup>60</sup> Segundo Ngũgĩ, trata-se de um neologismo. «Globalectics, derived from the shape of the globe, is the mutual containment of hereness and thereeness in time and space, where time and space are alço in each other [...] Reading globalectically is a way of approaching any text from whatever times and places to allow its contents and themes form a fere conversation with other texts of one's time and place, the better to make it yield its maximum to the human».Cf. THIONG'O, Ngũgĩ wa, *Globalectics. Theory and the Politics of Knowing*, New York, Columbia University Press, 2012.



## II.6. A problemática do cânone literário e as reflexões africanas

A noção de cânone e sua evolução.-Tradição e educação literária.-A mediatização do debate anglo-americano sobre cânone literário.-Reflexões teóricas sobre contra-cânon e cânon literários em África.-

Nos países do chamado mundo ocidental e de outros sob sua influência, o legado greco-romano e medieval europeu relativamente à conexão entre a literatura e a educação continua a ser residualmente modelar, após o advento das línguas vernáculas, a formação do Estado-nação e a institucionalização nos estudos literários no sistema disciplinar moderno. O poder das autoridades medievais europeias que se concentrava em três instituições (o *studium*, o *imperium* e o *sacerdotium*), ou seja, a universidade, o direito e a igreja, conserva a tradição cultural através das estruturas e processos que asseguram a reprodução. O cânone que a partir do século IV d.C. era uma palavra do vocabulário cristão, usada para traduzir a rigorosa observância de leituras tradicionais de inspiração religiosa pelas referidas instituições, continuou a servir como referência para afastar o espectro da heresia e da heterodoxia. Assim, eram formados cânones de textos e de escritores. Estes podiam ser juristas ou padres da igreja. A evolução semântica da palavra permite hodiernamente determinar as suas funções e as que são atribuídas às instituições. Nesta matéria, admite-se a analogia entre o texto bíblico, o texto jurídico e o texto literário. As funções do cânone são prosseguidas no âmbito da atividade de instituições com competências para conservar e interpretar o seu sentido. Para Frank Kermode trata-se da realização do «controlo institucional da interpretação», assegurada por uma comunidade de profissionais existentes nas escolas e universidades, sendo por isso detentora de autoridade para interpretar e formar novos intérpretes, além de poderes de definir matérias, impor valorações e validar interpretações (1983:168-169).

No seu livro publicado em 1947, *Literatura Europeia e Idade Média Latina*, E.R. Curtius resumiu bem o alcance das conexões entre as teorias literárias e a problemática do cânone literário, no capítulo dedicado à narrativa sobre os clássicos europeus, quando afirmava: «[...] onde a literatura é matéria escolar, há elementos para uma Teoria da Literatura. É ciência da literatura na forma de programa para principiantes» (2013:309-310). A escola e a literatura intersectam-se, pois o «desenvolvimento de um cânone serve de garantia a uma tradição» (*Id.*:319). Para

Curtius o cânone literário é o dispositivo a que se recorre em caso de falência de um dos elementos da cadeia da tradição. Os vínculos estreitos que ligam os dois dispositivos – cânone literário e tradição – permitem determinar a qualidade de substrato conferido a esta última. Como vimos, o ensino da literatura ou a educação literária e os estudos literários constituem tradições instituídas no Ocidente, durante o século XIX. Isto significa que selecionar textos e autores com a finalidade de formar as novas gerações é uma atividade normal desenvolvida pelos agentes e instituições competentes do Estado.

Ora, nas décadas de 80 e 90 do século XX, a oposição entre facto-valor nos domínios da investigação e da crítica literárias no mundo ocidental, especialmente nos Estados Unidos da América, viria impulsionar o desencadeamento de debates sobre o cânone literário. Após a proposta de revisão do cânone elaborada por William Bennett, *To Reclaim a Legacy: A Report on the Humanities in Higher Education* (1984) e a publicação do livro de Harold Bloom, *The Western Canon* (1994), seguida de fortuna crítica na Europa e outros continentes, por efeito da contaminação mediática, evidenciavam-se sintomas de uma rutura que traduzia uma crise multiforme do modelo de Estado-nação e mecanismos da sua reprodução. Não há razão aparente que justifique a súbita generalização do interesse mediático e a proliferação de estudos sobre a problemática do cânone literário. Para José María Pozuelo Yvancos, tal facto corresponde à reação da comunidade disciplinar e interpretativa e dos lugares institucionais do mundo académico perante a crescente crise de modelos epistemológicos, além da necessidade de proceder à revisão de determinadas categorias da literatura. Por conseguinte, a centralidade do cânone literário deve-se ao novo estatuto atribuído à teoria literária e à questão pedagógica (Yvancos, 2000:20-21). É que a hipostasiação da dimensão teórica e crítica já era observável nas versões norte-americana e britânica do *New Criticism*. O triunfo da tónica conferida ao texto literário em detrimento dos seus universos culturais, antropológicos e históricos exprime a hegemonia que se pretende perpetuar em correntes mais tardias surgidas nos Estados Unidos da América. Uma das maiores fraquezas do debate norte-americano, na segunda metade do século XX, reside no seu paroquialismo, evidenciado pela ignorância das propostas hermenêuticas e críticas de investigadores oriundos do chamado «terceiro mundo» e das elaborações teóricas da Escola Semiótica de Tartu liderada por Iuri Lotman. Na verdade, a presença de professores e investigadores originários de África, América do Sul e Ásia

em instituições académicas norte-americanas garante apenas a possibilidade de obtenção de informações acerca do que se pensa em outras geografias. Mas não torna efetiva a incorporação de reflexões teóricas provenientes de África e outros pensamentos alternativos nas correntes dominantes nos meios académicos. Assim se explica a argumentação de Edward Said, quando advoga a instauração de uma crítica radical no ensino das Humanidades nos Estados Unidos da América. Na mesma senda se inscreve a confissão de Walter Mignolo, enquanto investigador e professor de literatura nos Estados Unidos da América, quando se reporta ao facto de um distinto colega de Harvard ter afirmado que na academia americana não se atribuía qualquer importância às literaturas de mulheres e dos negros do mesmo modo que não se prestava atenção à literatura do «terceiro mundo». Tal professor de inglês ignorava o seu trabalho e de todos os departamentos de línguas e literaturas estrangeiras (Sullà, 1998:261). Todavia, o relatório Bernheimer da Associação Americana de Literatura Comparada dos Estados Unidos (*Comparative Literature in the Age of Multiculturalism*), revela o impacto do debate sobre as «políticas do multiculturalismo» e a revisão do cânone dominante, fazendo eco do reconhecimento das reivindicações dos grupos marginalizados. Para o efeito considera que se deve operar com a noção liberal de representação a dois níveis:

First, the canon should be representative not just of European high culture but also of diversity of literary productions throughout the world. Second, the works chosen to be included in a revised canon should be representative of the cultures in which they were created. Both parts of this program assume a “reflectionist” view of literature’s relation to the site of its production (Bernheimer, 1995:8).

As posições hegemónicas da polémica tipicamente americana parecem construir uma nova cartografia que exalta e anula o lugar do Outro, suas tradições e sua memória colectiva. Se tivermos em atenção as referidas palavras de E.R. Curtius, a aparência do apagamento da tradição é apenas um expediente que serve para legitimar a eliminação de obras clássicas atribuídas a outras comunidades existentes nos espaços cultural e académico norte-americano. Para John Guillory, o esforço empreendido para compreender a relação entre os constrangimentos materiais do plano de estudos, enquanto instrumento pedagógico, e as várias totalidades imaginárias projetadas no histórico dos currículos, conduz a várias conclusões, uma

das quais corrobora o pensamento de E.R. Curtius, ao sublinhar a importância da tradição apenas como fator virtual de homogeneização cultural através das obras literárias que se inscrevem no cânone. O plano de estudos e o cânone são apenas meios para realização de tal processo. Por outro lado, o caráter performativo da seleção representativa de autores converte-se em eficácia real que supõe a existência de uma tradição. Nesta medida, o cânone literário serve uma concepção difusa e holística da tradição, quando a sua validação decorre da atividade normativa das «comunidades interpretativas».

Ora, a adequação das teorias literárias aos processos de formação do cânone literário muito cedo configuraram situações problemáticas em África a partir do momento em que são adotados os modelos de disciplinarização, ensino e investigação dos estudos literários originários dos sistemas educativos ocidentais. No século XX, as primeiras instituições do ensino superior em África, como veremos no capítulo seguinte, foram instaladas entre 1946 e 1949, as «university colleges», nas colónias britânicas, nomeadamente, Ghana, antiga Gold Coast, Nigéria, Sudão e Uganda que mantinham vínculos de dependência à Universidade de Londres de que provinham as orientações curriculares e que supervisionava os programas e as provas de exame. Por sua vez, dois países de língua francesa, Congo, colónia belga, e Senegal, colónia francesa, acolhem a Universidade Lovanium de Leopoldville, atual Kinshasa, e a Universidade de Dakar em 1954 e 1957, respetivamente. Após a independência do Ghana, em 1958, desencadeiam-se sucessivamente processos de descolonização em outros territórios africanos durante a década de 60. As reformas curriculares das instituições do ensino superior têm lugar a partir daí. Todavia, as reflexões teóricas sobre o cânone literário no contexto africano precedem a constituição dos Estados independentes, quando na primeira metade do século XX as manifestações do nativismo no plano interno, bem assim o movimento pan-africanista e a teoria da Negritude, no plano externo, transformam-se em fatores de uma reivindicação política e cultural que culminam com a formação de instâncias legitimadoras de um discurso teórico e ideológico sistemático. Datam dessa época o lançamento de várias iniciativas editoriais, tais como a criação da revista *Présence Africaine*<sup>61</sup> (1947), a *Anthologie de la Nouvelle Poésie Nègre et Malgache* (1948)<sup>62</sup>,

---

<sup>61</sup> Na revista *Présence Africaine* são publicados alguns dos textos fundadores do discurso teórico e crítico das Literaturas Africanas.

<sup>62</sup> Com prefácio de Jean-Paul Sartre cujo título «Orphée noir» revela um importante simbolismo no ambiente intelectual parisiense.

*La Philosophie Bantoue* (1949) do missionário belga Placide Tempels, a antologia *Poesia Negra de Expressão Portuguesa* (1953), *Nations Nègres et Culture* (1954) de Cheikh Anta Diop e os Congressos de Escritores e Artistas Negros (1956, Paris; 1959, Roma). Neste contexto produzem-se contra-cânones literários ou cânones literários alternativos que carregam um potencial teórico próprio, possuindo legitimidade para descanonizar os padrões literários coloniais.

Como vimos, no período que se seguiu às independências políticas, implantam-se instituições – escolas e universidades – cujos agentes e instâncias assumem a responsabilidade de produzir reflexões teóricas e realizar a substituição formal dos cânones literários coloniais. A ilustração mais eloquente disso ocorreu em 1968, na Universidade de Nairobi. Um grupo de assistentes e investigadores africanos propuseram a extinção do Departamento de Inglês recusando a aceitação do princípio segundo o qual a tradição inglesa e a emergência do Ocidente constituíam as raízes da consciência e da herança cultural de África e do Quênia. O testemunho é-nos prestado por Ngũgĩ wa Thiong’o:

English studies in schools and higher institutions of learning became systematised after the Second World War with the setting up of the overseas extensions of the University of London in Uganda, Nigeria, Ghana, Sierra Leone, Kenya and Tanzania; and with very few variations they offered what also obtained in London. The syllabus of the English Department for instance meant a study of the history of English literature from Shakespeare, Spencer and Milton to James Joyce [...] The structures of the literary studies evolved in the colonial schools and universities had continued well into independence era completely unaffected by any winds of cultural change. The irony of all this was that these departments were being run in countries where the oral tradition, the basis of all genres of written literature be it a poem, a play, or a story, was beating with life and energy, and yet they were unaffected by the surging creative storm all around them (1986:90-93)<sup>63</sup>.

---

<sup>63</sup> Os Estudos Ingleses em escolas e instituições de ensino superior passou a ser sistematizado após a Segunda Guerra Mundial, com a criação das extensões coloniais da Universidade de Londres em países africanos como Uganda, Nigéria, Gana, Serra Leoa, Quênia e Tanzânia. E com poucas alterações ofereciam o que vinha de em Londres. O plano de estudos do Departamento de Inglês, por exemplo, significava o estudo da história da literatura inglesa de Shakespeare, Milton, Spencer a James Joyce [...] As estruturas dos estudos literários desenvolvidas nas escolas e universidades coloniais bem continuaram até à época da independência completamente completamente imunes aos ventos da mudança cultural. A ironia de tudo isso tese era que esses departamentos funcionavam em países onde a tradição oral, base de todos os tipos de literatura escrita, seja poema, peça de teatro,

As afirmações de Ngũgĩ wa Thiong'o lançam luz sobre a problematização do cânone no contexto dos estudos literários em África e revelam especificidades que importa conhecer. Do ponto de vista histórico, verifica-se que no interior do sistema colonial engendram-se dialéticas que anunciam a existência de outras soberanias epistemológicas. Por conseguinte, as ruturas igualmente epistemológicas em situação colonial manifestam-se sob várias formas, sendo a cultura e as literaturas algumas delas. Ao funcionarem como veículos da ideologia colonial, em absoluta autarcia, os aparelhos institucionais do ensino são confrontados com as dinâmicas da produção de cânones literários alternativos que emergem quer das literaturas orais quer das literaturas escritas em línguas africanas e em línguas europeias. O que está em causa é a necessidade de proceder à descanonização literária, transformando os contra-cânones em cânones literários oficiais.

Na fase inicial, a formação do cânone literário nos sistemas educativos dos novos Estados africanos obedece ao modelo institucional<sup>64</sup>, promanando a sua força legitimadora de uma necessidade ontológica da comunidade política representada pelo novo Estado. Do ponto de vista filosófico esta matéria inscreve-se no debate contemporâneo que opõe comunitaristas a liberais com o qual se procura descortinar projeções dos discursos políticos africanos produzidos no dealbar da descolonização e das independências que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. As elites políticas africanas, inspiradas por ideologias e filosofias emergentes na Europa e na América, construíram um pensamento cultural e político que pretendia ser unitário, através do qual advogavam a centralidade da comunidade enquanto sujeito coletivo. Panafricanismo, Negritude e Socialismo Africano são algumas das designações atribuídas a tais doutrinas. Os seus paladinos mais proeminentes eram líderes políticos e chefes de Estado, Kwame Nkrumah (1909-1972) do Ghana,

---

ou história, estava batendo com a vida e energia, e ainda assim não foram afetados pela tempestade criativa que palpitava em seu redor (1986: 90-93).

<sup>64</sup>Cf. Stefanie Preuss, (2012). *A Scottish National Canon? Processes of Literary Canon Formation in Scotland*, Heidelberg, Universitätsverlag. Para Stefanie Preuss a investigação permite identificar três modelos diferentes de formação do cânone: modelo estético, modelo institucional e o modelo que sintetiza os dois anteriores (p.38). O primeiro tem o seu mais importante advogado em Harold Bloom, pois privilegia a dimensão textual e seus elementos intrínsecos. O segundo opera com um conceito de formação do cânone que admite ser o resultado de atos intencionais realizados pelas instituições literárias, englobando aquelas que se encarregam da produção e distribuição de obras literárias, nomeadamente, editoras, empresas de publicidade, veículos de recensões e de crítica académica (pp.39-40).

Leopold Sedar Senghor (1906-2001) do Senegal e Julius Nyerere (1922-1999) da Tanzânia. Tais correntes de pensamento faziam a apologia da crítica à modernidade e às ideologias que lhe estão associadas, especialmente o liberalismo. Assim, cultivando inquietações do tempo presente dois filósofos africanos, D.A. Masolo do Quênia e Kwame Gyekye do Ghana, se têm vindo a destacar pela intervenção direta no referido debate, retomando a tematização do comunitarismo, à luz de uma teoria política e moral africana que pressupõe a incorporação de subsídios dos sistemas africanos de pensamento. A reflexão filosófica vai conduzir-nos aos vínculos que se estabelecem entre a formação do cânone literário e a preservação da comunidade política. Trata-se de uma comunidade que aspira o estatuto de Estado-nação cujas virtualidades, celebradas no século XIX pelos teóricos do romantismo europeu, nem sempre traduziram a adequação do modelo às realidades e aos contextos africanos devido à sua natureza exógena. A crise do modelo de Estado-nação encontra uma das suas manifestações no mimetismo das instituições educativas e literárias. Quando em 1963, no discurso proferido na Universidade do Ghana, Legon, por ocasião da abertura do Instituto dos Estudos Africanos, Kwame Nkrumah advogava uma «nova interpretação» e uma «nova avaliação» dos Estudos Africanos, fazia especialmente alusão à reforma das instituições e aos atos hermenêuticos dos agentes que formam a comunidade interpretativa sejam eles Africanos ou não-africanos. Por isso afirmava: «Research must stimulate the birth of a specifically African literature, which, exploring African themes and the depth of the African soul, will become an integral portion of a general world literature. It would be wrong to make this a mere appendage of world culture» (Lauer & Anyidoho, 2012: 914). Com efeito, o pioneirismo da Universidade de Nairobi chegou tardiamente a outras universidades africanas. Em 1977, dá-se a primeira reformulação curricular na Nigéria, Universidade de Ifé<sup>65</sup>. Na Universidade do Ghana só em 1985 quando um grupo de professores do Departamento de Inglês consegue levar à aprovação das instituições académicas o plano de estudos do curso

---

<sup>65</sup> Biodun Jeyifo, «The debate on literary pedagogy in África: the Ife experience», in AAVV, *Littératures Africaines et Enseignement*, Actas do Colloque International de Bordeaux, 15-17 Mars 1994, organizado por Centre d'Etudes Littéraires Maghrébines, Africaines et Antillaise e R.C.P.-C.N.R.S n°732 Littératures Africaines Imprimées, Bordeaux, Presses Universitaires de Bordeaux, pp.735-391.

em Literaturas Oraís Pan-Africanas<sup>66</sup>. À distância de meio século, as palavras de Kwame Nkrumah mantêm plena atualidade, sobretudo no contexto das assimetrias que se verificam no «espaço literário mundial» e nas suas «repúblicas das letras»<sup>67</sup>, onde subsistem as razões para reafirmar os princípios gerais enunciados. As Literaturas Africanas são parte da literatura e da cultura mundial na sua plenitude, não podendo o seu reconhecimento depender da magnanimidade do Ocidente. Portanto, a problemática do cânone literário e a abordagem dos desafios que levanta às instituições políticas, académicas e literárias consagram a necessidade de construir epistemologias alternativas, além de modelos e teorias que atendam às tradições culturais regionais e nacionais em África. É no contexto de mudança vivido na década de 60 do século XX em África que a questão deve ser abordada. Por isso, Kwame Anthony Appiah vem dizer que a «arma da pedagogia» muda de mãos quando se forma um novo cânone e um discurso contra-hegemónico produzido pelo sujeito que escreve sobre a sua própria literatura<sup>68</sup>, exercendo-se a partir daí o «controlo institucional da interpretação». Segundo Appiah os debates sobre o cânone em África reproduzem as disputas entre a concepção herderiana das línguas africanas e da comunidade tradicional, por um lado, e a concepção positivista das línguas europeias e disciplinas como meros instrumentos. É uma topologia de oposição entre o nativismo e o universalismo. Por isso, Kwame Anthony Appiah desencadeia uma diatribe contra a obra de Chinweizu e outros considerada como o pináculo de uma «retórica nativista» que, apesar de questionar os critérios ocidentais de avaliação, não põe em causa o modelo que o estrutura e as suas definições. Para Appiah, o «nativismo» ignora as heranças múltiplas do escritor africano com a determinação de injunções teóricas sobre fundamentos endógenos da leitura do texto literário. O que conduz a uma espúria epistemologia da leitura devido às contradições que se escondem numa «retórica do particularismo» sob a cobertura de um «universalismo secreto». Ao invés, Kwame Anthony Appiah propõe a definição de «modos produtivos de leitura» numa alternativa às epistemologias que enformam a retórica actual. Deste modo, entende

---

<sup>66</sup> Cf. Kofi Anyidoho «The Present State of African Oral Literatures Studies, in Stephen Arnold, (ed.), *African Literatures Studies: The Present State/L'État Présent*, Washington, Three Continents, 1985, », pp. 151-161.

<sup>67</sup> Cf. Pascal Casanova, *La République Mondiale des Lettres*, Paris, Éditions du Seuil, 1999.

<sup>68</sup> Anthony Appiah, «New Literatures, New Theory?», in Raoul Grandqvist (ed.), *Canonization and Teaching of African Literatures*, MATATU, Journal for African Culture and Society, 7, 1990, pp. 57-89.



que o discurso «nativista» da obra de Chinweizu e outros deve ser ultrapassado, na medida em que continua a modelar a crítica e a receção das Literaturas Africanas no continente e fora dele. Por outro lado, considera totalmente inadequado insistir na «produção da marginalidade pela cultura dominante», porquanto semelhante avaliação «ignora a natureza recíproca das relações de poder» e «negligencia a variedade multiforme da agência individual e coletiva à disposição dos sujeitos africanos». As críticas que Kwame Anthony Appiah desfere contra o «nativismo» assentam numa argumentação que admite a possibilidade de uma epistemologia da leitura no contexto institucional académico africano cujo quadro de referência continua a ser subsidiário do Ocidente:

If one believes that the kinds of cultural inferiority complexes represented in the attitudes of many African students need to be exorcised, then the teaching of literature in the Westernized academy in Africa will require an approach that does three crucial things: first, identify accurately the situation of the modern African text as product of the colonial encounter; second, stress that the continuities between pre-colonial forms of cultural production and contemporary ones are nevertheless genuine, and thus provide a modality through which students can value and incorporate the African past; third, challenge directly the assumption of the cultural superiority of the West, both by undermining the aestheticized conceptions of value that it presupposes, and by distinguishing sharply between a domain of technological skill in which – once goals are granted – comparisons of efficiency are possible, and a domain of value, in which such comparisons are by no means so unproblematic. This final challenge – to the assumption of Western cultural superiority – requires us, in the last analysis, to expose the ways in which the systematic character of literary (and, more broadly, aesthetic) judgments of value is the product of certain institutional practices (*op.cit*:85).

Para Kwame Anthony Appiah a superioridade cultural do Ocidente continua a ser o referente das controvérsias e dos obstáculos a transpor. Por sua vez, Chidi Amuta<sup>69</sup> dirige igualmente fortes críticas a *Toward the Decolonization of*

---

<sup>69</sup> Chidi Amuta, *The Theory of African Literature. Implications for Practical Criticism*, London/New Jersey, 1989.

*African Literature*, acusando os seus autores de fazer apologia de uma «estética tradicionalista» recorrendo à «retórica da descolonização». No entanto, reconhece-lhes alguns méritos:

The abiding significance of traditionalist aesthetics however resides in its contribution to the necessary task of imparting more knowledge about African artistic traditions, ethno-philosophies and extant aesthetic value systems to an indifferent world while imbuing the ignorant and miseducated African with greater confidence to understand both himself and the position of his mortally injured race in the world. But the crucial task of compelling the world, especially the West, to recognize Africa through its practical achievements demands more than self-definition and rhetorical reaffirmation (1989:50).

As hipóteses e as críticas que suportam os argumentos de Kwame Anthony Appiah e Chidi Amuta encontram resistência na textura argumentativa de Chinweizu e outros que em *Toward the Decolonization of African Literature* defendem de forma radical o carácter alternativo dos princípios epistemológicos, invocando o primordialismo de uma estética literária africana. Não fazendo apelo a qualquer subsidiariedade epistemológica, advogam a criação de uma «comunidade de escritores, críticos, disseminadores e consumidores, uma comunidade unificada pela experiência das tradições da oratura e da literatura, unificada nas suas expectativas fundamentais a respeito das Literaturas Africanas, unificada nos valores que sustentam a produção, avaliação e recepção» (1980:296). Para o efeito, consideram que as instituições educativas são solicitadas a realizar reformas semelhantes àquelas exigidas por Ngũgĩ wa Thiong'o e Taban lo Liyong em 1968. É reiterada a extinção dos departamentos de línguas e literaturas europeias. Em sua substituição é recomendada a criação de três novos: Departamento de Línguas Africanas, Oraturas e Literaturas; Departamento de Literatura Comparada; Departamento de Línguas Coloniais. No âmbito do primeiro, os estudantes teriam oportunidade de estudar as literaturas e oraturas africanas, adquirindo um conhecimento de pelo menos uma língua Africana. Este departamento teria a responsabilidade de recolher e coligir as transcrições das obras originais, traduzir as obras escritas em línguas europeias para as línguas africanas, e traduzir estas obras literárias em outras línguas africanas. Ao segundo departamento seriam

atribuídas responsabilidades de formar os estudantes no que diz respeito a uma maior conhecimento das literaturas de outros continentes, além das literaturas europeias, proporcionando competências para comparar as Literaturas Africanas a outras literaturas do mundo, de modo a permitir que os estudantes respeitem as suas próprias literaturas. O terceiro departamento teria a tarefa de ministrar conhecimentos sobre as literaturas da França, Inglaterra, Portugal e Espanha (*op.cit.*:296-299).

Portanto, a abordagem aqui iniciada será recuperada na III parte desta tese, especialmente, numa perspectiva aplicada, quando tratarmos dos discursos legitimadores e da disciplinaridade da Literatura Angolana. É que não será possível compreender a problemática do cânone literário, os debates que suscita presentemente e as suas repercussões em Angola, sem um profundo conhecimento das reflexões africanas sobre esta matéria<sup>70</sup>.

---

<sup>70</sup> Cf. Ana Maria Mão-de-Ferro Martinho, *Cânones Literários e Educação. Os casos Angolano e Moçambicano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2001.



**II PARTE**  
**A CONDIÇÃO INSTITUCIONAL DOS**  
**ESTUDOS LITERÁRIOS AFRICANOS**



**CAPÍTULO III**  
**LEGITIMAÇÃO E ENSINO DAS LITERATURAS**  
**AFRICANAS**





### III.1. Os Estudos Africanos na universidade

Ensino superior em África e Estudos Africanos.- Periodização dos Estudos Africanos. - Escolarização, história das disciplinas e transmissão do conhecimento em África.- Disciplinas académicas e Estudos Africanos.- A construção do africanismo.- Africanismo europeu e africanismo africano.- Disciplinarização das Literaturas Africanas.- As Literaturas Africanas como disciplina e disciplinas.- A construção curricular nas universidades africanas.- Os professores de Literaturas Africanas.- O ensino e investigação das Literaturas Africanas.-

Do ponto de vista da epistemologia disciplinar, os fundamentos dos Estudos Africanos localizam-se nos vários processos em que se analisa a modernidade africana a partir dos quais eles se constituem como campo científico concentrado na produção do conhecimento sobre o continente africano. Por conseguinte, os Estudos Africanos são integrados por várias disciplinas ou «ciências de referência» e, tal como ocorre em outras interdisciplinas, a sua institucionalização em África combina estratégias de transmissão de conhecimentos, saberes endógenos e processos de apropriação da modernidade ocidental. Destes últimos resulta uma «modernidade alternativa» que se constrói no contexto da colonização europeia sob o espectro de uma «perversão da história» (Kouvouama, 2001:33), produzindo-se consequentemente uma dialética entre a negação do Outro Africano e a sua afirmação, superada com o triunfo da sua soberania epistemológica. Essa rutura brutal analisa-se em resistências e respostas à imposição de lógicas exógenas fundadas na racionalização económica e política do Ocidente, dando consistência à «modernidade africana endógena» cujas epifanias permitem reexaminar o conceito de modernidade<sup>71</sup>.

Abel Kouvouama procura empreender uma tarefa que visa desvendar a inscrição da modernidade no discurso das ciências humanas e sociais, traçando os

---

<sup>71</sup> Para Kouvouama o exame deve incidir sobre três aspetos: 1) A natureza polissémica do conceito que deve ser despojada da carga evolucionista unilinear e etnocêntrica, permitindo a «relativização do seu uso em função dos valores e das identidades culturais específicas de cada povo e cada civilização» (2001:34); 2) O pressuposto que lhe subjaz segundo o qual as sociedades humanas são dinâmicas sendo permeáveis à interferência de valores próprios das suas civilizações e de valores de civilizações exógenas, não podendo a modernidade «ser vista unicamente através do prisma do Ocidente» que, por um lado, desqualificou a tradição, e os povos de África, por outro lado (*Id.Ibid.*). 3) A expressão incessantemente renovada da busca do saber e do «savoir-faire», da potência transformadora e da aventura. Por isso, «cada povo, cada sociedade deve, em função da sua identidade e da sua capacidade [...], apropriar-se do potencial científico e tecnológico da humanidade» (*Id.*:35).

contornos genealógicos do conceito de modernidade no contexto africano à luz das suas complexidades. Reconhecendo a importância da atribuição de sentido à modernidade, Kouvouama formula a sua tese inicial, articulando o princípio do indivíduo e ao princípio comunitário (*op.cit.*:20). Perante a exigência da aplicação do conceito de modernidade em África, Kouvouama considera que os especialistas das ciências sociais utilizaram-no «sem qualquer espírito crítico, sem recorrer ao relativismo cultural e moral» (2002:25). A crítica permanente a que se devem submeter os métodos e o objeto das ciências sociais e humanas não pode ignorar os dados da experiência quotidiana dos agentes sociais, escreve Kouvouama. Deve ser metodologicamente obrigatória, de tal modo que seja possível transpor os «obstáculos epistemológicos» na compreensão do conceito de modernidade em crise (2001:27).

Da coexistência de lógicas racionais endógenas e exógenas de que não resulta uma relação equitativa, emana uma herança em que avulta a figura do Estado, o poder político e a sua moldura institucional uniformizadora. É assim exigível, no dizer de Kouvouama, que seja levantado «o problema das condições teóricas, conceptuais e epistemológicas da invenção do Estado africano contemporâneo [...]» (2001:47). A coexistência das racionalidades endógenas e exógenas suporta a justificação do advento da modernidade africana como estratégia de apropriação da racionalidade ocidental que afasta qualquer possibilidade de hegemonia da racionalidade endógena. É relevante concluir que as disciplinas em África adquirem o seu estatuto no contexto da modernidade africana, sendo assim indispensável proceder ao estudo da origem das instituições, no quadro mais geral do processo de consolidação do sistema disciplinar moderno e suas influências na constituição de ramos específicos do saber.

Partindo do pressuposto segundo o qual os Estudos Africanos constituem um domínio em que se realiza o «estudo sistemático dos costumes e tradições de um povo associado a uma sofisticada cultura de investigação», Ali Mazrui estabelece uma temporalidade de longa duração e examina a possibilidade de uma cronologia que pode ser subdividida em três períodos. Ao esboçar tal periodização dos Estudos Africanos admite que a sua génese, substância e fronteiras culturais, na primeira fase, remontam ao Antigo Egipto, berço do monoteísmo e do estudo sistemático da civilização africana. A segunda fase tem a sua mais expressiva significação no pioneirismo das observações sobre a África Oriental e Ocidental

produzidas por Ibn Battuta (1304-1368). A terceira fase tem lugar a partir do século XVII, quando a África passa a ser identificado como continente. A quarta fase ocorre no século XX, traduzindo-se como uma «herança tripla»: autóctone, islâmica e ocidental, através de uma tripla articulação: oral, escrita e eletrónica (Mazrui, 2002:11-13). Neste sentido, os Estudos Africanos enquanto estudo sistemático dos costumes e tradições dos povos do continente associado a uma sofisticada cultura de investigação, supõem a existência de instituições de ensino superior. A este respeito as instituições do ensino superior em África datam da era pré-moderna numa geografia que compreende as regiões islamizadas. Tais são os casos das universidades Al-Qayrawan fundada em 674 e Al-Zaitouna fundada em 732, ambas na cidade de Tunis; Al-Qarawiyyin fundada em 859 na cidade de Fez pela dinastia Idrisids; Al-Azhar fundada em 969 pela dinastia Abbassida; a universidade mesquita de Sankore fundada no século XII pela dinastia Askia na cidade de Tombuctu, no território do atual Mali. Para Y.G-M. Lulat, a diferença entre as referidas universidades antigas e as universidades modernas reside no quadro das respetivas temporalidades e na organização das suas estruturas curriculares<sup>72</sup>.

As mais antigas instituições modernas do ensino superior de África surgiram no século XIX nos territórios das colónias britânicas. Em 1826, Fourah Bay College na cidade de Freetown; em 1829, South African College na Cidade do Cabo; em 1841, a Lovedale Institution na África do Sul; em 1829, Victoria College em Stellenbosch; em 1873, a Universidade da Cidade do Cabo; em 1898, Gordon Memorial College na cidade de Khartum. Fourah Bay College, a primeira a ser criada, continuará a ser a única da África Ocidental.

Todavia, a universidade moderna que constitui o modelo das universidades africanas onde brotam os Estudos Africanos, não é uma invenção exclusivamente ocidental<sup>73</sup>. Embora se saiba que o colonialismo europeu em África foi também um

---

<sup>72</sup> Neste sentido o autor observa o seguinte: «Two of the critical differences between these older higher education institutions and the modern university are the curriculum the older institutions pursued and their general approach to knowledge: the curriculum was narrow and heavily religious in orientation, and their approach to knowledge lacked the secular method of rationalism and scientific inquiry» (Lulat, 2003:16). Cf. LULAT, Y.G-M. (2005). *A History of African Higher Education from Antiquity to the Present. A Critical Synthesis*, Wesport/Connecticut/London, Praeger Publishers.

<sup>73</sup> Cf. Lulat, Y.G-M. (2005). Refutando a presunção ocidental, o autor escreve: [...] to say that the modern university is an entirely Western invention is to assert only partial truth; not the whole truth. The whole truth is that the modern «Western» university – like so many other things that Westerners have so stridently claimed as their very own unique inventions – is the product of the Islamic-mediated intersection of three major civilizations: the Greek, the Islamic, and the Latin. (Yet, even this cannot constitute the whole truth. Why? Because each of these civilizations, in turn, in their genesis, incorporated contributions from other civilizations as well: Sumerian, Assyrian, Babylonian, Egyptian, Persian, East Indian, Chinese, etc.). Any view to the

«sistema filosófico de exclusões» (Táíwò, 2010:49), a descontinuidade histórica que o colonialismo europeu representa não pode traduzir-se em apagamento de factos que testemunham a existência de uma soberania epistemológica antiga fundada nessa «sofisticada cultura de investigação sistemática» (Mazrui, *op.cit.*) Ora, a partir do momento em que se desencadeia a ocupação dos territórios africanos, após a Conferência de Berlim de 1884-1885, as potências europeias desenvolvem políticas coloniais que justificam uma produção científica utilitária. É no século XIX que o continente africano se transforma em objeto de interesse e curiosidade científica da Europa. Jean Copans considera que a história dos Estudos Africanos está associada aos períodos da chamada «conquista colonial», ocupação, descolonização e neocolonialismo (Copans, 1974:82). Baseando-se no trabalho de Gérard Leclerc dedicado ao estudo da relação entre a Antropologia e o colonialismo, Copans admite o aparecimento de um discurso político-ideológico e de um discurso instrumental de vocação científica acerca de África. Vem por conseguinte propor uma periodização dos Estudos Africanos para justificar as suas razões históricas, ideológicas e científicas. Para Jean Copans, a cronologia sugere a articulação de cinco fases. Assim sublinhamos aquilo que Jean Copans designa por «forma de relação» entre a potência colonizadora e as respetivas colónias e sua «configuração teórico-ideológica»: antes de 1860 – exotismo; 1860/1920 – teoria evolucionista e ocupação colonial; 1920/1945 – institucionalização da etnologia e rentabilização do seu discurso.

Entre 1920 e 1945, o espaço de influência britânica acolhe alguns estabelecimentos de ensino superior que deveriam corresponder à demanda de mão de obra qualificada: em 1924 Achimota College no Ghana e Kitchener Memorial School of Medicine School no Sudão; em 1929, Government College em Ibadan, Nigéria; em 1934, Higher College em Yaba, Nigéria. A situação alterar-se-ia quando o governo britânico decide criar novas universidades por recomendação do Conselho Interuniversitário para o Ensino Superior nas Colónias constituído em 1946. Assim, a partir de 1948 surgem sete universidades. A Universidade do Ghana instalada em Legon que abre as portas em outubro de 1948 com 92 estudantes. A Universidade da Serra Leoa em 1960 como resultado das transformações do Fourah

---

contrary, is simple an echo – albeit a recurrent one – of the narrow-minded, supre ethnocentric perspective of the early Western European Christians [...] (Lulat, 2005:466).

Bay College com 350 estudantes. A Universidade de Ibadan aberta em 1947 com 104 estudantes matriculados. A Universidade de Khartum surgiu em 1949 como resultado da fusão Gordon Memorial College e do Kitchener Medical School. A Universidade de Makerere no Uganda que ganha novo estatuto em 1949, servindo os territórios da África Oriental. Em 1951, dá-se a fundação do Royal Technical College de Nairobi. Na África Austral, surge a Universidade de Salisbúria em 1953, dois anos depois transformada em Universidade da Rodésia e Niassalândia. Quando se dá a formação da União Sul-Africana, após a independência concedida pela Grã-Bretanha, a Universidade da África do Sul era o centro de que dependiam outras universidades, designadamente, Grey University College (Bloemfontein); Huguenot University College (Wellington); Natal University (Pietermaritzburg); Rhodes University (Grahamstown); Transvaal University College (Pretória); Witwatersrand University College (Johanesburgo). Por outro lado, as que existiam até essa data, passariam a ter outras denominações: University of Cape Town e University of Stellenbosch, substituindo, respectivamente, South African College of Cape Town e Victoria College. O sistema de ensino superior da África do Sul assentava na supremacia racial europeia dominadas pelo uso de duas línguas, o Inglês e o Afrikaans. Paralelamente desenvolvem-se iniciativas de missionários protestantes de origem europeia e americana que visavam a criação de estabelecimentos de ensino superior destinado aos nativos. Assim, em 1916 abre as portas o South African Native College que se instala em Fort Hare, nas proximidades da Lovedale Institution pertencente aos missionários presbiterianos. Em 1948, já sob o controlo das autoridades do governo racista sul-africano passa a denominar-se University College of Fort Hare<sup>74</sup> sob a dependência da Rhodes University mas adquire a sua plena autonomia apenas em 1969. Com a institucionalização do apartheid em 1948 existiam três tipos de estabelecimentos

---

<sup>74</sup> A Universidade de Fort Hare jogou um papel de relevo na formação das elites africanas negras da África Austral de língua inglesa. Por ela passaram personalidades ilustres: Mongosuthu Buthelezi, líder tradicional da África do Sul, Sir Seretse Khama, presidente do Botswana, Ntsu Mokhele, primeiro ministro do Lesotho, Robert Mugabe, presidente do Zimbabué, Robert Sobukwe, presidente do Congresso Pan-africano da África do Sul, Nelson Mandela, presidente da África do Sul.

de ensino superior destinados, designadamente, a «negros» das cidades<sup>75</sup>, «negros» do interior<sup>76</sup> e «brancos»<sup>77</sup>.

Até 1950, existiam nos territórios colonizados pela França apenas cinco estabelecimentos de ensino superior: Instituto Médico de Antananarivo criado em 1896, a Escola Médica de Dakar criada em 1918, Instituto Francês da África Negra (Dakar) criado em 1938, Escola Normal William Ponty (Gorée) criado em 1903, Escola de Engenharia Marítima (Gorée) e a Escola de Medicina Veterinária e Politécnica (Bamako). Após a Segunda Guerra Mundial e por força das recomendações da conferência realizada em 1946, o governo francês tomou a iniciativa de criar a Escola de Quadros Superiores de Brazzaville destinada a formar altos funcionários da chamada África Equatorial Francesa. Data dessa mesma época a atribuição de bolsas de estudo aos veteranos africanos da Segunda Guerra Mundial para a realização dos seus estudos nas universidades francesas. Com o surgimento do movimento associativo de estudantes africanos em França de que resultaria a constituição da Federação dos Estudantes da África Negra (FEANF), o esforço iniciado em 1951 pelo governo francês iria prosseguir com a criação de instituições subsidiárias das universidades francesas. Os cinco estabelecimentos de ensino superior existentes nos territórios colonizados pela França dariam lugar, a partir da segunda metade da década de 50, a universidades. Assim em 1957 é criada a Universidade de Dakar. Segue-se a Universidade de Abidjan em 1964, a Universidade de Yaoundé em 1962, após a reforma da Universidade Federal dos Camarões que abriu as portas em 1959. Ainda em 1959 tinha sido criada em Brazzaville o Centro de Estudos Técnicos e Administrativos Avançados, substituída pela Universidade Marien Ngouabi em 1971. A década 70 representa um momento de mudança radical nas restantes antigas colónias francesas que com a conquista da independência institucionalizam igualmente o ensino superior. Tais são os casos da Universidade Nacional do Benin, Benin; Universidade de Bangui (República Centro-Africana); Universidade do Chade (Chade); Universidade do

---

<sup>75</sup> Até 1994 existiam as seguintes instituições Universidade do Cabo Ocidental que em 1969 surge a partir da transformação da University College of the Western Cape fundada em 1959); Universidade de Durban-Westville resultante da reforma em 1972 da University College of Durban-Westville criada em 1961; Universidade de Medicina da África Austral criada em 1976; University Vista criada em 1981.

<sup>76</sup> Universidade do Norte, Universidade da Zululand, Universidade do Transkei, Universidade do Nordeste, Universidade do Bophuhatswana e a Universidade de Venda.

<sup>77</sup> Universidade de Stellenbosch, Universidade da Cidade do Cabo, Universidade de Witwatersrand, Universidade de Pretória, Universidade do Natal, Universidade do Estado Livre de Orange, Universidade de Rhodes, Universidade de Potchefstroom, Universidade de Port Elizabeth e Universidade Rand Afrikaans.

Benin-Lomé, Togo; Universidade Omar Bongo (Gabão) e a Universidade Masuku de Ciência e Tecnologia (Gabão).

A principal colónia belga da África Central, a atual República Democrática do Congo, regista igualmente mudanças a seguir à Segunda Guerra Mundial com a criação do Centro Universitário Lovanium de Kinshasa em 1949 transformada logo depois em instituição subsidiária da Universidade Católica de Louvain da Bélgica em 1954. Em 1955 os missionários protestantes fundaram a Universidade de Kisangani. Seguiu-se a Universidade do Congo Belga e Rwanda-Urundi criada em 1956, denominada Universidade Estatal de Lumumbashi, após a independência. Em 1971 as três fundem-se numa única, a Universidade Nacional do Zaire. Entretanto dois outros territórios que se encontravam sob a dominação belga, o Rwanda e o Burundi, tornam-se independentes. Surgem a Universidade do Burundi em 1960 e a Universidade do Rwanda em 1962.

O surgimento de universidades em todo o continente africano a partir da segunda metade do século XX, constitui o facto basilar das estruturas que consolidam a soberania epistemológica e consagram a centralidade da razão e o princípio do indivíduo, enquanto elementos da modernidade alternativa em África. Por outro lado, a razão centrada no sujeito propicia experiências reflexivas que introduzem uma agência epistémica nova com a institucionalização dos Estudos Africanos nas universidades do próprio continente. Mas quando os primeiros institutos de Estudos Africanos emergem nas universidades do Ghana e de Ibadan em 1962, a história da formação das disciplinas que constituem esta interdisciplina na Europa já era quase centenária e emergente na América do Norte. Todavia, a construção sistemática dos Estudos Africanos no eixo euro-americano é um sintoma da crise epistemológica do Ocidente, sendo que o elemento matricial e originário da modernidade ocidental, que se analisa na negação e liquidação do «Outro da Razão», constitui a célula seminal da sua própria crise, da crise da racionalidade ocidental. Todavia, a concausalidade duradoura dessa crise pode ser encontrada fora do Ocidente. A crítica à «razão metonímica» de que fala Boaventura de Sousa Santos adquire sentido pleno apenas na hipótese de o campo dominado pela racionalidade ocidental passar a ser habitado por outras racionalidades contextualizadas, entre as quais as racionalidades Africanas. Importa determinar o lugar indiscutível dos Estudos Africanos naquilo que virá a ser, como nos diz Michel Foucault, a crítica «contra a instância teórica unitária» efetuada pelos

«saberes subjugados», os «saberes desqualificados pela hierarquia dos conhecimentos e das ciências» (Foucault, 2006:23). Para Michel Foucault o domínio daquilo a que chama «saberes subjugados» define-se como «conteúdos históricos que foram enterrados, mascarados em coerências funcionais ou sistematizações formais» (*op.cit.*:21). Além disso, eles constituem «uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceptuais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes inocentes, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível de conhecimento ou cientificamente exigidos» (*Id.*: 21-22). A importância desses saberes reside, no facto de terem tornado possível introduzir o «caráter local da crítica» entendida como «algo que seria uma espécie de produção teórica autónoma, não centralizada», afastado de «um regime comum para estabelecer a sua veracidade» (*Ibid.*). Apesar de não se referir expressamente aos saberes esmagados pelo colonialismo europeu, Michel Foucault tinha perfeita consciência do papel desempenhado pelos Estudos Africanos e pelos intelectuais africanos na produção de «genealogias» acerca dos saberes e práticas originárias de África, revelados igualmente pelos vários ramos do saber das ciências sociais e humanas para a deslegitimação e perda de autoridade dos discursos produzidos por sujeitos que reivindicavam a modernidade ocidental como fundamento da sua ambição de poder (*libido dominandi*) e de ciência (*libido sciendi*). Por essa razão, Foucault clarifica a ideia. É da «insurreição dos saberes» que se trata. Uma insurreição «contra os efeitos de poder centralizadores, ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado dentro de uma sociedade como a nossa» (*Id.*: 23). Ao defender uma «teoria da descontinuidade» como suporte da fragmentação dos saberes totalitários, Foucault interroga-se sobre a possibilidade de os saberes emancipados não se arriscarem «a ser novamente codificados, colonizados por esses discursos unitários [...]» (*Id.*:26).

Se tivermos em atenção a história da disciplinarização, os Estudos Africanos, podem ser considerados como parte desses «fragmentos de genealogia» constituindo uma emanção do «conjunto dos conhecimentos eruditos com as memórias locais, junção que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização dessa saber nas tácticas actuais» (*Id.*:23). A estrutura unitária constitutiva das disciplinas que se pretendia atribuir igualmente aos Estudos Africanos debate-se com a implosão do sistema disciplinar ocidental moderno. Assistimos então a um profundo abalo sísmico da estratificada ordem



epistemológica ocidental. É o des-ordenamento epistemológico. Onde, a tendencial lógica predominante da interdisciplina<sup>78</sup>. A interdisciplinaridade constitui uma expressão da «crise do saber científico». Trata-se de uma crise que, segundo Jean-François Lyotard, «advém da erosão interna do princípio de legitimidade do saber» (Lyotard, 2003:82). Como consequência disso, as «delimitações clássicas dos diversos campos científicos sofrem com isto um trabalho de problematização: desaparecem disciplinas, produzem-se encavalitamentos nas fronteiras das ciências, nascendo novos territórios» (*Id.*).

Portanto, no século XX, os Estudos Africanos apresentam-se como um domínio em que se cruzam várias disciplinas, na medida em que, apesar do lugar marginal que ocupa nos chamados *area studies*, é sob o signo da interdisciplinaridade que se inscreve na história da produção e transmissão de conhecimentos científicos. As obras coletivas editadas por Robert H. Bates, V.Y. Mudimbe e Jean O'Barr, *Africa and the Disciplines. The Contribution of Research in Africa to the Social Sciences and Humanities* (1993), e por Paul Tiyambe Zeleza, *The Study of Africa-Vol.I (Disciplinary and Interdisciplinary Encounters)* e *The Study of Africa-Vol.II (Global and Transnational Engagements)* de 2006 e 2007, respetivamente, constituem o tipo de respostas que permitem avaliar o impacto da investigação realizada sobre o continente africano em todos os domínios do conhecimento científico nos quais a interdisciplinaridade se vai revelando como recurso estratégico fundamental. Para o efeito, dever-se-á partir do pressuposto segundo o qual os Estudos Africanos operam numa dupla dimensão: disciplinar e interdisciplinar. Disciplinar porque ser objeto de investigação, estudo, ensino e publicações em disciplinas específicas (Zeleza, 2007:2). Interdisciplinar porque as referidas atividades são «institucionalmente organizadas em contextos de unidades vocacionadas para os Estudos Africanos – variando a sua nomenclatura administrativa – denominadas programas, centros, institutos ou departamentos» (*Id.*).

A reflexão sobre os contributos dos Estudos Africanos para a consolidação do paradigma interdisciplinar e para a «insurreição dos saberes», como diz Michel

---

<sup>78</sup> Para Olga Pombo, interdisciplinas são «as novas disciplinas que aparecem com autonomia académica a partir de 1940/50 e que surgem do cruzamento de várias disciplinas científicas [...]» (2004:76), tais como Psicologia Industrial, Sociologia dos Pequenos Grupos, Sociologia das Organizações.

Foucault, merece uma atenção especial, se quisermos compreender o lugar que ocupam os africanos num campo dominado por europeus e americanos, apesar da «extraversão teórica» (Hountondji), da sua marginalização na modelação dos quadros metodológicos e teóricos, das infraestruturas da produção académica do conhecimento e da importação intelectual de perspectivas, preocupações e perversões (Zezeza, 2007:2).

Estamos perante um desfile de situações que configuram a crise da modernidade ocidental que parece ter merecido a atenção de Jürgen Habermas no *Discurso Filosófico da Modernidade* onde elabora uma síntese do pensamento filosófico dos últimos dois séculos dominado pelas controvérsias sobre a condição de cada um daqueles que são classificados como «Outro da razão», por constituírem ameaças à racionalidade. A este propósito Richard Rorty vem criticar Habermas admitindo desde logo a importância da polarização que evoca a dicotomia central da modernidade: «a razão centrada no sujeito» e o «Outro da razão». Rorty ataca os argumentos de Habermas quando este defende a validade universal, pois entende que não é suficiente substituir da concepção da razão centrada no sujeito por uma concepção comunicacional que se escora na razão comunicativa. Para Richard Rorty importa negar a superioridade racional dos ocidentais e, ao mesmo tempo, reconhecer a possibilidade de aprenderem com outros povos e outras culturas<sup>79</sup>.

A instauração de uma soberania epistemológica no século XX em África como resultado dos processos de uma modernidade alternativa<sup>80</sup> traduz a refutação dos argumentos que sustentavam a marginalidade do «Outro da Razão». Os nacionalismos africanos modernos viriam legitimar o papel das elites formadas nas universidades enquanto agentes epistémicos das transformações desencadeadas após a Segunda Guerra Mundial. A construção das agendas de investigação é um

---

<sup>79</sup> Rorty afasta tal hipótese em domínios específicos como a liberdade, a igualdade, a burocracia, os direitos cívicos, a economia de mercado, o estado de bem-estar social, direitos de propriedade e o sufrágio universal (2003:22-23). Nestes termos, Rorty parece autorefutur a sua própria negação da validade universal conferida à racionalidade ocidental, ao reivindicar a exclusiva paternidade dos valores do cosmopolitismo ocidental e reconhecer que a experiência do Ocidente nos referidos domínios foi uma benigna consequência da «riqueza acumulada através da brutal opressão colonial» (*Id.*)

<sup>80</sup> A este respeito Charles Taylor defende que a necessidade de equacionar os problemas da modernidade, deve ser admitida a existência de «múltiplas modernidades», refletindo o plural o facto de outras culturas não-ocidentais terem sido modernizadas à sua maneira, não podendo ser entendidas de modo adequado, ao abrigo de uma teoria geral que originalmente tenha sido projectada de acordo com o modelo ocidental (2004:11).

indício de tais transformações que não eram exclusivamente políticas, abrangendo igualmente os paradigmas epistemológicos.

No já referido discurso inaugural no Instituto de Estudos Africanos da Universidade do Ghana, proferido em 25 de outubro de 1963, Kwame Nkrumah (1909-1972) reconhecia as limitações epistemológicas dos Estudos Africanos no mundo ocidental, quando afirmava:

First and foremost, I would emphasize the need for a re-interpretation and a new assessment of the factors which make up our past. We have to recognise frankly that African Studies, in the form in which they have been developed in the universities and centres of learning in the West, have been largely influenced by the concepts of old style ‘colonial studies’, and still to some extent remain under the shadow of colonial ideologies and mentality (Anyidoho e Lauer: 2012:910)<sup>81</sup>.

Para Kwame Nkrumah, já na década de 60 os Estudos Africanos obedeciam às determinações de um modo de produção do conhecimento em que os sujeitos epistémicos não eram Africanos e o discurso dominante das agendas de pesquisa levava a marca de «extraversão»<sup>82</sup>. Nesta medida, os Estudos Africanos têm diferentes quadros semânticos em África e no Ocidente, isto é, consoante o modo de produção e a geopolítica do conhecimento. No entanto, os Estudos Africanos conservam pertinentes vínculos com o continente africano, tomado este como lugar epistémico<sup>83</sup>.

---

<sup>81</sup> Em primeiro lugar, gostaria de enfatizar a necessidade de uma re-interpretação e uma nova avaliação dos factores que compõem o nosso passado. Devemos reconhecer francamente que os Estudos Africanos, na forma em que eles se têm desenvolvido nas universidades e centros de ensino no Ocidente tem sido largamente influenciado pelos conceitos de estilo antigo dos “estudos coloniais”, e ainda, em certa medida continuam sob o domínio da mentalidade e ideologias coloniais (Anyidoho e Lauer: 2012: 910).

<sup>82</sup> Para Paulin Hountondji, «Os chamados Estudos Africanos não só se baseiam em metodologias e teorias que se consolidaram em vários campos [...] muito antes de terem sido aplicadas a África enquanto novo campo de estudo, como é, de resto, comum, em instituições académicas e de investigação, encontrar esta matéria associada a outras disciplinas [...]» (Hountondji, 2008:150).

<sup>83</sup> A este propósito, Hountondji acrescenta: «Nesta perspetiva a disciplina ou conjunto de disciplinas a que se chama Estudos Africanos certamente não terão o mesmo significado na África e no Ocidente. Na África, fazem – ou deveriam fazer – parte de um projeto mais vasto: conhecer-se a si mesmo para transformar. Os Estudos Africanos em África não deveriam contentar-se em contribuir apenas para a acumulação do conhecimento sobre África, um tipo de conhecimento que é capitalizado no Norte global e por ele gerido, tal como acontece com todos os outros setores do conhecimento científico. Os investigadores africanos envolvidos nos Estudos Africanos deverão ter uma outra prioridade: desenvolver, antes de mais, uma tradição de conhecimento em todas as disciplinas e com base em África, uma tradição em que as questões a

Ao partir da institucionalização das disciplinas sob os auspícios da modernidade alternativa, uma pergunta se impõe. Existem aspectos universais nas teorias europeias ou ocidentais susceptíveis de aplicação válida aos vários domínios do conhecimento sobre África? A resposta poderá fornecer valiosas pistas no que tange à problemática da disciplinarização, das disciplinas e «interdisciplinas» dos Estudos Africanos. Os discursos teóricos que atualmente conformam posições deste campo científico constituem indícios da crise por que passa a racionalidade científica ocidental. A incredulidade a respeito das metanarrativas é disso uma eloquente manifestação. Ora, se entendermos que a inventariação das controvérsias que ocorrem no campo dos Estudos Africanos opondo Africanos e não-Africanos sugere a ideia de um relativismo epistémico será útil compreender, em primeiro lugar, o modo como funcionam as comunidades científicas, as relações, os consensos e os dissensos que se estabelecem no seu seio. Para o efeito a focagem deve incidir sobre os princípios em que assentam as lutas pela imposição e hegemonia. Numa abordagem historiográfica comparada verifica-se que os Estudos Africanos no mundo ocidental enquanto domínio da investigação especializada sobre as sociedades e as culturas africanas, a que também se designa por «africanismo», são uma emanção das políticas coloniais da Alemanha, Grã-Bretanha, França, Bélgica e Portugal, potências que disputavam a ocupação efetiva de África, procurando conferir à sua presença uma legitimação científica através da ação colonial, durante as duas primeiras décadas do século XX. Por isso, a antropologia, a filologia e a história cedo se tornaram disciplinas que mobilizavam a atenção dos agentes da modernidade colonial e da colonização, entre missionários, protestantes e católicos, e administradores coloniais. Durante a primeira década do século XX, foi na Alemanha onde ocorreu a primeira experiência de institucionalização dos Estudos Africanos exclusivamente concentrada na consagração da filologia africanista enquanto disciplina académica, quando Carl Meinhof abandona Berlim para fundar o centro de estudos coloniais, em 1909, na cidade de Hamburgo, propondo a nomeação de Diedrich Westermann (1875-1956)<sup>84</sup> como professor do Departamento de Línguas Orientais na Universidade de

---

estudar sejam desencadeadas pelas próprias sociedades africanas e a agenda da investigação por elas direta ou indiretamente determinada» (Hountondji, 2008:150).

<sup>84</sup> Cf. Wilhelm J.G. Möhlig, «Diedrich Westermann: Pionnier de la recherche sur la culture Ewe», In János Riesz e Alain Ricard (ed.), *Le Champ Littéraire Togolais*, Bayreuth, 1992, pp.67-84.

Berlim. Mas já em 1908 tinha sido fundado em Hamburgo o Instituto Colonial (Kolonialinstitut) e seguidamente o Seminário para as Línguas Coloniais em que Carl Meinhof (1857-1944) seria o primeiro professor de línguas africanas. Portanto, a *Afrikanistik*, linguística africana, e a *Volkerkunde*, antropologia, são os antepassados disciplinares dos Estudos Africanos no espaço germanófono. Todavia, o vínculo umbilical de ligação aos estudos literários africanos verifica-se através da linguística africana enquanto ramo dos estudos orientais. Os principais centros de investigação tem as suas bases instaladas em Berlim, Hamburgo e Viena gravitando em redor de três prestigiadas figuras do mundo académico, respetivamente, Diedrich Westermann, Carl Meinhof e Wilhelm Czermak (1889-1953), todos eles membros do *International Institute of African Languages and Cultures*. A divisão do território alemão após a Segunda Guerra Mundial dá lugar a um desenvolvimento assimétrico dos Estudos Africanos. É na República Federal da Alemanha que emerge o pioneiro dos estudos literários nos territórios germanófonos da Europa. Trata-se de Janheinz Jahn (1918-1973) que se revelaria como figura incontornável da divulgação das Literaturas Africanas. Com a fundação da Universidade de Bayreuth em 1972, a Alemanha Federal passa a ter o mais dinâmico centro de difusão dos Estudos Africanos de que se destacam os nomes de János Riesz e Eckhard Breiting, dois especialistas de Literaturas Africanas. Na República Democrática Alemã, apenas em 1980 as Literaturas Africanas adquirem cidadania académica enquanto disciplina na Universidade de Leipzig. Em 1997, foi criada uma cátedra de literaturas em línguas africanas. Presentemente, em toda a

---

Diedrich Westermann nasceu na cidade de Baden em 1875. A influência que sofre da Norddeutsche Missionsgesellschaft (Sociedade das Missões da Alemanha do Norte) levam-no a optar pela vida missionária. Em 1900, após a formação adquirida viria a ser colocado como professor no Togo, então colónia alemã. Fascinado pela cultura Ewe dedica-se à investigação e publica livros e dicionários de Ewe-Alemão e Alemão-Ewe. Em 1903, quando regressa a Alemanha é nomeado professor de Ewe no seminário de estudos orientais na Universidade Friedrich-Wilhelms de Berlim. Visita sucessivamente o Togo. Em 1909, além do Ewe, ensina outras línguas africanas como o Haussa e o Peul. Sem qualquer formação universitária, assume nesse mesmo ano a docência na Universidade em substituição de Carl Meinhof. Em 1910 realiza uma missão etnológica e linguística ao Sudão com o apoio financeiro do Ministério da Educação da Prússia. Em 1914 realiza uma segunda missão à Libéria financiada pela Baltimore Lutheran Mission, desenvolvendo estudos sobre as línguas Gola e Kpelle. Em 1919, retoma a docência na Universidade de Berlim. E por iniciativa de Carl Meinhof, a Universidade de Hamburgo concede-lhe o título de Doutor Honoris Causa. Em 1924 é nomeado professor ordinário da Faculdade de Letras da Universidade de Berlim e diretor do instituto de fonética da mesma universidade. Publicou diversas obras nos domínios da linguística, gramáticas, dicionários, além de monografias de índole antropológica.

Alemanha reunificada as únicas universidades que ministram a disciplinas de Literaturas Africanas são a Universidade Humboldt e a Universidade de Bayreuth<sup>85</sup>.

Na Grã-Bretanha, a história do conhecimento especializado sobre as sociedades africanas em domínios de investigação universitária teve um dos seus fundamentos na doutrina da administração indireta (*indirect rule*) seguida em todo o império britânico. Ela permitiu o acesso dos colonizados dos territórios africanos às instituições do ensino superior. O que, por outro lado, viria a dar lugar à criação de universidades nas colónias britânicas. O início da consagração dos Estudos Africanos como domínio do saber acontece nos primeiros anos do século XX, perante as necessidades de formação de funcionários da administração imperial em serviço no oriente, especialmente na Índia, que dava os seus primeiros passos através de cursos de curta duração realizados nas universidades de Oxford, Cambridge e Londres, além dos cursos de Hausa e Swahili ministrados no King's College destinado a funcionários coloniais destacados em África. A decisão que conduziria à criação da *School of Oriental Studies* foi tomada em 1905, quando os membros do senado da Universidade de Londres manifestaram tal pretensão ao Primeiro Ministro britânico. Em 1916 passou a ter existência jurídica como «college» da Universidade de Londres e no ano seguinte eram admitidos os primeiros estudantes.

No artigo segundo dos seus estatutos estipulava-se:

[...] to give instruction in the Languages of Eastern and African peoples, Ancient and Modern, and in the Literature, History, Religion, and Customs of those peoples, especially with a view to the needs of persons about to procede to the East or to Africa for the pursuit of study and research, commerce or a profession (Arnold e Shackle, 2003:22).

Paralelamente é constituído o *International Institute of African Languages and Cultures*, em 1926, de que são membros os mais importantes investigadores europeus ligados aos Estudos Africanos. Publicava a revista *Africa* e distinguia-se de outras associações já existentes tais como *Royal Anthropological Institute* e a *African Society*. A disciplinarização da antropologia social e a formação da

---

<sup>85</sup> Ver Flora Veit-Weld, «Les Études de Littérature Africaine: défi ou défaut?», in Musanji Ngalasso-Mwatha (dir.), *Littératures, Savoirs et Enseignement*, Bordeaux, Presses Universitaires de Bordeaux, pp.239-249.

chamada «Escola Britânica de Antropologia» estão intrinsecamente associados à atividade desta instituição cujo projeto inscrevia o estudo das línguas e das culturas africanas. Eminentemente integrantes desta «escola» elegem o continente africano como terreno de pesquisa. É o caso de antropólogos como Evans-Pritchard, Meyer Fortes, Max Gluckman, Monica Hunter, Monica Shapira, Jack Goody, Siegfried Nadel e outros.

A partir de 1932 é reestruturada a orgânica da *School of Oriental Studies* de modo a que o ensino e a investigação fossem desenvolvidos no âmbito de vários departamentos. O departamento dedicado a África resultara de propostas de Lord Lugard, um governador colonial britânico. Alterava-se assim a sua denominação em 1938, designando-se daí em diante por *School of Oriental and African Studies* (SOAS), integrada na Universidade de Londres. Tal facto testemunha a existência de uma comunidade de investigadores que realizavam pesquisas sobre África. O departamento de línguas e culturas estruturava-se numa base regional, comportando cinco secções, designadamente, a Ásia do Leste, o Sudeste da Ásia e suas ilhas, o Sul da Ásia, o Médio e o Extremo Oriente e África, cujos professores representavam uma parte importante do seu corpo docente da SOAS. No domínio das artes e Humanidades, avulta o departamento de história onde se revelaram alguns dos mais importantes especialistas britânicos da História de África<sup>86</sup>. A prosperidade dos Estudos Africanos observava-se no aumento do número de centros de investigação em diversas universidades. No entanto, entre 1977 e 1982, as instituições de pesquisa da Grã-Bretanha sofrem uma drástica redução do financiamento público. Consequentemente, diminui o número de especialistas a que acresce o crescente impacto do trabalho desenvolvido pelos centros de investigação da África do Sul e dos Estados Unidos da América. Tal situação podia ser avaliada através do número cada vez mais reduzido de artigos publicados no *Journal of African History* e *Journal of Southern African Studies*. O fulgor dos anos 50 e 60 que mobilizava os investigadores britânicos estava mergulhado numa profunda crise<sup>87</sup>.

---

<sup>86</sup>Cf. David Arnold e Christopher Shackle (ed.). *SOAS. Since the Sixties*, London, School of Oriental and African Studies, 2003.

<sup>87</sup> Para John McCracken, «the growth of Africanist scholarship in the UK, at least up to the 1970s, was powerfully affected by Britain's position as colonial and ex-colonial power. On the available evidence, in the first decade after independence, links between government agencies and African Studies centres in the United States were very much closer than they ever were in Britain» (2007:152-153). Cf. John McCracken, «New Directions in African Studies in the United Kingdom», in ZELEZA, Paul T. (ed.), (2007), *The Study of Africa. Global and Transnational Engagements*, Dakar, CODESRIA, pp.146-156.

Em França, a investigação neste domínio adquire uma dimensão institucional após a fundação da *Société des Africanistes* em 1930. É o momento inaugural do «africanismo». A matriz seguida obedece à lógica dos estudos orientais e americanos que gravita à volta das «línguas e civilizações». Deste modo define-se o papel que a «Société» pode desempenhar na mediação entre o mundo colonial e a comunidade académica francesa, legitimando-se assim o estatuto disciplinar dos Estudos Africanos e sobretudo a disciplinarização da etnologia, no contexto político da ação colonial. Após a Segunda Guerra Mundial são criados em França centro de estudos interdisciplinares, na sequência das transformações apoiadas pelo financiamento de instituições americanas à reestruturação dos centros de investigação europeus, no contexto do pós-guerra. Surge o Centro de Estudos Africanos nas estruturas da Escola Prática de Altos Estudos, passando a ser a mais importante instituição vocacionada para a especialização académica. A antropologia era a disciplina privilegiada, desde a formação da primeira geração de especialistas em Estudos Africanos. A situação modifica-se a partir das décadas de 70 e 80 com a publicação da revista *Cahiers d'Études Africaines*, por força da entrada em cena de historiadores. Como acontecia na Grã-Bretanha, aos estudos literários africanos não se reconhecia autonomia epistemológica, na medida em que era apenas um ramo do «orientalismo», sendo as línguas africanas ministradas na Escola de Línguas Orientais e na Escola Colonial. As pesquisas sobre as literaturas orais africanas eram realizadas no âmbito institucional do Museu do Homem e no departamento de etnografia da Sorbonne sob a direção de Marcel Griaule. Foi após o regresso dos professores cooperantes franceses das suas missões em universidades africanas e devido ao crescente número de estudantes africanos em França que as Literaturas Africanas, em finais da década de 60, começam a ser lecionadas nas universidades francesas. Os métodos adotados pela Literatura Comparada, disciplina que começava a fazer parte dos planos de estudos das universidades, contribuiriam para a inclusão de matérias respeitantes às Literaturas Africanas em línguas europeias. Mas até à década de 80 do século XX, as Literaturas Africanas em línguas europeias continuavam a ser marginais na universidade francesa, apesar do interesse que suscitava o estudo das literaturas orais enquanto objeto da etnologia na tradição africanista. Para Bernard Mouralis as razões que explicavam a marginalidade destas literaturas nos quadros lógicos do africanismo que remontam ao século XIX.



Si l'on se tourne maintenant vers les disciplines littéraires – littérature française, lettres modernes ou littérature comparée –, on constatera que l'étude et l'enseignement de littératures africaines rencontre des obstacles d'un autre type qui s'opposent à ce que celles-ci soient effectivement reconnues comme partie intégrante des programmes et des cursus universitaires. Cette situation s'explique d'abord à mon avis par la conception à la fois implicite et restrictive que l'université se fait de la littérature et qui abouti à retenir certains auteurs, certains corpus, certaines problématiques ou certaines orientations méthodologiques parce qu'on les estime conformes à l'idée qu'on se fait de la littérature, tandis que les autres se trouvent résolument écartés (Mouralis, 1985: 451)<sup>88</sup>.

Por ação da fagocitose e glotofagia de outras potências coloniais, tais como a Inglaterra e a França, o lugar de Portugal na historiografia dos Estudos Africanos era quase inexistente. Tal facto devia-se à especificidade das políticas coloniais de outros países europeus. Se o início da documentação portuguesa sobre a África remonta ao século XV, podendo ser analisada em três períodos, entre o século XVIII e fins do século XIX<sup>89</sup>, a pesquisa científica efetiva dá os seus primeiros passos a partir da década de 50 do século XX com a aplicação dos modelos da investigação antropológica inglesa e francesa. O interesse pelo estudo científico das colónias, os chamados «territórios ultramarinos» e a sua elevação ao plano institucional pode ser datado a partir de 29 de janeiro de 1876 com a constituição formal da Sociedade de Geografia de Lisboa sob os auspícios das correntes filosóficas do positivismo. A partir de 1877, após a adesão de Portugal à Associação Internacional Africana, é criada a Comissão Africana que se responsabilizava pelas questões coloniais africanas e com vocação para a

---

<sup>88</sup> Se agora nos voltamos para as Humanidades - literatura francesa, Literatura Comparada ou letras modernas – constata-se que o estudo e ensino das Literaturas Africanas encontra obstáculos de outro tipo que se opõem a que eles sejam efetivamente reconhecidos como fazendo parte integrante do programas e currículos académicos.

Esta situação pode ser explicada do meu ponto de vista pela concepção implícita e restritiva que a universidade tem da literatura e que levou a reter determinados autores, certo tipo de textos, algumas problemáticas ou orientações metodológicas por serem avaliadas em conformidade com a ideia que temos da literatura, sendo outras liminarmente eliminadas (Mouralis 1985: 451).

<sup>89</sup> Ver Alfredo Margarido, «A propos d'un livre récent – Mythes, legendes et objets plastiques dans l'histoire Cokwe», *Revue Française d'Histoire d'Outre Mer*, Tome LIX, n°216, 1976.

exploração científica<sup>90</sup>. Em 1906 é criada a Escola Colonial sob a tutela da Sociedade de Geografia de Lisboa<sup>91</sup> com a finalidade de formar funcionários civis e militares da administração colonial, colonos e comerciantes. Após a implantação da República em Portugal são introduzidas novas disciplinas, nomeadamente, etnologia e etnografia colonial, línguas autóctones de Angola (kimbundu e fiote), Guiné (fula ou mandinga), Moçambique (ronga e swahili) que, na linguagem jurídica da época, são consideradas línguas indígenas ou coloniais<sup>92</sup>. Com a II República, que em Portugal corresponde à implantação do Estado Novo, reformula-se a política colonial portuguesa. Durante esse período é reestruturada a Escola Colonial. O curso aprofunda a perspectiva comparada com outras escolas coloniais europeias e passa a ter a duração de quatro anos e às disciplinas que visam o conhecimento dos territórios africanos acrescem outras<sup>93</sup>. Excetuando a linguística bantu que serve o estudo das línguas de Angola (kimbundu) e Moçambique (ronga), a estrutura curricular não inscreve outras disciplinas que se ocupem das questões culturais. A partir de 1927 a importância conferida ao curso no contexto português justifica a elevação daquela instituição de ensino à categoria de Escola Superior<sup>94</sup>. Em 1946, voltaria a sofrer um outro processo de reestruturação adquirindo a denominação de Instituto Superior de Estudos Ultramarinos<sup>95</sup> integrado posteriormente, em 1961, na Universidade Técnica de Lisboa com uma nova orgânica e respetiva estrutura curricular de que se destaca o Instituto de Línguas Africanas e Orientais. Trata-se do primeiro e único centro de investigação e de ensino destinado a cultivar os estudos filológicos aplicados às línguas bantu de Angola e Moçambique e das línguas de outros territórios coloniais portugueses<sup>96</sup>.

Ora, o surgimento dos Movimentos de Libertação Nacional nos países africanos de língua portuguesa, nomeadamente, Angola, Guiné e Moçambique,

---

<sup>90</sup> Seria no âmbito da CA [Comissão Africana] que quase todos os problemas, com que a SGL se iria confrontar relacionados com África, seriam debatidos. As grandes «questões africanas» tiveram nela como que uma última instância, sobretudo quando o assunto requeria a apresentação de uma proposta ou de um projeto ao Governo. Assumia-se de algum modo como o porta-voz da SGL para os assuntos coloniais (Pereira, 2005).

<sup>91</sup> Ver Decreto de 19 de Janeiro de 1906, *Diário do Governo*, I série, 19 de janeiro de 1906, nº 15.

<sup>92</sup> Ver Decreto nº 5.827 de 31 de maio de 1919, *Diário do Governo*, I série, de 31 de maio, nº 105.

<sup>93</sup> Ver Decreto nº 12.539, de 25 de outubro de 1926, *Diário do Governo*, I série, 25 de outubro de 1926, nº 238.

<sup>94</sup> Ver Decreto nº 14317, de 24 de setembro de 1927, *Diário do Governo*, I série, 24 de setembro de 1927, nº 234.

<sup>95</sup> Ver Decreto-Lei nº 35885, *Diário do Governo*, I série, de 30 de setembro de 1946.

<sup>96</sup> Ver Decreto nº 43957 de 9 de outubro de 1961, *Diário do Governo*, I série, 9 de outubro de 1961.

produz um impulso na procura de teses justificativas da ação colonial à luz da conjuntura internacional da segunda metade do século XX. Deste modo intensificam-se as atividades de natureza científica e criam-se estabelecimentos de ensino e investigação, para sustentar «o colonialismo científico». Nos anos 60, são criados o Centro de Antropobiologia e o Centro de Estudos de Antropologia Cultural. Merecem igual referência as projeções portuguesas de uma atividade científica institucionalizada em Angola. Onde, o Instituto de Investigação Científica de Angola cuja ação permite iniciar uma etnologia de fôlego, sendo as suas publicações resultados eloquentes dessa atividade. É aí digno de destaque o acervo bibliográfico no domínio das literaturas orais e das línguas bantu angolanas, onde avultam dicionários, gramáticas e coletâneas de textos narrativos orais em versões bilingues. Na década de 60 o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos passa a denominar-se Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU)<sup>97</sup>.

Com a instauração do regime democrático, a partir de 25 de abril de 1974, dá-se o colapso da atividade da Junta Investigações do Ultramar. Surgem vários centros de Estudos Africanos instalados nas universidades portuguesas. É criado em 1975 o Instituto de Estudos Africanos na Faculdade de Letras de Lisboa. Segue-se, em 1981, o Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), o Instituto de Estudos Africanos da Universidade Nova de Lisboa, entretanto extinto em 2000. O ensino das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa teve o seu berço no Instituto de Estudos Africanos da Faculdade de Letras de Lisboa. Ao cabo de uma dezena e meia de anos de atividade de ensino e de pesquisa, a produção portuguesa dos estudos literários africanos, no dizer do malogrado professor Manuel Ferreira, resumia-se à criação da disciplina de «Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa», cadeira obrigatória dos cursos de licenciatura em Estudos Portugueses<sup>98</sup> cuja justificação residindo no «imperativo de um conhecimento mais profundo da identidade linguística e literária nacional» portuguesa, nada tinha a ver com o conhecimento das Literaturas Africanas nas suas singularidades. Por sua vez as alterações curriculares ocorridas em 1984 estribam-

---

<sup>97</sup> Ver Portaria nº 19521 de 24 de novembro de 1962, *Diário do Governo*, I série, nº 271.

<sup>98</sup> Ver Decreto nº 53/78 de 31 de maio. À universidade de Lisboa seguem-se as seguintes: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1976/77); Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1979/80); Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa (1980/81); Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (1981/82), Universidade de Évora (1987/88).

se nas recomendações do X Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa e o I Colóquio Luso-Brasileiro de Professores Universitários de Literaturas de Expressão Portuguesa, realizado em Lisboa<sup>99</sup>. A partir daí a disciplina de «Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa» passa a ser uma cadeira de opção em cursos de mestrado<sup>100</sup>. Em todo o caso, a história da investigação sobre as realidades africanas em Portugal continua a ser incipiente e não permite descortinar qualquer conexão entre a produção do conhecimento (investigação) e a sua transmissão (ensino). Por essa razão, os Estudos Africanos não alcançaram os níveis observados em outras antigas potências coloniais, apesar do número crescente de teses de mestrado e doutoramento apresentadas nas diversas universidades portuguesas<sup>101</sup>. Num breve diagnóstico sobre os Estudos Africanos em Portugal elaborado em 2002, Franz Heimar confirma a existência de deficiências e obstáculos à consolidação dos Estudos Africanos devido à ausência de «africanistas em condições de se dedicarem integralmente a este domínio», «o

---

<sup>99</sup> Entre as propostas formuladas pelos participantes ao X Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa e ao I Colóquio Luso-Brasileiro de Professores Universitários de Literaturas de Expressão Portuguesa, destaca-se a seguinte: «[...]6. Que, de maneira progressiva e proporcionada, se dê às Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa situação curricular semelhante, passando desde já para dois anos a sua frequência obrigatória na Licenciatura em Estudos Portugueses».

<sup>100</sup> Por exemplo, em 1990, por força de uma Portaria do Ministério da Educação, a Universidade Nova de Lisboa, através da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, passou a conferir o grau de mestre em Literatura e Cultura dos Países Africanos de Expressão Portuguesa. Na Universidade de Coimbra, a disciplina integra o currículo de mestrados em Literaturas de Língua Portuguesa.

<sup>101</sup> Em Portugal, os primeiros mestres e doutores foram formados após 1981 e 1989, respetivamente. São eles que assegurariam o desenvolvimento do ensino e da investigação no domínio dos estudos literários nas universidades portuguesas. Desde 1981 até 1989 tinham sido defendidas cinco teses de doutoramento e onze teses de mestrado. Teses de Mestrado: Ana Mafalda Leite, *Para uma caracterização da linguagem poética de José Craveirinha* (Universidade de Lisboa, 1984); Maria Elsa Rodrigues dos Santos, *As máscaras poéticas de Jorge Barbosa* (Universidade de Lisboa, 1985); José Luís Pires Laranjeira, *Neo-realismo e Negritude na poesia de Francisco José Tenreiro*, (Universidade de Lisboa, 1985); Maria Cristina L.S.G. Pacheco, *A trajetória poética de Tomaz Vieira da Cruz*, (Universidade de Porto, 1986); Inocência Luciano dos Santos Mata, *A prosa de ficção no período colonial. S. Tomé e Príncipe*, (Universidade de Lisboa, 1986); Carlos do Espírito Santo, *Tipologias do conto maravilhoso*, (Universidade de Lisboa, 1986); Maria Luísa Baptista Pena, *Vertentes da insularidade na novelística de Manuel Lopes*, (Universidade do Porto, 1988); Cristina Maria F.S. Ferreira Pinto, «Les Soleils des Indépendences», de Ahmadou Kourouma: rutura e originalidade, (Universidade do Porto, 1988); António Cândido Franco, *Simbologia telúrico-marítima na obra de Manuel Lopes. Exercício sobre o imaginário caboverdiano*, (Universidade de Lisboa, 1988); Hannelore Felizitas Nadolny da Silva, *Um olhar sobre os contos mandingas*, (Universidade de Lisboa, 1989). Teses de Doutoramento: Salvato Trigo, *Do logotetismo ao genotetismo: José Luandino Vieira – o percurso de uma escrita*, (Universidade do Porto, 1986); Lourenço Joaquim da Costa Rosário, *Narrativa africana de expressão oral (Transcrita em Português)*, (Universidade de Coimbra, 1986); Mário António Fernandes de Oliveira, *A formação da Literatura Angolana (1851-1950)*, (Universidade Nova de Lisboa, 1987); Alberto Duarte de Carvalho, *A ficção de Baltazar Lopes. Contributo para a originalidade da Literatura Cabo-Verdiana*, (Universidade de Lisboa, 1988); Ana Mafalda Leite, *A modelização épica em «Mayombe» e «Pão & Fonema»*, (Universidade de Lisboa, 1988).

subdesenvolvimento das atividades de publicação» e «a inexistência de uma biblioteca especializada de grande envergadura, comparável às que existem em países como a Alemanha, a Bélgica, a França, a Grã-Bretanha, a Holanda e mesmo a Suécia, para já não falar dos EUA»<sup>102</sup>.

Nos Estados Unidos da América, os Estudos Africanos emergem como disciplina académica após o fim da Segunda Guerra Mundial com a institucionalização dos chamados *area studies*. O interesse académico pelos Estudos Africanos remonta à década de 30 do século XX, quando a África adquire cotação de laboratório para investigadores interessados em estudar o comportamento humano e seus factores culturais. Esta primeira fase consolida-se no plano institucional em 1957 com a constituição da *Association of African Studies* (A.S.A), Associação para o Estudos Africanos. Mas a compreensão cabal da história dos Estudos Africanos nos Estados Unidos da América requer o reconhecimento da existência de pelo menos três esferas especialmente diferenciadas, nomeadamente, o universo da investigação nas universidades cuja regulação é assegurada pelo Departamento de Educação através da Lei da Educação e da Defesa Nacional, a rede de investigadores pan-africanistas da Diáspora, no qual se inscrevem as universidades e estabelecimentos de ensino das comunidades negras, tendo estas sido as primeiras instituições americanas de ensino superior a introduzir os Estudos Africanos no currículo e, finalmente, o universo das universidades africanas e suas redes de investigação (Robinson, 2007:235). Contrariando o tendencial reconhecimento da simultaneidade dos *area studies* e Estudos Africanos, Paul Tiyambe Zeleza identifica cinco fases na história dos Estudos Africanos nos Estados Unidos, «caracterizando-se cada uma delas por dinâmicas próprias, orientações, perspectivas dominantes e mudanças nas suas articulações com as disciplinas e interdisciplinas» (Zeleza, 2007:6-7). Paul Tiyambe Zeleza situa a primeira fase em finais do século XIX marcada pela conflitualidade existente entre as ideologias racialistas euro-americanas e a tradições reivindicativas afro-americanas. A segunda fase regista-se no princípio do século XX e é dominada pela atividade dos investigadores afro-americanos e pela intervenção das universidades negras na elaboração de um discurso que visava justificar a presença civilizacional de África, no concerto global das culturas. A

---

<sup>102</sup> Cf. Franz Heimer, «Estudos Africanos em Portugal. Balanço das dinâmicas atuais», *Cadernos de Estudos Africanos*, nº1, julho/dezembro 2001, pp.11-26.

terceira fase ocorre durante a Guerra Fria quando o centro de gravidade dos Estudos Africanos passa a ser ocupado pelos os investigadores euro-americanos e as «universidades brancas históricas». A disciplina dominante é a Antropologia. A quarta fase tem lugar no dealbar da década de 90, após o fim da Guerra Fria de que a queda do Muro de Berlim é o símbolo mais emblemático. No dizer de Zeleza, entende-se que neste último período os *area studies* estão em crise, coincidindo tal situação com a «ascensão dos discursos anti-fundacionalistas e representativos do pós-modernismo, dos estudos culturais e pós-coloniais que questionam a integridade das fronteiras regionais e culturais, as identidades, privilegiando as identidades dos híbridos, dos imigrantes e das diásporas» (*Id.*).

No ocaso do primeiro milénio, os Estudos Africanos já se tinham transformado num vasto campo de interesse académico internacional. Apesar da tão falada crise das universidades africanas e dos Estudos Africanos em particular, membros das várias comunidades científicas ganham a vida ensinando, investigando e escrevendo, ou ainda, celebrando e condenando a África. Trata-se de uma consequência do fim da Segunda Guerra Mundial, momento a partir do qual se legitima a descolonização e as independências políticas em todo o continente africano. Portanto, em todo o mundo e em várias instituições são publicados trabalhos sobre África em dezenas de línguas e em todos os domínios de investigação académica. Nesta medida, podemos concluir que a história dos Estudos Africanos exige uma rigorosa ponderação sobre a geopolítica do conhecimento, para lá de uma abordagem profunda da lógica que durante o século XX presidiu à produção do conhecimento sobre África, em contextos dominados pela marginalidade do continente, compreendendo-se deste modo que as profundas mudanças no plano dos sujeitos do discurso se tenham registado com a independência política dos países africanos. É, por isso, legítimo questionar o carácter africano dos Estudos Africanos e da unidade das suas disciplinas, tal como faz Paulin Hountondji, ao esboçar as suas respostas partindo do pressuposto de que a atividade científica em África pode ser qualificada como «extravertida»<sup>103</sup>, destinada a satisfazer as necessidades teóricas dos parceiros ocidentais e responder

---

<sup>103</sup> A este propósito Hountondji escreve: «Os chamados Estudos Africanos não só se baseiam em metodologias e teorias que se consolidaram em vários campos [...] muitos antes de terem sido aplicadas a África enquanto novo campo de estudo, como é, de resto, comum, em instituições académicas e de investigação, encontrar esta matéria associada a outras disciplinas [...]» (Hountondji, 2008:150-151).

às perguntas por eles colocadas (2008:157). No alvorecer do século XXI, verifica-se que as disciplinas constitutivas dos Estudos Africanos apresentam ainda um desenvolvimento desigual relativamente às elevadas expectativas que defluem dos fundamentos legitimadores da soberania epistemológica institucionalizada com o surgimento das universidades. Todavia, a exceção ocorre em alguns domínios, tais como a história<sup>104</sup>, a filosofia e os estudos literários africanos que permitem desvendar a existência de uma robusta isomorfia do sujeito epistémico e do seu objeto. É o último domínio que merece a nossa atenção. Torna-se por isso indispensável o estudo da origem das instituições e das disciplinas que constituem os vários campos do saber em África, especialmente o domínio das Literaturas Africanas, no quadro do processo de consolidação do sistema disciplinar moderno e suas influências na constituição de ramos específicos do saber, embora continue a ser dominante o ceticismo quando se trata de avaliar os contributos que os estudos literários africanos podem ter dado aos estudos literários em geral<sup>105</sup>. Todavia, é perfeitamente admissível discernir perspetivas diferentes defendidas por africanos e não-africanos, no que diz respeito ao estatuto dos estudos literários africanos e suas subdisciplinas. Nenhuma das referidas perspetivas é homogênea. Apesar das suas especificidades dominantes, revelam tendências que estão em linha com os respetivos contextos institucionais. A estrutura do campo das Literaturas Africanas configura desde logo uma condição que torna possível a adoção de dispositivos teóricos e metodológicos diferentes daqueles que predominam nas instituições do mundo ocidental. Os referidos universos que integram o campo literário africano analisam-se em três segmentos, nomeadamente: literaturas orais em línguas africanas; literaturas escritas em línguas africanas; literaturas escritas em línguas europeias.

Nesta medida, a avaliação dos contributos dos estudos literários africanos deve basear-se no estabelecimento de uma cartografia dos acontecimentos que

---

<sup>104</sup> À luz da periodização proposta importa ter em conta a entrada em cena dos africanos, quando a partir dos anos 60, nas mais antigas universidades de língua inglesa, e início da década de 70, nas mais antigas universidades de língua francesa, constituem maioritariamente o corpo docente da disciplina de história (Curtin, pp.86-87).

<sup>105</sup> Christopher L. Miller tentou dar respostas. Mas elas reconduzem-se a uma visão eurocêntrica por ignorar aquilo a que designamos soberania epistemológica. Por isso, não hesita em afirmar: «My contention is that Africa has been allowed to contribute almost nothing to the Western academy up to the present moment, and that everything remains to be done. As a subject matter and as source of cultural interpretation, Africa has been left in only within a rigidly hierarchized structure of centre and margin that automatically devalues the margins». Cf. Bates, Mudimbe & O'Barr (1993:220).

constituem o processo de disciplinarização das Literaturas Africanas. Numa abordagem preliminar, estaremos de acordo com Albert Gérard, quando escreve:

The study of African literature, now in its early twenties, is no longer an infant discipline: it has grown in size and scope and thoroughness at an amazing pace. It is rather doubtful, though, whether it can as yet be regarded as fully mature. Just as literary works themselves try to offer a faithful reflection of African society and its problems, and of the author's understandably intense feelings about it all, scholarship, while it deals with history – as indeed it should, and as objectively as possible – is almost compelled, in its critical explications, to hover at the societal surface of the literary art (1986:1257)<sup>106</sup>.

Portanto, a constituição dos estudos literários africanos como disciplina académica legítima e especialização profissional ocorre em África a partir da década de 60 momento em que se inicia o seu ensino (Jeyifo, 1990: 43-45). Com a formação de Estados independentes que obedecem ainda ao modelo ocidental e herdando as fronteiras e as instituições políticas das antigas potências coloniais, era imperioso edificar sistemas de ensino e estruturas curriculares que incorporassem novos conteúdos programáticos. O que podia ser entendido como expressão da soberania epistemológica. As mudanças curriculares no domínio das Literaturas Africanas ocorreram logo após as independências políticas. É o que representam a criação do Centro de Literatura Românica de Inspiração Africana na Faculdade de Letras e Filosofia da Universidade Louvanium de Leopoldville em 1962 e a realização das primeiras conferências consagradas ao ensino das Literaturas Africanas no Senegal e na Serra Leoa em 1963. Os participantes destas conferências formularam as primeiras recomendações sobre os programas e os manuais destinados ao ensino das Literaturas Africanas. Em matéria de elaboração de programas e cânone literário admitia-se que a responsabilidade recaía inteiramente

---

<sup>106</sup> O estudo das Literaturas Africanas, agora em seus vinte e poucos anos, não é mais uma disciplina infantil: ela tem crescido em tamanho e escopo e profundidade a um ritmo surpreendente. É muito duvidoso, embora, se o mesmo pode ainda ser considerado como totalmente madura. Assim como as obras literárias-se tentar oferecer um fiel reflexo da sociedade Africano e seus problemas, e de sentimentos understandably intensas do autor sobre tudo, bolsa de estudos, enquanto ele lida com a história - como, aliás, deveria, e da forma mais objetiva possível - é quase compelido, em suas explicações críticas, a pairar na superfície da sociedade da arte literária (1986: 1257).



sobre o professor. Relativamente aos manuais recomendava-se que para o subsistema do ensino secundário fossem reproduzidos excertos ou contos e poemas que deveriam ser lidos nas aulas. Esses materiais deviam contar com um manual de apoio ao professor contendo informação pertinente sobre as sociedades, história e culturas de África.

### III.2. A institucionalidade das Literaturas Africanas como problema filosófico

Filosofia da Literatura e problematização do carácter institucional das Literaturas Africanas.- Instituição literária e a instituição académica.-Teoria institucional, concepção sociológica e concepção pragmática ou analítica da literatura.- Monismo e pluralismo das interpretações da literatura.- Textualidade e texto oral.- Wittgenstein e Quine contra o sectarismo filosófico.- A filosofia analítica e a instituição literária em África.- Filosofia da Literatura e texto oral.- Posição de uma pergunta: O que são as Literaturas Africanas?-

A enunciação dos problemas concernentes ao ensino das Literaturas Africanas implica, no plano da análise, o exame atento das propriedades que caracterizam a instituição literária e a instituição académica no âmbito mais geral da epistemologia disciplinar, não sendo consistente o argumento segundo o qual a abordagem da institucionalização dos estudos literários nas universidades configura uma subclasse da investigação sociológica, por isso irrelevante para a clarificação do conceito de literatura<sup>107</sup>. Nesta medida, o núcleo da presente problematização reside no carácter institucional das literaturas produzidas no continente africano, à luz de orientações que obedecem aos protocolos de uma investigação realizada no domínio da Filosofia da Literatura, esta emergente região do conhecimento onde a noção de institucionalidade traduz a densidade problemática da instituição literária. De um modo geral, o estudo da instituição literária e da instituição académica anda associado à sociologia da literatura e à sociologia da educação, respetivamente, conferindo-se particular relevo à dimensão empírica do facto literário. Na Europa, ao avanços na elaboração de uma teoria da instituição literária no domínio da sociologia são tributários de trabalhos diversos autores, entre os quais Pierre Bourdieu e Jacques Dubois. Mas o que aqui pretendemos é deslocar o foco, privilegiar a tematização filosófica daquelas duas instituições e das práticas a que dão lugar. Por essa razão, a institucionalidade literária no sentido mais alargado será tratada do ponto de vista da Filosofia da Literatura, um ramo que se autonomiza no campo disciplinar da filosofia da arte, distinguindo-se pelo seu objeto de estudo que

---

<sup>107</sup> Cf. Peter Lamarque, *The Philosophy of Literature*, Malden/Oxford, Blackwell Publishing, 2009, p.60. Faz sentido subscrever a ideia formulada por Silvina Rodrigues Lopes segundo a qual «toda a literatura existe para ser legitimada» (Lopes:1994:480).

consiste em examinar conceitos, convenções e práticas produzidas a partir de um centro de gravidade definido pelo conceito de literatura e texto literário<sup>108</sup>. Entre as convenções da prática literária podemos identificar aquelas que são intrínsecas aos processos do ensino da literatura. Para Stein Haugom Olsen, as «convenções constitutivas» definem a literatura e a obra literária, produzindo as suas alterações efeitos no tipo de prática literária. E das modificações que possam ocorrer nas «convenções reguladoras» não resultam consequências que afetem a natureza da literatura<sup>109</sup>. Stein Haugom Olsen elabora um conceito institucional de literatura separando as águas entre a concepção sociológica e a concepção pragmática ou analítica. Inspirando-se fortemente na filosofia analítica ortodoxa euro-americana, fornece argumentos com os quais defende o conceito analítico de literatura e faz a apologia da teoria institucional da literatura, refutando as objeções empiristas que apontam o facto de ela não permitir dar conta da diversidade de abordagens existentes. Ora, Olsen considera que a existência de uma pluralidade de práticas institucionais não impede a constituição de um quadro de conceitos e regras que estabelece as condições necessárias à identificação da literatura, por força de uma lógica unitária. Ao abordarem o conceito institucional de literatura, quando examinam a prática literária, Peter Lamarque e Stein Haugom Olsen observam:

For it may be argued that the concept of literature too is an institutional concept, a concept that is defined within a practice involving authors (as producers), texts, and readers. There are no syntactic, semantic, or even more loosely ‘rhetorical’ features of a text that define it as a literary work. A text is identified as literary work by recognizing the author’s intention that the text is produced and meant to be read within the framework of conventions defining the practice (constituting the institution) of literature. With a formulation parallel to that used in our discussion of fiction we can say that this intention *is the intention to invoke the literary response*», (Lamarque e Olsen, 1994: 255-256).

---

<sup>108</sup> Numa formulação inaugural do que pode ser entendido por Filosofia da literatura, Peter Lamarque escreve: «The philosophical investigation of literature is a probing into practices and procedures but it does not offer a history of those practices or a sociological analysis of them. It looks at the underlying conventions and assumptions that give the practices what distinctive identity they have and seeks to find a coherent perspective that makes sense of them» (2009: vii).

<sup>109</sup> Cf. Stein Haugom Olsen, «The Concept of Literature. An Institutional Account», in Anders Petersson e Stein Haugom Olsen. (ed.). *From Text to Literature. New Analytic and Pragmatic Approaches*, 2005, pp.11-31.

Os limites do espaço ocupado pela instituição literária é definido por uma moldura de convenções. Este exercício realizado por Peter Lamarque e Stein Haugom Olsen não permite identificar a autoridade epistémica de que procedem as convenções constitutivas e as regras que regulam a prática literária e legitimam uso do conceito institucional de literatura. Com razão, Anders Pettersson critica Lamarque e Olsen pela imprecisão da «ideia de prática literária»<sup>110</sup>, além de acusá-los de terem falaciosamente pretendido fornecer um único conceito de literatura (Pettersson, 2005:115-117). Stein Haugom Olsen (1988) antecipa-se às críticas previsíveis, enunciando respostas a duas objeções. Em primeiro lugar, sobre o pressuposto da existência de um acordo fundamental respeitante à literatura enquanto instituição social e aos juízos literários. Em segundo lugar, a objeção segundo a qual não existe qualquer acordo em matéria de compreensão e avaliação de obras literárias. Ao refutar a primeira crítica, Stein Haugom Olsen considera que só faz sentido discutir esta questão se existir um acordo sobre um cânone literário. Tal seria um acordo que classifica determinados textos como obras literárias, atribuindo-lhes um valor cultural. Para Stein Haugom Olsen a explicação do sentido deste acordo implica descrever o tipo de atenção que as obras literárias requerem e o facto de a obra literária incorporar uma teleologia associada à criação de valor cultural, bem como as razões que tornam o texto um objeto apropriado para semelhante tipo de atenção. Segundo Stein Haugom Olsen o referido tipo de acordo existe no que diz respeito ao cânone literário, requerendo por isso uma explicação teórica do ponto de vista institucional (1988:14), pois «a teoria institucional trata de identificar especificamente os conceitos e convenções que definem o modo como se atribui a atenção especial aos textos, construídos como obras literárias» (*Ibid.*). A segunda objeção merece igualmente uma refutação de Stein Haugom Olsen. Contrariamente ao que pensam os seus críticos, quando apontam a inexistência de acordo em matéria de compreensão e avaliação de obras literárias, Stein Haugom Olsen considera que não é o referido acordo que sustenta a possibilidade da teoria institucional. Ao invés, entende que em matéria de interpretação e avaliação, o desacordo e a competição dos argumentos não impede que se proceda à distinção entre os bons e maus argumentos, e se apontem as razões por que alguns argumentos

---

<sup>110</sup> Anders Petersson, «The Concept of Literature: A Description and an Evaluation», in Anders Petersson e Stein Haugom Olsen. (ed.). *From Text to Literature. New Analytic and Pragmatic Approaches*, 2005, pp.106-127.

são melhores que outros. Nesta medida, a teoria institucional da literatura exige apenas um acordo sobre os argumentos que são válidos e dos que são inválidos<sup>111</sup>. Stein Haugom Olsen faz a apologia da força do melhor argumento como princípio que deve igualmente pautar os discursos da teoria e da crítica literária, tal como se pode comprovar através dos «cânones literários» e «cânones da crítica literária».

O paradigma argumentativo da teoria institucional da literatura de Lamarque e Olsen parece revelar fragilidades que decorrem de uma adoção dogmática do princípio do absoluto literário, anulando a importância da investigação empírica. Por outro lado, verifica-se que a produção das convenções constitutivas não é atribuída a qualquer autoridade, indivíduo ou comunidade. Faz-se apenas uma alusão tácita e difusa à identidade de um sujeito. Nesta medida, a instância de que emanam tais convenções reduz-se à capacidade de operar com os referidos conceitos e convenções que definem a literatura e a obra literária, sendo ao mesmo tempo critério que determina a qualidade de membro dos integrantes da comunidade que está na origem da instituição literária, por força da obediência às regras que regulam a prática literária em que tomam parte. Não é esta a perspectiva de Stanley Fish que identifica essa instância como sendo um sujeito coletivo que produz as convenções constitutivas da literatura ao qual atribui igualmente a responsabilidade de construir estratégias interpretativas. Assim se justifica que Stein Haugom Olsen refute a «teoria das múltiplas comunidades interpretativas» de Stanley Fish<sup>112</sup>, extensamente explicada num livro publicado em 1980 com o qual este constrói uma argumentação em defesa da noção de comunidades interpretativas e estratégias interpretativas. É com Stanley Fish que Stein Haugom Olsen (2005:27) trava o debate através do qual desvenda a oposição entre duas concepções: o monismo do conceito institucional da literatura e o pluralismo das comunidades interpretativas.

Para Stanley Fish as comunidades interpretativas «são integradas por aqueles que compartilham estratégias interpretativas não para leitura (no sentido

---

<sup>111</sup>The fact that critical disagreement and competition between arguments concerning interpretation and evaluation is in the nature of critical practice does not mean that it is impossible to distinguish between good and bad arguments and to give reasons why some arguments are better than others. All the institutional theory requires to get off ground is an agreement on what is good and what is bad argument, an argument on which literary arguments are worth preserving, and which are not. And such an agreement is certainly in evidence in literary practice. For there exists, as matter fact, not only a canon of literature, but also a canon of criticism (*op.cit.*:15).

<sup>112</sup> Stanley Fish, *Is There a Text in This Class? The Authority of Interpretive Communities*, Cambridge/ Massachusetts/ London, Harvard University Press, 1980.

convencional), mas para a elaboração de textos, para constituir suas propriedades e atribuir intenções» (1980:171). Donde, as estratégias preexistentes precedem o ato de ler e consequentemente determinam a forma do que é lido. Stanley Fish considera que as estratégias interpretativas não são naturais nem universais. São adquiridas através de processos de aprendizagem. E, por outro lado, a aptidão para interpretar é «constitutiva do ser humano» (*Id*:172).

Stein Haugom Olsen dirige várias críticas aos defensores da «teoria das múltiplas das comunidades interpretativas». Em primeiro lugar, observa que dela não deriva qualquer princípio para distinguir uma comunidade interpretativa de outras, considerando que as noções de comunidades interpretativas e estratégias interpretativas são vagas. Em segundo lugar, as diferentes interpretações das comunidades interpretativas apenas fazem sentido num quadro que garanta a identidade da obra de arte ao passar de uma interpretação para outra. Perdendo-se a identidade da obra, é difícil formular desacordos entre as comunidades interpretativas acerca da interpretação das obras literárias. Em terceiro lugar, admitindo-se a existência de comunidades interpretativas diferentes não faz sentido falar de comunicação entre diferentes comunidades interpretativas acerca de uma mesma obra ou de um mesmo texto. Em quarto lugar, é discutível e improvável que todos os membros de uma mesma comunidade concordem necessariamente sobre a interpretação da obra de arte literária, se não existir um acordo interpretativo que seja o critério para identificar uma comunidade interpretativa (Olsen, 2005:28-29).

A consistência dos argumentos que caracterizam o monismo de Peter Lamarque e Stein Haugom Olsen, por um lado, e o pluralismo de Stanley Fish, por outro lado, deve ser avaliada sob os auspícios das alternativas propostas a partir de contraexemplos das filosofias e das literaturas não ocidentais, podendo assim ser afastado o espectro do sectarismo filosófico. É por admitirmos a existência de outras Humanidades que a investigação do carácter institucional das Literaturas Africanas supõe uma epistemologia disciplinar que se ocupe de problemas específicos, para lá da bipolaridade subjacente aos debates entre o monismo e o pluralismo. Por essa razão, o poder explicativo de forte pendor monista atribuído ao conceito analítico de literatura por Stein Haugom Olsen não pode ser generalizado, desde logo por estar vinculada às tradições ocidentais. Trata-se de um conceito de fraca validade argumentativa e reduzido alcance epistemológico. Se operarmos com a noção de textualidade literária constituindo-a como centro gravitacional da problemática,

admitimos que a construção de uma «ordem do texto» supõe um «paradigma erótico»<sup>113</sup> onde as perguntas e as respostas alargam consequentemente a extensão do conceito de literatura, das «convenções constitutivas da prática literária» e «convenções reguladoras do texto literário» (Olsen, 2005:20) ao universo de referentes que englobam o texto literário oral e comunidades interpretativas da «razão oral», o «logos oral enunciado de viva voz, em situação de performance, numa trama temporal que institui um desafio à sua retenção duradoura [...]»<sup>114</sup>.

Na tradição da filosofia analítica euro-americana, os problemas que implicam a negação do sectarismo filosófico ocidental foram examinados por Ludwig Wittgenstein e Williard Quine. Ludwig Wittgenstein reflete sobre a inevitabilidade dialética dos esquemas conceituais que de um modo geral revelam a existência de jogos de linguagem fundados em razões e princípios diferentes. Wittgenstein denuncia esta vocação altericida e epistemicida (§609, §610, §611 e §612)<sup>115</sup> que encontra uma das suas mais elevadas expressões na ação dos missionários durante o processo de conversão cristã dos africanos, por exemplo. Será verdade que o facto de uma comunidade consultar o oráculo e não reconhecer a Física para compreender a causalidade de determinados fenómenos naturais prova algum erro? Para Wittgenstein a qualificação do ato cognitivo dessa comunidade com a finalidade de combatê-la, ignora o seu «jogo de linguagem»<sup>116</sup>, isto é, o «todo

---

<sup>113</sup> Para Francis Jacques, a «razão erótica» é uma das fontes da transição do discurso ao texto. Neste sentido, argumenta: «Les idées ne nous viennent pas tout armées comme des minerves, ni par seule méthode. Penser, c'est questionner. Et si la pensée s'achève en se textualisant, le texte doit comporter un axe érotétique parmi ses dimensions constitutives» (2007:11). Cf. Francis Jacques, *L'Arbre du Texte et ses Possibles*, Paris, Librairie Philosophique J.Vrin, 2007; Francis Jacques, *De la textualité. Pour une textologie générale et comparée*, Paris, Maisonneuve, 2002.

<sup>114</sup> Mamousse Diagne replica a fórmula «lógica da escrita» de Jack Goody, definida a partir da relação com o suporte material através do qual se fixa e transmite o pensamento. E na mesma medida pensa nas restrições impostas pelo contexto oral das produções discursivas na «civilização da oralidade», cuidando dos procedimentos operatórios específicos que definem a «lógica da oralidade». Cf. Mamousse Diagne, *La Critique de la Raison Orale. Les Pratiques Discursives en Afrique Noire*, Paris, Celtho-IFAN-Karthala, pp.54-55.

<sup>115</sup> Cf. Ludwig Wittgenstein, *Da Certeza*, Lisboa, Edições 70, 2012. «609. Suponhamos que encontrávamos pessoas que não consideravam aquela uma razão conclusiva. Como, pois, imaginar isso? Em vez do físico, elas consultariam, por exemplo, um oráculo. (E, por esse motivo, consideramo-las primitivas.) É errado consultar um oráculo e orientar-se por ele? – Se chamamos a isso «errado», já não partimos do nosso jogo de linguagem para combater o delas?

610. E temos ou não temos razão quando o combatemos? É certo que o nosso procedimento será apoiado por todos os tipos de chavões (slogans).

611. Onde realmente se cruzam dois princípios que não podem ser conciliados entre si, cada um declarando o outro louco e herético.

612. Eu disse que ‘combateria’ o outro – mas então não lhe daria razões? Claro; mas até onde chegariam elas? No fim das razões há a persuasão. (Pensemos no que acontece quando os missionários convertem os nativos.) (2012:337-339).

<sup>116</sup>Cf. Ver Ludwig Wittgenstein, *Tratado Lógico-Filosófico. Investigações Filosóficas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

formado pela linguagem com as atividades com as quais ela está entrelaçada [...]» (§7). Por essa razão, Wittgenstein opera com a noção de «multiplicidade de jogos de linguagem» que não se pode perder de vista (§24). As convenções constitutivas e reguladoras de que fala Stein Haugom Olsen correspondem àquilo a que Wittgenstein designa por gramática da palavra «saber» ou «regras a seguir» que se assemelham ao significado das palavras «conhecer», «ser capaz». Por outras palavras, a competência para seguir uma regra traduz a capacidade de obedecer a uma ordem. «É-se para isso adestrado e reage-se de uma determinada maneira» (§206). Para o «tardio» Wittgenstein, que parece introduzir o tópico do contextualismo no seu discurso realizando uma guinada comunitarista, os jogos de linguagem e a gramática das regras a seguir são adquiridos em processos de socialização e transmissão de conhecimentos. Esses processos funcionam como «coeficientes tácitos da cultura partilhada por uma comunidade<sup>117</sup>», configurando aquilo a que Michael Polanyi designa por atos prévios de filiação – «previous act of affiliation» – atos através dos quais se edifica o sentimento de pertença a uma comunidade a partir do momento em que a criança se submete à educação, confirmada ao longo da vida, e enquanto adulto continua a depositar excecional confiança nos líderes intelectuais da comunidade (Polanyi, 1992:207).

Os contributos de Willard O. Quine constituem uma das mais expressivas iconoclastias da filosofia analítica no século XX. Desde logo, a crítica aos dois dogmas do empirismo moderno e a rutura com os paradigmas das correntes dominantes da filosofia analítica: o reducionismo radical e a dicotomia entre conceitos analíticos e conceitos sintéticos. Segundo a primeira doutrina, «cada enunciado com sentido pode ser considerado traduzível em enunciado (verdadeiro ou falso) sobre a experiência imediata»<sup>118</sup>. Para Quine não são as palavras conformadoras dos enunciados que contam de modo isolado. Numa perspetiva holística, a unidade de significação empírica é o todo. Nesta medida as afirmações sobre o mundo exterior enfrentam o tribunal da experiência sensorial não individualmente, mas apenas como pessoa coletiva. O dogma da dicotomia dos conceitos sintéticos e analíticos estabelece uma fronteira, de um lado, entre

---

<sup>117</sup>Cf. Michael Polanyi, *Personal Knowledge. Towards a Post-Critical Philosophy*, Chicago, Chicago University Press, 1992, p.203.

<sup>118</sup>Cf. W.V.O.Quine, «Two Dogmas of Empiricism», in Eric Margolis e Stephen Laurence (ed.), *Concepts. Core Readings*, Cambridge/Massachusetts/London, Massachusetts Institute of Technology, 1999, p.164.



afirmações sintéticas que, por força de alguma contingência, assentam na experiência e, de outro lado, as afirmações analíticas que dependem de acontecimentos casuais. No dizer de Quine, ambos os dogmas têm uma raiz idêntica. Aos problemas colocados pelo segundo dogma são aplicáveis as soluções resultantes do primeiro. Por isso considera ser absurdo falar de um componente lingüístico e um componente factual na verdade de qualquer enunciado individual, porque tomadas em conjunto no âmbito da ciência ambos têm a uma dupla dependência da linguagem e da experiência, mas tal dualidade não é rastreável significativamente nas afirmações da ciência tomadas uma a uma (*op.cit.*: 166).

A proposta de uma abordagem da instituição literária fundada nos pressupostos da filosofia analítica não pode prescindir do caudal das ruturas produzidas pelos trabalhos de Wittgenstein e Quine na segunda metade do século XX. No contexto africano, os problemas suscitados pela instituição literária e suas práticas, especialmente a interpretação e o ensino das Literaturas Africanas, mobilizam igualmente reflexões metodológicas inscritas na tradição da filosofia analítica. Ora, se o referido debate sobre as convenções constitutivas da literatura, das comunidades e estratégias interpretativas, desencadeado num ambiente tipicamente europeu e norte-americano, parece ter produzido soluções aos problemas que se colocam, o teste para determinar a persistência dos problemas ocorrerá com a resposta à seguinte pergunta, já formulada na secção anterior deste capítulo: Existirão propriedades culturais universais?

Kwasi Wiredu é um dos filósofos africanos que respondem à pergunta, ao considerar que a filosofia pode ser universal, mas mantém fortes vínculos com a cultura de um determinado lugar. O que se observa no tipo indagações que estimulam a investigação filosófica e o conteúdo das teses que daí emergem (1980:33). Segundo Wiredu a relevância da cultura verifica-se nos efeitos que a linguagem produz sobre o pensamento filosófico. Tal facto legitima a vigilância epistemológica dos africanos que estudam filosofias estrangeiras em línguas estrangeiras (*Id.*:34)<sup>119</sup>. Deste modo, reconhecendo as virtualidades de uma conceitualização que ultrapassa a dicotomia entre enunciados analíticos e

---

<sup>119</sup> Cf. Kwasi Wiredu, *Philosophy and an African Culture*, Cambridge, Cambridge University Press 1980. Wiredu argumenta nos seguintes termos: «The nature of a given philosophical position may be influenced by the structure and other characteristics of the language in which it is formulated, and may derive plausibility from itself of the expression. Here is a good reason for extra vigilance on the part of an African who studies foreign philosophies in foreign languages. When we learn a new natural language we also, to a certain extent, learn a philosophy» (*Id.*:34).

enunciados sintéticos, no âmbito da nossa investigação, o conceito de instituição literária com que operamos deve ter em atenção o contexto cultural em que se efectiva<sup>120</sup>. É o que pode suceder quando se aplica a metodologia da filosofia analítica ao estudo das literaturas orais em África. A este propósito a especificidade dos problemas filosóficos africanos verificam-se na determinação dos «modos de existência da obra literária», sobretudo no momento em que se exigem respostas às seguintes perguntas: O conceito de obra literária comporta o texto oral? Como se caracteriza o texto oral?

As correntes da Filosofia da Literatura que investigam a dimensão ontológica da obra literária não reconhecem qualquer singularidade aos problemas suscitados pela literatura oral. Tendo o seu pressuposto fundado no predomínio do texto escrito, elas dão primazia à abordagem geral do estatuto ontológico da obra literária ignorando a oralidade como prática discursiva e forma de manifestação da textualidade. Com efeito, a apologia de uma Filosofia da Literatura visando as determinações ontológicas da literatura oral supõe a observância de algumas condições. Para Mamousse Diagne a existência da filosofia num meio cultural caracterizado pela oralidade deve ter em atenção questões associadas ao contexto performativo no qual ocorre o discurso, aos procedimentos que a sua produção implica e à avaliação dos seus efeitos (2006:34). Entre os mais relevantes problemas filosóficos da textualidade oral podemos identificar duas instâncias que constituem o seu modo de existência: o autor e o público. Relativamente ao primeiro, Mamousse Diagne refuta com razão a tese do anonimato ou do unanimismo dos textos orais, na medida em que na sua concepção inicial encontra-se sempre um indivíduo singular (*Id.*:69). No mesmo sentido situamos Isidore Okpewho, quando considera ser difícil identificar autores das obras criativas na literatura oral devido ao deliberado processo de supressão da sua identidade (1992:30). Kwesi Yankah é mais específico quando estuda a problemática da identificação dos autores de provérbios na tradição cultural Akan do Ghana. Segundo Yankah «in assignment authorship, the possessive pronoun is emphasized, and the proverb or saying is

---

<sup>120</sup> Para Peter Lamarque, a abordagem do estatuto ontológico da literatura fundada no contextualismo em suas diversas modalidades (histórico, semântico e cultural) faz apelo a procedimentos mais flexíveis de tal modo que não seja exclusivamente o contexto espaço-temporal a determinar as propriedades essenciais da obra literária. Apesar disso, considera que o argumento central do contextualismo segundo o qual a identidade da obra é limitada pelas condições históricas da sua produção e pelas convenções institucionais, continua intacto. O contextualismo semântico e cultural revela-se mais problemático. Ver Peter Lamarque, *The Philosophy of Literature*, Malden/Oxford, Blackwell Publishing, 2009 pp.78-80.

referred to as owned by the named individual»<sup>121</sup>. Deste modo, a subsequente e sistemática reprodução de tais obras criativas por outros membros da comunidade interpretativa não impede o reconhecimento de autoria do texto oral. Por essa razão Isidore Okpewho defende a necessidade de estudar os mecanismos através dos quais a personalidade dos autores determina a modelação do conteúdo do texto oral. O que pode ser suportado pela comparação das suas variantes e versões, na medida em que o artista opera com «um vasto texto virtual e objetivo da tradição» que se impõe como uma realidade extrapessoal, preexistente e concentração de determinismos (Ngal, 1977:49). Mas entre os elementos cruciais que permitem compreender a complexidade do sistema literário da oralidade encontramos as circunstâncias (*performance*) em que o artista se revela perante o público. Trata-se da problemática dos contextos de enunciação, um domínio que tem merecido particular interesse de especialistas dos estudos literários e da filosofia. Percorrendo a agenda de pesquisa dos investigadores africanos verifica-se que ela inscreve trabalhos e resultados que tematizam as condições e o modo de existência da obra literária. Perante a «escritofilia» dominante no universo dos estudos literários e da filosofia, tais reflexões são manifestações expressivas de uma rutura epistemológica, na medida em que partem de um pressuposto fundado na «verbofilia»<sup>122</sup>. Quando procedia ao levantamento da investigação no domínio dos estudos das literaturas orais africanas em 1985, Kofi Anyidoho considerava que a deslocação metodológica do texto para o contexto constituía um dos avanços assinaláveis, passando a literatura oral a ser estudada como «performance» e acontecimento<sup>123</sup>. Para Kofi Anyidoho tal mudança devia-se ao crescente aumento de encontros internacionais, edições de revistas especializadas e estudos consagrados às tradições individuais das literaturas orais africanas a partir da década de 70 do século XX. As principais tendências da investigação desenvolvem-

---

<sup>121</sup>Cf. Kwesi Yankah, *The Proverb in the Context of Akan Rhetoric*, New York, Diasporic African Press, 2012.

<sup>122</sup> François Dossou emprega os dois neologismos, *verbofilia* e *escritofilia*, quando aborda os problemas que subjazem à coexistência da oralidade e da escrita nos processos de transmissão do saber em África. A mistificação da escrita transforma-a em símbolo hegemónico do saber, lançando-se a oralidade para um lugar marginal da esfera do irracional. Ver François Dossou, «Ecriture et oralité dans la transmission du savoir», in Paulin Hountondji (dir.), *Les Savoirs Endogènes. Pistes pour une Recherche*, Paris, Karthala, 1994, pp.257-282.

<sup>123</sup>Cf. Kofi Anyidoho «The Present State of African Oral Literatures Studies, in Stephen Arnold, (ed.), *African Literatures Studies : The Present State/L'État Présent*, Washington, Three Continents, 1985, », pp. 151-161.

se no plano da teoria e da metodologia, compreendendo os estudos comparados, a influência da tradição oral na obra de escritores africanos e a exploração das continuidades ou transformações nas tradições orais africanas das diásporas. A orientação etnográfica e antropológica das pesquisas fora substituída por abordagens que demandavam a exploração da dimensão estética e literária, bem como dos recursos paralinguísticos. Pode dizer-se que a mudança de paradigma na investigação das literaturas orais africanas tem lugar por força do crescimento progressivo de publicações especializadas de autores africanos cujo traço distintivo consiste no facto de serem detentores de uma competência linguística que permite a realização de estudos aprofundados sobre as suas comunidades étnicas de origem. No espaço epistémico africano, o inventário comporta autores e obras de referência de que se destacam os seguintes: S.Abedoye Babalola (nigeriano), *The Content and Form of Yoruba Ijala*, a primeira obra revolucionária (1966); Daniel P. Kunene (sul-africano), *Heroic Poetry of the Basotho* (1971); Kofi Awoonor (ghanense), *Guardians of the Sacred Word* (1971); John Pepper Clark Bekederemo (nigeriano), *The Ozidi Saga* (1977); Isidore Okpewho (nigeriano), *The Epic in Africa* (1979). Já no espaço epistémico não-africano, a mais representativa publicação é o livro de Ruth Finnegan, *Oral Literature in Africa* (1969).

Portanto, o debate sobre a concepção institucional das Literaturas Africanas introduz um novo círculo de problemas no campo da Filosofia da Literatura. Apesar de serem escassas as reflexões filosóficas sistemáticas consagradas exclusivamente às Literaturas Africanas, importa trazer à colação os pontos de intersecção da filosofia e da literatura numa cartografia que permite identificar a questão epistemológica central respeitante às condições de possibilidade de um diálogo interdisciplinar<sup>124</sup>. A singularidade da referida questão epistemológica revela-se quando examinamos o provérbio que, além de ser um dos géneros das práticas discursivas das civilizações da oralidade, é igualmente uma das fontes do pensamento filosófico africano. Neste sentido, o estudo das literaturas

---

<sup>124</sup>Cf. Anthony Kwame Appiah, «African Philosophy and African Literature», in Kwasi Wiredu. (ed.). *A Companion to African Philosophy*, Malden/Oxford, Blackwell Publishing, 2004, pp.538-548; Jean-Godefroy Bidima, «Philosophy and Literature in Francophone Africa», *Id.*, pp.549-559. Em dois capítulos de uma obra de referência da filosofia africana, Kwame Anthony Appiah e Jean-Godefroy Bidima propõem uma análise do modo como a filosofia cruza com a literatura. Appiah examina a problematização da identidade africana na obra dramaturgica e ensaística de Wole Soyinka. Já Bidima passa em revista as manifestações dessa fertilização cruzada nas literaturas de língua francesa, referindo entre outros o problema estético da literatura oral.

orais em África reconduz-se necessariamente à investigação filosófica aprofundada daquilo a que Odera Oruka designava por «sage philosophy»<sup>125</sup>. Entre os desafios metodológicos de vulto emergem problemas conceituais e hermenêuticos que implicam a relativização do conceito institucional de literatura, das convenções constitutivas e reguladoras da instituição literária. Trata-se de uma tarefa que solicita a esquematização de um itinerário para responder a uma questão fundamental: O que são as Literaturas Africanas? Entre as mais estimulantes reflexões teóricas e críticas encontramos a que é formulada numa obra coletiva publicada na década de 80 do século XX<sup>126</sup>. Para Chinweizu, Onwuchekwa Jemie e Ihechukwu Mabubwike as definições essencialistas semelhantes às entradas de dicionários que enumeram as condições necessárias e suficientes não têm grande utilidade. O procedimento mais produtivo reside no recurso à definição extensional articulada às «parecenças de família» que, usadas de modo pragmático, permitem determinar, em casos de dúvida e difícil classificação, que obras literárias podem ser incluídas no indiscutível cânone das Literaturas Africanas<sup>127</sup>. Apropriando-se da noção wittgensteniana de «parecenças de família», os referidos autores procuram estabelecer critérios «genuinamente autónomos» para a avaliação das Literaturas Africanas. Propõem deste modo a seguinte formulação:

It seems to us quite clear that works done for African audiences, by Africans, and in African languages, whether these works are oral or written, constitute the historically indisputable core of African literature. Works done by Africans but in non-African languages, and works done by non-Africans in African languages, would be among those for which some legitimate doubt might be raised about their inclusion or exclusion from the canon of works of African Literature, and it is for them that some decision procedure would have to be established.

---

<sup>125</sup> Cf. Anke Graness e Kai Kresse (ed.), *Sagacious Reasoning. Henry Odera Oruka in Memoriam*, Frankfurt, Peter Lang, 1997. «Sage philosophy consists of the expressed thoughts of wise men and women in any given community and is a way of thinking and explaining the world that fluctuates between popular wisdom (well-known communal maxims, aphorisms and general common sense truths) and didactic wisdom (an expounded wisdom and a rational thought of some given individuals within a community). While popular wisdom is often conformist, didactic wisdom is at times critical of the communal set-up and popular wisdom. Thoughts can be expressed in writing or as unwritten sayings and arguments associated with some individual (s)» (p.61).

<sup>126</sup> Chinweizu, et al., *Toward the Decolonization of African Literature. African Fiction and Poetry and their Critics*, Enugu Fourth Dimension Publishing, 1980.

<sup>127</sup> *Op.cit.*, pp.307-308.

[...] Inclusion within a national literature is something to be determined by shared values and assumptions, world outlook, and other fundamental elements of culture – ethos in short. Although language does embody and is a vehicle for expressing cultural values, it is not the crucial generator of those values and cannot alone be relied upon to supply literary criteria (Chinweizu, Jemie e Mabubwuike 1980:11-12)<sup>128</sup>.

Definições como estas, representativas de uma endógena produção reflexiva de intelectuais africanos e constituindo marcos de um pensamento crítico, contribuem para a instauração de uma teoria das Literaturas Africanas. Por isso, tencionamos proceder a um breve inventário histórico das denominações.

---

<sup>128</sup> Parece-nos evidente que as obras feitas para o público africanos, pelos africanos, e em línguas africanas, se essas obras são oral ou escrito, constituem o núcleo historicamente indiscutível da literatura Africano. Trabalhos realizados por africanos, mas em línguas não-africanos, e trabalhos realizados por não-africanos em línguas africanas, estaria entre aqueles para os quais algumas dúvidas legítimas pode ser levantadas sobre a sua inclusão ou exclusão do cânone de obras de literatura Africano, e é para eles que algum procedimento decisão teria de ser estabelecida.

[...] A inclusão dentro de uma literatura nacional é algo a ser determinada por valores compartilhados e premissas, visão de mundo, e outros elementos fundamentais da cultura - ethos em curto. Embora a linguagem faz incorporar e é um veículo para expressar valores culturais, não é o gerador fundamental desses valores e não pode por si só ser invocada para fornecer critérios literários (Chinweizu, Jemie e Mabubwuike 1980:11-12).

### III.3. Denominação e estatuto de uma disciplina

Periodização dos estudos literários africanos.-Disciplinarização, denominação e definição das Literaturas Africanas.- A falácia da denominação generalista.- Literaturas Africanas e paradigma filológico nacional.- O caso das Literaturas Africanas de língua portuguesa.- O estatuto epistemológico.-

A periodização dos Estudos Literários Africanos e os isomorfismos ou homologias do sujeito epistémico e seu objeto como fundamentos da soberania epistemológica requerem a determinação de uma história preliminar do modo como se exerce o poder de definição através da construção de denominações. Nesta medida, o processo de disciplinarização das Literaturas Africanas, que implica o recurso a denominações, pode ser abordado à luz de uma cronologia que comporta três períodos: a) pré-disciplinar (1947-1962); b) disciplinar (1963-1980); c) pós-disciplinar (1981-2000). O primeiro precede a institucionalização do ensino das Literaturas Africanas e tem início em novembro de 1947 com a fundação da revista *Présence Africaine*, estendendo-se até 1962. O período disciplinar desencadeia-se a partir de 1963, desenvolvendo-se em diferentes fases que abrangem iniciativas realizadas e ações de diversos *discipline-builders* espalhados pelo continente africano e pelo mundo inteiro. As diferentes fases do período disciplinar contam com intervenções de dois tipos de atores que produzem discursos sobre as Literaturas Africanas: a) professores, investigadores e críticos africanos; b) professores, investigadores e críticos não-africanos.

No período pré-disciplinar (1947-1962), destacam-se os seguintes acontecimentos: a fundação da revista *Présence Africaine*; a *Anthologie de la Nouvelle Poésie Nègre et Malgache de Langue Française*, organizada por Leopold Sedar Senghor (Paris, 1948); o «caderno» de *Poesia Negra de Expressão Portuguesa* (Lisboa, 1953)<sup>129</sup>, primeira iniciativa de denominação coletiva das Literaturas Africanas dos países de língua portuguesa de Mário Pinto de Andrade (1928-1990) e Francisco José Tenreiro (1921-1963); I Congresso de Escritores e Artistas Negros (Paris, 19-22 de setembro, 1956); II Congresso de Escritores e Artistas Negros (Roma, 26 março - 1 de abril, 1959); Conferência de Escritores

---

<sup>129</sup> O título desta antologia de Mário Pinto de Andrade e Francisco José Tenreiro traz as ressonâncias de uma outra organizada por Leon-G. Damas, *Poètes d'Expression Française*, e publicada em 1947.

Africanos de Expressão Inglesa, realizada na Universidade de Makerere (Kampala, 1962); criação do Centro de Literatura Românica de Inspiração Africana na Faculdade de Letras da Universidade Louvanium de Leopoldville (1962); I Congresso Internacional de Africanistas (1962, Accra, dezembro).

O processo de denominação das Literaturas Africanas desenvolveu-se de forma muito atribulada, numa lógica de subversão contra a autoridade das instâncias coloniais de legitimação, com as antologias de Leopold Senghor, Mário Pinto de Andrade e Francisco José Tenreiro, bem como a conferência de escritores de Makerere, onde é destacado o papel e a relação do autor africano perante a «língua de expressão». Donde, a discussão acerca do uso de denominações como «Literaturas Africanas de expressão francesa», «Literaturas Africanas de expressão inglesa» e «Literaturas Africanas de expressão portuguesa». Na verdade, um dos marcos desse processo são os Congressos de Escritores e Artistas Negros de Paris e Roma que inauguram uma nova discursividade sobre as literaturas da África Negra e suas diásporas. Por isso, «literatura negro-africana» é uma denominação tendencialmente dominante, formulada no texto da resolução elaborada pela Comissão de Literatura do II Congresso de Escritores e Artistas Negros<sup>130</sup>. Em 1959, com a referida resolução procedia-se a avaliação do estado das literaturas vernáculas da África Negra tendo em conta a necessidade de defender as suas literaturas orais, o confronto entre as culturas tradicionais e as formas da cultura ocidental no contexto da situação colonial, além de ter sido examinado o nível de responsabilidades do escritor africano perante o seu público e o desenvolvimento das línguas autóctones. Portanto, no cenário político internacional, após a Segunda Guerra Mundial, essa denominação consubstanciava igualmente a ideologia da Negritude como a instauração de uma consciência coletiva e uma ideia ecuménica unindo o continente africano às suas diásporas espalhadas pelo mundo. O ambiente da época permite identificar uma forte carga do critério racial na definição terminológica. De resto, a fortuna do conceito de Negritude<sup>131</sup> é, a este propósito, bastante eloquente. Todavia, o momento de viragem ocorre a partir de 1962, após

---

<sup>130</sup> Lê-se na resolução da Comissão de Literatura do II Congresso de Escritores e Artistas Negros: «Les littératures négro-africaines sont ainsi susceptibles de promouvoir de nouvelles formes littéraires, en rupture avec le caractère dominant des littératures occidentales, où trop souvent l'individu est considéré comme fin exhaustive nécessaire et suffisante».

<sup>131</sup> A controvérsia sobre este conceito pode ser ilustrado por algumas obras de referência. Por exemplo: Stanislas Spero Adotevi, *Négritude et Négrologues*, Paris, Le Castor Astral, 1998; Francis Abiola Irele, *Négritude et Condition Africaine*, Paris, Karthala-Sephis, 2008.



a criação do Centro de Literatura Românica de Inspiração Africana na Faculdade de Letras da Universidade Louvanium de Kinshasa e a realização da conferência de escritores africanos de língua inglesa realizada na Universidade de Makerere, na cidade de Kampala. Efetivamente, o momento seminal do período disciplinar ocorre na África Central, durante o ano académico de 1962-1963 na Universidade Louvanium de Leopoldville, atual Kinshasa, quando se procede à introdução de uma disciplina no programa de estudos literários do Departamento de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia e Letras. Trata-se da disciplina denominada «literatura negro-africana de língua francesa». O seu responsável era Victor-Paul Bol, um professor expatriado belga, que teve a iniciativa de criar uma unidade de investigação, o referido Centro de Literatura Românica de Inspiração Africana (CELRIA).

Por isso, o início do período disciplinar (1963-1980) dá-se em 1963 com a Conferência sobre a Literatura Africana em Língua Francesa, realizada na Universidade de Dakar, (Dakar, 23-26 março, 1963) e outra sobre a Literatura Africana e o Currículo da Universidade, realizada na Universidade de Fourah Bay College, (Freetown, 3-8 abril, 1963)<sup>132</sup>. No que se refere às denominações, estas conferências dão primazia à fórmula genérica de «literatura africana». Em qualquer um dos casos discutem-se problemas respeitantes à definição terminológica aplicável às Literaturas Africanas. Essas datas representam marcadores cronológicos, pois a partir daí altera-se o curso das coisas. Como vimos, o período segmenta-se em diferentes fases comportando intervenções de dois tipos de atores, africanos e não-africanos, que se distinguem com base no critério geopistemológico, devido à sua localização, produzindo discursos sobre as Literaturas Africanas em dois espaços epistémicos distintos. O espaço epistémico africano de definições ocupado por escritores, professores, investigadores e críticos africanos tem o seu palco nas universidades, centros de investigação e revistas especializadas em África. As realizações registam uma evolução que se analisa em duas fases. A primeira fase decorre de 1963 a 1968. Realizam-se algumas das iniciativas já mencionadas a que acrescem a publicação de livros e outras atividades

---

<sup>132</sup> Para Mohamadou Kane «Les participants aux colloques des universités de Dakar et Fourah Bay ont insisté pour qu'une place grande soit faite dans nos universités à l'étude de la littérature africaine. Cet enseignement s'étendrait ensuite à tous les niveaux de l'éducation» (1966:23).

importantes<sup>133</sup>. As conclusões da Conferência de Dakar foram sistematizadas por quatro comissões cujos relatórios submetidos a discussão produziram recomendações nos seguintes domínios: 1) investigação das Literaturas Africanas na Universidade; 2) bibliografias; 3) programas de ensino e lista de textos recomendados; 4) manuais para uso nas escolas. A primeira comissão recomendou que todas universidades apoiassem a edificação do Centro de Literaturas Românicas de Inspiração Africana na Universidade Lovanium de Leopoldville, atual Kinshasa, que teria ainda a responsabilidade de publicar um boletim regularmente. A segunda comissão prestou uma informação sobre trabalhos bibliográficos já concluídos e outros em preparação, a saber: uma bibliografia das Literaturas Africanas organizada por países de Edouard Maunick; uma bibliografia sobre autores africanos de língua francesa organizada por géneros, publicada na *Revue de Littérature Comparée* (Paris, 1973) de Roger Mercier; um dicionário bibliográfico de obras literárias africanas publicadas em todas as línguas, em execução, de Janheinz Jahn; uma bibliografia periódica de Literaturas Africanas a ser publicada com intervalos regulares pelo Instituto de Estudos Africanos da Universidade de Ibadan. O debate sobre proposta da terceira comissão, a lista de autores recomendados que deveriam ser incluídos nos cursos universitários, deu lugar à decisão segundo a qual tal tarefa devia ser da exclusiva responsabilidade do professor. A quarta comissão recomendou que os manuais para uso no ensino secundário deveriam reproduzir excertos ou textos curtos (contos e poemas) a serem lidos nas aulas durante 35 ou 50 minutos, devendo ser acompanhados por um manual do professor, contendo informação relevante sobre as sociedades africanas, sua história e culturas. Os referidos textos escolhidos deveriam ser adequados a cada nível de ensino, ilustrados por artistas africanos, produzidos a custos baratos e grandes tiragens (*op.cit.*:145-146).

---

<sup>133</sup> Em matéria de publicações importa mencionar as seguintes: Carlos Ervedosa, *A Literatura Angolana. Resenha Histórica* (Lisboa, Casa dos Estudantes do Império, Lisboa, 1963); Actes du Colloque sur la Littérature Africaine d'Expression Française (Dakar, 1963); Norman Araújo, *Study of Cape Verdean Literature* (Boston, 1966); Oladele Taiwo, *Introduction to West African Literature* (1967). Entre instituições e eventos de natureza reflexiva, destacam-se: a proposta de constituição da Associação das Literaturas Africanas em Inglês na conferência de Fourah Bay College (1963), o funcionamento do Centro de Ensino Superior de Brazzaville a partir de 1965, a abertura da Universidade de Yaoundé (1962) e de Abidjan (1964); o início do debate de Nairobi sobre o ensino das Literaturas Africanas (20 de setembro, 1968); a Conferência sobre «A Escrita Africana em Inglês», realizada na Universidade de Ifé, (Ifé, 16-19, dezembro, 1968); a criação do *Bulletin of the Association for African Literature* (Freetown, 1968), que daria origem à revista *African Literature Today*.

Da Conferência de Freetown (Fourah Bay College) saíram quatro recomendações principais: a) as Literaturas Africanas deveriam ser incluídas nos planos de estudos de todas as universidades e escolas africanas, sendo encorajada a investigação desenvolvida em todos os campos da atividade literária, bem como o registo e o estudo da literatura oral local; b) constituir a Associação para o Estudo das Literaturas Africanas de língua inglesa, podendo ser convidados como membros associados universidades africanas de outros países africanos que tenham departamentos de inglês; c) a publicação de um boletim com a periodicidade quadrimestral, sob a responsabilidade de uma das universidades representadas, e teria o objetivo de fornecer informação sobre o desenvolvimento da atividade literária e ensino da literatura; d) o Instituto de Estudos Africanos da Universidade de Ibadan deveria assumir a tarefa de elaborar bibliografias tendo em vista a informação que devia ser prestada aos membros da Associação sobre o desenvolvimento da atividade literária e crítica, se possível nas principais línguas de comunicação internacional (*Ibid.*:147-148). A segunda fase decorre de 1969 a 1977. São fases do processo de disciplinarização que se realiza eminentemente em África. Durante aproximadamente uma década intensifica-se o esforço de definição das Literaturas Africanas, consolidam-se as instituições do ensino superior e torna-se efetiva a profissionalização do ensino das Literaturas Africanas em todas as sub-regiões do continente africano. Merecem referência igualmente as publicações e os eventos de natureza reflexiva<sup>134</sup>. Com o surgimento da Universidade Nacional do Zaire em 1971 e a transferência da Faculdade de Filosofia e Letras para Lubumbashi, o extinto Centro de Literatura Românica de Inspiração Africana (CELRIA) dá lugar ao Centro de Estudos de Literaturas Africanas (CELA). De igual modo, na Universidade de Dakar era conferido às Literaturas Africanas um

---

<sup>134</sup> De publicações, temos: Mário Pinto de Andrade, «*La Poésie Africaine d'Expression Portugaise*» (Paris, 1969); atas do colóquio «*Situation et Perspective de la Littérature Nègro-Africaine*» (Abidjan, 1969); Mbwil a Mpaang Ngal, *Tendances Actuelles de la Littérature Africaine d'Expression Française* (Kinshasa, 1972); atas da conferência sobre «*O Ensino da Literatura Africana nas Escolas Quenianas*» (Nairobi, 1974); Iyay Kimoni, «*Destin de la Littérature Nègro. Africaine ou Problématique d'une Culture*» (Kinshasa, 1975); Mário Pinto de Andrade, «*Antologia Temática de Poesia Africana*» (Lisboa, 1976); *Le Critique Africain et son Peuple comme Producteur de Civilization* (Présence Africaine, 1977). Entre os eventos de natureza reflexiva, temos: a Conferência de Nairobi sobre os Departamentos de Inglês e Literatura das Universidades da África Oriental e Central (Nairobi, 1969); a constituição da Equipa de Investigação em Literatura Africana Comparada na Universidade de Yaoundé (1969), dirigida pelo professor Thomas Melone; o colóquio realizado em Paris *Sur la Négritude* (Présence Africaine, Paris, 1972); o colóquio de Yaoundé realizado na Universidade Federal dos Camarões subordinado ao tema: *O Crítico Africano e seu Povo como Produtor de Civilização* (Yaoundé, 1973); o colóquio realizado na Costa do Marfim *Littérature et Esthétique Nègro-Africaine* (Abidjan, 1974); a constituição da Associação dos Críticos Literários Africanos (Lumbumbashi, 24-27 de março, 1975); o primeiro Congresso da União dos Escritores dos Povos Africanos (Dakar, 4-6 de fevereiro, 1976); o colóquio do Festival Mundial de Artes e Culturas Negras, subordinado ao tema: «*Civilização Negra e Literatura*» (Lagos, 1977).

estatuto semelhante ao de outras disciplinas lecionadas no âmbito da organização de departamentos autónomos (Kane, 1994:27-39). Numa perspetiva comparada, verifica-se que nos países africanos de língua francesa, o ensino das Literaturas Africanas nas universidades e nas escolas secundárias consolida-se no decurso da década de 70. Por exemplo, a introdução de textos literários africanos no ensino secundário (incluindo a literatura oral tradicional) acontece apenas em 1972, após a Conferência de Ministros da Educação, realizada em Madagáscar. A Universidade de Yaoundé inicia o ensino das Literaturas Africanas a partir da criação da Faculdade de Letras e Ciências Humanas que contava com um Departamento de Literatura Africana Comparada desde 1968, por iniciativa do professor Thomas Melone. Nos países africanos de língua inglesa, o mais expressivo sinal de mudança produziu-se em 1968, com a publicação de um manifesto assinado por três autores originários da África Oriental, através do qual se defendia a abolição do Departamento de Inglês na Universidade de Nairobi e a criação do Departamento de Línguas e Literaturas Africanas (Wa Thiong'o, 1982:145-150). Num olhar retrospectivo, durante as *Clarendon Lectures* proferidas na Universidade de Oxford em 1996, Ngũgĩ wa Thiong'o descreve o ambiente que se vivia na década de 60 nas Universidades de Makerere, Dar-es-Salaam e Nairobi, bem como as motivações que estavam na origem da «revolução curricular» em curso. Segundo o Ngũgĩ wa Thiong'o, a proposta representava o amadurecimento de um debate que vinha sendo desenvolvido por si e um grupo de estudantes de que faziam parte Grant Kamenjũ e Pio Zirimu desde os tempos da Universidade de Makerere. A reflexão prosseguiria na Universidade de Leeds onde, com tempo suficiente e a necessária distância, procediam à análise das suas experiências no contexto da situação colonial (1998:106). Nessa época, eles interrogavam-se acerca do persistente «domínio da língua e literatura inglesas nos estudos das Humanidades na academia africana». Por que razão a tradição literária africana não se refletia no ensino da literatura e na organização dos departamentos das universidades?

Derivaram daí dois debates, como revela Ngũgĩ wa Thiong'o. O primeiro dizia respeito à necessidade de extinguir o Departamento de Inglês. O segundo relativamente ao lugar da literatura oral na academia (1998:106-107). As posições assumidas por Ngũgĩ wa Thiong'o e Taban lo Liyong em 1968, no contexto do primeiro debate, foram publicadas pelo primeiro em *Homecoming. Essays on African and Caribbean Literature, Culture and Politics* (1972) e *Decolonising the*

*Mind. The Politics of Language in African Literature* (1985). Trata-se de um argumentário elaborado para reagir à comunicação do chefe de Departamento de Inglês da Universidade de Nairobi apresentada à 42ª reunião da Faculdade de Artes, no dia 20 de setembro de 1968. A comunicação levantava questões de suma importância relativas à exploração das relações entre a Faculdade de Artes e o Departamento de Inglês, nomeadamente, no que diz respeito ao lugar das línguas modernas como o francês, à emergência do Departamento de Línguas e Linguística, ao papel do Departamento de Inglês e das Línguas Africanas, especialmente o Swahili. Admitia-se igualmente a remota possibilidade de ser criado um Departamento de Literaturas Africanas ou Culturas e Literaturas Africanas (1972:145). As principais inquietações de Ngũgĩ wa Thiong'o e Taban lo Liyong erguiam-se em torno das seguintes interrogações: Se é necessário «o estudo da continuidade histórica de uma determinada cultura», por que razão é que não poderá esta ser Africana? Por que razão a Literatura Africana não pode situar-se no centro, de tal modo que possamos olhar para outras culturas através da relação que estabelece com ela?» (1972:146).

Toda a textura argumentativa tecida pelos dois professores da Universidade de Nairobi constituía uma resposta àquelas e outras interrogações. As sugestões que formulam assentam em duas ideias: a) extinção do Departamento de Inglês e b) criação do Departamento de Línguas e Literaturas Africanas. A denominação do novo Departamento devia-se à necessidade de definir as tendências e perspectivas que o estudo das culturas e literaturas deveriam tomar nas universidades africanas. Partia-se do pressuposto segundo o qual existiam três vectores de influência. As literaturas europeias não eram as únicas fontes de influência das Literaturas Africanas escritas em Inglês, Francês e Português. As literaturas escritas em Swahili e Árabe e as literaturas asiáticas constituíam outra importante fonte, especialmente para os países da África Oriental. O terceiro e mais significativo vector são as tradições orais Africanas que representam os fundamentos do «take-off» cultural à escala planetária (1972:147). Por isso, «o estudo da tradição oral ao nível da universidade deveria conduzir a uma perspectiva multidisciplinar, abrangendo a literatura, a música, a linguística, a sociologia, a antropologia, a história, a psicologia, a religião, a filosofia» (1972:148).

Para Ngũgĩ wa Thiong'o não se tratava de uma simples mudança de denominação. Pretendia-se que o continente africano se situasse no centro das

atenções do Departamento. A África não podia continuar com o estatuto de apêndice ou satélite de outros países e literaturas. Ao invés, devia ser objeto de estudo a partir de uma perspectiva africana. Tal revelava-se necessário por várias razões. A mais importante delas residia na expressão seguinte: «education is a means of knowledge about ourselves» (1972:150). Em 1971, Taban lo Liyong publicou um artigo na revista *Research in African Literatures* no qual descreve os resultados da então inacabada «revolução curricular» que, ao longo de três anos, fora conduzida para derrubar os «ogres de Cambridge e Oxford» (1971: 168). A Universidade de Nairobi contaria daí em diante com dois Departamentos. Um Departamento de Literaturas, subdividido em duas áreas ou sub-departamentos: «English-based studies» e «French-based studies». Um Departamento de Linguística e Línguas Africanas. No primeiro Departamento, a estrutura curricular inscrevia o estudo da literatura oral, da poesia, do romance africano, e do texto dramático, bem como das literaturas europeias, afro-americanas e americanas e das carábas (*op.cit*:170-171). No segundo Departamento, entre os objectivos mais importantes, destaca-se a valorização das língua africanas que deveriam ocupar o seu devido lugar ao nível do ensino e da investigação (1971:172).

O ensino das Literaturas Africanas em língua inglesa na Nigéria tem início em 1964, sendo Abiola Irele e Sole Oke os seus pioneiros. Já as Literaturas Africanas em língua francesa começam apenas em 1965, tendo como primeiros docentes Edriss Makward e Wilfred Feuser. Segundo Noureini Tidjani-Serpos (1987:141-143), o ensino das Literaturas Africanas de língua francesa na Nigéria enfrentavam três tipos de dificuldades. Apesar da decisão oficial das autoridades governamentais nigerianas, a primeira dificuldade provinha dos defensores de um conceito essencialista das Literaturas Africanas segundo o qual o uso das línguas africanas era o critério determinante, não podendo ser perpetuada a hegemonia política, económica, cultural e pedagógica da língua inglesa. A segunda dificuldade tinha a sua fonte entre aqueles que defendiam unicamente o ensino da língua francesa como instrumento de comunicação escrita e falada, suportado pela cultura e literatura francesa. Ignorava-se a existência de comunidades de falantes de língua francesa e respetivas literaturas em África. A terceira dificuldade é especificamente pedagógica cujo exemplo de superação foi dado pela Universidade de Benin (Benin City). Tidjani-Serpos refere-se à fragilidade da formação dos estudantes, no que diz respeito ao domínio de conceitos que permitem abordar os textos com a maior

profundidade e à repugnância que suscitam as metodologias de origem francesa: «A l'évidence il faut avouer que l'approche critique francophone semble souvent aride et théoricienne (certains collègues parlent même de terrorisme intellectuel de la critique française et francophone!) tandis que pour nous l'approche anglophone semble pragmatiste» (*Id.Ibid.*). Para Noureini Tidjani-Serpos, a promoção do ensino das Literaturas Africanas de língua francesa num país como a Nigéria devia comportar três níveis. O primeiro consistia em tornar acessível o maior número possível de livros em francês. O segundo dizia respeito à edição crítica de obras literárias. Finalmente, evitar que os programas de ensino sejam dominados pelos célebres autores destas literaturas. Entre hesitações e resistências, uma das primeiras reformas desencadeadas na Nigéria, ocorre na Universidade de Ifé, onde se procederia à reestruturação do Departamento de Inglês em 1977, dando lugar a três novos Departamentos. Tudo isto ocorria perante a rejeição da mudança que se verificava na Universidade de Ibadan, a primeira a ser criada e *alma mater* da primeira geração de professores de literatura, escritores e críticos nigerianos. A Universidade de Ifé passou a contar com o Departamento de Língua Inglesa, Departamento de Literaturas em Língua Inglesa e Departamento das Línguas Europeias Modernas. As Literaturas Africanas eram lecionadas no âmbito dos dois últimos departamentos<sup>135</sup>.

O período pós-disciplinar (1982-2000) é aquele em que se consolida o reconhecimento académico das Literaturas Africanas quer ao nível continental, quer ao nível nacional. Mas, ao mesmo tempo, vê-se abalado pela crise do ensino superior em África com a adoção dos programas de ajustamento estrutural do Fundo Monetário Internacional de que a «fuga de cérebros» é uma das mais graves consequências para as universidades e, por conseguinte, os Estudos Literários Africanos<sup>136</sup>.

---

<sup>135</sup> Cf. Biodun Jeyifo, «The debate on literary pedagogy in África: the Ife experience», in AAVV, *Littératures Africaines et Enseignement*, Actas do Colloque International de Bordeaux, 15-17 Mars 1994, organizado por Centre d'Etudes Littéraires Maghrébines, Africaines et Antillaises e R.C.P.-C.N.R.S n°732 Littératures Africaines Imprimées, Bordeaux, Presses Universitaires de Bordeaux, pp.735-391.

<sup>136</sup> Apesar disso, regista-se um razoável número de acontecimentos e publicações. Publicações: Eddah Gachukia e S. Kichamu Akivaga, *Teaching of Africa Literatures* (Nairobi, 1978); Makhily Gassama, *Kuma: Interrogation sur la Littérature Nègre de Langue Française* (Dakar, 1978); Phanuel A. Egejuru, *Black Writers, White Audience: A Critical Approach to African Literature* (1978); Oyekan Owomoyela, *African Literatures: An Introduction* (1979); Chinweizu, Jemie e Madubuike, *Toward Decolonization of African Literature* (Enugu, 1980); Ngũgĩ wa Thiong'o, *Decolonizing the Mind. The Politics of Language in African Literature* (Nairobi, 1986); Chidi Amuta, *The Theory of African Literature. Implications for Practical Criticism* (1989); Mário

Por outro lado, a atividade desenvolvida por professores, investigadores e críticos não-africanos no espaço epistémico situado fora de África, no quadro cronológico da periodização apresentada, pode ser analisada em três fases. A primeira fase decorre no período disciplinar de 1965 a 1980<sup>137</sup>. E a segunda estende-se entre 1981 e 1990<sup>138</sup>. A terceira fase vai de 1991 a 2000. As duas últimas inscrevem-se no período pós-disciplinar.

Nos Estados Unidos da América, a disciplinaridade das Literaturas Africanas consolidava-se, a partir dos anos 60. Num texto publicado em 1985, na edição comemorativa do décimo aniversário da *African Literature Association*,

---

António Fernandes de Oliveira, *A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997. Dos eventos destacamos o colóquio de Brazzaville sobre o ensino das Literaturas Africanas (1981); colóquio internacional de Libreville «*La Critique Africaine Existe-t-elle?*» (21-23, janeiro, 2008).

<sup>137</sup> Publicam-se vários livros: Janheinz Jahn, *Die Noeafriknische Literatur. Gesamtbibliographie Von den Anfängen bis zur Gegenwart* (Düsseldorf, 1965); Judith I. Gleason *This Africa: Novels by West Africans in English and French* (1965); Norman Araujo, *A Study of Cape Verdean Literature* (Boston, 1966) Robert Pageard, *Littérature Nègro-Africaine* (Paris, 1966); Adrian Roscoe, *Mother is Gold: A Study in West African Literature* (Cambridge, 1971); Pál Páricsy, *A New Bibliography of African Literature* (Budapest, 1969); Gerald M. Moser, *Essays in Portuguese-African Literature* (Pennsylvania, 1969); criação da revista *Research in African Literatures*, Universidade do Texas, (Austin, 1970); Pál Páricsy, *Étude sur la Littérature Africaine Contemporaine* (Budapest, 1971); Zell e Silver, *A Reader's Guide to Contemporary African Literature* (1971); Jacques Nantet, *Panorama de la Littérature Noire d'Expression Française* (Paris, 1972); Jacques Chevrier, *Littérature Nègre* (Paris, 1979); Oskar R. Dathorne, *The Black Mind: A History of African Literature* (Minneapolis, 1974); D.S. Blair, *African Literatures in French: A History of Creative Writing in French from West and Equatorial Africa* (London/New York, 1976); Robert Cornevin, *Littératures d'Afrique Noire de Langue Française* (Paris, 1976); Manuel Ferreira, *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa* (Lisboa, 1977); David Cook, *African Literature: A Critical View* (1977); Alfredo Margarido, *Estudos sobre Literaturas Africanas das Nações de Língua Portuguesa* (Lisboa, 1980); colóquio sobre Literaturas dos Países de Língua Portuguesa, Lisboa, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

Realizam-se igualmente iniciativas de carácter reflexivo de que se destacam: Colóquio de Sherbrooke (Quebec) sobre o «Roman Contemporain d'Expression Française» (1970); Colóquio de Vermont, Estados Unidos, sobre «*As Literaturas Africana e Canadiana de Expressão Francesa: Génese e Juventude*» (1971); Colóquio de Villateneuse, Universidade Paris-Norte sobre «*Négritude Africaine, Négritude Caraïbe*» (1973); Seminário Internacional do Centro de Estudos Africanos de Leiden, Países Baixos sobre «*Text and Context: Methodological Explorations in the Field of African Literature*» (1973); constituição da *African Literature Association* (ALA) dos Estados Unidos da América (1974); Colóquio de Limoges «*La Permanence et la Mutation des Mythes Traditionnels Africains dans les Littératures Modernes*» (1977); Colóquio de Paris sobre «*Crítica e Receção das Literaturas Nègro-Africanas*» (Universidade Sorbonne Nouvelle, 1978); Mesa Redonda sobre «*L'Oral e o L'Écrit, Langues et Littératures en Contact*» (Centro de Estudos Francófonos da Universidade Paris XIII e Centro Internacional da Francofonia da Universidade Paris IV, 1980); Colóquio sobre «*Images de l'Afrique en Occident: La Press, les Médias e la Littérature*» (Centro de Estudos sobre as Civilizações, Línguas e Literaturas de Expressão Francesa da Universidade de Paris, Val-de-Marne, 1980).

<sup>138</sup> Gerald Moser e Manuel Ferreira, *Bibliografia das Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa* (Lisboa, 1983); constituição da Association por l'Étude des Littératures Africaines (APELA), (Paris, 1983); Colóquio sobre as Literaturas Africana de Língua Portuguesa (Paris, 1984)



Gerald Moser considerava que as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa adquiriam alguma respeitabilidade académica já na década de 60. A defesa da tese de doutoramento na Universidade de Harvard, em 1962, sobre a literatura caboverdiana, *A Study of Cape Verdean Literature*, de Norman Araujo era uma prova disso. Em 1986, quando Bernth Lindfors falava na 6ª Conferência Internacional da Universidade de Calabar (Nigéria) consagrada às Literaturas Africanas e à língua inglesa, orgulhava-se de pertencer à primeira geração de investigadores das Literaturas Africanas nos Estados Unidos da América. Fazia confissões que traduziam bem a prosperidade profissional que a atividade de docência e investigação das Literaturas Africanas proporcionava (Lindfors,1995:158). Ao contrário do que acontecia vinte e cinco anos antes, era possível auferir um salário e levar uma vida relativamente confortável, dedicando-se à leitura, ensino e interpretação das Literaturas Africanas (*Ibid.*). A euforia substituíra a frustração. Tal mudança pode ser explicada por duas ordens de razões. Nas décadas de 60 e 70, os estudos literários africanos nos Estados Unidos da América sofriam os efeitos inibidores de factores extracurriculares em que avulta um aberto e encapotado racismo. A situação era reforçada pela escandalosa ignorância sobre o continente africano (*Id.*:113). Segundo Lindfors, as Literaturas Africanas começaram a merecer alguma atenção devido às turbulências sociais desencadeadas pelos movimentos cívicos das comunidades negras de que resulta a institucionalização dos *Black Studies*. Mas, rapidamente, perderiam prestígio académico e apoios financeiros. Em consequência disso, as Literaturas Africanas passaram a ser vistas como «non professional», «nondescript», «non discipline» (*op.cit.*:114). Para Bernth Lindfors, a consagração institucional de tais preconceitos era o fundamento da inexistência de programas de Mestrado e de Doutoramento em Literaturas Africanas nas Universidades dos Estados Unidos da América. As únicas excepções eram as Universidades de Wisconsin (Madison) e Howard University (Washington) que mantinham os programas iniciados em 1960. Segundo Albert Gérard, no ano académico de 1963/64 a Universidade de Columbia introduziu no programa do Departamento de Literatura Comparada um novo curso: *The new literature of emerging African Nations*. E a Universidade de Wisconsin abria, em 1964, o Departamento de Línguas e Literaturas Africanas. A inóspita situação descrita por Bernth Lindfors permite compreender a razão por que os Estudos Africanos enfrentavam ainda inúmeras resistências. Em universidades como

Northwestern, Indiana, UCLA, Boston, Michigan State que albergavam importantes Centros de Estudos Africanos, a elaboração de uma dissertação sobre Literaturas Africanas exigiria o preenchimento de um importante requisito de acordo com as regras de um dos «departamentos ortodoxos», nomeadamente de Inglês, Francês, Folklore ou Literatura Comparada (1995:114). Os estudantes das universidades que dispunham de Centros de Estudos Africanos confrontavam-se com obstáculos ainda maiores, devido à desvalorização dos doutoramentos em Literaturas Africanas no mercado de trabalho dos Estados Unidos da América. No plano metodológico, Bernth Lindfors denunciava o formalismo dominante nos trabalhos consagrados às Literaturas Africanas, privilegiando abordagens circunscritas ao tratamento do texto, ignorando tudo o que estivesse para lá do texto. Trata-se de um tipo de discurso crítico que, para Bernth Lindfors, constitui o refúgio dos estrangeiros ou críticos não-Africanos que «carecem de uma imersão directa na cultura literária africana» (1995:160). Mas critica igualmente os chamados «African scholars» que desenvolvem exercícios vazios e «formalistas» quando só eles estão em condições de enriquecer os Estudos Literários Africanos ( *Id.*). O ponto de vista de Bernth Lindfors é condicionado pelas circunstâncias em que se realizam o ensino e a investigação das Literaturas Africanas nos Estados Unidos da América onde o grau de institucionalização contrastava com a avançada estado de descolonização da disciplina (Lindfors, 1995:48). Ao apresentar as conclusões do seu inquérito sobre o ensino das Literaturas Africanas nas universidades dos países africanos de língua inglesa, observa que «a descolonização dos estudos literários em África está em curso» (Lindfors, 1990:41-45). Refere que dos 194 cursos leccionados em 30 universidades dos 14 países, a amostra representa cerca de 60% do número total de cursos em que se inscrevem 226 autores. Estes indicadores estatísticos fornecem um quadro que reflete provavelmente de igual modo a situação dos países de língua francesa. Ignora-se aí o que se passa nos países africanos de língua portuguesa. A conclusão a que chega Bernth Lindfors permite sustentar a ideia de que as Literaturas Africanas ocupavam um lugar significativo nos programas dos Departamentos de Inglês, Departamentos de Literaturas Africanas ou Departamentos de Línguas Europeias (Lindfors, 1995:45-59).

Ora, os atos de denominação das Literaturas Africanas tornam possível a inteligibilidade do processo de disciplinarização. Mas a negação da sua autonomia durante o século XX originou comportamentos ambíguos que se traduzem em

estratégias de definição com algum fundamento. Se as denominações são da ordem do extensional, designando os objetos cobertos pela categorização das Literaturas Africanas, revelava-se necessário determinar o intensional, isto é, as propriedades dos referidos objetos. Portanto, pode dizer-se que a operação formal de denominação das Literaturas Africanas não estava concluída. Fixados os referentes, importava determinar a dimensão intensional. No espaço epistémico africano, a problematização do sentido e das propriedades dos textos literários constituintes das Literaturas Africanas foi desencadeada ainda na década de 50. Uma das primeiras tentativas de definição é atribuída a Ciprian Ekwensi que, em 1956, escrevia: «What then is African writing? To my own mind African writing is that piece of self-expression in which the psychology behind African thought is manifest; in which the philosophy and the pattern of culture from which it springs can be discerned»<sup>139</sup>. Todavia, o mais importante momento reflexivo para a comunidade de escritores africanos ocorre com a conferência de Makerere onde é expressamente formulada a pergunta acerca do que se podia entender por Literaturas Africanas. A partir do testemunho de três dos seus participantes, Obiajunwa Wali (Olanyan e Quayson, 2007:281-284), Chinua Achebe (1975:55) e Ngũgĩ wa Thiong'o (1986:4-33), compreende-se a natureza das tensões aí vividas e que perduram ainda hoje. Em crónica publicada na revista *Transition* (10, 1963), Obiajunwa Wali manifestava o estado de espírito de quem sentia as expectativas defraudadas, quando avaliava as propostas dos oradores e os resultados da conferência.

What these examples clearly show is that African literature as now understood and practised, is merely a minor appendage in the mainstream of European literature. Both creative writers and literary critics, read and devour European literature and critical methods. [...]

The consequence of this kind of literature is that it lacks any blood and stamina, and has no means of self-enrichment. It is severely limited to the European-oriented, few college graduates in the new Universities of Africa, steeped as they are in European literature and culture. The ordinary local audience with little or no education in the conventional European manner,

---

<sup>139</sup> Citado por Rand Bishop, *African Literatures, African Standards. The Forming of the Critical Standards, 1947-1966*, Connecticut, Greenwood Press, 1988.

and who constitute an overwhelming majority, has no chance of participating in this kind of literature (Olanyan e Quayson, 2007:282).

A desilusão de Obiajunwa Wali culmina com uma crítica aos escritores que acreditavam na legitimidade das línguas europeias como condição necessária e suficiente, além de critério definidor. Refuta os argumentos que sustentam as conclusões da conferência relativamente à necessidade de o escritor africano pensar e sentir na sua língua, devendo recorrer à transliteração em língua inglesa. Por isso, desqualifica os escritores que não acreditam na potência criativa concentrada nas línguas africanas: «In other words, until these writers and their western midwives accept the fact that any true African literature must be written in African languages, they would be merely pursuing a dead end, which can only lead to sterility, uncreativity, and frustration» (*Ibid.*).

Para Chinua Achebe, a tentativa de definir a «Literatura Africana» falhara em Makerere. Reconhece alguma responsabilidade em tal fracasso, admitindo que tinha sido o autor da proposta para que tal exercício fosse abandonado. Esta atitude abstencionista viria a ser afastada na conferência de Fourah Bay College que adotara uma definição minimalista. Mas no texto publicado dois anos depois, Achebe reduz a importância de semelhante definição, sublinhando ironicamente a exaltação triunfalista de Obiajunwa Wali que via assim preenchidas as suas aspirações. No entanto, Achebe contrargumenta, desenvolvendo uma reflexão que permite dar conta da complexidade dos problemas com que se debatiam as Literaturas Africanas:

What all this suggests to me is that you cannot cram African literature into a small, neat definition. I do not see African literature as one unit but as group of associated units – in fact the sum total of all the national and ethnic literatures of Africa.

A national literature is one that takes the whole nation for its province and has a realised or potential audience throughout its territory. In other words a literature that is written in the national language. An ethnic literature is one which is available only to one ethnic group within the nation.

[...]

Any attempt to define African literature in terms which overlook the complexities of the African scene at the material time is doomed to failure (Achebe, 1975:55-62).

Chinua Achebe entendia que a adoção de uma língua europeia como o inglês constituía uma opção sem alternativas. Se as contingências da história tinham proporcionado o contacto com essa língua, devia por essa razão ser usada pelo potencial revelado para ser igualmente veículo da experiência africana. Admite, no entanto, que a existência de escritores que preferem o uso das línguas autóctones poderá assegurar o desenvolvimento das literaturas étnicas ao lado das literaturas nacionais.

Ngũgĩ wa Thiong'o considera que apesar de ter dado lugar a animados debates, a conferência de Makerere concentrou-se em questões como os temas da literatura, a raça e a origem geográfica do escritor. Do seu ponto de vista, tal como o francês e o português, o inglês foi igualmente reconhecido como língua natural da literatura, enquanto instrumento de mediação política entre as nações de África e as de outros continentes. Por essa razão, na senda de Obiajunwa Wali critica as posições ambíguas, ao mesmo tempo apologéticas, defendidas por Chinua Achebe no texto publicado em 1964, «*The African Writer and the English Language*». Para Ngũgĩ wa Thiong'o o triunfalismo de Achebe pode ser analisado nos argumentos através dos quais se procede à hipostasiação do legado linguístico europeu cujo valor parecia não ser devidamente avaliado<sup>140</sup>. Revelando-se como estrénuo defensor das línguas africanas na criação literária, em 1977 Ngũgĩ wa Thiong'o tomou a decisão de escrever em Kikuyu, sua língua materna. Na verdade, em Makerere a problemática da língua nas Literaturas Africanas tinha sido a tónica dominante, desvendando-se assim o sentido das respostas possíveis. Perante as dificuldades da tarefa, em 1963 os participantes da conferência de Fourah Bay College recomendavam a fixação de uma definição instrumental, tendo concordado que por «Literatura Africana» se devia entender o conjunto de textos literários emanando de um autêntico labor criativo sobre a paisagem africana ou em que as

---

<sup>140</sup> Cf. Chinua Achebe, *Morning Yet on Creation Day. Essays*, London, Heinemann, 1975. «Those of us who have inherited the English language may not be in a position to appreciate the value of the inheritance. Or we may go on resenting it because it came as part of a package deal which included many other items of doubtful value and the positive atrocity of racial arrogance and prejudice which may yet set the world on fire. But let us not in rejecting the evil throw out the good with it (p.58).

experiências originariamente africanas constituem a sua base integral (Moore, 1965:147). Trata-se de uma formulação resultante de indagações que na época integrava o elenco de problemas relevantes da hermenêutica filosófica à volta dos quais se mobilizavam escritores, filósofos e críticos literários africanos. O nível do debate suscitado pela comunicação de T.R.M. Creighton<sup>141</sup> na conferência de Fourah Bay College revelava claramente o tipo de interrogações a que a soberania epistemológica podia dar lugar no contexto das décadas de 60 e 70, quando as controvérsias sobre a filosofia africana forneciam respostas que interessavam aos Estudos Literários Africanos. Com efeito, até ao princípio da década de 80, a discussão sobre o problema da definição terminológica da «Literatura Africana» nos Estados Unidos, por exemplo, continuava a gravitar em torno da questão da língua e de critérios como «raça», geografia e conteúdo das obras literárias<sup>142</sup>. A definição do conceito era, pois, uma exigência da pergunta «O que é a Literatura Africana?». Para compreendermos o alcance desta pergunta torna-se necessário desenvolver uma reflexão filosófica sobre as instituições literárias africanas, sendo exigível aqui uma argumentação fundada na Filosofia da Literatura<sup>143</sup>. O que não aconteceu no século XX em virtude de a fortuna das correntes teóricas e metodologias literárias dominantes ter privilegiado exclusivamente os problemas respeitantes às literaturas da Europa e da América. Deste modo, os poucos investigadores e críticos das Literaturas Africanas ignoravam as questões filosóficas pertinentes e fecundas. Corria o período pré-disciplinar (1947-1962), quando em 1958, intervindo no espaço epistémico não-africano, Janheinz Jahn, um investigador alemão, elaborou um esboço de definição do que designa por

---

<sup>141</sup> T.R.M. Creighton, «An Attempt to Define african Literature», in Gerald Moore (ed.), *African Literature and the Universities*, Ibadan, Ibadan University Press, 1965, pp.84-88.

<sup>142</sup> A esta conclusão chegou Sandra Barkan, através de um inquérito por questionário com o qual se propunha determinar o critério preferido pelos membros da *African Literature Association* para a definição de «Literatura Africana». Ver Sandra Barkan, «Emerging Definitions of African Literature», in Stephen Arnold (ed.), *African Literature Studies: The Present State/L'État Présent*, Washington, Three Continents Press, 1985, pp.27-46.

<sup>143</sup> Convocamos Stein Haugom Olsen que sintetiza bem o sentido da questão: «The question [What is literature?] is not a request for information about what texts are literary works. It is asked by those who know literature and know the literary canon. Nor does the question merely ask for a definition of literature. The motivation for asking and the interest in possible answers can only be understood against a cultural background where literature figures as an important cultural value. What is asked for is an account of the characteristic features and functions of literature. It is expected that in explaining these, the account should also explain why it is worthwhile to single out certain texts as literary works. It must display those features which define and justify that interest which members of the culture take in its literature». Cf. Stein Haugom Olsen, *The End of Literature*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987, p.1.

«literatura neo-africana» associada à herança intrínseca de duas tradições: a literatura tradicional africana e a literatura ocidental. Para Janheinz Jahn a fronteira situava-se entre a literatura oral e a literatura escrita, sendo necessário que a qualificação de uma obra «neo-africana» devia conter *topoi* ou características gerais africanas e ocidentais. Uma obra que não fizesse recurso à escrita e que revelasse ausência de influência europeia deveria ser integrada na literatura africana tradicional (Janheinz Jahn, 1958:16). Privilegia as estruturas do estilo a que subjazem critérios civilizacionais. Mas no dicionário biográfica *Who is Who in African Literature*, publicado em 1972, Janheinz Jahn abandona o uso da denominação que cunhara – «literatura neo-africana». O que revelava a sua ineficácia. Na mesma linha, Lillian Kesteloot, na sua *Anthologie Nègro-Africaine*, prefere combinar o critério racial e o critério civilizacional, convergindo com a justificação expendida por Janheinz Jahn na década de 60. Considerava que a «literatura negro-africana» compreende a produção literária das diásporas africanas espalhadas pelo mundo por imperativos da trágica história da escravização dos filhos do continente africano (Kesteloot, 1978:5-6). Para Albert Gérard, a expressão «literatura neo-africana» assinalava os efeitos da discursividade instaurada com a formação de um novo cânone literário que acrescenta uma nova província à ciência da literatura. Com o seu uso Albert Gérard exaltava o nascimento das Literaturas Africanas como um fenómeno literário, sendo por isso insultuoso do ponto de vista crítico submeter os escritores africanos aos critérios estéticos utilizados para avaliar as obras da «literatura universal» (1977:11).

Os argumentos aduzidos por autores que foram formulando denominações coletivas, como Janheinz Jahn (literatura neo-africana), Lillian Kesteloot (literatura negro-africana) ou Jacques Chevrier (literatura negra) não oferecem qualquer consistência heurística e teórica devido às suas preocupações generalistas homogeneizantes que anulam as diferentes experiências dos africanos numa lógica global como agentes epistémicos no contexto da modernidade alternativa. Durante o período disciplinar (1963-1980), os espaços epistémicos registam o abandono de tais denominações generalistas elaboradas com base em critérios raciais, apesar das influências ideológicas profundas do movimento pan-africanista e da Negritude. As Literaturas Africanas deixavam de ser adjetivadas com fundamento no falacioso critério. Progressivamente já não se revelava pertinente o uso comum de expressões como «literatura negro-africana», «literatura neo-africana» ou simplesmente

«literatura negra». Tais tentações generalistas configuravam aquilo a que Albert Gérard designou por «falácia da Negritude» (1990:162), consistindo na homogeneização cultural do continente africano que já Lévy-Bruhl resumia na sua teoria da «mentalidade primitiva». Albert Gérard era assim um dos primeiros investigadores europeus das Literaturas Africanas que denunciava expressamente o discurso racista num texto publicado em 1964<sup>144</sup>. A sua última posição vem plasmada na comunicação apresentada num colóquio realizado em Londres (1983)<sup>145</sup>.

Para Adrien Huannou a refutação dos argumentos porfiados por críticos obcecados pela «falácia da Negritude» subjacente às definições generalistas tem as suas primeiras premissas na impossibilidade de contestar a existência das literaturas nacionais europeias (literatura francesa, literatura alemã, literatura italiana, literatura inglesa, etc.). Opondo-se a essa crítica generalista, Adrien Huannou convoca uma história das literaturas nacionais africanas e consequentemente uma crítica das literaturas nacionais. Os seus argumentos apontam para uma cultura da crítica literária especializada, garantia de uma prática fundada no conhecimento das realidades e dos sistemas culturais de cada espaço nacional. Após o ensaio sobre a «questão das literaturas nacionais»<sup>146</sup>, Adrien Huannou procederá a um inventário da crítica e o ensino das Literaturas Africanas nos Estados Unidos da América<sup>147</sup>, retomando o tópico da nacionalidade literária em defesa da necessidade de adoção de critérios que permitam afirmar a existência da nação entidade que veicula traços distintivos da comunidade a que diz respeito (1993:155).

Ora, a partir da década de 70 e 80 do século XX, as tendências dominantes da crítica designam as Literaturas Africanas no plural, confinando-as aos espaços nacionais. Passam a ser publicados estudos e antologias que obedecem ao critério da nacionalidade literária. Deste modo, Literaturas Africanas ou Literatura Africana são denominações de uma disciplina que pela sua vocação generalista contradiz a

---

<sup>144</sup> Na década de 60, Albert Gérard empregava ainda a expressão «literatura neo-africana» num texto publicado no *Bulletin des Séances de l'Académie Royale des Sciences d'Outre Mer*, 1964, n°3, pp. 452-464, inserido em Albert Gérard, *Études de Littérature Africaine Francophone*, Dakar/Abidjan, Les Nouvelles Éditions Africaines, 1977.

<sup>145</sup> Cf. Albert Gérard, «Is anything wrong with African Literary Studies», in *Contexts of African Literature*, Amsterdam-Atlanta, Rodopi, 1990, pp. 159-169.

<sup>146</sup> Adrien Huannou, *La Question des Littératures Nationales*, Abidjan, Éditions CEDA, 1989.

<sup>147</sup> Adrien Huannou, *La Critique et L'enseignement de la Littérature Africaine aux États-Unis d'Amérique* Paris, L'harmattan, 1993.



lógica do Estado-nação de que emana o paradigma filológico nacional em que se funda o ensino das literaturas europeias. Continua a ser frequente encontrar professores e investigadores europeus, americanos, asiáticos ou australianos que, negando a existência de literaturas nacionais em África, recorrem a uma denominação coletiva destas literaturas enquanto disciplina cuja definição depende do seu vínculo com as línguas europeias, sendo por isso lecionadas no âmbito de Departamentos de Estudos Ingleses, Franceses ou Portugueses. Por ausência de uma robusta epistemologia africana independente, observam-se repercussões deletérias dessa hierarquização nas universidades africanas. Deste modo, a investigação e o ensino das várias literaturas nacionais do continente africano em muitos casos ainda assentavam em duas hipóteses erradas. Em primeiro lugar, a denominação generalista de Literatura Africana ou Literaturas Africanas que elimina a possibilidade de passar à compreensão das suas especificidades. Em segundo lugar, a balcanização linguística dos Estados que está na origem da marginalização das Literaturas Africanas de língua portuguesa dos estudos literários africanos cuja denominação disciplinar (Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa) em países como Portugal revela a pervivência de um paternalismo colonial que se manifesta através de uma «mal disfarçada resistência contra o reconhecimento do significado próprio [...] fruto em parte de reminiscências ideológicas de raiz colonialista, essa resistência funda-se também na leitura de tais literaturas à luz do cânone literário português e europeu, leitura deste ponto de vista, é naturalmente desqualificadora» (Reis, 1997: 77). Nesta medida, essa falácia da nomenclatura generalista manifesta-se igualmente no campo disciplinar das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Se, por um lado, os trabalhos de investigação que lhes são consagrados têm vindo a dar lugar à sua disciplinarização em algumas universidades do mundo, por outro lado, tal processo pode ser abordado à luz da cronologia apresentada e das dinâmicas dos campos científicos. Na fase disciplinar destacamos nomes de alguns professores, os *discipline-builders*, nomeadamente Gerald Moser e Russell Hamilton<sup>148</sup> dos

---

<sup>148</sup> Gerald Moser, «Beginnings and Present State of the Collection and Study of the Lusophone African Literatures: Breaking Ground for a New Field», in Stephen Arnold (ed.), *African Literature Studies: The Present State/L'État Présent*, Three Continents Press, 1985, pp.245-255; Russell Hamilton, *Voices From an Empire. A History of Afro-Portuguese Literature*, Minneapolis, University of Minnesota, 1975; Gerald Moser e Manuel Ferreira, *Bibliografia das Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

Estados Unidos da América, Manuel Ferreira<sup>149</sup> de Portugal, Maria Aparecida Santili, Benjamin Abdala Júnior e Jorge Fernandes da Silveira<sup>150</sup> do Brasil. Já em 1984, na comunicação apresentada ao I Colóquio Luso-Brasileiro de Professores Universitários de Literaturas de Expressão Portuguesa, Maria Aparecida Santili defendendo a inclusão curricular das «Literaturas Africanas de língua portuguesa», aludia à mudança da sua denominação institucional. Tal objetivo seria alcançado a partir de uma iniciativa sua que teria conduzido a uma resolução sobre o «currículo mínimo dos cursos Letras»<sup>151</sup>, abrindo a possibilidade de consagração do ensino das Literaturas Africanas numa disposição expressamente alusiva à «habilitação em português e literaturas de língua portuguesa». Mas as condições jurídicas viriam a ocorrer apenas em 2003 com a publicação Lei nº 10639 de 2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Literaturas Africanas no Brasil.

Como vimos, na fase pré-disciplinar, a primeira iniciativa de denominação coletiva deve ser atribuída a Mário Pinto de Andrade e Francisco José Tenreiro pela publicação do «caderno» de *Poesia de Expressão Portuguesa* em 1953. No contexto institucional e epistémico das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa apenas Russell Hamilton e Manuel Ferreira problematizaram as definições nominativas. Russell Hamilton trata da questão no livro que publica em 1975, *Voices from an Empire. A History of Afro-Portuguese Literature*. Prefere operar com uma denominação hifenizada, «literatura afro-portuguesa» que, em seu

---

<sup>149</sup>Cf. Manuel Ferreira, *O Discurso no Percorso Africano I*, Lisboa, Plátano Editora 1989. Manuel Ferreira notabiliza-se como o responsável pela introdução da disciplina de Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1974. Seguiram-se as Faculdades de Letras da Universidade do Porto em 1975, pela mão de Salvato Trigo e, em 1980, as Faculdades de Letras da Universidade de Coimbra e da Universidade Nova de Lisboa. A sua institucionalização ocorreria em 1978, através dos Decreto-Lei nº 53/78 de 31 de Maio e do Decreto-Lei nº 75/84 de 27 de Novembro. Os primeiros Mestrados e Doutoramentos foram criados nos anos 80 do século XX pelas universidades em que se lecionava a disciplina ao nível da licenciatura.

<sup>150</sup> Cf. Carmen Tindó Ribeiro Secco, «Construção e Reencontro – o Ensino e a Pesquisa das Literaturas Africanas nos Cursos de Letras», *SCRIPTA*, Belo Horizonte, Vol. I, nº1, pp.179-184, 2º semestre, 1997. Durante as décadas de 90 e 2000 do século XX, ao que parece a situação não sofreu alterações significativas, apesar da «última proposta de reformulação curricular», tal como nos diz Laura Padilha (2010:4) que chega mesmo a defender, em matéria de ensino das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, a necessidade de uma «descolonização curricular» para o Brasil.

<sup>151</sup> Cf. Maria Aparecida Santili. (1984). «Ano Bissexto, um Tempo de Saúde para a Convivência em Português», *X Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa e ao I Colóquio Luso-Brasileiro de Professores Universitários de Literaturas de Expressão Portuguesa*, Lisboa/Coimbra/Porto, Instituto de Cultura Brasileira, pp.300-307. No Brasil, em 1984 discutia-se ainda a legitimação do ensino das Literaturas Africanas nos cursos de Letras.

entender, oferece uma latitude no âmbito do qual é possível avaliar os fatores culturais e literários modernos nas cinco Literaturas Africanas de língua portuguesa, tomando de empréstimo os argumentos de Janheinz Jahn. Todavia, o seu ponto de vista já não é o mesmo quando se publica a edição em língua portuguesa, pois dá preferência ao enunciado «literatura da África lusófona», uma denominação que lhe parece ser mais «neutra e científica», mas também porque coloca-a ao nível das literaturas corrente e largamente denominadas como sendo da África anglófona e francófona» (Hamilton, 1981:21). Por sua vez, Manuel Ferreira discute o «modo de nomear as Literaturas Africanas», mostrando-se sensível às críticas dirigidas à proposta de Russell Hamilton e a outras que davam preferência à fórmula «Literaturas Africanas de expressão portuguesa» muito usual nas décadas de 70 e 80. Alfredo Margarido é um dos que, após o seu uso regular em diversos textos de pendor crítico, vêm questionar o alcance da fórmula «Literaturas Africanas de expressão portuguesa», invocando o facto de a referência à «expressão portuguesa» reduzir automaticamente o campo de afirmação daquelas literaturas, «impedindo a integração das formas orais das línguas autóctones» (Margarido, 1980:8). Jacinto do Prado Coelho, uma ilustre figura da academia portuguesa, sem vivência africana, trilha o mesmo caminho, quando escreve: «Há quem escreve indiferentemente “países de língua portuguesa” e “países de expressão portuguesa”. Ora “expressão” diz mais do que língua veicular adotada; ‘expressão’ indicia algo de mais íntimo, envolve uma identidade nacional que conjugadamente se traduz doutras maneiras, no folclore, na pintura, na escultura, na música, na mundividência, na sabedoria coletiva, no estilo de vida»<sup>152</sup>. No mesmo sentido coloca-se Manuel Ferreira para quem «o papel desempenhado pelo predicado africano é o estabelecimento do vínculo de natureza africana, de conteúdo africana». Por conseguinte, considera que além de ser uma ambiguidade, o enunciado configura uma contradição, ao significar: literaturas de conteúdo africano português (Ferreira, 1989:204).

Portanto, no alvorecer do novo milénio parece ser unânime a consagração das Literaturas Africanas através de denominações que traduzem bem a isomorfismo do sujeito e do objeto por força de uma soberania legitimadora de que

---

<sup>152</sup> Sobre esta problemática importa ler o artigo de Jacinto do Prado Coelho publicado no *Jornal de Letras*, nº99, Maio-Junho de 1984. De igual modo, Eduardo Lourenço, «Une Langue, Deux Discours», *Lettre Internationale*, nº 20, Paris, 1989, pp.56-57.

emana o estatuto epistemológico e disciplinar destas literaturas. Ora, o que é o estatuto epistemológico? Quem atribui ou confere o estatuto disciplinar? Como é atribuído tal estatuto? Onde ocorre a sua atribuição? Quando é que se considera consumado o ato da sua atribuição? Na verdade, semelhantes questões suscitam a necessidade de determinar, em primeiro lugar, o ponto essencial do estatuto epistemológico que se analisa na transição da situação de não-disciplina ou indisciplina para a de disciplina. O que à luz da teoria dos campos de Pierre Bourdieu só pode ser possível no largo âmbito das relações com outras disciplinas como veremos na próxima secção. Em todo o caso, importa conhecer as dinâmicas desencadeadas nos diversos espaços epistémicos para compreendermos o modo como se opera a atribuição do estatuto epistemológico, conhecer a identidade dos sujeitos que reivindicam a legitimidade de tal atribuição e a fonte da autoridade para o efeito. Recorrendo à etimologia da palavra, estatuto deriva de *statūtum*, particípio passado do verbo transitivo latino *statuō, is, ěre, ūī, statūtum* que significa erguer, fixar, estabelecer, colocar em determinada posição. Por conseguinte, *statūtum* será, no plano semântico, a situação resultante do ato que o verbo significa, isto é, a posição singular ocupada por determinado objeto em relação a outros objetos de acordo com princípios e regras que lhes definem as identidades. Para o efeito importa delimitar o campo semântico do estatuto epistemológico e do estatuto disciplinar. O estatuto epistemológico das disciplinas resulta do processo de categorização do conhecimento que permite distingui-las de outros sentidos possíveis, designadamente o pedagógico e o jurídico<sup>153</sup>, na medida em que pretendemos definir as determinações que identificam a disciplina numa perspetiva conceitual e normativa. Por essa razão, as Literaturas Africanas constituem uma prática social que no âmbito de um estado de crença suscitam um metadiscurso cujo objeto são as formas de conhecimento – conhecimento não proposicional e conhecimento proposicional – constitutivas da relação situada na zona de mediação que vincula essa prática ao sujeito cognoscente. Uma das referidas formas de conhecimento permite produzir e transmitir verdades sobre o universo da instituição literária. Trata-se do conhecimento proposicional que na conceção epistemológica tradicional é definida como crença verdadeira justificada. Mas à luz da conceção veritística da epistemologia social aplicada ao domínio da educação, o

---

<sup>153</sup> Ver capítulo I (I.2).

conhecimento proposicional não é a única forma de conhecimento preexistente que é transmitida como disciplina, pois existem outras formas de conhecimento não proposicional, designadamente as habilidades (*knowing how*), o chamado saber-fazer, o conhecimento de particulares (*knowing of*), o conhecimento de coisas ou conhecimento por familiaridade<sup>154</sup>. O que dá primazia ao conhecimento proposicional (*knowing that*) com o qual se procede a atribuição de verdades é o facto de ser a forma dominante no pensamento das comunidades científicas e no património científico da humanidade por conterem informações constitutivas das disciplinas. Ora, partindo da concepção veritística da epistemologia social, o reconhecimento do estatuto epistemológico das Literaturas Africanas, reunindo esta cumulativamente as condições exigidas ao conhecimento proposicional e ao conhecimento disciplinar, funda-se na necessidade de avaliar a sua dimensão social de acordo com os interesses dos agentes epistémicos e das instituições em que operam. No domínio da prática institucional do ensino da literatura, tais interesses consubstanciam-se nas formações discursivas constituídas sobre o que se transmite. Uma boa prática epistémica não pode ser indiferente aos interesses dos agentes e autoridades epistémicas que intervêm no processo do ensino aprendizagem no espaço epistémico do sistema literário angolano cujas decisões adquirem força vinculativa devido ao exercício vicário da soberania epistemológica de acordo com uma ética aplicada que, no contexto do ensino, procura privilegiar as virtudes comunitárias convalidando o princípio segundo o qual o conhecimento é um bem de primeira necessidade. Neste sentido, a ação das autoridades epistémicas concretiza-se através da construção do currículo e seus conteúdos ao abrigo dos quais se admite a possibilidade de transmissão de diferentes verdades que podem ser intemporais, sem que tal facto se traduza na prática de um ensino intemporal. Deste modo, a transmissão do conhecimento disciplinar sobre a Literatura Africanas enquanto bem implica o ensino de diferentes verdades acerca dela em diferentes tempos e lugares, sendo a verdade uma condição necessária mas não uma condição suficiente. A problematização das condições de verdade e a discussão do conhecimento como um bem mobilizam a reflexão de vários epistemólogos. No universo das controvérsias epistemológicas sobre a concepção tripartida isolamos uma proposta de síntese, um conceito normativo elaborado por Linda Zagzebski,

---

<sup>154</sup> Cf. Cláudio Costa, *Uma Introdução Contemporânea à Filosofia*, São Paulo, Martins Fontes, 2002.

segundo o qual o conhecimento «é o contato cognitivo com a realidade resultante dos atos de virtude intelectual» (1999:183). Ao avaliar a sua proposta de definição, Linda Zagzebski defende que se proceda a articulação do conhecimento como bem à sua verdade, inscrevendo-a numa teoria ética das virtudes.

O conhecimento geralmente não é alcançado através de um simples ato, mas pela combinação dos próprios atos, e também através dos atos dos outros e das circunstâncias cooperativas [...] O facto de nosso conhecimento depender do conhecimento e da virtude intelectual de uma grande quantidade de pessoas em nossa comunidade intelectual, bem como de um universo cooperativo, faz que fique claro que não podemos isolar as condições para o conhecimento em um conjunto de propriedades independentes do conhecedor, muito menos em um conjunto de propriedades sobre os quais o conhecedor tenha controle (*op.cit.*: 183).

Atribuído o estatuto epistemológico, a singularidade de uma disciplina escolar ou académica define-se pelo lugar que ocupa no campo disciplinar, ou seja, na sua interação com outras disciplinas de que pode resultar o estabelecimento de relações de paridade ou hierarquia entre si e relações com os sujeitos que intervêm no referido campo. Da relação com os sujeitos depende a atribuição e aquisição do estatuto disciplinar tendo em conta as cinco condições enunciadas no I capítulo. Vamos eleger como exemplos possíveis os processos de atribuição do estatuto epistemológico e disciplinar às Literaturas Africanas nos espaços epistémicos dos Estados Unidos da América devido às especificidades adquiridas pelos Estudos Literários Africanos nos respectivos universos académicos, tendo em atenção determinados critérios definidores da disciplina, tais como o número de pessoas que se dedicam ao seu estudo, a sua relativa importância no campo científico, a reputação conquistada pela disciplina e a criação de uma organização associativa de carácter científico ou académico. Vinte sete anos após a constituição da *Association of African Studies* (ASA) dos Estados Unidos da América (1957) e quatro passados sobre a data da criação da *Research in African Literatures* (1970), a única revista especializada em Estudos Literários Africanos, viria a ser fundada uma nova associação em dezembro de 1974, a *African Literature Association* (ALA). Até essa data a *Association of African Studies* (ASA), era dominada por

investigadores americanos de origem europeia que revelavam uma total indiferença perante os problemas vividos pelas comunidades negras dos Estados Unidos da América. Tal situação suscitou o afastamento de africanos, afrodescendentes das Caraíbas e afro-americanos. Por essa razão, na sessão inaugural do encontro anual da A.S.A realizado em 1969, na cidade de Montreal, um grupo de investigadores negros americanos assumiram simbolicamente o controlo da tribuna reiterando exigências que tinham sido feitas dois anos antes pela *African Heritage Studies Association*. As agendas de pesquisa da *Association of African Studies* pareciam dominadas por interesses estranhos à África e aos africanos. Nesse contexto, a primeira iniciativa da *African Literature Association* (ALA), foi a realização de um colóquio dedicado ao ensino das Literaturas Africanas que teve lugar na Northwestern University, Illinois, em 1976, a que se seguiu à inauguração da Divisão de Literaturas Africanas da *Modern Language Association* (MLA). Entre as comunicações apresentadas interessa nesta secção destacar a de Bernth Lindfors, em virtude de ter abordado especialmente o problema da disciplinarização das Literaturas Africanas nas universidades norte-americanas. Bernth Lindfors inicia a sua reflexão com uma afirmação categórica segundo a qual nas universidades americanas a «literatura africana» era apenas uma especialidade. Não podia ser considerada disciplina. O seu estatuto parecia imprevisível num futuro próximo. Tratava-se de um campo amorfo que não oferecia aos que a ele se dedicavam um vasto corpus de obras literárias para estudar ou tradições firmadas para o desenvolvimento da investigação. Bernth Lindfors manifestava a mais profunda resignação perante as resistências que encontrava nos meios académicos americanos, no que diz respeito à aceitação do estatuto disciplinar das Literaturas Africanas<sup>155</sup>.

Na década de 80 do século XX, Albert Gérard, o reputado especialista belga de Literaturas Africanas e professor de Literatura Comparada da Universidade de Liège, publicou dois textos cujos títulos são úteis para o presente

---

<sup>155</sup> Nesta medida, Lindfors sustenta: «[...]em alguns dos seus domínios – particularmente as chamadas literaturas vernaculares – escasseiam os mais elementares instrumentos, além das dificuldades que decorrem de uma investigação responsável [...] Enquanto tais deficiências não forem reparadas, as Literaturas Africanas não adquirirão reconhecimento como disciplina humanística autónoma na academia americana. Como investigadores, somos ainda muito jovens e pouco sofisticados para sermos considerados pares pelos nossos colegas» (1995:113). Cf. Bernth Lindfors, *Long Drums & Canons. Teaching and Researching African Literatures*, New Jersey, Africa World Press, 1995.

diagnóstico<sup>156</sup>. Definido que estava o campo de uma nova disciplina académica, Albert Gérard denunciava a inexistência de estudos sobre Literaturas Africanas nos espaços de legitimação académica na Europa e Estados Unidos da América, apesar da circunstancial ausência de académicos africanos e hegemonia de investigadores não-africanos. Para Albert Gérard já se desenhava uma nova fronteira da Literatura Comparada a partir de África<sup>157</sup>. Por sua vez Stephen Arnold considerava que entre 1976 e 1980 as Literaturas Africanas nos Estados Unidos da América tinham alcançado o estatuto de disciplina. Ora, estamos em presença de um exemplo apenas, na medida em que as dinâmicas europeias e norte-americanas não afastam a necessidade de conhecer os processos de desenvolvimento da disciplina em outras partes do mundo. Permitem, no entanto, compreender a tipicidade da institucionalização da disciplina naqueles espaços epistémicos. Portanto, justificase assim que se possa falar de uma assimetria entre as fases em que se analisa a periodização dos Estudos Literários Africanos. Nas Literaturas Africanas a transição da situação de indisciplina ou não-disciplina ao estatuto de disciplina não decorre da mesma forma nos vários espaços epistémicos não-africanos. Isso mesmo é-nos dado a ver pela história institucional do ensino das Literaturas Africanas de que o processo de denominação é um segmento importante. A indefinição do estatuto disciplinar das Literaturas Africanas era a consequência de disputas observadas no campo científico dos Estudos Africanos. A este propósito, V.Y. Mudimbe faz o seguinte comentário: «One could think that African literary criticism grew up not so much as a necessity, nor as an original project within the framework of a scholarly tradition, which interrogates the massiveness of discourses, but rather as a consequence of a process of inventing and organising African Literature» (1985:7). Para Mudimbe as Literaturas Africanas enquanto objecto de estudo e investigação constituem um produto da invenção ocidental.

---

<sup>156</sup> Cf. Albert Gérard, «Birth and Early Growth of a New Branch of Learning», in Albert Gérard (ed.), *European-Language Writing in Sub-Saharan Africa*, Budapest, Akademiai Kiadó, 1986, pp. 1239-1257; e Albert Gérard, «Is Anything Wrong with African Literary Studies?» in *Contexts of African Literature*, Amsterdam-Atlanta, Rodopi, 1990, pp. 159-169.

<sup>157</sup> Cf. Albert Gérard, «New Frontier for Comparative Literature: Africa», in *Contexts of African Literature*, Amsterdam-Atlanta, Rodopi, 1990, pp. 71-77; Stephen Arnold, «African Literary Studies: Profile and Guide to a New Discipline», in Donald I. Ray, Peter Shinnie e Denovan Williams (ed.), *Into the 80's. The Proceedings of the Eleventh Annual Conference of the Canadian Association of African Studies*, Vol. II, 1981, pp. 128-149; in Stephen Arnold, «African Literary Studies: The Emergence of a New Discipline», in Stephen Arnold (ed.), *African Literature Studies: The Present State/L'État Présent*, Three Continents Press, 1985, pp. 47-68.



Na verdade, apesar da centenária tradição «africanista» fortemente influenciada pelo «orientalismo» britânico que remonta às primeiras décadas do século XX, as Literaturas Africanas em França até à década de 80 do século passado não tinham alcançado o estatuto disciplinar. Para Bernard Mouralis, a existência de atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas em algumas universidades não dissimulavam a ausência do seu reconhecimento como disciplina. Às Literaturas Africanas reservava-se um lugar marginal, mantendo uma relação de dependência relativamente às disciplinas com dignidade institucional. Se o estudo das literaturas orais africanas nas universidades francesas ocorria no âmbito de disciplinas como a etnologia ou a linguística africana, as Literaturas Africanas em línguas europeias não tinham melhor sorte, tal como observa Mouralis:.

Cette marginalité apparaît en particulier dans le caractère d'option ou de spécialité généralement conféré à ces enseignements, quand ils existent, et dans leur introduction tardive dans les cursus universitaires, au niveau de la maîtrise ou du D.E.A pour la préparation desquels les étudiants manquent d'une formation préalable qu'il aurait été souhaitable de dispenser en amont et, si possible, dès la première année de D.E.U.G. Elle apparaît également dans le nombre limité d'universitaires français qui consacrent une thèse de troisième cycle et, à plus forte raison, une thèse d'État, à un sujet concernant les littératures africaines. Tout se passe en somme comme si pareille entreprise avait quelque chose d'incongru ou de périlleux (Mouralis, 1985:449).

Podemos concluir semelhante marginalização ocorre particularmente naquelas transições que caracterizam a aquisição do estatuto disciplinar nas quais as Literaturas Africanas, enquanto lugares epistémicos, encontram-se de igual modo no centro de disputas que mobilizam as comunidades académicas e os seus membros através de processos de reconhecimento, atribuição de identidades, posições e relações de proximidade. Tudo isso configura um universo mais complexo que corresponde à condição institucional da literatura e à legitimação no campo dos Estudos Literários Africanos. Num artigo publicado na *Research in African Literatures*<sup>158</sup>, Biodun Jeyifo sintetiza os debates sobre a questão crucial da

---

<sup>158</sup> Cf. Biodun Jeyifo, «The Nature of Things: Arrested Decolonization and Critical Theory», *Research in African Literatures*, vol.21:2, spring, 1990, pp. 33-48.

«emergência das Literaturas Africanas como disciplina», constatando que os referidos debates são «subteorizados ou caracterizados como sendo um espaço discursivo não teorizável do ponto de vista ontológico, carregado de mistérios que se encontram supostamente na natureza das coisas» (1990:35). Para Biodun Jeyifo a «natureza das coisas» é uma expressão irónica cujo sentido decorre da relação desigual em matéria de poder e privilégios entre investigadores e críticos africanos, de um lado, e não-africanos, de outro lado. O que redundará na aceitação da dicotomia dos espaços epistémicos e identificação do «grande paradoxo» em que estão mergulhadas as Literaturas Africanas. Trata-se do paradoxo da descolonização dos Estudos Literários Africanos que Biodun Jeyifo analisa nos seguintes termos: «historic de-colonization having initially enabled the curricular legitimation of African literary study in African universities and schools, the equally historic arrest of de-colonization has swung the centre of gravity of African literary study away from Africa to Europe and America» (*Id.*:40). Segundo Jeyifo o real perigo na dicotomização dos dois campos reside na forma problemática de estabelecer agendas de pesquisa e suas respectivas perceções especialmente no que concerne à respeitabilidade e legitimidade disciplinar dos Estudos Literários Africanos nos chamados «países desenvolvidos» (*op.cit.*:44).

Portanto, continua a revelar-se necessário determinar os vários níveis em que se analisa o estatuto disciplinar: o epistémico, o científico, o pedagógico e o social.

### III.4. Estrutura e posições no campo disciplinar

Campo literário e campo disciplinar.-Estrutura do campo disciplinar.-  
Campo disciplinar interno.-Campo disciplinar externo.- Tensões e posições.-

Entendemos que à luz do princípio da disciplina tal como é formulado por Michel Foucault<sup>159</sup> e da teoria dos campos de Pierre Bourdieu<sup>160</sup> torna-se possível desencadear uma reflexão sobre o mapa do campo disciplinar das Literaturas Africanas cuja estrutura é dominada pelas forças e relações que disputam a distribuição do capital específico acumulado. Nesta cartografia perpassa uma desigual correlação de forças observável no domínio dos Estudos Literários Africanos, num desequilíbrio favorável para os sujeitos do espaço epistémico não-africano, perceptível na voz de Albert Gérard quando reivindicava o direito de intervenção dos europeus e americanos fundado na presunção de impotência da «elite intelectual africana». Em 1964, Albert Gérard<sup>161</sup> afirmava categoricamente essa inevitabilidade devido ao carácter urgente e esmagador das tarefas, estigmatizando os intelectuais africanos cujas análises teóricas seriam suspeitas devido às necessidades impostas pelo fenómeno psicanalítico da compensação que lhes retirava o valor científico. De um modo geral, semelhante espírito paternalista caracteriza ainda hoje o discurso argumentativo ocidental impulsionado pela doutrina do «publish-or-perish» e o método do «peer-review» (Zeleza, 1997:49). No seu diagnóstico sobre as desigualdades existentes na «produção africanista do conhecimento», Paul Tiyambe Zeleza expõe o problema da marginalidade do conhecimento africano no sistema intelectual africanista que tem os seus fundamentos na ordem epistemológica ocidental e na cultura académica movida por uma ética implacável (*Id.*:78). A motivação profunda de Albert Gérard consiste aí em reduzir a África em mero objeto de estudo, desprovido de agentes epistémicos, justificando-se assim a a fungibilidade do poder de definição como se a soberania

---

<sup>159</sup> Na secção 1.2 abordámos os universos do conceito de disciplina seguindo de perto o pensamento de Michel Foucault. Cf. Michel Foucault, *L'Ordre du Discours*, Paris, Gallimard, 1971.

<sup>160</sup> Cf. Pierre Bourdieu, *Les Règles de L'Art. Genèse et Structure du Champ Littéraire* Lisboa, Editorial Presença, 1996; Pierre Bourdieu, *Para uma Sociologia da Ciência*, Lisboa, Edições 70, 2004.

<sup>161</sup> Albert Gérard, *Études de Littérature Africaine Francophone*, Dakar/Abidjan, Les Nouvelles Éditions Africaines, 1977. O referido texto foi inicialmente publicado no Bulletin des Séances de l'Académie Royale des Sciences d'Outre Mer.

epistemológica fosse verdadeiramente suscetível de alienação. São paradoxos africanistas como estes que povoam a paisagem dos espaços epistémicos africanos e não-africanos, manifestando-se em atitudes contraditórias através das quais se reivindica uma legitimidade epistemológica, tal como faz Albert Gérard:

Le fait que l'étude scientifique des nouvelles littératures africaines ait commencé dans les universités d'Afrique et dans les Centres d'études africaines des universités américaines, ne signifie nullement que leur intérêt soi limite aux Africains et aux africanistes (*op.cit.*:13).

[...]

La naissance des littératures néo-africaines est avant tout un phénomène littéraire, qui soulève des problèmes d'ordre littéraire. Sous l'angle de la critique, il serait insultant de porter des jugements esthétiques sur les écrivains africains en se basant sur d'autres critères que ceux qui sont généralement utilisés pour les oeuvres de la littérature universelle (*Ibid.*).

Estamos perante duas expressões representativas da tensão que palpita em muitos dos *discipline-builders* no espaço epistémico não-africano. Em primeiro lugar, a referência ao momento fundacional dos Estudos Literários Africanos, um acontecimento que tem lugar em África. Em segundo lugar, a qualificação negativa de uma presumível aplicação de critérios «universais» ao estudo e análise das obras literárias africanas.

Ora, abordado a problema da denominação, a atribuição de estatuto e o reconhecimento disciplinar das Literaturas Africanas, na secção anterior, em seguida orientaremos o foco para a sua fenomenologia visando o aprofundamento de questões respeitantes ao campo disciplinar na sua totalidade em obediência à lógica da disciplinarização e do funcionamento do campo científico. O princípio da disciplina formulado por Michel Foucault permite determinar o exercício do controlo sobre a produção do discurso científico, fixando os limites do seu território donde emergem disciplinas académicas como as Literaturas Africanas. Mas a noção de campo disciplinar com que operamos distingue-se da noção vizinha de campo literário. Do ponto de vista sociológico, Pierre Bourdieu tratou especialmente dos referidos conceitos em duas ocasiões. A problematização do campo literário ocorreu em 1992 quando publicou *Les Règles de L'Art.Genèse et Structure du Champ Littéraire*. Por sua vez, o campo disciplinar mereceu atenção em 2001 com

a publicação de *Science de la Science et Reflexivité* que colige as lições proferidas no Collège de France. Para Pierre Bourdieu o campo, enquanto conceito paradigmático da teoria entendido como microcosmo do macrocosmo social, obedece a uma topologia de forças e de lutas simbólicas para transformar as relações de forças que se submetem aos princípios da visão e da divisão. Com efeito, o estudo do campo literário tem sido aquele que mais interesse suscita por parte das comunidades científicas que se dedicam aos Estudos Literários Africanos. Durante a última década do século XX foram publicados alguns livros<sup>162</sup> e artigos<sup>163</sup> que abordam a matéria. Tanto quanto julgamos saber, a análise do campo disciplinar das Literaturas Africanas não tem sido tão afortunada. Nesta medida a orientação que preside a nossa pesquisa concentra a focagem no campo científico disciplinar, afastando-se dos limites do campo literário. Por isso, as premissas que sustentam o argumento de David K. N'goran no livro em que esboça uma teoria do campo literário africano não podiam esgotar a problematização do tema, pois não é este o seu escopo principal. A descrição das propriedades gerais e propriedades específicas do campo literário, bem como a historicização da produção literária africana dos países de língua francesa, deixa intacto um vasto espaço ocupado pelos sistemas literários de outros países africanos e por sujeitos que neles lutam pelo controlo performativo dos regimes de verdade e cujas dinâmicas internas interessa compreender. Por essa razão, pretendemos iluminar o lugar que ocupam o ensino e a investigação na inserção das Literaturas Africanas no mapa das disciplinas humanísticas.

Se tivermos em atenção a teoria de Pierre Bourdieu (2004:92) segundo a qual o campo científico pode ser descrito como um conjunto de disciplinas ou campos locais que ocupam posições num espaço hierarquizado de disciplinas de acordo com interesses e princípios mínimos comuns, é possível determinar a existência de cinco propriedades do campo disciplinar ou científico das Literaturas

---

<sup>162</sup> János Riesz e Alain Ricard (ed.). *Le Champ Littéraire Togolais*, Bayreuth, Bayreuth University, 1992; Romuald Fonkoua e Pierre Halen (ed.). *Les Champs Littéraires Africains*, Paris, Karthala, 2001; Prosper Deh (ed.), *La Littérature Africaine: à la Croisée des Chemins*, Yaoundé, CLE, 2001; David K. N'goran, *Le Champ Littéraire Africain. Essai pour une Théorie*, Paris, L'Harmattan, 2009; Germain-Arsène Kadi, *Le Champ Littéraire Africain depuis 1960. Roman, Écrivains et Société Ivoiriens*, Paris, L'Harmattan, 2010.

<sup>163</sup> Charles Djungu-Simba, «L'Institution Littéraire au Congo/Zaïre: le Cas de Mudimbe», in Mukala Kadima Nzuji e Sélom Komlan Gbanou (ed.), *L'Afrique au Miroir des Littératures, des Sciences de L'Homme et de la Société (Mélanges offerts à V.Y. Mudimbe)*, Paris, L'Harmattan/A.M.L Éditions, 2002

Africanas: a) a estabilidade e o reconhecimento académico da disciplina; b) a existência de agentes (escritores, professores e críticos literários) detentores de capital simbólico e capital científico; c) a disciplina enquanto sujeito coletivo que detém posições do espaço hierarquizado de outras disciplinas literárias como as literaturas europeias; d) a posição estratégica das instâncias estrangeiras de legitimação e consagração; e) a conflitualidade epistemológica em que a desigual distribuição do capital científico condiciona o exercício do monopólio do poder de definição.

Aplicado às Literaturas Africanas, o conceito de campo disciplinar delimita um território ocupado, de um lado, por escritores, professores, investigadores e críticos literários, de outro lado, por instâncias de legitimação e consagração académica, isto é, universidades e publicações especializadas, enquanto agentes epistémicos que operam com um determinado conjunto de objetos, métodos, definições, regras e teleologias fundadas na busca da verdade. A discussão sobre as duas últimas propriedades do campo disciplinar pode iluminar o itinerário que nos conduz às restantes. Enquanto espaço de conflitos, o campo disciplinar das Literaturas Africanas permite identificar no seu interior dois subcampos de disputas científicas: o campo disciplinar interno e o campo disciplinar externo. Apesar da natureza difusa das suas fronteiras, ambos os subcampos reproduzem a estrutura e as propriedades do campo disciplinar, residindo a sua diferença na temporalidade da sua formação. O campo disciplinar externo é aquele que se consolida no espaço epistémico não-africano, após a institucionalização das Literaturas Africanas como disciplina académica fora do continente africano. O campo disciplinar interno constitui-se durante a primeira fase do período disciplinar com a formação da primeira geração de professores, investigadores e críticos literários africanos.

Em 1966, ao proceder a análise dos agentes e das posições que integram os dois campos disciplinares, Mohamadou Kane identificava duas «escolas de pensamento». A primeira integrada por investigadores europeus que encaravam com otimismo o crescente aumento do público leitor europeu, destinatário privilegiado das Literaturas Africanas. A segunda encontrava seus defensores entre os críticos africanos ávidos de renovação, fazendo apelo à autenticidade e à eficácia perante a ameaça de crise e falência (Kane, 1966:9-10)<sup>164</sup>. Segundo Noureini

---

<sup>164</sup>Cf. Mohamadou Kane, «L'écrivain africain et son public», in *Présence Africaine*, n° 58, 1966, pp.8-31.

Tidjani Serpos (1996:78), os agentes do segundo grupo constituem uma elite universitária que se vai confrontar com condicionalismos diversos. O primeiro condicionalismo é de ordem institucional, pois, até aí eram quase inexistentes os departamentos de línguas europeias ou línguas africanas. Além disso, no período pré-disciplinar o corpo docente das universidades africanas era constituído basicamente por cooperantes estrangeiros, alguns dos quais sem formação especializada e sem conhecimento das realidades do continente africano. O segundo condicionalismo diz respeito à atividade editorial em que as posições estratégicas eram dominadas por editoras estrangeiras. O terceiro condicionalismo releva da origem ocidental das teorias e metodologias literárias que sustentavam o discurso crítico.

Nesta medida, a conflitualidade epistemológica tem início no período disciplinar, sem prejuízo da experiência acumulada no período pré-disciplinar. Em 1963, por ocasião das conferências de Dakar e Fourah Bay College adivinhava-se já o tipo de querelas que seriam desencadeadas nas décadas seguintes. O registo dos debates da conferência de Fourah Bay College já permitem perceber a tensão que opõe os críticos africanos aos não-africanos. Ao debruçar-se sobre os «problemas académicos e as técnicas do discurso crítico» e antecipando-se aos juízos de valor que viriam a ser enunciados por críticos e investigadores ocidentais, o professor universitário e crítico literário serraleonense Eldred Jones, afirmava:

As soon as we start thinking about African literature in English or French for that matter, we soon realise that the readership is not mainly African. The publishers who decide what shall or shall not be published mostly live and work outside the environment which produced the literature. The majority of the critics also live outside the home of these works. Thus the standing of African writers has largely been determined outside Africa. This had led to assessments which almost frighten many intelligent African readers, among whom the standing of Tutuola, for instance, must be rather lower than the excessive praise heaped on him outside Africa would seem to indicate.

Of course, non-Africans are fully entitled to participate in the criticism of literature of Africa, and they should and will make their views known. But when the main critical voices are non-African there is a danger that the writers may come to emphasise the values which they think their foreign

readership demands. This could lead to an expatriate literature produced by Africans, and to false artistic values.

It is the task of African universities to stimulate a discerning readership for African literature. This is only met by including works by African writers in specialist syllabuses (Jones, 1965:89-90).

Eldred Jones refutava as objeções formuladas por Dorothy Blair, quando esta se propunha abordar as «Literaturas Africanas no ensino universitário» na conferência de Dakar. Para Dorothy Blair eram infundados os juízos de valor acerca da incapacidade dos professores não-africanos pelas razões invocadas.

On the reply to these two objections – to these two questions rather – will depend in the first instance all possibility of discussion on the place of Negro-African literature in the non-African universities.

In the very first place let me say that our presence here, the presence of so many non-African university folk, ought to constitute an unanswerable refutation to these objections [...].

Obviously I can apply only the canons of aesthetics to which I am accustomed by reason of my philological studies, or indeed of my European cultural roots. May that not be held against me! Personally, I can't see any harm in this provided that one accepts [...] a certain universality of aesthetics, based on truth, or rather on certain truths that are applicable to any culture [...] (Blair, 1965:75-76).

A argumentação de Dorothy Blair tem o seu fundamento na universalidade dos valores estéticos veiculados através de cânones literários europeus. Esta perspetiva colide com a de Eldred Jones que, apontando os aspetos que relevam das enunciadas propriedades do campo disciplinar das Literaturas Africanas, recusa o carácter injuntivo dos valores e metodologias ocidentais em estratégias empreendidas por professores e críticos literários africanos. Reconhecendo a posição tendencialmente dominante dos pares estrangeiros devido ao controlo das instâncias de legitimação e consagração das Literaturas Africanas, Eldred Jones refere os perigos que a avaliação das obras de escritores africanos destinada a públicos não-africanos, a partir de padrões e critérios estéticos estrangeiros, pode representar para a reprodução cultural das Literaturas Africanas. Por essa razão,



nessa fase inaugural do período disciplinar, Eldred Jones defendia o papel que devia ser desempenhado pelas universidades africanas.

Parece haver uma insanável polarização entre as posições de críticos e professores africanos e não-africanos, reivindicando os primeiros o monopólio do discurso crítico legítimo. Com efeito, as correntes que fazem a apologia dessa primazia são bem mais antigas. Elas remontam aos anos dos Congressos de Escritores Negros de Roma e de Paris. E ao longo das décadas de 60 e 70 do século XX, o debate manteve o seu núcleo central: o problema da validade universal das epistemologias ocidentais. Relativamente ao insidioso caráter universal dos cânones literários e valores estéticos a que Dorothy Blair faz referência, Abiola Irele colocava algumas reservas perante a ideia subjacente segundo a qual o universal é sinónimo de ocidental, pois o geral e o universal não podem ser alcançados sem a travessia do local e do concreto (1971:16). No mesmo sentido está Chinua Achebe quando denuncia aquilo a que chama «crítica colonialista», exigindo que a palavra «universal» seja banida dos debates sobre as Literaturas Africanas até que deixe de ser usada como sinónimo de paroquialismo estreito e interesses de conveniência da Europa, alargando-se o seu horizonte ao mundo inteiro (1987:52).

Num artigo publicado em 1969, na revista *Présence Africaine*, Joseph Okpaku distinguia o alcance e os limites da intervenção das duas críticas. Observava que «o primado da crítica das artes africanas deve ser conferido aos africanos fazendo uso de padrões africanos», sendo «diferente o papel do crítico ocidental» cuja única atividade válida consiste em interpretar as Literaturas Africanas e outras artes para audiências ocidentais<sup>165</sup>. Na mesma linha colocava-se Thomas Melone, quando em 1970 considerava que a revisão teórica e metodológica era um imperativo, bem como a restituição ao povo do privilégio de que fora detentor durante os tempos imemoriais, na medida em que na tradição residia a base da crítica artística e literária tal como o povo a exercitava<sup>166</sup>. Semelhantes posições vêm plasmadas na revista *African Literature Today*, especialmente no seu número dedicado à crítica (*Focus on Criticism*) em cujo editorial Eldred Jones reiterava a tese do primado da crítica do campo disciplinar interno. Observava que as

---

<sup>165</sup> Joseph Okpaku, «Tradition, Culture and Criticism», *Présence Africaine*, 70, 2º trimestre, 1969, pp.137-146.

<sup>166</sup> Thomas Melone, «La critique littéraire et les problèmes du langage: point de vue d'un Africain», *Présence Africaine*, nº73, 1º trimestre 1970, pp.3-19.

Literaturas Africanas apresentavam uma importância capital para os africanos e sobre esta matéria naturalmente esperava-se dos críticos africanos abordagens mais substantivas<sup>167</sup>. Em texto inserido na revista *African Literature Today*, Solomon Ogbede Iyasere, demarca-se de tais argumentos. E sustenta que «não é por sermos africanos que as nossas explicações serão melhores que as do crítico não-africano» (1975:20-27). Ele reagia ao requisitório produzido por Ernest Emenyonu contra o crítico americano Bernth Lindfors. Solomon Ogbede Iyasere condena Emenyonu pelo procedimento que adota perante a necessidade de distinguir a arte da realidade, a representação artística da reprodução fotográfica<sup>168</sup>.

Todavia, essa conflitualidade entre críticos africanos e não-africanos não parece ser apenas uma «deslocada hostilidade», como diz Solomon Ogbede Iyasere. Para Dan S.Izevbaye o recurso aos conceitos, padrões e critérios críticos africanos não é uma rejeição dos métodos estabelecidos dos estudos literários como o estruturalismo, neo-aristotelismo e outros, mas uma rejeição das entrincheiradas formas de pensamento que perpetuam a acumulação de atitudes em relação a África<sup>169</sup>. Todavia, importa referir as razões invocadas pelos críticos não-africanos quando revelam a ineficácia dos instrumentos metodológicos utilizados. A este propósito, Edgar Wright, então professor de Humanidades no Canadá, considerava que o crítico ocidental dedicado ao estudo das modernas Literaturas Africanas enfrenta duas grandes obstruções: a primeira reside em saber se qualquer teoria geral pode funcionar, quando aplicada no contexto de uma cultura completamente diferente daquela que constitui o seu suporte material; a segunda relaciona-se com o público leitor e a intencionalidade do autor<sup>170</sup>.

Na verdade, um das mais expressivas polémicas opondo críticos literários africanos a não-africanos está registada nas páginas da revista *African Literature Today*. Trava-se entre Ernest Emenyonu, professor nigeriano da Universidade de Wisconsin e Bernth Lindfors, professor americano da Universidade do Texas.

---

<sup>167</sup> Eldred Jones, *African Literature Today* (Editorial), nº7, 1975.

<sup>168</sup> Cf. Solomon Ogbede Iyasere, «African Critics on African Literature: A study in misplaced hostility», in *African Literature Today (Focus on Criticism)*, London, Heinemann, 1975, nº7, pp.20-27.

<sup>169</sup> Cf. D.S., Izevbaye, «The State of Criticism in African Literature», pp.1-19, in Eldred Durosimi Jones, (ed.), *African Literature Today*, nº5, London/Ibadan/Nairobi, Heinemann Educational Books, 1975.

<sup>170</sup> Cf. Edgar Wright, «Critical Procedures and the Evaluation of African Literature», in Edgar Wright (ed.), *The Critical Evaluation of African Literature*, London, Heinemann, 1978, p.8

Ernest Emenyonu avalia de um modo geral o comportamento típico dos críticos europeus e americanos, autolegitimados como juízes das Literaturas Africanas, mas que pouco ou nada conhecem das suas raízes, isto é, da literatura oral em África (1971:2). Elege como exemplo o discurso crítico produzido por Bernth Lindfors em exercícios de leitura de obras escritas em língua inglesa de autores africanos como Ciprian Ekwensi. Para Ernest Emenyonu, Bernth Lindfors é apenas «um representante do tipo de crítico ocidental» (*Id.*:8).

What may Western critics issue on African Literature is a reflection of a profound lack of knowledge about African cultural traditions coupled with an ignorance of the existence, nature and depth of the heritage of African oral literature. In most cases some vague literary background or a landing on an African soil has not been enough to correct this intellectual imbalance.

In spite of some of the consequently unsound views expressed by such critics, African literature has its roots in Africa and is neither an appendage to French or British literature nor yet an African replica of popular Western authors. It should be looked at objectively or not at all.

All this is not to say that African critics are setting themselves up to be the judges here qualified to assess the works of African authors. But perhaps they may be more disposed to offer their views on an African work in order to help the reader towards gaining a proper perspective of the author and the realities of his work (*op.cit.*: 10).

As críticas assacadas por Ernest Emenyonu aos críticos ocidentais soam igualmente como um vibrante apelo, no que diz respeito à necessidade de se aprofundar a discussão acerca da apreciação estética das textualidades literárias africanas, evitando-se o espetro e as sequelas de uma avaliação dependente dos padrões matriciais europeus e americanos. Para Bernth Lindfors os argumentos de Ernest Emenyonu conduzem a um sentimento de xenofobia que se escora em duas conclusões: 1) qualquer não-africano que criticar uma obra literária inscrita no contexto da África atual é um primitivista sem imaginação com o coração na selva; 2) qualquer não-africano que procure identificar traços da influência ocidental no romance africano, peça dramática ou poema é um racista inveterado incapaz de

explicar a criatividade literária africana<sup>171</sup>. Apesar disso, Bernth Lindfors admite que debates dessa natureza são necessários para corrigir erros, mas igualmente para clarificar pontos de vista em conflito, justificando-se o exercício da metacrítica útil para uma interpretação nova e original.

Portanto, as controvérsias sobre crítica das Literaturas Africanas exprimem as tensões latentes no campo disciplinar e constituem pontos de referência do processo de formação de padrões e critérios de apreciação estética. Nesta medida, torna-se relevante determinar o lugar ocupado pelos africanos na estrutura do campo disciplinar, tendo em vista a cartografia das ruturas e continuidades. Ao desafio respondeu Rand Bishop quando procedeu ao estudo da «crítica dos africanos» no segmento temporal que se estende entre 1947 e 1966. O seu principal objetivo é sustentado pelo seguinte argumento:

Tied as it is to concrete examples available to all, applied criticism is what finally provides the common touchstones through which the critic can best communicate the rudiments of his or her aesthetic to another. It is hoped that by attempting to identify some of the the touchstones chosen from African literature by African critics, and reasons for them, the Western critic – and perhaps even the African – will have clearer understanding of the cultural context of African literature through African eyes, certainly, but he or she will no longer be able to judge African literature as though no standards other than his or her own exist (1988:14).

Não é sem razão que Rand Bishop<sup>172</sup> considera que uma história da crítica literária em África como a que propõe, não deixa incólumes os seus leitores. Para Rand Bishop o estudo realizado permitiu responder à pergunta: «Que padrões/critérios usaram os africanos para avaliar as Literaturas Africanas durante as duas décadas que seguiram à Segunda Guerra Mundial?». Em nosso entender, fazendo apelo ao princípio da caridade e do respeito, Bishop afirma que «os críticos ocidentais devem aceitar a soberania dos críticos africanos e dos padrões críticos que usam». Por outro lado, «os críticos africanos devem aceitar a soberania das respostas à segunda pergunta: Com que padrões os críticos ocidentais avaliam as

---

<sup>171</sup> Bernth Lindfors, «The Blind Men and the Elephant», in Eldred Durosimi Jones (ed.), *African Literary Today*, nº7, 1975, pp.53-64.

<sup>172</sup> Cf. Rand Bishop, *African Literatures, African Standards. The Forming of the Critical Standards, 1947-1966*, Connecticut, Greenwood Press, 1988.

Literaturas Africanas?» (*op.cit.*:179). Com efeito, duas décadas após o período que se seguiu ao *terminus ad quam* do estudo de Rand Bishop, a produção crítica e teórica registava um aumento significativo como se pode confirmar através dos inventários bibliográficos publicados ou trabalhos enciclopédicos de história das Literaturas Africanas<sup>173</sup>.

Um dos marcos incontornáveis da crítica literária em África é o colóquio de Yaoundé realizado em 1973 pela Universidade dos Camarões e pela Sociedade Africana de Cultura para debater o tema: *O crítico africano e o seu povo como produtor de civilização*, sob a orientação do seguinte argumento:

Cada sociedade tem as suas normas de apreciação. Estas são parte integrante da sua ética da vida.

As correntes externas, por mais generosas que sejam, não podem substituir o esforço pessoal de pesquisa e de confrontação que apenas permite esclarecer os juízos no contexto específico de uma civilização [...]

Quem poderá melhor do que os criadores africanos apreciar a necessidade de sentir a condição do seu povo ou indicar aos escritores a via a seguir, os obstáculos a evitar? Trata-se de integrar o criador africano na vida da sua civilização e de libertá-lo da dominação excessiva do Ocidente (1977:17).

Este é um dos postulados básicos do evento que durante quatro dias reuniu cerca de cinquenta especialistas das Literaturas Africanas, entre os quais alguns europeus e americanos. Em síntese, na publicação<sup>174</sup> que colige as comunicações apresentadas ao colóquio, elas agrupam-se em três eixos, nomeadamente: *Teoria: o povo e a atividade crítica; Doutrina: o crítico em África; Pedagogia: crítica e comunicação*, tendo os debates conduzido a recomendações temáticas de carácter normativo, à semelhança do que acontecera no II Congresso de Escritores e Artistas Negros de 1959. No primeiro grupo, destacam-se as definições do que se entende por crítica e povo. Por povo entende-se «a comunidade que partilha a mesma

---

<sup>173</sup> Ver por exemplo: Hans M.Zell, Carol Bundy e Virginia Coulon (ed.). *A New Reader's Guide to African Literature*, New York, Africana Publishing Company, 1983; Douglas Killam e Ruth Rowe (ed.), *The Companion to African Literatures*, Oxford, James Currey, 2010; Francis Abiola Irele, e Simon Gikandi, (ed.), (2004), *The Cambridge History of African and Caribbean Literature*, 2 volumes, Cambridge, Cambridge University Press; Albert Gérard (ed.), (1986), *European-Language Writing in Sub-Saharan Africa*, 2 volumes, Budapest, Akadémiai Kiadó.

<sup>174</sup> Société Africaine de Culture (org.), *Le Critique Africain et son Peuple comme Producteur de Civilization*, Paris, Présence Africaine, 1977.

cultura, usando línguas comuns que realizam as funções de referência». A crítica é entendida como uma atividade de reflexão cujo objeto é a criação artística, uma ciência visa explicar a produção cultural e sua difusão, reflexo de uma visão coletiva do mundo e em particular da uma estética de que o sujeito é povo. São apontadas duas condições necessárias à emergência e difusão da atividade crítica: condições políticas, no âmbito das quais se considera a liberdade de expressão e a democratização da informação; condições técnicas que englobam as modalidades do discurso crítico, as tendências da crítica tradicional e moderna, além da sua dimensão ideológica. Estas condições convalidam a necessidade de autonomização efetiva da crítica e a constituição do seu objeto. De resto, o exercício efetivo do discurso integra igualmente esse objeto. No segundo grupo sublinha-se a inseparabilidade da crítica de outros domínios como a educação e a comunicação, sendo a problemática linguística o elemento de conexão e solidariedade contínua. Recomendava-se o uso das línguas nacionais como necessidade imperiosa e a adoção de «uma política sistemática de formação de linguistas africanos [...]» bem como «a multiplicação e desenvolvimento de editoras africanas que assumam a responsabilidade de publicar obras interuniversitárias por serem indispensáveis para o renascimento cultural do continente. No terceiro grupo, as conclusões visavam completar algumas definições fornecidas no primeiro. A obra literária no contexto das Literaturas Africanas foi definida como «um discurso oral ou escrito organizado exprimindo uma visão do mundo numa perspetiva estética». Em sentido amplo, a crítica é analisada enquanto reação de um indivíduo ou de um público diante de uma obra literária, sendo por isso compatível com o pluralismo. Atribuem-se determinadas funções ao crítico africano. A tarefa primordial que lhe é conferida reside na formação de formadores nos vários níveis de ensino e no quadro de programas de animação cultural. O crítico deve contribuir de modo permanente para a promoção do espírito criador, entendendo-se que qualquer ato de promover a leitura visa uma multiplicação das atividades criadoras (1977:538-544).

O colóquio de Yaoundé constitui um dos importantes pontos de referência das reflexões metacríticas africanas na década de 70 do século XX<sup>175</sup>. Para Noureini

---

<sup>175</sup> Quanto a nós, merecem especial atenção algumas comunicações apresentadas que se distinguem pela lucidez e focagem inovadora: M.aM.Ngal «O artista africano: tradição, crítica e liberdade criadora»; Pierre Ngijol «A crítica literária africana na literatura tradicional oral»; Nguessan Kotchy e H.Memel-Foté «A crítica na África tradicional»; Noureini Tidjani-Serpos «A crítica africana: os critérios de receção»; Mohamadou Kane «Sobre a crítica da literatura africana moderna».

Tidjani-Serpos a realização deste colóquio, desde logo no capítulo das Literaturas Africanas em línguas europeias, revelava-se necessário por diversas razões. Em primeiro lugar, a tendencial hegemonia do discurso ocidental com o seu logocentrismo cultural estava condenado ao fracasso em virtude de não possuir os instrumentos críticos operatórios úteis ao processo de legitimação ou consagração das obras literárias, apesar do controlo que detém sobre os meios de comunicação. Em segundo lugar, a aplicação cega das metodologias dominantes na Europa e nos Estados Unidos, devido ao peso esmagador da formação ocidental dos críticos africanos, transforma a crítica literária africana em cópia pálida do discurso crítico ocidental. Em terceiro lugar, os presumíveis especialistas ocidentais das Literaturas Africanas são geralmente cooperantes que após curtas passagens por alguns países africanos publicam alguns artigos sobre autores africanos, sem conhecer as relações que se tecem entre a obra, o seu autor, bem como os nexos que a obra revela e o tipo de discurso através do qual se constrói o universo africano. Por outro lado, os problemas suscitados pela crítica das literaturas orais forneciam outras razões para sustentar a necessidade da realização do colóquio, tais como as questões atinentes à aplicação do modelo genológico das literaturas ocidentais (1987:30-31).

No colóquio de Yaoundé foi proposta a criação de uma Associação de Críticos Literários Africanos cujo congresso constitutivo viria a ter lugar no campus universitário de Lubumbashi, República Democrática do Congo, de 24 a 27 de março de 1975, tendo aprovado os respetivos estatutos. Podiam ser admitidos como membros africanos que pela sua obra se propusessem alcançar os objetivos definidos nos estatutos e não-africanos que se interessassem pela vida literária e artística do continente africano. No editorial do *Bulletin de Liaison*, lia-se:

Uma das particularidades essenciais da Associação é de não representar uma escola no sentido habitual e clássico do termo: ela não será chamada a legiferar em nome de uma doutrina rigorosa, a pronunciar anátemas em seu nome nem a engalanar este ou aquele crítico por sua maior ou menor fidelidade ao dogma da Associação<sup>176</sup>.

Durante o congresso foi tomada a decisão de criar um *Bulletin de Liaison* para impulsionar o intercâmbio e a cooperação entre os seus membros, além de uma

---

<sup>176</sup> Cf. Locha Mateso, *La Littérature Africaine et sa Critique*, Paris, ACCT/Karthala, 1986, p.143.

revista denominada *Critique Africaine* com a qual seria inaugurada a tão necessária «reflexão plural» sobre as obras africanas<sup>177</sup>. Segundo Locha Mateso, as propostas de Yaoundé e de Lubumbashi viriam a ser adotadas em 1977, no colóquio «Civilização Negra e Literatura», organizado em Lagos, Nigéria, no âmbito do Festival Mondial de Artes e Culturas Negras, onde foi solenemente manifestada a vontade de «fornecer fundamentos originais à nova crítica africana»<sup>178</sup>. Para Locha Mateso isto significava que a aplicação de uma linguagem crítica requeria dos críticos africanos o abandono de uma metodologia alienante, não podendo tal ato de libertação ceder lugar à construção de um sistema totalitário assente na imposição de modelos teóricos ou tentativa de providenciar uma espécie de deontologia da crítica africana (*Ibid.*). Ora, se o regime recomendável no domínio dos estudos literários é o pluralismo teórico e metodológico, o argumento da inadmissibilidade de uma ética aplicada à crítica das Literaturas Africanas não parece consistente, na medida em que a análise aqui empreendida desvenda o imperativo de uma «ética mínima». De resto, as interrogações formuladas por Locha Mateso acerca da possibilidade de uma rutura epistemológica que se produz no discurso crítico sobre as Literaturas Africanas, não pode ocorrer num vazio ético. Ao examinar as propostas de «inflexão metodológica» que exprimem a recusa da tradição crítica ocidental, Locha Mateso identifica dois modelos: o linguístico e o tradicional. No primeiro, inscrevem-se os trabalhos de Bernard Zadi Zaourou, Jean-Pierre Makouta Mboukou e Makhily Gassama. Do segundo fazem parte Mohamadou Kane e Georges Ngal. Para Locha Mateso, o modelo linguístico não é operatório, pois não se revela suficientemente demonstrativo dos vínculos indissolúveis que ligam as Literaturas Africanas à tradição cultural e às línguas maternas (*op.cit.*:337). Quanto ao modelo tradicional fundado no método segundo o qual a prática discursiva da oralidade impregna de modo indelével as obras literárias africanas, Locha Mateso reconhece aí a elaboração de uma teoria original, tendo em conta a atenção conferida à experiência cultural das tradições orais (*op.cit.*:361). Sublinhando-se a originalidade do modelo tradicional e os avanços teórico-metodológicos do discurso crítico sobre as Literaturas Africanas alcançados nas décadas de 70 e 80, fica provada a dimensão ética da crítica literária africana. Uma ética comunitarista que vem sendo convalidada pela investigação

---

<sup>177</sup> *Id.*, p.144.

<sup>178</sup> *Ibid.*



desenvolvida por alguns filósofos africanos. Nesta medida, o aparente declínio da crítica literária africana, evidenciado pelo colóquio internacional de Libreville, realizado em 2008<sup>179</sup>, não é sustentado pela fecundidade dos acontecimentos e factos relevantes desse período. Apesar da crise das universidades africanas devido à difícil situação económica dos países africanos, os escritores, professores, investigadores e especialistas das Literaturas Africanas continuaram a produzir importantes reflexões no domínio do discurso crítico. Para Biodun Jeyifo o contexto dos anos 80 caracterizou-se por aquilo a que denominou por «arrested de-colonization» em que se definiu e consagrou a deslocação do centro dos estudos e do ensino das Literaturas Africanas do continente africano e das universidades africanas onde se situava inicialmente para a Europa e Estados Unidos da América (*op.cit.*:45). Numa infundada paródia da «arrested de-colonization», Frank Schulze-Engler<sup>180</sup> considera que as razões da crise africana configuravam uma «arrested modernity» (*op.cit.*:11), isto é, um insignificante processo de «ocidentalização», parecendo ignorar as efectivas dinâmicas da modernidade alternativa endógena que se desencadeiam em África. Para Frank Schulze-Engler, paradoxalmente a deslocação do centro de gravidade de África para a Europa e a América traduziu-se no crescimento sem precedentes de uma «teoria aplicada das Literaturas Africanas» (*Ibid.*:13). Frank Schulze-Engler classifica a referida produção teórica em três grupos: a) nacionalismo cultural; b) orientação marxista; c) modernidade específica. E entre as mais representativas de cada um dos grupos, elege três obras, nomeadamente, *Toward the Decolonization of African Literature. African Fiction and Poetry and their Critics*<sup>181</sup>; *The Theory of African Literature. Implications for Practical Criticism*<sup>182</sup>; *Art, Dialogue and Outrage*<sup>183</sup>.

---

<sup>179</sup> O conteúdo do relatório elaborado por Bernard Mouralis na sua qualidade de relator do colóquio permite chegar a tais conclusões.

<sup>180</sup> Cf. Frank Schulze-Engler, «Discourses of Arrested Modernization: African Literary Theory in the 1980s», Dieter Riemenschneider e Frank Schulze-Engler, (ed.), *African Literatures in the Eighties*, Amsterdam-Atlanta, RODOPI, (1993), pp.9-26.

<sup>181</sup> Chinweizu, Onwuchekwa Jemie e Ihechukwu Madubuike. *Toward the Decolonization of African Literature. African Fiction and Poetry and their Critics*, Enugu, Fourth Dimension Publishing, 1980.

<sup>182</sup> Chidi Amuta, *The Theory of African Literature. Implications for Practical Criticism*, London/New Jersey, 1989.

<sup>183</sup> Wole Soyinka, *Art, Dialogue and Outrage: Essays on Literature and Culture*, Ibadan, New Horn Press Limited, 1988.

### III.5. Literaturas Africanas e comparatismo literário

Literaturas Africanas, Literaturas Nacionais.- Literatura Comparada e estrutura herárquica do universo literário mundial.- O relatório *Bernheimer* de 1998.- Edward Said e crítica humanista radical.- «República mundial das letras» e dominação política das línguas.- A Literatura Comparada em África.-

Como vimos, o nosso ponto de partida assenta no pressuposto segundo o qual as manifestações de soberania do Estado são uma invenção do discurso filosófico da modernidade. É a partir daí que se fundam categorias conformadoras de processos como a territorialidade, a cidadania, a nação e a literatura nacional, ao longo de uma temporalidade que culmina com o romantismo europeu cuja ideologia consubstanciada no paradigma filológico nacional chega ao continente africano pela mão de missionários protestantes e mais tarde do Estado colonial. Todos estes processos fazem parte do legado da modernidade em África. Ora, se as literaturas nacionais em África constituem igualmente uma das epifanias da modernidade africana, importa compreender a razão que sustenta o facto de as denominações generalistas terem dominado os Estudos Literários Africanos durante o século XX. Por isso revela-se necessário proceder à fixação semântica das denominações disciplinares das literaturas nacionais dos países africanos no singular. É que a história da formação das disciplinas demonstra o papel que o nome de uma disciplina e a sua estabilidade desempenham, além de outros fatores como a existência de publicações científicas, nomenclatura profissional, publicidade institucional, comunidades científicas organizadas em associações. Ao nível institucional, a criação de unidades de investigação e cursos que visem a especialização pode assumir uma importância decisiva. Em virtude de o objeto da nossa reflexão ser constituído pelos isomorfismos que caracterizam as Literaturas Africanas em geral, não rigorosamente dos sistemas literários nacionais, pois trata-se do seu ensino, levanta-se aqui, por força do princípio da individuação, a possibilidade de uma cisão de que derivam duas disciplinas: Literaturas Africanas e a literatura nacional de cada um dos países africanos (por exemplo, Literatura Angolana, Literatura Moçambicana, Literatura Cabo-Verdiana, Literatura da Guiné-Bissau e Literatura de S. Tomé). Relativamente à primeira podemos falar da

necessidade de desenvolver um ensino interdisciplinar com recurso ao método comparado, cruzando as várias disciplinas dos Estudos Africanos, as ciências sociais e as Humanidades. No âmbito das Humanidades podem ser estabelecidas as devidas linhas de diálogo entre as literaturas escritas em línguas europeias e as literaturas orais em línguas nacionais. No dizer de Jean-Marie Grassin, a aludida perspectiva comparatista começaria por privilegiar a abordagem interafricana situando a cultura africana «no quadro das grandes correntes artísticas, políticas e sociais do planeta, através do estudo dos correlatos externos» (Grassin, 1985 :265-266).

Apesar da diversidade observável, as Literaturas Africanas correspondem à configuração de uma identidade de culturas e de valores, substrato da sua universalidade cujo teste de consistência em primeira instância ocorre no interior do continente africano. Subjazem aí os argumentos de natureza filosófica que permitem explicar a legitimidade do recurso à denominação coletiva no singular, à semelhança do que acontece com a filosofia africana. Neste sentido, a disciplinaridade das literaturas nacionais africanas pode contar com outros fundamentos ancorados à dialética do uno e do múltiplo, para lá de critérios como a geografia e o fenótipo que a prática tornou aparentemente irreduzível. Por conseguinte, a hipótese de marginalização a que se refere Jacques Chevrier num dos capítulos do *Compêndio de Literatura Comparada*<sup>184</sup> é um fenómeno exógeno às dinâmicas que pulsam nas diversas literaturas nacionais em África. Na verdade, trata-se de um problema suscitado pelo debate anglo-americano sobre o multiculturalismo que nas décadas de 80 e 90 abalou a Literatura Comparada e seus métodos radicalmente eurocêntricos. No relatório da Associação Americana de Literatura Comparada de 1995 (The Bernheimer Report), lê-se:

The space of comparison today involves comparisons between artistic productions usually studied by different disciplines; between various cultural constructions of those disciplines; between cultural traditions, both high and popular, and those of non-Western cultures; between the pre- and postcontact cultural productions of colonized peoples [...]

---

<sup>184</sup> Jacques Chévrier, «As Literaturas Africanas no Domínio da Investigação Comparatista», in Pierre Brunel e Yves Chervel (org.), *Compêndio de Literatura Comparada*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp.229-261.

These ways of contextualizing literature in the expended fields of discourse, culture, ideology, race, and gender are so different from the old models of literary study according to authors, nations, periods, and genres that the term «literature» may no longer adequately describe our object of study (Bernheimer, 1995:41-42)<sup>185</sup>.

Ao comentar o referido relatório, Gayatri Spivak identifica as limitações dominantes no campo da Literatura Comparada no mundo académico norte-americano cujas origens a situam no mesmo contexto genético dos chamados *area studies*, isto é, a ressaca da Segunda Guerra Mundial, início da Guerra Fria e a chegada massiva de intelectuais europeus aos Estados Unidos da América, fugindo aos regimes totalitários da Europa do Leste. Data dessa época a consagração das línguas hegemónicas ocidentais no campo disciplinar. O que Spivak vem propor é o abandono da sofisticada tradição linguística da Literatura Comparada, exigindo-se a introdução de outras línguas:

In the field of literature, we need to move from Anglophony, Lusophony, Teutophony, Francophony, et cetera. We must take the languages of the Southern Hemisphere as active cultural media rather than as objects of cultural study by the sanctioned ignorance of the metropolitan migrant. We cannot dictate a model for this from the offices of the American Comparative Literature Association. We can, however, qualify ourselves and our students to attend upon this as it happens elsewhere» (Spivak, 2003:9)<sup>186</sup>.

---

<sup>185</sup> O espaço de comparação hoje envolve comparações entre produções artísticas geralmente estudadas por diferentes disciplinas; entre várias construções culturais das referidas disciplinas; entre tradições culturais, altas e populares, e os de culturas não-ocidentais; entre as produções culturais antes e após o contacto de povos colonizados [...]. Estas formas de contextualizar literatura nos campos gastos do discurso, cultura, ideologia, raça e género são tão diferentes dos antigos modelos de estudo literário acordo com os autores, as nações, períodos e géneros que o termo «literatura» não pode mais adequadamente descrever o nosso objeto de estudo (Bernheimer, 1995: 41-42).

<sup>186</sup> No campo da literatura, precisamos de sair da anglofonia, lusofonia, teutofonia, francofonia, e etc. Temos de tomar as línguas do Hemisfério Sul como meios culturais e não apenas como objetos do estudo cultural pela ignorância sancionada pelo migrante metropolitano. Nós não podemos ditar um modelo a partir dos escritórios da Associação Americana de Literatura Comparada. Podemos, no entanto, qualificar-nos e aos nossos alunos para tomar parte em tudo isso, como acontece em outros lugares» (Spivak, 2003: 9). O Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa está a desenvolver um projeto de investigação que, numa perspetiva europeia, pretende traduzir a necessidade de inventariar os elementos que constituem o património disponível escrito em língua portuguesa «dentro das nem sempre coincidentes culturas de se compõe» (Buescu, 2013:56). O referido projeto culminará em 2020 com a publicação de três volumes de uma antologia das literaturas de língua portuguesa.

Embora a Literatura Comparada, segundo Claudio Guillén, possa ser definida como «domínio de investigação literária que se ocupa do estudo sistemático de conjuntos supranacionais consistindo no exame das literaturas do ponto de vista internacional, pois a sua identidade não depende apenas da atitude ou da postura do observador»<sup>187</sup>, subsiste o espectro das tensões entre o uno e o múltiplo ou diverso, podendo o local significar, numa lógica de hegemonia linguística, a influência ou penetração de uma literatura nacional no espaço de outras literaturas consideradas periféricas como o demonstra Pascale Casanova. Ora, o uso dos conceitos de supranacionalidade e internacionalidade com que trabalha Claudio Guillén, ambos derivados, não anula a posição central do conceito de nação herdado da tradição romântica (herderiana) europeia. Para Claudio Guillén a internacionalidade ou relações literárias internacionais<sup>188</sup> na Literatura Comparada distinguem-se do estudo das influências internacionais<sup>189</sup>, pois este não é o estudo das relações entre as nações ou nacionalidade, mas entre umas línguas e outras (2005:283). A ambiguidade perpassa a Literatura Comparada, na medida em que persiste a perspetiva evolucionista da antropologia clássica no que ao Outro diz respeito. Ao analisar o espaço da «república mundial das letras», à luz da teoria dos campos de Pierre Bourdieu, Pascale Casanova identifica a estrutura herárquica de um universo literário mundial centrado na Europa como objeto de estudo. Estabelece um «meridiano de Greenwich» que padroniza a temporalidade literária. Nesse universo verifica-se uma homologia entre «a estrutura do campo nacional e o campo literário internacional».

La position de chaque espace national dans la structure mondiale dépend de sa proximité à l'un des deux pôles, c'est-à-dire de son volume de capital, c'est-à-dire de son autonomie relative, c'est-à-dire de son ancienneté [...] L'homologie entre l'espace littéraire international et chaque espace national apparaît et s'unifie sur le modèle et grâce aux instances de consécration spécifiques qui permettent aux écrivains internationaux de légitimer leur position au plan national (Casanova, 1999:164).

---

<sup>187</sup> Cf. Claudio Guillén, *Entre lo Uno y lo Diverso. Introducción a la Literatura Comparada* (Ayer y Hoy), Barcelona, Tusquets Editores, 2005, p.27.

<sup>188</sup> Cf. Claudio Guillén, *op.cit.*, p. 282.

<sup>189</sup> Cf. Claudio Guillén, *Literature as System. Essays Toward the Theory of Literary History*, Princeton, Princeton University Press, 1971, pp.17-68.

Na argumentação de Pascale Casanova admite-se a existência de uma geopolítica das relações literárias internacionais. Na «república mundial das letras» opera-se com uma dominação política através das línguas. Não sendo a língua um instrumento neutro, ao invés, mantém dependências políticas. Assim, a dominação política é exercida sob a forma linguística, implicando por isso uma dependência literária. Para Pascale Casanova as línguas europeias como fator de potência suscitam uma categorização dos fenómenos subjacentes com um forte acento etnocêntrico num exercício eufemístico que legitima a marginalização ou periferização das «pequenas literaturas» como as Literaturas Africanas escritas em línguas europeias. A qualificação ambígua das literaturas nacionais em «grandes» e «pequenas» é um ato arbitrário que revela apenas o poder de definir e avaliar de quem o pratica. Trata-se de uma «universalização por denegação da diferença», isto é, ação das instâncias de consagração que reduzem as obras literárias estrangeiras às suas próprias categorias da perceção constituídas em normas universais, ignorando os seus contextos de origem (*op.cit.*:226).

Albert Gérard compreendera com particular vigor os efeitos potenciais que, no plano metodológico, as Literaturas Africanas traziam ao universo da Literatura Comparada, quando, na comunicação à 9ª conferência da Associação Internacional de Literatura Comparada realizada em Innsbruck (1979), identificava as linhas de pesquisa que podiam ser desenvolvidas para uma melhor compreensão das Literaturas Africanas: relações intra-africanas entre literaturas em línguas europeias; a influência da tradição literária ocidental; relações entre as Literaturas Africanas e outras literaturas da Ásia, Caraíbas e América Latina. Tratava-se de novos problemas que fazem do continente africano o espaço analítico de novas orientações teóricas entre as quais avulta o princípio da irreducibilidade das literaturas nacionais em África à sua denominação coletiva. Para Albert Gérard a afirmação das Literaturas Africanas não era simplesmente um problema de geopolítica das línguas europeias<sup>190</sup>.

The emergence overseas of an enormous body of creative writing in European languages, produced by peoples with cultures and traditions that

---

<sup>190</sup> Já em 1976, Albert Gérard apresentava o projeto de História das Literaturas Africanas em Línguas Europeias no congresso da Associação Internacional de Literatura Comparada realizada em Budapeste. O resultado foi a publicação de dois importantes volumes. Ver in Albert Gérard (ed.), *European-Language Writing in Sub-Saharan Africa*, Budapest, Akademiai Kiadó, 1986.

are utterly different from those of Europe and of the European diaspora gives this question a new dimension. For the ative, wholesale intrusion of a large number of new Asian and African states on the great theatre of world politics and world literature undoubtedly lends added urgency to a second aspect which has hitherto remained sadly neglected. [...] But what used to be exceptional in the world that vanished in the middle of our century – the national, yet polyethnic and multilingual, state – has become the rule in the world, where Africa is bound to play an increasing role (Gérard,1990:72)

Chegara a hora de África. As comunidades de especialistas das Literaturas Africanas reconheciam a necessidade de abandonar a perspectiva monista das literaturas nacionais no que resulta do conceito de Estado-nação, ou seja, o conceito que ignora o pluralismo jurídico, linguístico e cultural, dando primazia a unidade linguística dos Estados, de acordo com o modelo centralizador do Estado jacobino. As literaturas orais africanas provavam a existência de um património transnacional ou supranacional, além de revelar uma tradição literária antiga de comunidades étnicas cujo território transcende as fronteiras do Estado moderno, não coincidindo com os limites físicos do espaço onde são observáveis traços distintivos da identidade coletiva das populações que aí habitam. A ineficácia do paradigma nacional pode ser posto em causa quando se procura determinar o lugar das literaturas orais no campo institucional dos Estudos Literários Africanos, na medida em que a aplicação desse paradigma na abordagem das Literaturas Africanas constitui uma consequência do processo de invenção cujos agentes epistémicos são europeus e americanos. Por outro lado, se os princípios que estruturam a disciplinaridade das Literaturas Africanas emanam do seu carácter supranacional, não se compreende que na Europa e na América tivessem alcançado o estatuto disciplinar por força de uma teleologia holística tributária da lógica de funcionamento dos *area studies* que ignora a sua multiplicidade e o seu pluralismo. A investigação e o ensino das Literaturas Africanas continua a ser realizado com base na possibilidade de constituírem um todo cujo conhecimento pode ser alcançado através do estudo de uma das suas partes. Portanto, o desafio reside exatamente na determinação das fronteiras epistemológicas entre as literaturas nacionais nas suas singularidades, comportando as literaturas orais, as literaturas escritas em línguas vernáculas e as literaturas escritas em línguas europeias que, à luz dos critérios e métodos da Literatura Comparada, podem ser abordadas sob

perspetivas tão diversas<sup>191</sup>. Avaliando o estado atual da Literatura Comparada não nos parece que dela tenham saído relevantes contribuições para o avanço dos Estudos Literários Africanos. Neste sentido, os argumentos de Jacques Chevrier são contraditórios, ao situar-se num plano em que opera com a ideia de um território analítico autónomo do espaço epistémico africano, admitindo que para o reconhecimento disciplinar das Literaturas Africanas muito terá contribuído a Literatura Comparada através das tradicionais instâncias de legitimação. Ora, no capítulo consagrado às Literaturas Africanas num compêndio de Literatura Comparada, Jacques Chevrier procede ao arrolamento dos problemas labirínticos com que se debatem os comparatistas europeus, sublinhando o cariz eurocêntrico que domina a disciplina. Não é rigorosamente verdadeira a afirmação segundo a qual «a atitude comparatista terá permitido simultaneamente delimitar os pontos de convergência entre culturas africanas e cultura ocidental, e sublinhar a irredutível singularidade das produções literárias africanas»<sup>192</sup>. Se assim fosse, Chevrier não apresentaria alguns obstáculos epistemológicos que ainda subsistem:

Aparentemente chegou a hora de alargar e ultrapassar o campo de relações euro-africanas, já bem inventariado, em proveito de aproximações talvez mais pontuais, centradas sobretudo sobre a própria África e consistindo, por exemplo, na apreciação do lugar e da realidade do discurso nacionalista da produção literária, a inserção da tradição oral na escrita contemporânea, a evolução dos géneros literários pelo contacto com os modelos tradicionais, o funcionamento do processo crítico, a definição e o papel de instâncias de consagração, etc. (Chevrier, 2004:257-258).

O que continua a dominar a investigação comparatista euro-americana é o princípio da supranacionalidade<sup>193</sup> acorrentado ao espartilho de visões do mundo

---

<sup>191</sup> Cf. Jean Derive, «‘Champ littéraire’ et Oralité africaine: Problématique», in FONKOUA, Romuald e HALEN, Pierre. (ed.). *Les Champs Littéraires Africains*, Paris, Karthala, 2001, pp.87-111. Ao propor uma abordagem do campo das oralidades africanas, Jean Derive admite a possibilidade de operar com os seguintes tipos de critérios cumuláveis para a sua periodização do que designa por «produção literária universal»: antropológico, histórico, sociológico e textual.

<sup>192</sup> Cf. BRUNEL, Pierre e CHERVEL, Yves (org.). (2004), *Compêndio de Literatura Comparada*, trad. Maria do Rosário Monteiro, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp.229-261.

<sup>193</sup> Numa simples e lapidar formulação, Claudio Guillén define a Literatura Comparada como «domínio de investigação literária que se ocupa do estudo sistemático de conjuntos supranacionais consistindo no exame das literaturas do ponto de vista internacional, pois a sua identidade não depende apenas da atitude ou da postura do observador». Cf. Claudio Guillén, *Entre lo Uno y lo*



centradas no Ocidente, já denunciado sobretudo por escritores, críticos literários e comparatistas originários do «hemisfério sul». A matriz francesa marcada pelos estudos das influências das literaturas nacionais sobre as Literaturas Africanas com a primazia conferida ao lugar central ocupado pelas línguas europeias, inspirava a prática comparatista em diversos espaços académicos do mundo. Assim se compreende que Bernth Lindfors, recorrendo à referida matriz, tenha publicado um livro<sup>194</sup> orientado por preocupações que visavam «examinar as influências ocidentais em textos africanos», em obediência à «definição tradicional de Literatura Comparada». Mas a situação nos Estados Unidos, onde a disciplina adquiriu a sua maturidade, fornece elucidativos exemplos dos preconceitos dominantes. Se a Literatura Comparada constituía a disciplina ideal para os Estudos Literários Africanos, Bernth Lindfors afirmava que o ensino das Literaturas Africanas não era realizado nos departamentos de Literatura Comparada devido à sua vocação etnocêntrica, orientada para as literaturas da Europa ocidental. A exceção era representada por algumas universidades que introduziam o ensino das Literaturas Africanas nos programas curriculares de Literatura Comparada<sup>195</sup>. O etnocentrismo exprime-se através da exclusão de línguas e culturas diferentes das ocidentais. A exclusão de outras tradições, outras «Humanidades», outras «grandes obras» é denunciada por Edward Said quando, em 2000, nas conferências proferidas na Universidade de Columbia, se debruçava sobre a «esfera do humanismo». Said defendia o reconhecimento da existência de «outras tradições» e «outras Humanidades», cujo estudo pode de igual modo contribuir para definir o centro «não aprofundado» do que o pronome possessivo «nosso» representa (2004:3-4). Por essa razão, Edward Said afirma:

Across the board, the restrictions of basic core university courses to a small number of translated and dutifully venerated Western master-pieces, the narrowed perspectives on what constitutes “our” world, the obliviousness to

---

*Diverso. Introducción a la Literatura Comparada (Ayer y Hoy)*, Barcelona, Tusquets Editores, 2005, p.27.

<sup>194</sup> Cf. Bernth Lindfors, *Comparative Approaches to African Literatures*, Amsterdam, Rodopi, 1994.

<sup>195</sup> Na década de 90, tais eram os casos da Indiana University, University of Wisconsin, University of Southern California, University of Washington, University of Texas (Dallas), University of Texas (Austin), Pennsylvania State University. Cf. Bernth Lindfors, *Long Drums & Canons. Teaching and Research in African Literatures*, Trenton, Africa World Press, 1995, p. 30.

traditions and languages that seem to be outside respectable or approved attention – all of these must be jettisoned or at the very least submitted to a radical humanistic critique. For one thing, too much is known about other traditions to believe that even humanism itself is exclusively a Western practice (*op.cit*:53-54).

A crítica humanista radical de que fala Edward Said é efetivamente exigível, se tivermos em atenção os desafios epistemológicos decorrentes da necessária busca de alternativas perante os monopólios e as hegemonias do ensino das línguas e literaturas nacionais nas escolas e universidades do Ocidente, bem como da atitude amnésica relativamente a outras tradições e línguas aparentemente situadas fora do que é respeitável e conveniente observar. Em tempo de abundante informação sobre o nosso planeta e seus habitantes, não deixa de ser abominável a persistente indiferença perante outras culturas. A Edward Said junta-se Pascale Casanova que, em *La Republique Mondiale des Lettres*, qualifica o «universal» como uma das mais diabólicas invenções do centro dominante onde «os detentores do monopólio universal convocam a humanidade inteira a vergar-se a seus pés. O universal é o que eles declaram como adquirido e acessível a todos, desde que se assemelhem a eles» (1999:227). Edward Said e Pascale Casanova parecem convergir no sentido de legitimar a «crítica humanista radical». A argumentação que desenvolvemos pretende corroborar a perspectiva do crítico palestino-americano, associando-nos àqueles que desvendam nestas cortinas dominadas pela «fábrica do universal» o valor que deve ser atribuído a outros segmentos das Literaturas Africanas, nomeadamente, as literaturas orais e as literaturas em línguas africanas.

Portanto, as Humanidades a que fazemos referência são disciplinas cujos objetos de estudo tematizam os problemas africanos que relevam das ciências da cultura e que mobilizam investigadores e docentes nas instituições do ensino superior contemporâneo em África e fora de África. A sua singularidade reside na emergência de disciplinas que apresentam um traço distintivo sem equivalentes nas Humanidades ocidentais (Línguas e Literaturas Modernas Africanas; Filologia Africana; Linguística Africana; Hermenêutica Literária Africana; Retórica Africana; Poética Africana; Teoria das Literaturas Africanas; Crítica Literária Africana ou Crítica das Literaturas Africanas; Literatura Comparada Africana; Teologia Africana; Filosofia Africana; História de África; História de Arte

Africana; História das Culturas Africanas; História das Ideias Africanas). Neste universo é possível identificar as disciplinas que requerem novos aparatos teóricos e metodológicos. Colocado o problema nestes termos parece justificar-se o recurso ao relativismo epistémico e moral para explicar o conhecimento disciplinar que as Humanidades académicas africanas consubstanciam. Falamos destas do mesmo modo que é possível falar das Humanidades europeias ou americanas. Trata-se das chamadas «novas Humanidades» caracterizadas pela introdução de novas formas de pensamento e formas alternativas de ensino e investigação que solicitam metodologias de um comparatismo literário renovado.

Numa perspetiva histórica, a Universidade dos Camarões foi, em África, a pioneira na introdução da disciplina de Literatura Comparada nos programas curriculares, por iniciativa do professor camaronês Thomas Melone (1934-1996). Em 1968 criou o Departamento de Literatura Africana Comparada<sup>196</sup> a que se associava a Equipa de Investigação em Literatura Africana Comparada (ERLAC) e a revista *Mélanges Africains*. Tratava-se de uma unidade de ensino e investigação em que se deveria estudar a literatura dos filhos de África em geral nas suas relações com outras literaturas nas mesmas línguas, especialmente de língua francesa e língua inglesa. O referido Departamento destinava-se a formar especialistas das letras africanas em domínios como literaturas e tradições orais, literaturas escritas do continente, literaturas negro-africanas das diásporas, estética literária africana, crítica literária africana (Futcha, 1985:312). Na verdade, o espírito visionário de Thomas Melone continuou a animar vários académicos confrontados com os imperativos de um verdadeiro comparatismo literário intra-africano. Em 1985, no colóquio realizado em Libreville sobre a identidade cultural dos povos Bantu, as reflexões acerca das metodologias de investigação de uma literatura africana comparada aplicadas às literaturas orais, literaturas escritas em línguas africanas e literaturas escritas em línguas europeias reiteravam a pertinência do método comparado para o estudo de culturas e línguas comuns em África, reconhecendo a importância da interdisciplinaridade já demonstrada nos trabalhos de Alexis

---

<sup>196</sup> Ambroise Kom escreve a propósito: «En effet, le Département de littérature africaine de la Faculté des lettres et sciences humaines fut une oeuvre de visionnaire et se présenta d'emblée comme une unité avant-gardiste que les africanistes du continent ainsi que leurs pairs nord-américains et européens trouvaient on ne peut plus le bienvenu. Leur offre permanente de collaboration et de coopération en fut un éloquent témoignage». Cf. Ambroise Kom, *Éducation et démocratie en Afrique: Le temps des illusions*, préf. de Fabien Éboussi Boulaga, Paris, CRAC/L'Harmattan, 1996, p. 245.

Kagamé<sup>197</sup> e Théophile Obenga<sup>198</sup>. O recurso a tais metodologias segundo Mukala Kadima-Nzuji deviam ter em conta a geografia literária em que se justapõem paisagens singulares, assente essencialmente em dois elementos: a relação das personagens com a natureza, descrita, sugerida ou simplesmente sonhada, no plano da ficção narrativa; o facto ideológico, particularmente religioso, implícito ou explícito que explica e justifica essa relação (1989:358). Para Mufuta Kabemba a tipologia das obras da literatura oral manifesta uma identidade cultural profunda confirmada igualmente pelos princípios que regem a sua criação, reprodução e transmissão (*op.cit.*:368). No mesmo sentido conclui Adrien Ntabona ao considerar que o trabalho de identificação e classificação dos géneros literários pode contribuir eficazmente para a identificação do parentesco existente entre os povos (*op.cit.*:376).

---

<sup>197</sup> Alexis Kagamé, *La Philosophie Bantu Comparée*, Paris, Présence Africaine, 1976.

<sup>198</sup> Théophile Obenga, *Les Bantu. Langues, Peuples, Civilizations*, Paris, Présence Africaine, 1985.

**III PARTE**

**LITERATURA ANGOLANA:  
LEGITIMAÇÃO E  
DISCIPLINARIDADE**



**CAPÍTULO IV:**  
**NATIVISMO, NACIONALISMO E**  
**LEGITIMAÇÃO DA LITERATURA EM**  
**ANGOLA**

#### IV.1. Apologia de uma tradição literária angolana

Periodização literária e literatura oral.-A implantação da indústria tipográfica.-José da Silva Maia Ferreira, o primeiro livro de poesia no século XIX e os modelos brasileiros.-Joaquim Dias Cordeiro da Matta e a tradição literária angolana.-Necessidade de uma Literatura Angolana.-A memória do sistema literário.- A primeira geração literária do século XX.-

Na periodização comumente elaborada pelos investigadores angolanos e estrangeiros, não é considerada a pré-existência da literatura oral relativamente às manifestações ditas modernas. Ao invés, remete-se os primórdios da Literatura Angolana para o século XVII. É o que faz Mário António (1934-1989) que, na senda do discurso historiográfico de António de Oliveira Cadornega, aponta o nome de um autor de que não se conhece a obra que teria veia de poeta. Quanto a nós, a periodização digna de ser adoptada até ao momento é a de Carlos Ervedosa. Por outro lado, seguindo Mário António Fernandes de Oliveira, Pires Laranjeira prefere aludir essa fase dos primórdios da literatura angolana a que corresponderia o 1º período a que denomina por «incipiência», apesar de criticar a sua extensão cronológica e escassa produção. A proposta de Pires Laranjeira, além do já mencionado período, compreende outros seis, nomeadamente: primórdios (1849-1902); prelúdio (1903-1947); formação (1948-1960); nacionalismo (1961-1971); independência (1972-1980); renovação (1981-1993). Não são definidos claramente os critérios que presidem tal periodização. Mas é fácil concluir que eles pouco tem a ver com aspectos intrínsecos ao repertório de textos literários angolanos. O carácter problemático do princípio da periodização recomenda o recurso a um relativismo metodológico, na medida em que a sua aplicação à Literatura Angolana deve conduzir à recusa do nominalismo. E no plano estritamente histórico considerar a temporalidade da literatura oral em línguas vernáculas<sup>199</sup> enquanto realidade preexistente relativamente às manifestações literárias ditas modernas. A literatura oral, isto é, o sistema literário oral, constitui igualmente expressão da arte

---

<sup>199</sup> A literatura oral, tendo em conta a sua especificidade, acabou por sugerir o surgimento de uma nova designação. Quando nos anos 60, o linguista ugandês Pio Zirimu forjou o termo oratura, tal se produzia no calor de um debate que decorria nas universidades de Makerere no Uganda, Nairobi no Kenia e Dar es Salaam na Tanzânia sobre a hegemonia das línguas europeias. Mais de quarenta anos passados, são muitos os defensores da ideia segundo a qual a oratura não é apenas uma vertente das literaturas modernas em África. Encerra em si as conotações de um sistema estético, um método e uma filosofia. Cf. Ngugi wa Thiong'o, *Penpoints, Gunpoints and Dreams. Towards a Critical Theory of the Arts and the State in Africa*, Oxford, Claredon Press, 1998, pp.103-128.



verbal e capacidade criativa dos povos que formam Angola na sua configuração actual. Se tivermos em atenção a predominância de aspectos daquilo a que se chama folclore e costumes angolanos, pressuposta a ideia de uma literatura oral, há que fazer referência à produção de versões escritas de textos da literatura oral. O que vinha sendo feito desde o século XIX por autores como Joaquim Dias Cordeiro da Matta e Héli Chatelain<sup>200</sup>, e posteriormente por missionários, auxiliados por tradutores e contadores autóctones de histórias veiculadas em línguas nacionais<sup>201</sup>. Portanto, os textos da literatura oral, quer nas suas versões originais, quer nas suas versões escritas ou ainda traduções de textos escritos originalmente em português, representam um outro filão da Literatura Angolana a ter em conta.

Quando em 1845 se instala a primeira oficina tipográfica em Luanda, os habitantes de algumas cidades angolanas da época, mal podiam imaginar o surgimento de uma literatura angolana escrita e autónoma, nos próximos cinquenta anos. É que o século XIX, que andava profundamente marcado pelo nefando tráfico de escravizados africanos, apesar da sua abolição formal de 1836, continuava a atrair negociantes e aventureiros, entre os quais portugueses e brasileiros, que demandavam o execrável e clandestino comércio. Do abolicionismo formal da escravatura à condição plena de dignidade e liberdade o caminho foi longo. Neste percurso encontra-se o decreto de 1855 sobre a protecção de escravizados e dos negros libertos no chamado ultramar português. Mas só em 1875 se começa a aplicar um regime mais rigoroso nesta matéria.

---

<sup>200</sup> No entanto, a atitude assumida por Joaquim Dias Cordeiro da Matta não pode ser comparada com a de Héli Chatelain, na medida em que, no plano do conhecimento, o primeiro desenvolve um trabalho de recolha da tradição oral a partir de uma experiência endógena. Já o segundo é movido por um interesse fundamentalmente missionário e etnográfico, além de ter pretendido, segundo Geraldo Bessa Victor, «pavonear-se com o primeiro lugar, na ordem cronológica, à frente dos autores de florilégios de provérbios angolenses, prémio a que em verdade não tinha jus». Cf. Geraldo Bessa Victor, *Ensaio crítico sobre a primeira colecção de provérbios angolenses*, Lisboa, 1975, p.23.

<sup>201</sup> Em todos os trabalhos de pesquisa realizados sobre a literatura oral angolana nos séculos XIX e XX, os provérbios ocuparam sempre um lugar de destaque. Merecem referência as seguintes obras: *Elementos Gramaticais da Língua Nbandu*, (1864) de Saturnino de Sousa e Oliveira e Manuel Alves de Castro Francina; *Kimbundu Grammar - Gramática Elementar do Kimbundu ou Língua de Angola* (1888-1889) de Héli Chatelain; *Philosophia Popular em Provérbios Angolenses. Jisabu, Jiheng'ele, Ifika ni Jinongonongo Josoneke mu Kimbundu ni Putu Kua mon'Angola* (1891) de J.D. Cordeiro da Matta; *A Collection of Umbundu Proverbs, Adages and Conundrums* (1914), da West Central African Mission-A.B.C.F.M; *Missosso*, volume I (1961) de Óscar Ribas; *Seleção de Provérbios e Adivinhas em Umbundu* (1964) do Padre José Francisco Valente; *Sabedoria Cabinda - Símbolos e Provérbios* - (1968) do Padre Joaquim Martins; *Filosofia Tradicional dos Cabindas* (1969 e 1970) do Padre José Martins Vaz.

Entretanto, floresciam nos principais centros urbanos, escolas elementares e profissionais. Em 1852 era anunciada a criação do Colégio de S. Paulo de Assumpção de Loanda. Nove anos depois, em 1861, o brasileiro Francisco Pereira Dutra publicitava a inauguração de um outro estabelecimento do ensino secundário, o Lyceo de Angola. Ainda em Luanda funcionou o prestigiado seminário-liceu até 1882 cuja designação foi retomada no século XX. A intensificação de actividades ligadas ao ensino ocorre apenas na segunda metade do século XIX, coincidindo com os desenvolvimentos que se seguem à implantação de uma indústria tipográfica. Poder-se-ia referir a constituição de uma escola anexa à Imprensa Nacional de Angola, a que se designou Escola de Artes Gráficas. Paralelamente, determinados segmentos populacionais cultivavam interesses pelo surgimento de uma imprensa à medida das correntes liberais e românticas europeias. Uma das manifestações de tais grupos ocorreu em 1849, quando um comerciante, Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo, ofereceu uma tipografia com todos os seus acessórios, papel e tinta para a imprensa do governo-geral<sup>202</sup>. Ainda em 1849 é publicado na cidade de Luanda *Esportaneidades da Minha Alma*, livro de José da Silva Maia Ferreira, trazendo influências de autores brasileiros numa das primeiras manifestações da literatura moderna angolana. A moda romântica do antilusismo e do nativismo literário precoce para o caso de Angola entra assim pela mão de José da Silva Maia Ferreira, quando na história da literatura brasileira decorre a 1ª fase do romantismo (1836-1853)<sup>203</sup>. É do Brasil que José da Silva Ferreira obtém os seus modelos. Além de ser um dos países destinatários do comércio de escravizados africanos, uma certa burguesia escravocrata para lá enviava os filhos onde realizavam os estudos e nele investiam adquirindo bens imobiliários. Sem falar da independência que ocorre em 1822, a mais importante das atracções brasileiras

---

<sup>202</sup> O mesmo Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo assinaria um comunicado publicado em 1857 no *Boletim Oficial* em que se revelava inconformado com a situação vivida em Angola, «provincia a que se não pode negar, sem injustiça, a cathegoria de primeira entre as do nosso ultramar [...] não deva continuar no indolente esquecimento». Propondo-se falar da imprensa periódica e invocando a liberdade de escrever nestas possessões, convidava outros residentes a contribuir para a fundação de um novo jornal, depois de extinto o jornal *A Aurora*, que se publica 1856, mas de vida efémera. Com efeito, até essa data, o *Boletim Oficial* fora o único órgão de imprensa publicado em Angola. Embora por imprecisão histórica, José de Almeida Santos tivesse considerado que o primeiro jornal particular de Angola foi *O Commercio de Loanda* editado em 1867 por Pascoal Gabriel dos Anjos, data de 1866 a publicação do que na historiografia se entende ser verdadeiramente o primeiro órgão regular da imprensa periódica. Trata-se de *A Civilização da África Portuguesa* cujos redactores eram Urbano de Castro e Alfredo Mântua.

<sup>203</sup> Cf. Massaud Moisés, *História da Literatura Brasileira* (vol. II. Romantismo), S. Paulo, Cultrix, 1985, p. 21.

residia no facto de com o romantismo ter começado a existir uma literatura verdadeiramente autónoma. O pioneirismo de José da Silva Maia Ferreira foi efémero. Se tivermos em atenção a dedicatória genérica «Às senhoras Africanas» do seu livro, o texto «Benguelinha», o poema «A Minha Terra», decalcado de um outro do brasileiro Gonçalves Dias, pouco mais haverá para que seja considerado seguidor consequente das modas literárias brasileiras. Embora escreva no texto introdutório «Às Minhas Compatriotas», que os seus poemas «são cantos do mais íntimo de minha alma, brotados pelo desamor de um fado por algum tempo imigo, que me obrigou, açodado, a vibrá-los longe da pátria e dos meus, em pobre e dissonante lira», constata-se que uma boa parte dos textos são encómios à monarquia e aos seus agentes, exceptuando as dedicatórias a amigos seus. Mas estes também mostram-se afastados das influências do discurso lírico brasileiro.

Alguns nomes das epígrafes constituem um elenco de amigos que com ele conviveram. Tais são os casos de Joaquim Luís Bastos, Joaquim José Vieira Carvalho, José Justiniano da Cruz Forte, D. Maria Paula da Gama Teixeira e Manuel da Costa Carmo. Todos estes faziam parte do círculo dos amigos que viveram em Benguela no segundo quartel do século XIX, num período em que aquela cidade continuava a ser o ponto de passagem importante na topografia do execrável tráfico de africanos escravizados. Fui encontrar estes personagens durante as pesquisas que realizei nos Arquivos do Tribunal da Comarca de Benguela. Consultando processos de inventário e de herança, detectam-se frequentes referências a espólios de livros em que figuravam obras de autores célebres na época.

A adesão efémera de José da Silva Maia Ferreira à causa revolucionária do romantismo revela-se, por exemplo, na incapacidade de elaborar uma estética do retrato da mulher de Angola. No dizer de Mário António, a tentativa de José da Silva Maia Ferreira cantar a beleza das mulheres africanas foi feita «nos cânones da beleza feminina europeia, sem a alusão mais pequena à beleza negra ou sequer à beleza feminina independente da cor [...]»<sup>204</sup>.

Durante o século XIX, não foi apenas a poesia o género cultivado. A prosa de ficção teve igualmente seus cultores. Destaca-se Pedro Félix Machado, autor de

---

<sup>204</sup> Cf. Mário António Fernandes de Oliveira, *A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, p.29.

*Scenas de África*. Mas, na senda dos modelos americanos e europeu, pouco de relevante tem esse romance para a autonomização da Literatura Angolana.

Os valores românticos da «busca da solidão longe das cidades, no seio da natureza, onde o “eu” se expande num monólogo lírico, cuja ebulição nada vem perturbar», «campo, bosque, montanha, rio, lago, mar [...]»<sup>205</sup>, só viriam a ser vividos intensamente e levados à expressão literária com alguma consistência, em finais do século XIX, mais precisamente a partir de 1886. Tal proeza é realizada por uma geração de escritores em que se distingue Joaquim Dias Cordeiro da Matta, ecoando o romantismo português da geração de 70. É este autor que vem introduzir o conceito de poesia moderna<sup>206</sup>.

O sentido do moderno vai conduzir o poeta à reivindicação da independência de Angola e à subalternização de Portugal na senda dos temas antes verberados por José de Fontes Pereira. Num poema datado de 1883, escreve: «Portugal foste grande...Tuas tradições / gloriosas assombram todas as nações!/[...] Se p'ra cova sem força e alento caminhando, já vaes tua miserrima vida chorando,/ e mesmo os filhos teus teu fado amaldiçoam/ e tua triste morte, ó velhinho, apregoam;-/ oh! não deixes Angola em misera orphandade,/ oh! dá-lhe, Portugal, a sua liberdade.../»<sup>207</sup>.

Com poemas desta índole e obras posteriores, Joaquim Dias Cordeiro da Matta lança, além de temas libertários, o tema do sentimento de pertença, da auto-estima e da nacionalidade na literatura.

Portanto, quando em 1886 é publicado *Delírios*, o livro de poemas de Joaquim Dias Cordeiro da Matta, trinta e sete anos depois de *Espontaneidades da Minha Alma*, aumentara o número de jornais de angolanos quer como proprietários, quer como jornalistas. Concomitantemente se decantavam, no espaço angolano, os ecos e a ressaca dos romantismos. Começava então o processo de povoamento europeu de Angola. *O Echo de Angola* viria a ser o primeiro título do jornal de Angolanos, cuja publicação tem início em 1881. A lista de jornalistas inclui cronistas e prosadores militantes de uma autonomia que busca referências da

---

<sup>205</sup> Massaud Moisés, *História da Literatura Brasileira -Romantismo*, p.15.

<sup>206</sup> Tal como escreve no poema com o mesmo título, trata-se de uma poesia que celebra as lidas e auras dos povos livres de grilhões «que em horrendo, triste e misero jugo viveram gemendo». Diz o poeta: «eu sinto que a poesia/ não está em soltar a uma casta Maria,/ em lyra gemedora, uma endeiça ou canção,/ pondo-se n'uma triste almoeda o coração!.../É hoje a poesia outra...Não lamenta ou chora/as chloroticas virgens...É esmagadora!.../ Canta do povo a lida e dos povos as auras.../[...]».

<sup>207</sup> Cf. Joaquim Dias Cordeiro da Matta, *Delírios*, Lisboa, 1886.

História e na Linguística. Os mais célebres são Arantes Braga, João Inácio de Pinho e o próprio Joaquim Dias Cordeiro da Matta. Com efeito, *Delírios* inaugura a construção de uma estética literária angolana na poesia, concorrendo para a definição dos padrões de apreciação da beleza feminina e da paisagem, e em estratégias de incorporação de vocábulos em língua Kimbundu nos poemas.

Do ponto de vista histórico, o romance é o género literário mais recente em Angola e de um modo geral nas literaturas africanas. A poesia, a narrativa curta, o conto, a narrativa genealógica e os provérbios são géneros mais antigos que encontramos nas literaturas orais dos povos angolanos.

Originário da literatura ocidental dos séculos XVIII e XIX, durante a ascensão da burguesia e da sociedade industrial, o romance é introduzido nas literaturas africanas com a implantação do sistema colonial. Uma das manifestações mais evidentes da sua existência no espaço angolano é a proliferação da literatura colonial no princípio do século XX.

De acordo com os resultados de pesquisas que realizámos no Arquivo do Tribunal da Comarca de Benguela, consultando processos de inventário e de abertura de herança quando pretendia obter informações sobre as leituras e obras que circulavam em Benguela na época em que José da Silva Maia Ferreira por lá passou, cheguei a conclusões valiosas sob o ponto de vista sociológico. As dedicatórias inscritas nas epígrafes dos poemas em *Espontaneidades da Minha Alma* daquele autor permitem inferir, na perspectiva da intertextualidade exoliterária, a existência de um universo de leitores, entre naturais de Angola e Portugal, cuja competência é corroborada pela circulação de obras de autores europeus tais como Victor Hugo, Thiers, Alexandre Dumas, Walter Scott.

Os primeiros textos romanescos escritos em Angola são da autoria de membros da geração de 1890. Trata-se de *Scenas de África* e *O Filho Adulterino*, obras de Pedro Félix Machado publicadas na segunda metade do século XIX. São igualmente conhecidas referências de textos narrativos escritos por Joaquim Dias Cordeiro da Matta, embora não tenham chegado ao nosso conhecimento, por não terem sido publicadas, nomeadamente *O Loandense da alta e baixa esfera*, *O Doutor Gaudêncio* (romance). No entanto, a capacidade deste autor é reiterada no seu *Repositório de Coisas Angolenses*, uma compilação de textos contendo informações de variável importância para a história social e política de Angola no século XIX.

Quando em 1961, Mário António publicou um artigo<sup>208</sup> no *Jornal de Angola* da Associação dos Naturais de Angola, interrogando-se acerca da possibilidade de uma tradição literária angolana, não forneceu resposta cabal à pergunta que colocava. Mas as alusões que faz à obra de Joaquim Dias Cordeiro da Matta pareciam deixar clara a ideia da existência da memória de um sistema literário angolano, ao considerar que como homem de cultura «ele terá sido um representante, muito mais qualificado do que qualquer dos de “Mensagem” foi da sua, de uma determinada conjuntura sócio-cultural angolana» (*op.cit.*). Ora, a tradição literária representa o repositório de modelos e, ao mesmo tempo, configura um princípio que permite garantir a transmissão de práticas das gerações precedentes às gerações subsequentes. Para responder à pergunta de Mário António haveria que chegar à conclusão de que a apologia da tradição literária angolana existia já no século XIX. Após a implantação da indústria tipográfica e a publicação do livro de José da Silva Maia Ferreira, a ideia de Literatura Angolana autónoma é então formulada por Joaquim Dias Cordeiro da Matta, ao manifestar expressamente um ponto de vista associado a uma argumentação que sustenta a necessidade de uma Literatura Angolana. No tópico da «Nota Preambular» – *Necessidade de Angola ter uma literatura sua* – com que abre o livro *Philosophia Popular em Provérbios Angolenses* revela uma ideia que perpassa toda a sua obra. Referindo-nos apenas a textos de pendor doutrinário, o mesmo pensamento emerge no prefácio da *Cartilha Maternal*, quando escreve:

Um dos erros que os conquistadores (como os romanos com os povos da Península) cometem com os povos conquistados, é de impor-lhes a sua linguagem, quando deviam aprender a deles, para, quando mais tarde a soubessem com perfeição, isto é, gramaticalmente, e estivessem orientados de suas tradições históricas, contos, provérbios, ou de tudo que numa língua poderem obrigar os conquistados aprender a língua deles, conquistadores! O que sucedeu aos idiomas da Península na conquista romana, devia necessariamente ter sucedido ao idioma angolense, que

---

<sup>208</sup> Mário António, «Poder-se-á falar de tradição literária angolana?», in *Jornal de Angola*, nº 113, 15 de Novembro de 1961, p.1 e 2

mal estudado pelos portugueses no princípio e depois da conquista ou pouco se importando com ele, hodiernamente [...]»<sup>209</sup>.

Os estrangeiros que visitavam Angola nessa época constataavam tal facto. É o caso de Héli Chatelain<sup>210</sup>. Em 1890, Joaquim Dias Cordeiro da Matta citava o investigador suíço que escrevia:

É preciso que os próprios filhos do país, cheios de santo zelo pelas cousas patrias, desenvolvam a literatura nascente [...] Se o Netto, o Lino, o Pinho, o meu amigo, o Luiz Bastos, e pouco a pouco mais outros trazem cada um a sua pedra para o edifício nacional, não pode este deixar de progredir e ser um monumento, não só à glória dos que o construíram, como à nação para cujo serviço se levantou<sup>211</sup>.

Estes «filhos do país» representam a segunda geração literária do século XIX de que fazem parte António José do Nascimento (1838-1920), Luís Moreira Bastos (1851-1935), Mamede de Sant'Ana e Palma (1856-1908), Joaquim Dias Cordeiro da Matta (1857-1894) e outros. Com efeito, eles reconhecem a existência de um património literário oral e de uma tradição de escrita literária e jornalística. Está aí subjacente o princípio da tradição literária e Joaquim Dias Cordeiro da Matta sustenta-o em vários momentos, no prefácio à *Cartilha Racional para se Aprender a Ler o Kimbundu (ou língua angolense)* e no texto dedicado à homenagem a José de Fontes Pereira publicado em 1894 no *Almanaque de Lembranças*. No primeiro, escreve: «O idioma angolense se não está hoje completamente morto, é devido à sua suavidade e harmonia; aos seus inúmeros *jisabu*, *jinongonongo*, *manongo*. *Misoso*, *jiheng'ele* e *ifika* que conservam muitas palavras antigas que o tempo não tem obliterado.» No segundo, lê-se: «Era um doido pelo jornal. Foi elle, sem dúvida, que incutiu à nova geração angolense a mania de escrever para o jornal».

---

<sup>209</sup> Ver J.D. Coreiro da Matta, *Cartilha Maternal para se aprender a ler o Kimbundu (ou língua angolense)*- *Escrepta segundo a Cartilha Maternal do Dr. João de Deus*, Lisboa, Typographia e Stereotypia Moderna da Casa Editora António Maria Pereira, 1892, p.vii

<sup>210</sup> Três anos depois, o missionário e linguista suíço, Héli Chatelain, reiterava o seu pensamento, ao escrever: The future of native Angolan literature in Ki-mbundu, only nine years ago so much derided and opposed, is now practically assured. J. Cordeiro da Mata, the negro poet of the Quanza River, has abandoned the Portuguese muse in order to consecrate his talents to the nascent national literature. Cf. Héli Chatelain, *Folk-Tales of Angola*, Boston/New York, 1894, p.viii.

<sup>211</sup> Joaquim Dias Cordeiro da Matta, *Philosophia Popular em Provérbios Angolenses*, Lisboa, Typographia e Stereotypia Moderna, 1891, p.23.

Que géneros literários cultivavam estes autores do século XIX e os da geração seguinte? Num artigo publicado em 1962 na revista *Présence Africaine*, Mário Pinto de Andrade admitia que o discurso argumentativo era o predominante sendo a polémica e o ensaio os únicos géneros mais praticados pelas gerações do princípio do século. O romance que tem o seu precursor em Pedro Félix Machado encontra continuadores em António de Assis Júnior.

A primeira geração literária do século XX integra entre outros António Joaquim de Miranda (1864-1926), Francisco das Necessidades Castelbranco (1868-1943), Pedro da Paixão Franco (1869-1911), Augusto Tadeu Bastos (1872-1936), Augusto Silvério Ferreira (1877-1915), (António de Assis Júnior (1878-1960).

António Joaquim de Miranda nasceu em 1864. Foi Presidente da Direcção da Liga Angolana e director dos jornais *O Angolense* (o segundo), *A Folha de Loanda*, *O Apostolado do Bem* e *Era Nova*. Fundou a Associação Educação do Povo-Socorros Mútuos<sup>212</sup>. Era funcionário da Fazenda quando foi desterrado para Cabinda, por ordem de Norton de Matos, em março de 1914<sup>213</sup>. Deste autor devem merecer a nossa atenção textos como *Suposta Conspiração dos Nativos em Malanje* e o *Manifesto*. O *Manifesto* é um panfleto impresso em 1914 na Tipografia Bengo de Malanje, peça de grande vigor retórico e doutrinário em que procura refutar os rumores sobre uma revolta de nativos ou mata-brancos de cuja autoria moral era acusado e de que se dera notícia através de um suelto inserido no jornal *A Lunda* de 20 de fevereiro de 1914. A notícia sobre a aludida revolta fora veiculada com o propósito de suscitar uma reacção violenta contra figuras como o próprio António Joaquim de Miranda. O clima sinistro vivido em Malanje nessa altura suscitaria o envio de uma carta dirigida à Liga Angolana. A ordem de suspensão do destemido tribuno foi publicada no *Boletim Oficial* nº10, seguindo-se a sua transferência compulsiva para Cabinda<sup>214</sup>. Um mês depois, a Direcção da Liga enviou uma comunicação ao Presidente do Comité Federal da Junta de Defesa dos Direitos de África de Lisboa, dando conta da onda de acontecimentos que tinham ocorrido nos meses de fevereiro e março, entre os quais o desterro para Cabinda de António Joaquim de Miranda. Em 1922, António Joaquim de Miranda ainda encontrava-se

---

<sup>212</sup> Cf. Folhetim publicado em *O Eco d'Africa*, nº5 de 1 de outubro de 1914; nº6 de 1 de Novembro, nº8 de 1 de janeiro; nº9 de 15 de janeiro; nº 10 de 1 de fevereiro; nº11 de 15 de fevereiro de 1915; nº12 de 1 de março de 1915; nº14 de 3 de Abril de 1915.

<sup>213</sup> Cf. Portaria nº295 de 5 de março de 1914, *Boletim Oficial* nº 10 de 7 de Março de 1914.

<sup>214</sup> Cf. Carta de 7 de março de 1914 da Direcção da Liga Angolana dirigida a António Joaquim de Miranda.



em Cabinda. Por ocasião dos acontecimentos de Catete voltou a ser notificado para prestar declarações, no quadro de um processo de averiguações. Faleceu quatro anos depois em 1926.

Pedro da Paixão Franco nasceu em 1869 na cidade de Luanda, onde faleceu ao 17 de junho de 1911. Era filho de Pedro da Paixão Franco e de Maria Francisco de Assis. Em 1903 dirigiu a revista *Luz e Crença*. Com Augusto Silvério Ferreira, Francisco Castelbranco e Velasco Galiano fundou em 1907 o jornal *O Angolense* (o primeiro). Era um homem de «carácter íntegro, intrépido no ideal puro da verdade e da justiça, do direito e da razão – másculo, Paixão Franco foi intemerato. Incorruptível. Intransigente»<sup>215</sup>. Num breve retrato em que alude as ideias por que se bate, pode ler-se: «eu já era quem sou: conhecido, com residência fixa e também conhecida – com uma relativa autonomia pessoal, dizendo de minha justiça, apurado, sem subserviências, em voz alta»<sup>216</sup>. E prossegue:

Demais, filho de um igualitário, tendo passado a minha mocidade em meio de liberais, que me ministraram lições salutareis de respeito recíproco, consideração e amor ao próximo: incapaz de cruzar os braços diante de insolentes, capaz de me indignar até á insurreição, compreendo que um homem tenha repugnância por outro indivíduo, por ofensas recebidas. Mas que o odeie, só pelo facto de ser de uma raça, de uma cor diferente da sua – a minha razão recusa-se a admitir essa aberração<sup>217</sup>.

«O que há de, um dia, num futuro, mais ou menos próximo, promover, não uma revolta, como dizes, mas um movimento fratricídio em Angola – a luta medonha, indomável de irmãos contra irmãos – que já fez o seu ensaio de sangue nesta capital, não serão as injustiças dimanadas do ministério das colónias, mas as poltronices, as injustiças porcas feitas pelos nativos favorecidos, contra os seus patrícios, como eu, proscriptos na pátria comum<sup>218</sup>.

Eu tremo pelo futuro de Angola - desta Angola que, por a amar muito, eu desejaria ver feliz e próspera, e os seus habitantes, colonos e aborígenes,

---

<sup>215</sup> Cf. Teófilo José da Costa, «Retrato do Fundador da ‘Luz e Crença’» in *Jornal de Angola* de 15 de Setembro 1961, p.2.

<sup>216</sup> Pedro da Paixão Franco, *História de uma Traição*, vol.II, p.82.

<sup>217</sup> *Idem*, p.32.

<sup>218</sup> *Op.cit*, p.97

fraternizados, desfrutando todos os benefícios do progresso, de que são merecedores<sup>219</sup>.

No primeiro volume do seu livro autobiográfico, Pedro da Paixão Franco narra os factos do que, no seu entender, viriam a ser a causa da traição: a violação do acordo que sustentava a criação do jornal *Angolense* que a seguir se apresenta.

O *Angolense* foi um farol – foi preciso que elle apparecesse, para à sua luz se ver o carácter de todos esses biltres insolentes de vileza. Já estava tardando.

Órgão autónomo da opinião emancipada dos autóctones, tendo por alvo a evolução material e moral do grande império de Angola – logo à sua fundação, Francisco das Necessidades Ribeiro Castelbranco, seu director e redactor principal, Augusto Silvério Ferreira, seu redactor e Eusébio Velasco Galiano, seu editor, estabeleceram e ficou assente e respeitado como lei interna o seguinte acordo:

Artigo 1º - Artigo algum da redacção, feito pelo director, ou pelos redactores é assinado – guardando-se rigoroso sigilo sobre a sua paternidade.

Artigo 2º - De responsabilidade colectiva, os escritos nestas condições, só podem ser publicados depois de serem escrupulosamente examinados pelo director e por todos os redactores reunidos.

Artigo 3º - Reservado ao autor o direito de divergir, retirando o seu artigo, não se admite melindres literarios, nem ressentimentos de orgulho ofendido, se o artigo submetido à censura sofrer alguma modificação ou for rejeitado.

Artigo 4º - A transgressão de qualquer destes artigos, ou a simples tentativa de pôr obstáculo ao fiel cumprimento deste acordo, importa uma falta de lealdade. Por este único facto, o autor desse crime será julgado pelos outros redactores, como um traidor, e expulso da redacção [...]<sup>220</sup>.

Numa crónica publicada na edição revista *Angola da Liga Nacional Africana* de maio-julho de 1936, assinalando o 19º aniversário da sua morte, Ludovico Mara escreve:

---

<sup>219</sup> *Idem.*, p.97

<sup>220</sup> Pedro da Paixão Franco, *História de uma Traição*, vol.I, p.11.

De Paixão Franco restam-nos duas obras: «Luz e Crença», revista de que só saíram dois números, e os dois pequenos volumes de «A História de uma Traição».

Quem ler estas duas obras, a primeira de puro estudo e formação mental, e a segunda de desforço pessoal, reconhecerá que Paixão Franco não achava que o mal dos patrícios residisse no Governo e seus delegados, mas sim em seus próprios patrícios, contra os quais se voltava em catadupas de invectivas, onde a ênfase do vocabulário se mistura por vezes com o exagero da forma e do efeito [...] Seus conterrâneos, senhores dos seus pergaminhos e das suas posições feitas, das suas inteligências e das suas babuseiras; senhores do dinheiro e das bessanganas, das festanças e dos salões, do ridículo e do chic; cobrindo-se de seda e chafurdando na lama a título de gozarem a vida, seus conterrâneos não gostaram (como ainda não gostam) daquele modo de proceder, e então, ao sentirem as estocadas que apanhavam em cheio, reagiram contra o pobre filho do Dondo [...]»<sup>221</sup>.

Este trecho dá-nos uma perfeita ideia da existência, na década de 30, de uma comunidade de leitores das obras dos autores do princípio do século XX.

Augusto Tadeu Bastos nasceu na cidade de Benguela a 16 de agosto de 1872. Era filho de um português, Manuel Tadeu Pereira Bastos e de Laurinda Rosa, angolana. Fez os estudos em Portugal. Regressou a Benguela após a morte do pai. Para ganhar a vida exerceu várias profissões, entre as quais a de guardalivros. Anos mais tarde chegou a escrivão da Administração do Concelho da Catumbela. Foi jornalista de *O Distrito de Benguela*. Exerceu igualmente a actividade de advogado provisionário. Foi membro da Liga Angolana. Em Setembro de 1916, a Direcção da Liga entendeu prestar uma homenagem ao «patrício ilustre» residente em Benguela, tendo organizado uma soirée no dia trinta de setembro<sup>222</sup>. No dia 5 de outubro proferiu uma conferência sobre o progresso colonial na sede da Liga, tendo oferecido a edição e a propriedade do texto<sup>223</sup>. Nessa ocasião, pelos serviços prestados à Liga, foi proposto sócio efectivo pelo consócio Maurício de Almeida<sup>224</sup>. Entre 1923 e 1925 foi presidente

---

<sup>221</sup> Ludovico Mara, «Paixão Franco», in *Angola. Revista Mensal de Doutrina, Estudo e Propaganda Instrutiva*, nº 5 maio-julho de 1936

<sup>222</sup> Acta da 12ª sessão da Direcção da Liga Angolana, de 17 de setembro de 1916.

<sup>223</sup> Acta da 13ª sessão da Direcção da Liga Angolana, de 17 de outubro de 1916.

<sup>224</sup> *Ibid.*

eleito da Câmara Municipal de Benguela, além de ter sido membro da Junta Distrital da Instrução Pública de Benguela e secretário da Associação Comercial de Benguela. Foi sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa. Pouco antes de morrer, em 1928, o governo-geral de Angola incumbiu-lhe a tarefa de organizar o Arquivo Histórico de Angola<sup>225</sup>. Faleceu em Benguela na sexta-feira de 10 de abril de 1936. Publicou: *Monografia da Catumbela* (edição da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1912) e *Traços Gerais sobre a Etnografia do Distrito de Benguela* (edição da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1909). A estas obras os leitores angolanos da época reconheciam méritos literários. No dizer de Alberto de Lemos, em 1913 Augusto Tadeu Bastos como relator da Comissão incumbida da «Questões da Colonização e Etnografia», apresentara já no I Congresso Distrital de Benguela «um belo trabalho sobre tais assuntos que [...]o consagrou como pessoa de muita cultura e elevado valor literário». A sua bibliografia inclui ainda *O Caçador de Leões* (Benguela, 1917), *Debaixo de um Búfalo* (Benguela, 1919)<sup>226</sup>.

Augusto Silvério Ferreira celebrado pelos seus contemporâneos como orador brilhante e escritor dotado, nasceu em 1877. Era considerado na década de 60 «um dos maiores jornalistas africanos dos últimos 50 anos»<sup>227</sup>. Concluiu ensino primário em 1890 como aluno do professor Castanheira Neves. Estreou-se nas lides jornalísticas em 1892 com a fundação do jornal humorístico manuscrito *O Namoro* designado depois *O Namoro Junior*. Foi co-fundador da *Associação Literária Angolense* com Manuel Augusto dos Santos, Francisco Augusto Taveira, Jacinto Alves Bettencourt, Domingos Van-Dúnem entre outros. A associação que incentivava os seus membros ao estudo publicou a revista manuscrita *A Juventude Literária*. Após a sua desintegração, fundou em 1901 a *Câmara dos Deputados*, denominada depois *Câmara de Instrução e Recreio*<sup>228</sup>. Faleceu em 1915.

António de Assis Júnior nasceu em Luanda a 13 de março de 1878 e faleceu em Lisboa em 27 de maio de 1960. Publicou *Relato dos Acontecimentos de Ndala Tando e Lucala* (ensaio-testemunho, 1917), *O Segredo da Morta* (romance,

---

<sup>225</sup> Alberto de Lemos, 1969, *Nótulas Históricas*, Luanda, Fundo do Turismo e Publicidade, 1975, pp.127-130.

<sup>226</sup> Geraldo Bessa Victor, *Intelectuais Angolenses dos Séculos XIX e XX. I- Augusto Bastos*, Lisboa

<sup>227</sup> Ver *Jornal de Angola*, nº111, 15 de outubro de 1961.

<sup>228</sup> Cf. *Jornal O Angolense*, nº3, 13 de outubro de 1917.

1934) e do *Dicionário Kimbundu-Português*. Perante a profusão de textos de propaganda colonial, durante os anos 20 e 30, especialmente a partir do lançamento dos concursos de literatura colonial, no século XX o seu romance deve ser considerado fundador na ficção narrativa literária verdadeiramente angolana no século XX. Ora, quando em 1910 se proclama a República em Portugal, António de Assis Júnior tem trinta e dois anos de idade. A década de 20 do século XX é um período que culmina com uma crescente vaga de restrições ao exercício das liberdades de expressão e de imprensa<sup>229</sup>. É sobre este fundo marcado por um longo silêncio devastador que António de Assis Júnior (1878-1960) dá à estampa em 1934 *O Segredo da Morta*, o primeiro romance angolano do século XX, após a publicação de *Relato dos Acontecimentos de Dala Tando e Lucala* (1917), uma narrativa e ao mesmo tempo um testemunho sobre actividades de reivindicação reprimidas a que se denominou *revolta dos nativos*. *O Segredo da Morta* dava sinais da tendencial autonomia e de uma verdadeira ficção literária moderna. A sua publicação em livro foi precedida de folhetins no jornal *A Vanguarda* a partir de 1929. Só em 1935 viria a ser editado com a chancela de *A Lusitânia*. António de Assis Júnior, foi por diversas vezes preso, desde as primeiras décadas do século XX. Tal aconteceu, por exemplo, em 1917 e em 1922 quando acusado de ser o principal instigador de um *Movimento Nativista* ou *Revolta de Nativos* e da *Revolta de Catete*. Nos anos 50 e 60 passa a viver em Lisboa. É muito provável que tenha havido alguma motivação carcerária na sua fixação de residência em Portugal, onde chegou a ser leitor da língua Kimbundu na Escola Superior de Estudos Ultramarinos, a convite de Rodrigo Sá Nogueira<sup>230</sup>. Além de jornalista, era advogado provisionário (solicitador), tendo exercido outras actividades no quadro dos tribunais, onde chegou a escrever no tribunal do Lubango, antes dos

---

<sup>229</sup> Escrevendo em 1978 sobre a História de Angola do princípio do século XX, especialmente sobre a revolta nativista de 1922, na senda da falaciosa teoria da criouliidade de Mário António, o historiador francês René Pélissier, considerava que a década de 20 representava «o fim dos tempos crioulos». E, por essa razão, chegou erradamente, entre outras, às seguintes conclusões: «Plus de cinquante ans après, les resultats de l'enquête annoncée sur la 'Revolte de Catete' ne sont toujours pas connus, mais l'on peut convenir que la création au sein de l'Administration angolaise du Quadro geral auxiliar marque la fin d'une époque pour les assimilados noirs et les mestiços». Cf. René Pélissier, 1978, *La Colonie du Minotaure. Nationalismes et Révoltes en Angola, 1926-1961*, Montamets, Orgeval, Editions Pélissier, p.215. Provavelmente, por não ter consultado o processo de averiguações instaurado após a Revolta de Catete, René Pélissier lavrava em equívocos, na medida em que a tese segundo a qual a liderança nativista tinha sido totalmente decapitada com a criação do quadro administrativo auxiliar para os funcionários nativos não se estriba em fundamento consistente. É que o associativismo nativista manteve-se activo na década de 30 com a Liga Nacional Africana, após a extinção da Liga Angolana em 1922.

<sup>230</sup> Cf. Michel Laban, *Mário Pinto de Andrade-Uma entrevista*, p.92

acontecimentos de Ndala Tando e Lucala<sup>231</sup>. Distinto membro da Liga Angolana, chegou a ocupar cargos na sua Direcção. António de Assis Júnior, foi o principal arguido de um dos mais célebres processos de investigações policiais a que seguiram prisões administrativas, que abalaram as principais cidades de Angola nos anos 20. Do desfecho do referido processo, resultou o encerramento do jornal *O Angolense* e da Tipografia Mamã Tita onde era impresso o jornal, a extinção da Liga Angolana e o desterro de um bom número de intelectuais e jornalistas para Cabinda e Timor Leste. Já na sequência do desenvolvimento do associativismo nativista, um anos antes da sua prisão, em 1916, António de Assis Júnior manifesta-se preocupado com a ausência de unidade entre os naturais, observável pela existência de duas associações de nativos. Isto ocorria três anos após a fundação da Liga Angolana. Toma então a iniciativa de promover o entendimento entre a Liga Angolana e o Grémio Africano, tendo este sido criado como consequência da dissidência. Este sentimento de desolação perante a grave desunião dos nativos resulta do conhecimento que tem da realidade e dos contactos que realiza em localidades que visitou, tais como Lobito, Porto Amboim, Seles, Ndala Tando. Mas, como vimos, a sua primeira prisão dá-se em 1917, no âmbito dos acontecimentos de Ndala Tando e Lucala. De Ndala Tando onde tinha escritório e exercia a sua actividade, foi enviado para Luanda. Quando em 1922 se inicia a vaga de prisões e apreensões, motivadas pelos acontecimentos de Catete, António de Assis Júnior, com quarenta e quatro anos de idade, era director do conhecido jornal *O Angolense*. Em 10 de fevereiro é preso por ordem de Silva Ferreira, o Secretário Provincial do Interior do Governo de Angola, como arguido no processo nº 293. Na prisão mantém-se durante três meses, sem culpa formada. A ordem de prisão foi executada e formulado nos seguintes termos: «Por ordem superior queira Vossa Excelência mandar proceder à imediata prisão do nativo António de Assis Júnior, residente nesta cidade, recolhendo-o na Fortaleza de São Miguel, e ouvido em auto de declarações»<sup>232</sup>. Quatro dias depois eram detidos os trabalhadores de Catete que se tinham deslocado a Luanda para apresentar reclamações ao Governo-geral, na pessoa do Alto-comissário da República, assessorados por António de Assis Júnior conhecido como «advogado dos nativos». Lê-se o seguinte no respectivo mandato

---

<sup>231</sup> Cf. António de Assis Júnior, 1981, *Relato dos Acontecimentos de Dala Tando e Lucala*, Luanda, União dos Escritores Angolanos.

<sup>232</sup> Processo nº 293. Secretaria Provincial do Interior. Autos de averiguações sobre a Revolta de Catete de 1922.

de captura: «Queira Vossa Excelência mandar proceder à captura imediata dum numeroso grupo de indígenas de Catete que vieram a Loanda e que se encontram em casa do nativo António de Assis Júnior, mandando-os recolher à Fortaleza de São Miguel e ouvindo-os em auto». Negando qualquer actuação de instigador e autoria de prelecções de propaganda contra o governo, António de Assis Júnior reconheceu que tinha sido contactado para redigir uma exposição, através da qual os cerca de cem assalariados agrícolas «pretendiam que fossem ouvidos sobre os castigos corporais que em Catete lhes são aplicados, prisões arbitrárias que sofrem, trabalho obrigatório que executam por cinquenta e dois dias em casas particulares, retribuição de vinte centavos diários que recebem no Posto Algodoeiro, abolição do pagamento de Imposto Indígena a crianças de dez e doze anos, etc.»<sup>233</sup>. Com efeito, antes da presença em Luanda dos referidos trabalhadores de Catete, António de Assis Júnior tinha já, na qualidade de Director do jornal *O Angolense*, redigido e publicado um artigo sobre esses acontecimentos. Sobre o escritor e jornalista pesava então a acusação de instigar um crime de tentativa de uma revolta indígena. Já preso, esgrimia argumentos em sua defesa com requerimentos apresentados ao Alto-comissário da República Portuguesa em Angola. Apesar de detido na cadeia da Fortaleza de S. Miguel de Luanda, continuou a orientar o jornal. Nessas circunstâncias escreve um artigo<sup>234</sup> sob o título «*A Buxa - Os decretos do sr. Alto-comissário em Angola são uma burla?*», dando conta das atrocidades de Catete. Mas proibido pela censura, não é publicado. As actividades desenvolvidas por António de Assis Júnior, entre 1920 e 1922, permitem concluir que era o líder de um grupo numeroso. As autoridades coloniais portuguesas que nas buscas e apreensões tinham recolhido documentos diversos, arrumados em oito volumes, começavam a detectar a existência de uma causa *remota*. Na verdade, a causa era bem mais antiga do parecia. Remontava aos séculos passados. A conclusão a que a polícia política do governo colonial chegou com as investigações administrativas de 1922, apontavam para o desencadeamento de uma rebelião com fundamentos de uma doutrina e propaganda nativistas cujos focos de agitação se espalhavam pelas cidades e regiões mais importantes do território, tais como Benguela, Cabinda, Luanda, Malanje, Mossamedes, Ndala Tando. Com uma rede impressionante de contactos que culminava com a publicação de jornais, entre os quais *A Lunda*,

---

<sup>233</sup> *Ibid.*

*Angolense* e *A Verdade*. Os nomes das figuras implicadas são: António de Assis Júnior (director do *Angolense*), António Joaquim de Miranda (que se encontrava desterrado em Cabinda, antigo colaborador da Lunda e director da *Era Nova* de Malanje), A. Figueiredo, Custódio Bento de Azevedo (Sassa, Alto Dande), Gervásio Ferreira Viana (Ndala Tando), João Pedro de Sousa (Benguela), José Carlos Oliveira (Mosamedes, ex-presidente da Liga Angolana), Narciso Espírito Santo (santomense, director de *A Verdade*), Padre Manuel (Paço Episcopal em Luanda). Oito anos após a extinção da Liga Angolana, em 14 de julho de 1930 era criada em Luanda, a Liga Nacional Africana, a sua sucessora. Desde 1929 funcionou sob a direcção de uma Comissão Administrativa. O seu sócio número uma era António de Assis Júnior. Nessa data existiam em Luanda mais três «associações africanas», nomeadamente, Grémio Africano, Liga da Mocidade Angolana e Liga da Juventude Angolana<sup>235</sup>. Fundada à luz dos ideais da instrução, beneficência, recreio e defesa ordeira e legal dos direitos e interesses dos nativos de Angola, a Liga Nacional Africana absorveu associações como os Grémios «Oscar Monteiro Torres», «Silvério Ferreira» e «Afro-Português», «União e Progresso» e «Família Recreativa». A adesão destas traduzia a resposta aos apelos de unidade lançados pelo presidente da Comissão Administrativa<sup>236</sup>. A denúncia da falta de união é feita por Américo Alves Machado no texto de uma palestra *A Liga Nacional Africana e seus detractores*, publicada na revista *Angola*<sup>237</sup>.

Em 1926, quatro anos após a dissolução da Liga Angolana e suspensão do jornal *O Angolense*, assistia-se à institucionalização de uma literatura ao serviço da acção colonial portuguesa em Angola, desenvolvendo-se como instrumento da política de ocupação efectiva do território na sequência da Conferência de Berlim de 1885-1884 sobre a partilha de África e do Ultimato Inglês de 1890. No período em que floresce a Literatura Colonial, destacam-se dois autores angolanos que continuam a perseguir os ideais dos tribunos e escritores angolanos do princípio do século XX: Lourenço Mendes da Conceição (1896-1970), Óscar Ribas (1909-2004).

Lourenço Mendes da Conceição nasceu em 29 de dezembro de 1896 na vila da Muxima (Kakungu). Faleceu em Luanda por atropelamento a 29 de junho

---

<sup>235</sup> *Angola. Revista Mensal de Doutrina, Estudo e Propaganda Instrutiva*, nº 6 julho-agosto de 1936.

<sup>236</sup> *Angola. Revista Mensal de Doutrina, Estudo e Propaganda Instrutiva*, nº 1 e 2 fevereiro de 1933.

<sup>237</sup> *Angola. Revista Mensal de Doutrina, Estudo e Propaganda Instrutiva*, nº 6 julho-agosto de 1936.



de 1970<sup>238</sup>. O nome de Lourenço Mendes da Conceição está associado a um interessante debate que sacudiu a capital angolana na década de 40, sobre a morfologia e a semântica do topónimo Luanda. Foi o primeiro negro de Angola elevado ao cargo de Director da Fazenda. No discurso proferido no acto de tomada de posse disse: «[...] Tem-se estranhado muitas vezes que indianos, santomistas, guineenses e caboverdianos ocupem postos destacados de Administração Pública e não haja angolanos, de cor, em posições de relevo. E isto não por discriminação racial, não por injustiça, mas, certamente, porque, por carência de preparação adequada, ainda não tenhamos sido julgados aptos a ocupar lugares de maiores responsabilidades» (*Jornal de Angola*, 30 de novembro de 1961). Católico convicto, Lourenço Mendes da Conceição revelava profunda admiração por intelectuais que eram igualmente católicos independentemente da sua nacionalidade. Isso mesmo pode ser confirmado pelo ensaio que tem como título *Três Mestres da Minha Predilecção* (Lisboa, 1948). Entre tais mestres estão três autores portugueses, sendo um deles o sacerdote católico Manuel Alves da Cunha que serviu em Angola. Na mesma senda está o artigo que dedicou ao cônego angolano Manuel Patrício Correia de Castro<sup>239</sup>, primeiro deputado angolano às cortes gerais constituintes de 1821/22<sup>240</sup>. O Monsenhor Manuel Alves da Cunha que era um dos seus mestres predilectos inspirava-lhe respeito na medida em que realizou uma fecunda actividade como investigador da História de Angola. Não «desmerece o título de Mestre em historiografia angolana», pois [...] «passou toda a sua vida em Angola a desvendar os segredos do que fizeram os Portugueses nestas terras e de como se comportaram os Aborígenes ante os conquistadores, a pontos de fazer destes estudos a sua mais constante ocupação nas escassas horas que a actividade missionária e de sacerdote lhe deixavam

---

<sup>238</sup> Domingos Van-Dunem, «Lourenço Mendes da Conceição. Um cidadão exemplar», *Austral*, n.º 8 abril-maio-junho 1994, pp. 29-34.

<sup>239</sup> O cônego Manuel Patrício Correia de Castro nasceu em Luanda a 17 de março de 1789. «Filho de pai europeu e de mãe angolana foi baptizado na igreja de Nossa Senhora dos Remédios em 3 de abril daquele ano». Foi iniciado nas primeiras letras pelo sacerdote europeu Manuel Dantas Lima e com ele aprendeu as Humanidades e Teologia Moral. Em 1813, quando contava 24 anos foi enviado para o Brasil onde seria submetido a exames e ordenado. Por concurso público e nomeação régia chegou a professor de Latim. Em 1822 foi eleito deputado às Cortes gerais e Constituintes de Lisboa. Regressa a Angola em 1824. Retoma o lugar de professor da cadeira de Latim. Em 13 de maio de 1826 toma posse como Cônego da Sé Catedral. Em 19 de junho de 1830 é promovido a Arcediago da Sé Catedral, depois de ter sido Vigário Capitular. Ao cônego M.P. Correia de Castro são reconhecidos dotes de orador e conhecedor de matérias jurídicas.

<sup>240</sup> Lourenço Mendes da Conceição, «O cônego Manuel Patrício Correia de Castro», *Revista de Angola*, n.º 137, 15 fevereiro de 1967; n.º 138 de 28 de fevereiro 1967; n.º 139 de março de 1967; n.º 140 de 31 de março 1967.

livres»<sup>241</sup>.O trabalho ensaístico de vulto de Lourenço Mendes da Conceição é o livro resultante da polémica que travou com Júlio Castro Lopo, *Porque se escreve Luanda com “U”*<sup>242</sup>.

Em fins da década de 30, emerge o nome de Óscar Ribas<sup>243</sup>.Desataca-se pela sua actividade de pesquisa etnográfica e revela-se como narrador de talento, vindo a confirmar os seus méritos com a publicação do romance *Uanga* em 1950. Segundo Mário António, Óscar Ribas «surge como um elo necessário entre essa tradição em perigo e os anseios de afirmação literária das gerações mais novas da sua terra.»Mas os seus créditos firmam-se com *Ecos da Minha Terra*, publicado em 1952. Óscar Bento Ribas (1909-2004) nasceu em Luanda a 17 de agosto de 1909.É filho de Arnaldo Gonçalves Ribas, natural de Guarda (Portugal), e de Maria da Conceição Bento Faria, natural de Luanda.Fez os estudos primários e secundários em Luanda, tendo passado pelo Seminário-Liceu de Luanda. Poucos anos depois da criação do Liceu Salvador Correia de Luanda, viria em dois anos a concluir aí o 5º ano.Após uma curta estada em Portugal onde estudou aritmética comercial, regressa a Angola indo empregar-se na Direcção dos Serviços de Fazenda e Contabilidade.Residiu sucessivamente nas cidades de Novo Redondo, actual Sumbe, Benguela, Ndalantando e Bié. Foi em Benguela que aos 22 anos de idade se começaram a manifestar os primeiros sinais da doença que, 14 anos depois, o levaria à cegueira definitiva aos trinta e seis anos de idade.Cultivando a escrita de ficção, Óscar Ribas iniciou a sua actividade literária nos tempos de estudante do Liceu.A sua primeira fase de publicações começa com duas novelas: *Nuvens que Passam* em 1927 e *Resgate de uma Falta* em 1929.Segue-se a segunda fase com *Flores e Espinhos* (1948), *Uanga* (1950) e *Ecos da Minha Terra* (1952).No dizer do ensaísta e crítico literário Mário António, «nesta última fase se inicia a prospecção da africanidade na obra de Óscar Ribas para a qual contribuiu decisivamente sua Mãe, D. Maria Bento Faria, protótipo das senhoras africanas do outro tempo, mantendo vivas as fontes originais da sua própria sabedoria».

---

<sup>241</sup> *Op.cit.*, p.102.

<sup>242</sup> Lourenço Mendes da Conceição, 1943, *Porque se Escreve Luanda com “U”*, Luanda, O Apostolado, 1943.

<sup>243</sup> Óscar Ribas nasceu em Luanda a 17 de agosto de 1909.

Em toda a produção literária posterior, Óscar Ribas demonstra, na verdade, uma propensão pouco comum entre os escritores da sua geração e mesmo relativamente às gerações posteriores. Revela-se profundamente preocupado com os temas da literatura oral, filologia, religião tradicional e filosofia dos povos de língua kimbundu. Destas preocupações resultam a sua bibliografia dos anos 60, nomeadamente *Ilundo - Espíritos e Ritos Angolanos* (1958,1975); *Missosso 3 volumes* (1961,1962,1964); *Alimentação Regional Angolana* (1965); *Izomba - Associativismo e Recreio* (1965); *Sunguilando - Contos tradicionais angolanos* (1967, 1989) *Kilandukilu - Contos e Instantâneos* (1973); *Tudo Isto Aconteceu - Romance Autobiográfico* (1975); *Cultuando as Musas - Poesia* (1992); *Dicionário de Regionalismos Angolanos*; *Temas da Vida Angolana e Suas Incidências* (2002). Óscar Ribas foi por diversas vezes distinguido com prémios e títulos honoríficos: *Prémio Margaret Wrong* (1952), *Prémio de Etnografia do Instituto de Angola* (1959), *Prémio Monsenhor Alves da Cunha* (1964). Quanto a títulos, com que foi agraciado: *membro titular da Sociedade Brasileira de Folk-lore* (1954), *Oficial da ordem do infante do governo português* (1962), *Medalha Gonçalves Dias pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* (1968), *Diploma de Mérito da Secretaria de Estado da Cultura* (1989).

Portanto, a utilização de conceitos como geração literária, período literário e história literária, no contexto das primeiras décadas do século XX angolano, sugere uma adequação às circunstâncias da época, tendo em conta as especificidades da Literatura Angolana enquanto instituição. Por outras palavras exigem um «repensar da história da literatura». Apesar da existência de propostas de periodização, consagradas por antologias, manuais de ensino e obras de divulgação, o estudo da instituição literária angolana não pode prescindir de um quadro heurístico basilar que permita problematizar convenções e práticas específicas. Neste medida, a reflexão empreendida traduziu-se na fixação das linhas de uma narrativa que permite compreender o processo de construção do imaginário social em Angola e, conseqüentemente, as formas de representação da realidade, bem como as manifestações legitimadoras de uma agência criativa e literária.

## IV.2. O discurso nativista no princípio do século XX

Ideais republicanos em Angola.- Associativismo nativista e Literatura Angolana.-Nativismo, forma de manifestação do nacionalismo.-

Na ressaca das violentas guerras, revoltas e rebeliões desencadeadas pelas populações autóctones contra o povoamento europeu e a ocupação dos territórios em África, no princípio do século XX, o colonialismo português implantava progressivamente a sua administração no espaço geográfico de um país que passara a chamar-se Angola. As instituições políticas impõem uma ordem colonial que é a expressão do triunfo dos vencedores. Os interesses do poder colonial têm ao seu serviço importantes instrumentos que visam assegurar a obediência e a dominação da população, entre os quais avulta o ordenamento jurídico português, a máquina institucional da ideologia colonial e da política educativa «indígena». A escola moderna chega a Angola no ocaso do século XIX. E a socialização das primeiras gerações literárias angolanas do século XX dá-se no quadro de uma cronologia que se estende entre 1911 e 1935.

Quando em 1911, foi aprovada a primeira constituição republicana portuguesa, reforçando-se o exercício dos direitos e liberdades nas colónias, desencadeia-se o movimento associativo nativista ao abrigo do qual é criada a filial angolana da Liga Ultramarina de Lisboa a que sucederia a Liga Angolana. A Liga Angolana, legalmente constituída a 6 de março de 1913<sup>244</sup>, gozava de alguma reputação perante as autoridades coloniais. Em 1935, publica-se o romance *O Segredo da Morta* de António de Assis Júnior. As referidas gerações literárias emergem em finais do século XIX e princípio do século XX e têm a sua actividade intelectual profundamente marcada por um associativismo de reivindicação e denúncia, legitimado pelas disposições normativas das constituições portuguesas, aplicadas com restrições aos territórios coloniais em África. O exercício efectivo de direitos e liberdades à luz dos ditames liberais e republicanos, o surgimento de uma

---

<sup>244</sup>A Liga Angolana mantinha contactos regulares com a Junta de Defesa dos Direitos de África de Lisboa. Logo após a sua constituição recebeu uma carta de Nicolau dos Santos Pinto, membro da direcção da Junta, pedindo informação «sobre se a Liga Africana, que lhe consta ter sido fundada em Loanda, é a Liga Angolana». Pelo seu Comité Federal era enviado regularmente exemplares do jornal *A Voz d' África* e outros materiais impressos como os quatrocentos exemplares do folheto *A Lei do Garrote* para serem vendidos. Ver Acta da sessão de 25 de Setembro de 1914.

camada social de angolanos que se afirma como elite e toma consciência da situação de dominação, estão na origem do desenvolvimento do jornalismo e da literatura nesse período. A crónica, o folhetim e a polémica comandam as estratégias de intervenção desses tribunos na senda da geração anterior. Portanto, o associativismo, a propriedade de jornais e a escrita (literária e jornalística) constituíam três dos mais importantes instrumentos da defesa dos interesses angolenses que revelam bem a recepção do republicanismo e das correntes estéticas e ideológicas que dominam os panoramas literários brasileiros, portugueses e europeus em geral. Estes são os vectores em que se analisa o nativismo literário angolano. Para Mário Pinto de Andrade, o nativismo era uma ideia projetiva «veiculada pelos letrados africanos desde os anos 80 do século XIX [...]» era um «termo pelo qual o segmento intelectual dos “filhos da terra” [...] exprimia o sentimento colectivo de ser portador de valores próprios, o referente de identificação e confluência das suas aspirações a uma autonomia e futura independência<sup>245</sup>». A historiadora Aida Freudenthal<sup>246</sup> considera que os angolenses pertencentes a essa geração literária preferiam o uso de termos como «filhos de Angola» em detrimento de expressões como nativos ou nativistas. Refere ainda que em virtude de ter sobrevivido pouca documentação sobre o nativismo, o estudo desta questão vê-se prejudicado. Por sua vez, Carlos Pacheco identifica indícios de um discurso nativista no poema «A Minha Terra» de José da Silva Maia Ferreira, na sequência de uma definição tomada de empréstimo ao Brasil segundo a qual o nativismo é «a reacção aos valores de fora e, acto contínuo, a afirmação dos valores locais»<sup>247</sup>, «caraterizando-se simplesmente pela oposição entre naturais e estrangeiros [...] mais propriamente pela oposição entre “portugueses de África” e “portugueses da Europa” com toda a carga de antipatia que essa relação espelhava[...]»<sup>248</sup>. Mas não se pode afirmar categoricamente a existência do nativismo em Angola na primeira metade do século XIX, período em que se introduz a indústria editorial e ocorre a publicação do primeiro livro, *Espontaneidades da Minha Alma* de José da Silva Maia Ferreira. É que o nativismo no contexto angolano manifesta-se em duas fases. A primeira verifica-se de modo

---

<sup>245</sup>Cf. Mário Pinto de Andrade, 1997, *Origens do Nacionalismo Africano*, Lisboa, p.110.

<sup>246</sup> Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume XI. O Império Africano 1890-1930*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, pp.259-452.

<sup>247</sup> Carlos Pacheco, 1996, *O Nativismo na Poesia de José da Silva Maia Ferreira*, Évora, Pendor, p.42

<sup>248</sup> *Id.*, p.32.

incipiente na segunda metade do século XIX, quando alguns membros dessa geração, de que se destaca José de Fontes Pereira, assumem o protagonismo na articulação de um discurso mais consistente sobre a independência de Angola. Na segunda fase, reunindo características de ideologia e prática, o nativismo ocorre efectivamente no princípio do século XX, quando os intelectuais, jornalistas e escritores assumem igualmente o papel de porta-vozes dos seus próprios interesses enquanto grupo e das populações chamadas indígenas, urbanas e rurais, recorrendo para tal aos três instrumentos já referidos: a propriedade de jornais, o associativismo e a escrita jornalística e literária. Isto não acontece na geração de José da Silva Maia Ferreira<sup>249</sup>. O facto de ter existido na pequena cidade de Benguela, em 1850, o clube *Jovem Loanda* constituído por «nativistas mulatos» que as autoridades coloniais consideravam «insultantes e attanados, tratando publicamente os Portugueses europeus por galegos, e declarando-se seus inimigos<sup>250</sup>», não é razão suficiente para reconhecer o surgimento de um nativismo de influência brasileira<sup>251</sup> em Angola, na medida em que as representações do território são impostas às elites de origem escravocrata após a extensão da soberania portuguesa sobre o território angolano actual que tem início com a Conferência de Berlim de 1884-1885.

Com efeito, a leitura de textos dos autores da segunda metade do século XIX e livros publicados nas duas primeiras décadas do século XX, tais como *Voz de Angola Clamando no Deserto* (1901), bem como a documentação existente sobre a actividade de associações como a Liga Angolana e os acontecimentos da Revolta de Catete de 1922 em que são arrolados factos ocorridos em 1917, não impede que se possa chegar à conclusão que, ao assumir plenamente a identidade de «filhos do

---

<sup>249</sup> No entender de Carlos Pacheco, «a geração a que pertence o autor das *Espontaneidades* foi historicamente incapaz [...] de se assumir em termos de ruptura [...] essa geração jamais pôs em causa o sistema colonial.» Há uma certa contradição nestas afirmações de Carlos Pacheco. Se a geração de José da Silva Maia Ferreira não realiza rupturas nem põe em causa o sistema colonial, como pode admitir-se a hipótese de o nativismo ter surgido nessa altura? Cf. Carlos Pacheco, 1996, *O Nativismo na Poesia de José da Silva Maia Ferreira*, Évora, Pendor, p.31

<sup>250</sup> Cf. Carlos Pacheco, 1990, *José da Silva Maia Ferreira. O Homem e a sua Época*, Luanda, Uniões dos Escritores Angolanos, p.121

<sup>251</sup> Em 1849, data em que se publica *Espontaneidades da Minha Alma*, José da Silva Maia Ferreira acabava de regressar do Brasil e como «poeta local» animava os bailes e as cerimónias oficiais de Luanda. Três anos antes (1846), Gonçalves Dias, o poeta romântico brasileiro, projectava o nativismo numa poesia de inspiração indianista com a publicação dos seus *Primeiros Cantos*. Segundo José Aderaldo Castello, do nativismo deriva o indigenismo/indianismo, «passa agora a relacionar-se com o nacionalismo, distinguindo-se em indigenismo e indianismo mítico [...] O nativismo converte-se em nacionalismo, expresso inicialmente através de manifestações sucessivas e concomitantes de antilusismo e do patriotismo exaltados [...]». Cf. José Aderaldo Castello, 1999, *A Literatura Brasileira. Origens e Unidade*, Volume I, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, p.188

país», esses autores revelam o sentimento de pertencer a uma comunidade mais ampla de nativos de que eles eram legítimos representantes, apesar da semântica negativa e estigmatizante que o poder colonial confere ao termo. «Nativos» e «filhos do país» são expressões que apresentam o mesmo espectro de significados. A recorrência do termo e a conotação que lhe subjaz nos vários tipos de textos assinados por jornalistas e escritores, permite-nos concluir que do significado de «nativo» se tem plena consciência para a acção colectiva. Os fundadores da Liga Angolana autodenominam-se como «nativos». O nativismo a que nos referimos tem a sua justificação em comportamentos de carácter teleológico, desenvolvendo-se a partir das ideias que os próprios angolenses defendem. Trata-se de uma noção que designa a forma como a ideologia nacionalista se manifesta no espaço territorial angolano, em finais do século XIX e princípios do século XX<sup>252</sup>. Mas o associativismo nativista surge apenas na primeira década do século XX. Numa perspetiva periodológica pode dizer-se que a geração fundadora da Liga Angolana representa o segundo nativismo <sup>253</sup>.

Ao considerarmos o nativismo como expressão da ideologia nacionalista, operamos com o conceito de ideologia<sup>254</sup>, no seu «significado fraco», entendido como um conjunto de ideias, valores e comportamentos tendencialmente políticos. Se o nativismo conforma ideias e valores de autonomia, secessão e independência, no contexto da organização do Estado colonial, é o associativismo que exprime a concretização dos comportamentos políticos colectivos, neste caso através da acção colectiva da Liga Angolana e dos jornais e publicações que mencionámos. As primeiras associações de nativos de que temos notícia datam da segunda metade do século XIX como é o caso da Associação de José de Fontes Pereira. Em princípios de 1900 surgem outras em Benguela e Luanda. Por exemplo, o *Grémio Africano*, em Benguela, o *Sport Club Angolense*, *União Recreativa*, *Sociedade dos Quipacas*<sup>255</sup> em Luanda. Sucedem-lhes a *Liga Angolana*<sup>256</sup> e o *Grémio Africano*<sup>257</sup>.

---

<sup>252</sup> Douglas Wheeler, «Origins of African Nationalism in Angola: Assimilado Protest Writings, 1859-1929», in Ronald Chilcote (ed.), 1972, *Protest & Resistance in Angola & Brazil. Comparative Studies*, Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press, pp.67-87. Este autor chega mesmo a considerar que a primeira fase do nacionalismo angolano ocorre entre 1860 e 1930.

<sup>253</sup> O *primeiro nativismo* tem lugar no século XIX, sendo José de Fontes Pereira o representante da 1ª geração a que se seguiu a geração de Joaquim Dias Cordeiro da Mata.

<sup>254</sup> Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, 1983, *Dicionário de Política*, 5ª edição, Vol.I, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, p.585

<sup>255</sup> Cf. Óscar Ribas, 1965, *Izomba. Associativismo e Recreio*, Luanda, Tipografia Angolana, p.31.

<sup>256</sup> *Boletim Oficial de Angola* nº10 de 8 de Março de 1913.

<sup>257</sup> *Boletim Oficial de Angola* nº 13 de 29 de Março de 1913.

Em algumas cidades angolanas surgiram outro tipo de organizações associativas. Para Óscar Ribas, o associativismo nativo das primeiras décadas do século XX, pode ser analisado em três tipos: sociedades recreativo-espirituais, espirituais e mutualistas<sup>258</sup>.

As mudanças que se viriam a registar, a nível do discurso literário, no dealbar do século XX, são assinaladas desde logo pela publicação do livro *Voz de Angola Clamando no Deserto* (1901) e a fundação de jornais, tais como *O Angolense* (1907)<sup>259</sup>, em Luanda, extinto alguns anos depois, na sequência de desavenças entre os seus proprietários, o título foi retomado em 1917; *Era Nova* (1912), em Malanje, de que era proprietário António Joaquim de Miranda; *Eco d'Africa* (1914) em Lisboa. Ao compararmos este editorial e as matérias desta edição com os do primeiro número do *Angolense* de 1917, verifica-se uma mudança de tom. O discurso apologético passa a ser verdadeiramente defensivo e denunciatório. De resto, o seu proprietário designava-o «Semanário defensor dos interesses de Angola». Em números consecutivos, nomeadamente, 1 e 2, são publicados dois longos artigos denunciando os rumores sobre um «movimento nativista» que terá iniciado em Benguela por volta de 1914, atribuindo-se a sua

---

<sup>258</sup> Cf. Óscar Ribas, *op.cit.*, p. 65.

<sup>259</sup> No editorial - *A Nossa Missão* - da primeira edição de *O Angolense* de 1907, lê-se o seguinte:  
«O jornal é, como ninguém ignora um grande factor da educação popular. Siga o partido que seguir, o periódico deve sempre visar a um fim útil e educativo. É esta, a nosso ver, a verdadeira missão da imprensa, missão tanto mais sympathica quanto maior é a escuridão do meio em que tenha de exercer a sua benéfica influência. E que ambiente mais tenebroso, e, consequentemente, mais necessitado de luz do que o nosso? A vida aqui, mormente a do aborígene, desliza numa ignorância quase absoluta de tudo. Orientações erradas, acções mal dirigidas, aspirações impróprias, tudo tem concorrido para o atraso deste povo. Ao expormos o nosso modo de pensar sobre o credo que a imprensa deve seguir, não pretendemos fazer crer que O Angolense consiga a completa educação do povo indígena. Seria uma vaidade estulta pensar em tal. Não é por meio de um periódico, por mais bem-intencionado que seja, que o povo nativo se desembaraçará de todo das trevas que o avassalam, no entanto, quando um jornal se dedica com amor a exercer o papel para que é destinado, alguma coisa poderá fazer em prol do progresso popular. Pagnar pois pelos interesses d'Angola e dos seus filhos inculcando a estes são princípios, eis a nossa missão, que protestamos cumprir até ao fim, com toda a serenidade e verdade, mas também com toda a intransigência.

\*

O jornalismo em Angola obedecendo a intuítos que não vem para o caso investigar, foi outrora d'uma violência tão rude, que desmentiu a sua nobre profissão. Hoje, felizmente, os colegas que nos precederam e aos quais apresentamos os nossos cumprimentos, seguem uma orientação diversa, aquela justamente que é lícito adoptar-se na imprensa. Não são as frases descortezes nem os impropérios de toda a ordem que fazem pender para o nosso lado a balança da justiça. Antes duma discussão calma, duma exposição clara e serena não nascerá a justiça quando ela nos falte, mas decerto, acarretar-nos-á a consideração a que todo o procedimento correcto tem jus».



organização aos «nativos civilizados.» É sintomático que tais boatos tivessem continuado a circular no momento em que se desencadeavam as Revoltas do Seles, do Amboim e do Libolo<sup>260</sup>. As funestas intenções subjacentes aos rumores que circularam nas principais cidades angolanas, acusando os jornalistas e escritores angolenses de serem os líderes do movimento nativista, foram denunciadas em várias ocasiões. Já em 1914, no seu livro publicado em folhetins no jornal *Eco d'Africa*, António Joaquim de Miranda, um dos principais alvos da campanha apoiada pelas autoridades coloniais e movida contra os intelectuais nativos apresentava argumentos e provas dessa perseguição, revelando-se confesso militante da causa republicana, desassombradamente. Uma das provas é a portaria assinada pelo governador Norton de Matos, através da qual é-lhe fixado o desterro. Entre os factos imputados mencionando-se a publicação de artigos em jornal de que era director, proprietário e editor. Segundo as disposições da portaria, tais artigos dificultavam «o pagamento do imposto de cubata, o que decerto concorreu para factos anormais que se têm dado com a cobrança desse imposto no distrito da Lunda [...]»<sup>261</sup>. De um modo geral, os sócios da Liga Angolana apoiavam as rebeliões dos camponeses lideradas pelas autoridades tradicionais que vinham tendo lugar um pouco por todo o lado<sup>262</sup>.

No dia 6 de junho de 1917, foram presos em Benguela quatro sócios da Liga Angolana, nomeadamente, Augusto Bastos, João Reis, Francisco dos Santos e Joaquim Ribeiro de Carvalho<sup>263</sup>. O facto foi comunicado à Junta de Defesa dos

---

<sup>260</sup> *O Angolense*, nº 2, 6 de Outubro de 1917, p.2.

<sup>261</sup> Portaria nº 295, Boletim Oficial, nº10 de 1915, in *Eco d'Africa*, nº11, 15 de Fevereiro de 1915, p.2. Três anos depois os boatos persistiam. Dois sócios da Liga, Ernesto Freire dos Santos e Manuel Henriques de Macedo, residentes em Malanje, enviaram um requerimento ao governador-geral exigindo um inquérito rigoroso, sustentando que «o nativo, o indígena é como qualquer indivíduo que nasça na metrópole, um cidadão português, direito que lhe dá e reconhece a constituição política da República; e o que faz interromper esse direito não pode ser simplesmente um boato vago, falsamente denunciado por qualquer espírito mesquinho, e propalado por um criminoso.» Ver *O Angolense* nº 1, 29 de Setembro de 1917 e *O Angolense*, nº 2 de 6 de Outubro de 1917, p.2.

<sup>262</sup> Num dos artigos publicados no jornal *O Angolense* na sua edição de Outubro de 1917, é referida uma outra causa dos rumores e boatos: «o esbulho de terrenos aos indígenas, terrenos em cuja posse se encontram há muitos anos, que são por eles agricultados [...]». Mais adiante, lê-se: «Diz-se que nas visitas do sr. Massano de Amorim aos locais da revolta, o gentio lá dos seus esconderijos, comunica em voz alta àquele senhor: Nada temos com o Muene Putu, esta guerra é só com os brancos que nos roubam e nos tiram as nossas terras.» Esse sentimento de cumplicidade que o editorialista de *O Angolense* manifesta relativamente aos fundamentos invocados pelos líderes das rebeliões camponesas de 1917 ocorre igualmente numa carta que é peça do processo de averiguações que se seguiu à extinção da Liga Angolana em 1922. António de Assis Júnior, o autor da carta, refere-se às informações testemunhais que lhe tinham sido fornecidas a respeito da situação no Seles, Dondo e Libolo e que desmentem as acusações das autoridades coloniais.

<sup>263</sup> As prisões efetuadas na cidade de Benguela em 1917 desencadearam várias reacções, tendo sido solicitada a realização de um inquérito. A direcção da Liga protestou junto do Governador-geral,

Interesses de África de Lisboa. Aos acontecimentos de Benguela reagiram os sócios de Malanje e através da «comissão de nativos» pediam que a Liga envidasse todos os seus esforços no sentido de aclarar o assunto das mesmas prisões em Benguela<sup>264</sup>. Os referidos sócios da Liga residentes naquele distrito tinham sido presos sob a acusação de comandar o chamado «movimento nativista de mata-brancos». Em nome dos nativos, a Assembleia Geral da Liga Angolana decidiu protestar através de um «formal desmentido»<sup>265</sup>. As denúncias vinham já sendo feitas nos jornais africanos de Lisboa. A partir da edição 20 de maio de 1914, *O Eco d'África* publicava em folhetins o texto de um opúsculo- *Suposta Conspiração dos Nativos em Malange* - da autoria de António Joaquim de Miranda. Em sub-título o redactor do jornal escrevia o seguinte: «Os angolenses já estão fartos de serem tratados como um povo de escravos.- Violências sobre violências.- O sr. Norton de Matos saltando por cima das leis, sem a menor consideração pelos direitos e liberdades individuais, consignados na Constituição.-Prisão e buscas domiciliárias». Na sequência desses rumores e boatos sobre o levantamento nativista, outras prisões realizaram-se no mês de julho, sucessivamente, em Luanda e Ndala Tando<sup>266</sup>. As posições adoptadas publicamente pela Liga Angolana perante a crise provocada pelas prisões dos seus sócios e das Revoltas do Seles, Amboim e Libolo às quais se seguiu o chamado

---

tendo para tal apresentado uma exposição entregue por uma «comissão delegada solicitando providências sobre o mesmo assunto». O Governador-geral tomou o pedido em consideração e «respondeu que antes de a Comissão expor o que lhe levava lá já tinha tido conhecimento das ocorrências, e prometeu que ia tomando as devidas providências, castigando severamente aos delinquentes cujas responsabilidades fossem apuradas nos inquéritos pois que ele (...) pela comunicação do Excelentíssimo Governador d'aquela distrito já sabia que nada havia de positivo contra os naturais indigitados como conspiradores<sup>263</sup>». Além dos protestos colectivos que a Liga encetava, os sócios apresentavam manifestavam regularmente protestos individuais. Por exemplo, em Janeiro de 1917, Manuel Caldeira, residente em Kalunga, enviou uma carta «em que fazendo apologia do estacionamento no desenvolvimento da nossa província de Angola e o consequente atraso moral e intelectual dos seus filhos, julga indispensável, uma vez que lhe parece impossível manter-se na capital um jornal que exerça a sua acção com independência, que a Liga faça a maior propaganda por toda a província, para tornar perene a vida do jornal *A Nova Pátria*, em que os nossos patrícios residentes na capital da Patria colaboram<sup>263</sup>». Outro caso é o de José de Olim Cordeiro da Matta sócio da Liga Angolana «que por ter acusado um administrador do Concelho de várias prepotências contra nativos foi deportado para Guiné como instigador dos povos», regressaria a Angola em 16 de Maio de 1918. Da Guiné enviara em 1916 uma carta a manifestar os seus pêsames pelo falecimento de Augusto Silvério Ferreira.

Acta da 10ª sessão da Direcção de 8 de Junho de 1916.

<sup>264</sup> Acta da 11ª sessão da Direcção de 16 de Junho de 1917.

<sup>265</sup> No texto publicado em *O Angolense*, lê: «[...] 1º Fazer público que entre os seus associados nunca houve a menor intenção de hostilidade às instituições nem às autoridades que as representam, nem motivos há que tal justifiquem, e que está plenamente convencida que dentro da grande família africana em nenhum indivíduo consciente, pode residir tais propósitos que representaria a mais tremenda das loucuras; 2º Repelir quaisquer responsabilidades pelas consequências que resultem de tumultos que produzam e que a Liga Angolana não só não aprova como condena [...]».

<sup>266</sup> *O Angolense* nº 1, 29 de Setembro de 1917.

movimento nativista a que os mais destacados sócios da Liga foram acusadas de pertencer, influenciaram decisivamente a decisão do Governador-geral, ao ter formulado um convite às associações e cidadãos que desejassem «contribuir para a elaboração da Lei Orgânica da Colónia, apresentarem seus alvitre»<sup>267</sup>.

Outra manifestação de protesto contra os abusos da administração colonial ocorreu quando foi apreciado um relatório produzido pela «comissão de ponderação sobre o pedido feito por doze sócios desta Liga, para convocação da Assembleia Geral a fim de se protestar contra a portaria provincial inserta no Boletim Oficial número dezasseis de dezanove do mês findo, que trata do concurso para os cargos de administradores, secretários, e amanuenses das circumscrições civis, que os mesmos sócios compreenderam que a dita portaria provincial atesta o fim desejado (ódio de raça) procurando assim coibir-se aos nativos do exercício dos referidos cargos»<sup>268</sup>. A este respeito, a referida comissão concluíu que não havia «motivo para se protestar contra a aludida portaria e seu regulamento, porquanto não afecta directamente os interesses dos nativos, nem o afastamento destes dos cargos administrativos; o que foi aprovado sem discussão»<sup>269</sup>. Em meados de 1915, a Liga opôs-se ao novo Administrador do Concelho, que chegara a Luanda vindo de Santo António do Zaire. A primeira medida contra os nativos que tal Administrador tomou foi proibir que os «naturais, nomeadamente pretos», transitassem «pelos passeios das ruas situadas no centro da cidade» e que deixassem de «frequentar o coreto nos dias de música». De tais medidas já tinham resultado prisões. Além disso, o referido Administrador proibia igualmente «a permanência de indígenas nas funções públicas, nomeadamente de secretário». O que ocorreu quando lhe foi apresentado na própria administração o amanuense de primeira classe José Caldeira<sup>270</sup>. A justificação do referido Administrador consistiu apenas em declarar que a medida destinava-se «moralmente para o todo o povo de Luanda, sem excepção»<sup>271</sup>.

Por ocasião da afixação de cópias do edital que anunciava a adjudicação da obra de construção de uma «escola superior de ambos os sexos para crianças

---

<sup>267</sup> Para o efeito, foi nomeada uma comissão, integrada por Maurício Ferreira Rodrigues d'Almeida, Manuel Ignacio Santos Torres e Fernando Torres Vieira Dias. Mas foi Luís Coelho Moreira Bastos, um sócio residente em Cabiri, que apresentou o relatório ao qual anexou um projecto desenvolvido sobre a Carta Orgânica da Colónia. Ver Acta da sessão extraordinária da Direcção de 24 de Abril de 1916 e Acta da sessão extraordinária da Direcção Liga Angolana, de 4 de Maio de 1916.

<sup>268</sup> Acta da sessão extraordinária da Assembleia Geral Liga Angolana, de 9 de Maio 1913.

<sup>269</sup> *Ibid.*

<sup>270</sup> Acta da sessão extraordinária da Direcção da Liga Angolana, de 29 de Julho de 1915.

<sup>271</sup> Acta da sessão extraordinária da Direcção de 4 de Novembro Liga Angolana, de 1915.

brancas», a Direcção da Liga, por intermédio do advogado Francisco Pereira Batalha, protestou contra a expressão «crianças brancas», na medida em que traduzia «uma selecção feita às crianças de cor desta colónia». O protesto chegou ao conhecimento do Governador-geral. O «resultado foi a publicação do mesmo edital na folha oficial (Boletim) eliminando-se as palavras já citadas». Segundo o advogado, o governador entendia que «sendo a Lei igual para todos [...] não admite selecção entre portugueses europeus e portugueses africanos, que a República sendo um regime de muita liberdade, deve portanto manter as tradições que herdou da monarquia ainda com mais liberalidade»<sup>272</sup>.

Portanto, as pressões políticas nativistas exercidas pela Liga Angolana viriam a produzir consequências no domínio do ensino secundário com a criação, em Luanda, do primeiro Liceu de Angola em 1919. Dez anos mais tarde, surgia outro na cidade do Lubango.

---

<sup>272</sup> Acta da sessão extraordinária da Direcção Liga Angolana, de 4 de Novembro de 1915.

### **IV.3. Para uma história disciplinar da literatura em Angola**

História disciplinar da literatura em Angola.- Disciplinas escolares em Angola.- A literatura como disciplina académica.- A universidade em Angola e institucionalidade dos estudos literários.-

Como vimos na I parte, os fundamentos de uma história das disciplinas em Angola promanam de uma modernidade endógena enquanto «modernidade alternativa» a partir da qual se opera o triunfo da soberania epistemológica africana. Essa rutura brutal analisa-se em resistências e respostas à imposição de lógicas exógenas fundadas na racionalização económica e política do Ocidente durante o período da ocupação colonial, salvaguardadas as diferenças da ação e políticas de países europeus que no século XIX detinham colónias em África, nomeadamente, Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Inglaterra e Portugal. A história das disciplinas como domínio importante do ensino e investigação apresenta um elevado potencial heurístico, pois permite pensar a génese das matérias escolares, a duração dos processos de escolarização e os acontecimentos que originam as metamorfoses das disciplinas durante o processo de colonização. A gramática da temporalidade com que operamos recolhe os seus pressupostos de um robusto discurso historiográfico produzido no quadro mais geral da História Geral de África. Por isso, o esboço de uma história das disciplinas em Angola constitui uma exigência mínima ao pretendermos explicar os fenómenos que conformam o processo de disciplinarização da Literatura Angolana. Nesta medida, o nosso objetivo consiste em investigar a história da Literatura Angolana enquanto disciplina escolar ou disciplina académica, cuja existência é filha da independência política e da edificação do Estado angolano. Deste modo, os subsídios das histórias disciplinares provenientes das fontes portuguesas servem os fins da nossa pesquisa, na medida em que a partir dos modelos educativos portugueses se torna possível explicar os processos de formação escolar dos sujeitos que em determinado momento assumem o papel de agentes de uma mudança social e cultural em Angola. Todavia, no contexto da situação colonial coexistem duas culturas subjacentes aos referidos processos de formação: uma cultura institucional colonial portuguesa e uma cultura maioritariamente bantu vivida pelas populações autóctones. Isto quer dizer que as literaturas orais em línguas vernáculas angolanas e a Literatura Angolana escrita em língua portuguesa coabitam, sendo que a

primeira precede no tempo as restantes. Por isso, não temos propriamente qualquer pretensão de realizar um estudo global sobre a história das disciplinas que seria uma tarefa gigantesca, se tivermos em atenção o facto de aquela ser apenas um momento parcial da história do fenómeno educativo em Angola.

Desde 1861, a única instituição que ministrava o ensino secundário era o seminário da Igreja Católica situado em Luanda. Quando em 1869 é criado o primeiro liceu de Angola<sup>273</sup> – Lyceo Angolense – decorriam em Portugal as reformas do ensino que entre 1836 e 1860 transformaram a sua paisagem escolar com a implantação dos estudos secundários modernos após o aniquilamento do ensino jesuítico<sup>274</sup>. Tratava-se de uma instituição do ensino particular, na medida em que não existia na época qualquer estabelecimento do ensino secundário na colónia de Angola. Após a conclusão do ensino primário, os naturais de Angola deviam prosseguir os estudos ao nível do ensino secundário e universitário ou em Portugal ou no Brasil. No anúncio publicado no *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*, o Dr. Saturnino de Sousa e Oliveira, promotor da iniciativa, instava as famílias nos seguintes termos:

A necessidade dum estabelecimento desta natureza, desde muito tempo sentida nesta província, faz esperar que este seja concorrido e protegido pelos pais e famílias, que se compenetrarão da vantagem de dar a seus filhos uma instrução regular sem serem para isso obrigados às despesas incomparavelmente maiores que fazem os meninos mandados daqui para os colégios de Lisboa, onde estão longe das vistas e dos cuidados de suas famílias<sup>275</sup>.

O programa de estudos do «colégio de meninos» oferecido ao escrutínio das famílias propunha «um curso completo de estudos de Humanidades e outros necessários para a vida do comércio e para a de pilotagem», compreendendo várias disciplinas<sup>276</sup>.

---

<sup>273</sup> Cf. Áurea Adão, *A Criação e Instalação dos Primeiros Liceus Portugueses. Organização Administrativa e Pedagógica (1836/1860). Contribuição Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

<sup>274</sup> Cf. Jorge Ramos do Ó, *O Governo de Si Mesmo. Modernidade Pedagógica e Encenações Disciplinares do Aluno Liceal (Último Quartel do Século XIX – Meados do Século XX)*, Lisboa, Educa, 2013.

<sup>275</sup> Cf. *Boletim Oficial do Governo-geral da Província de Angola*, sábado, 9 de outubro de 1869, p.487.

<sup>276</sup> 1º Ano – Gramática geral da língua portuguesa e gramática latina;

A estrutura deste plano de estudos obedece no essencial às disposições do regulamento geral dos liceus de 1860 vigente em Portugal e derrogações que se lhe seguiram até à data da criação do Liceu Angolense. O núcleo literário das disciplinas escolares era constituído apenas pelo curso de Literatura Francesa e Literatura Portuguesa, ministrado no 5º ano. Em Portugal, a reforma de Jaime Moniz (1894/1895) mantém a orientação clássica do ensino secundário. Introduz a disciplina de Língua e Literatura Portuguesa elevando a sua carga horária, seguindo-se a disciplina de Língua Latina<sup>277</sup>. Após a proclamação da República em 1910 sucederam-se várias reformas em 1918, 1919 e 1921, tendo esta última tido a duração de seis anos. Portanto, os liceus de Luanda e Lubango que surgem em Angola no século XX obedecem aos programas curriculares aprovados pelos regime republicano igualmente engajados na reforma da administração colonial.

---

Aritmética – 1ª secção de geometria e equações de 1.º grau de álgebra;  
Princípio gerais de geografia astronômica;  
Desenho linear e música vocal (em dias alternados).

2º Ano – Tradução de prosa latina e composição;  
Doutrina cristã e história da religião cristã;  
Curso completo de língua francesa;  
Geografia descritiva (alternando com a história da religião);  
Música instrumental e desenho linear (em dias alternados).

3º Ano – Tradução de prosa e versos latinos e composição;  
Curso completo de língua inglesa;  
História geral e especialmente de Portugal;  
Música instrumental e teórica e de cenho de paisagens (em dias alternados)

4º Ano – Lógica;  
Escrituração mercantil;  
Noções gerais das ciências naturais;  
Música e desenho histórico (em dias alternados);

5º Ano – Trigonometria esférica, pilotagem e agrimensura;  
Curso de literatura francesa e portuguesa;  
Música e pintura (em dias alternados).

Curso Especial para o Comércio

1º e 2º Anos do curso geral do liceu;

3º Ano – Curso completo de língua inglesa;  
História geral e de Portugal;  
Escrituração mercantil;  
Música e desenho (em dias alternados).

Curso Especial para pilotagem

1º e 2º Anos do curso geral do liceu

3º Ano – Curso completo de língua inglesa;  
Noções de astronomia;  
Trigonometria esférica, pilotagem e agrimensura;  
Música e desenho (em dias alternados).

<sup>277</sup> Cf. Maria Cândida Proença, *A Reforma de Jaime Moniz. Antecedentes e Destino Histórico*, Lisboa, Edições Colibri, 1997.

O Liceu Central de Luanda foi criado em 1919, equiparando-se o seu funcionamento aos liceus de outras cidades de Portugal a partir de 1924. A sua organização era regulada pelas disposições da Portaria nº 81 de 1919 que estabelecia a repartição do ensino ministrado em dois cursos: o curso geral que abrangia cinco anos ou classes com duas secções e o curso complementar que abrangia as duas últimas classes, desdobrando-se em curso complementar de letras e curso complementar de ciências. As disciplinas de Língua e Literatura Portuguesa, e Língua e Literatura Latina são lecionadas apenas na sexta e sétima classes dos cursos complementares. Com a reforma de 1921, mantém-se a estrutura dos cursos e a disciplina de Língua e Literatura Portuguesa e Língua e Literatura Latina, tendo sido introduzidas algumas alterações na sua carga horária. Seguem-se os programas curriculares do curso geral e dos cursos complementares que são aprovados, respectivamente, em 1926 e 1929. Na disciplina de Português recomenda-se que o ensino das 4ª e 5ª classes do curso geral inscreva a explicação de textos e a leitura de trechos de autores portugueses. No curso complementar de letras, Português passa a ser a denominação da disciplina em que se lecionam matérias literárias. Recomenda-se que o professor amplie «os conhecimentos linguísticos dos seus alunos e dará também o desenvolvimento possível ao ensino da literatura portuguesa, animando-os, esclarecendo-os e aconselhando-os nas suas leituras, que não devem ser desconexas mas subordinadas a um plano; procurará também desenvolver neles o bom gosto e a capacidade crítica». Mantém-se a cadeira de Língua e Literatura Latina. A inovação ocorre com a introdução de uma nova disciplina literária: Língua e Literatura Francesa. Todavia, observa-se que a tónica recai sobre o ensino da língua e subsidiariamente sobre a literatura portuguesa. A revisão curricular que entra em vigor no ano letivo de 1934/5, por força do Decreto nº 24526, de 24 de janeiro, reintroduz em Angola a disciplina de Língua e Literatura Portuguesa no curso complementar em que o estudo da literatura portuguesa assenta na leitura e comentário dos autores, obedecendo à periodização literária corrente. Em 1948, são aprovados programas curriculares com uma longevidade de duas décadas, vigorando até 1968, quando é criado o ciclo preparatório do ensino secundário. No 1º e 2º ano é lecionada a disciplina de Língua e História Pátria. Já nos anos subsequentes a disciplina continua a ser Português cujo plano privilegia a «leitura e estudo de trechos, em prosa e verso, de obras literárias portuguesas dos séculos XIX e XX, que pelo seu conteúdo e pela sua forma sejam acessíveis à



inteligência dos alunos, despertando neles o gosto literário e artístico, fomentando o interesse científico e sugerindo impressões tendentes a uma sólida e recta formação moral»<sup>278</sup>. As reformas de 1954<sup>279</sup> mantêm intactos os conteúdos das disciplinas de Língua e História Pátria, e Português.

Em 1961, eclode a guerra de libertação nacional em Angola, a que vulgarmente em Portugal é designada por guerra colonial. O governo português é pressionado a realizar reformas políticas. Surgem assim os Centros de Estudos Universitários em 1962<sup>280</sup>, abrindo-se novos horizontes para o ensino da literatura, segundo o diploma legal que os cria. Os Centros de Estudos Universitários «têm por função ministrar conhecimentos de matérias universitárias das várias especialidades, com vista a obter-se a preparação acelerada de técnicos que possam desempenhar as funções essenciais nos quadros do Estado, sempre que se reconhecer a impossibilidade de os prover a título definitivo, e nas atividades privadas». São criados vários cursos profissionais: Ciências Filológicas, Ciências Geográficas e Naturais, Ciências Químicas, Físicas e Matemáticas, Medicina Geral, Análises Clínicas, Economia, Engenharia Civil (Comunicações, Edificações e Urbanismo, Hidráulica), Agronomia, Silvicultura, Pecuária e Veterinária e cursos de especialização: Ciências Pedagógicas, Cirurgia Geral, Saúde Pública, Estatística, Biologia Agrícola, Engenharia Agrícola.

É no Centro de Estudos de Ciências Pedagógicas anexo ao Instituto de Investigação Científica de Angola<sup>281</sup>, onde passam a ser ministrados os cursos profissionais de Ciências Filológicas com duas opções: Filologia Românica e Filologia Germânica, e cursos de especialização em Ciências Pedagógicas. Os referidos cursos estruturavam-se em dois ciclos, um de formação científica e outro de formação pedagógica. O primeiro ciclo comportava três semestres (1º, 2º e 3º), sendo o segundo ciclo de dois semestres (4 e 5º). O quadro de disciplinas comuns dos dois cursos no ciclo de formação científica é o seguinte: Introdução aos Estudos Linguísticos e Teoria da Literatura (1º semestre); Linguística Portuguesa e Literatura Comparativa I (2º semestre); Literatura Comparativa II e História da Cultura Ocidental (3º semestre). O ciclo de formação pedagógica é formado por nove disciplinas comuns.

---

<sup>278</sup> Decreto nº 37112, de 22 de outubro de 1948.

<sup>279</sup> Decreto nº 39807, de 7 de setembro de 1954.

<sup>280</sup> Diploma Legislativo nº 3235, de 21 de abril de 1962.

<sup>281</sup> Portaria nº 12196 e Portaria nº 12197 de 21 de abril de 1962.

Um ano após a criação dos Centros de Estudos Universitários, em agosto de 1963 o governo português decide instituir em Angola e Moçambique os Estudos Gerais Universitários<sup>282</sup> integrados na Universidade portuguesa, definindo o seu regime de funcionamento<sup>283</sup> com onze cursos: Ciências Pedagógicas; Médico-Cirúrgico; Engenharia Civil; Engenharia de Minas; Engenharia Mecânica; Engenharia Eletrotécnica; Engenharia Químico-Industrial; Agronomia; Silvicultura; Veterinária.

A formação científica em Filologia é prosseguida no curso de Ciências Pedagógicas e o seu quadro de disciplinas obedece às determinações das reformas de 1957. Com as devidas adaptações, reproduzem parcialmente a grelha curricular das licenciaturas das Faculdades de Letras de Portugal<sup>284</sup>. Na fase inicial do curso apenas duas das três disciplinas de carácter propedêutico são ministradas, Introdução aos Estudos Linguísticos e Teoria da Literatura que se destinavam à «iniciação metodológica, à fundamentação e à problemática geral». As restantes disciplinas, tais como Linguística Portuguesa, Língua Latina, Língua Francesa I e II, Língua Portuguesa, Língua Inglesa I e II, Língua Alemã I, II, III asseguravam a necessária base teórica na especialidade. Para o que dizia respeito ao «interesse nacional» português, lecionava-se a disciplina de História da Cultura Ocidental. Curiosamente, tal como esta última, a disciplina de Literatura Comparativa também não existia em Portugal.

Portanto, a institucionalidade dos estudos literários em Angola obedece às convenções da tradição europeia, particularmente de Portugal, tal como regista a história das disciplinas escolares e académicas deste país africano. As escolas e a universidades são dominadas por um cânone literário português cuja parafernália simbólica é constituída pelo conjunto de instrumentos da ideologia colonial<sup>285</sup> úteis à imposição dessa tradição, tais como concursos, livros, manuais e outras publicações. Nesta medida, a situação colonial, o estatuto político do território, bem como a ausência de reconhecimento da história e cultura autónomas das populações autóctones constituem fundamentos de uma ilegitimidade política que vinha sendo já denunciada pela comunidade internacional. Até à década de 70, Portugal,

---

<sup>282</sup> Decreto-Lei nº 44530, de 21 de agosto de 1962.

<sup>283</sup> Decreto-Lei nº 45180, de 5 de agosto de 1963.

<sup>284</sup> Decreto nº 41341, de 30 de outubro de 1957.

<sup>285</sup> Cf. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa. O Império Africano 1890-1930*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001.

enquanto potência colonial, mantinha uma guerra que a opunha aos Movimentos de Libertação Nacional dos territórios que ocupava em África, contrariando os processos de descolonização iniciados após a Segunda Guerra Mundial. Assim se compreende que, na história do ensino oficial em Angola, a Literatura Angolana não tenha sido reconhecida como disciplina escolar ou académica.

Em 1973, chamado a dissertar sobre a Literatura Angolana no colóquio<sup>286</sup> sobre literatura portuguesa contemporânea realizado na cidade de Luanda, Carlos Ervedosa, descrevia a situação de deslegitimação, lamentando a inexistência de uma «disciplina de literatura ultramarina»<sup>287</sup>. No entanto, elaborava uma definição do que se podia entender por Literatura Angolana, recorrendo a um ecletismo civilizacional fundado no diálogo assimétrico de culturas que consistiria naquilo a que designa como sendo «um longo processo de simbiose cultural». Onde, a cultura angolana seria o resultado de «uma realidade circunstancial, fundamentalmente europeia, e de uma realidade circunstancial africana, que para essa Cultura Angolana concorrem e nela se integram» (*Ibid.*).

---

<sup>286</sup> O referido colóquio contou com a presença de Eduardo Prado Coelho e Maria Alzira Barahona Fernandes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e Cândido Beirante da Faculdade de Letras de Sá da Bandeira, atual cidade do Lubango.

<sup>287</sup> «Mas as nossas Faculdades de Letras, incompreensivelmente, não têm ainda uma disciplina de literatura ultramarina e por isso difícil seria, julgo eu, trazer até vós um docente melhor habilitado para vos falar da literatura desta nossa terra». Cf. Carlos Ervedosa, *Resenha Histórica da Literatura Angolana*, Luanda, Universidade de Luanda, 1973, p.8.

#### IV.4. Contra-cânones e discursos legitimadores

Ensino oficial em situação colonial.- Emergência da literatura colonial portuguesa em Angola.- Élités nativas e reações contra o cânone literário colonial português.-Contra-cânones e contra-literaturas.-Angolanidade versus criouldade.- Dialéctica de discursos legitimadores.-Angolanidade arquitópica.-

Em 1892, quando Joaquim Dias Cordeiro da Matta justificava a necessidade de uma Literatura Angolana, as instituições do ensino oficial em Angola continuavam a ser escassas e contavam com uma população escolar maioritariamente constituída por filhos de colonos e concentrada em localidades de importância económica. Embora pudesse ser observado nos planos de estudos de estabelecimentos escolares existentes antes das reformas de Jaime Moniz em Portugal, a seleção de textos para o ensino da literatura em Angola constitui igualmente objeto de regulamentação após a implantação do Liceu Central de Luanda.

Se operarmos com o conceito de situação colonial verificaremos que os agentes da administração colonial portuguesa através dos aparelhos institucionais e a ordem jurídica instituída prestavam alguma atenção às realidades culturais das populações autóctones por razões de carácter instrumental, isto é, tendo em vista a prossecução dos interesses portugueses. É neste sentido que se institucionalizou a literatura colonial portuguesa. Mas a fase incipiente do texto colonial português situa-se na segunda metade do século XIX com a publicação de textos como *Juca, a Matumbolla* (1865) de Ernesto Marecos, *Nga Muturi (Cenas da Vida de Loanda)* (1883) de Alfredo Troni. À semelhança do que se verifica em outros espaços africanos de colonização europeia, a literatura colonial em que avulta o exotismo assente na mistificação racialista, surge nas primeiras décadas do século XX. Trata-se de um conjunto de textos centralmente motivado por uma certa «missão civilizadora» atribuída a personagens brancas, sendo as personagens de raça negra secundárias e vítimas ou inexistentes. No dizer de Salvato Trigo, «a literatura colonial caracteriza-se justamente pelo facto de os seus cultores não abdicarem da sua identidade, das referências culturais e civilizacionais dos seus países, embora

tentem mostrar-se integrados no meio e na sociedade nova de que fazem parte»<sup>288</sup>. A sua consagração normativa regista-se a partir de 1926 com os concursos de literatura colonial portuguesa, promovidos pela Agência Geral do Ultramar e por estudos realizados numa perspectiva etnográfica, cobrindo as línguas e o folclore dos povos de Angola. No parágrafo único do artigo 1º da Portaria nº 6.119 de 1926 que regula a realização dos concursos de literatura colonial, postula-se a preferência da «literatura na forma de romance, novela, narrativa, relato de aventuras, etc. que melhor faça a propaganda do império português de além-mar, e melhor contribua para despertar, sobretudo na mocidade, o gosto pelas causas coloniais.» A Agência Geral das Colónias realizara, entre 1926 e 1935, nove concursos de Literatura Colonial<sup>289</sup>. Os primeiros prémios de literatura colonial foram atribuídos em 1926 a dois autores portugueses, nomeadamente, Gastão de Sousa Dias com *África Portentosa* e Brito Camacho com *Pretos e Brancos*. Na década de 60, a literatura colonial passou a designar-se literatura ultramarina. Ela representa a supremacia dos cânones literários ocidentais, especialmente europeus e portugueses. Até 1969, as obras premiadas nos referidos concursos constituem uma prova eloquente da visão eurocêntrica. Quando nas décadas de 20 e 30, aumentou o surto migratório para a formação das comunidades de colonos europeus em Angola, a administração colonial recrutava portugueses com a promessa de fazerem fortuna, sendo colocados em regiões economicamente prósperas. Numa dessas vagas de emigrantes teria vindo o poeta Tomás Vieira da Cruz. Nascido em 1900, na região portuguesa do Ribatejo, localidade de Constância, chegou a Angola em 1924, tendo fixado residência na antiga cidade de Novo Redondo, actual Sumbe. Até à partida para Angola, exercera em Lisboa actividades profissionais como ajudante de farmácia<sup>290</sup>. Os críticos e ensaístas que se debruçaram sobre a sua obra consideram-no, invariavelmente, como exemplificação do «luso-tropicalismo»<sup>291</sup>, da «alta expressão da literatura colonial»<sup>292</sup> ou «a voz maior do lirismo colonial»

---

<sup>288</sup> Salvato Trigo, *Ensaio de Literatura Comparada Afro-Luso-Brasileira*, Lisboa, Vega, 1986, p.134.

<sup>289</sup> Agência Geral do Ultramar, *Concursos de Literatura Colonial*, Lisboa, 1969.

<sup>290</sup> Cf. Mário António, «Tomaz Vieira da Cruz, Poeta», in *Luanda - Ilha Crioula*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1968, pp.129-145.

<sup>291</sup> *Ibidem*.

<sup>292</sup> Mário António Fernandes de Oliveira, *A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, p.332.

português<sup>293</sup>, ou ainda «herdeiro do espírito lírico lusíada»<sup>294</sup>. Outros autores como Jorge Macedo (1941-2009)<sup>295</sup> e Inocência Mata<sup>296</sup>, seduzidos pelo olhar exótico que Tomás Vieira da Cruz lança sobre a paisagem local, incidindo sobre a mulher negra e mulata, concluem que a sua poesia podia ser qualificada como angolana. Todavia, é na literatura colonial portuguesa que se inscreve o nome de Tomás Vieira da Cruz, na medida em que a sua poesia, constituindo parte de um imaginário social específico, destina-se a um público que vive longe do espaço físico e social de Angola. Visava estimular o interesse dos portugueses pelas colónias. Em suma, a «palavra de ordem da literatura colonial era o colonialismo»<sup>297</sup>. Com efeito, sendo um segmento literário da história literária portuguesa e pertencendo ao património cultural português, a literatura colonial suscita presentemente escasso interesse académico em Portugal<sup>298</sup>.

A inscrição da poesia de Tomás Vieira da Cruz na literatura colonial pode mais facilmente ser realizada à luz da definição mais ampla do que se entende por cultura colonial portuguesa. Para João Carlos Paulo, a cultura colonial é «o sistema de símbolos, crenças, práticas culturais e noções associados à imagem das colónias e do colonialismo na sociedade portuguesa»<sup>299</sup>. Se Salvato Trigo reivindicava o estudo da literatura colonial, lamentando que os programas escolares portugueses não concedessem à literatura colonial o lugar que ela merece, privando-se o público estudantil e o leitor comum do contacto com «obras valiosas»<sup>300</sup>, fazia-o no quadro do ensino universitário e de uma cadeira de Literaturas Africanas. Por sua vez, Pires Laranjeira rejeitava a sua integração curricular, por razões de ordem pragmática, pois, no seu entender, a esmagadora maioria da literatura colonial não tem qualquer valor, mesmo em termos documentais, pouco ou nada acrescentando

<sup>293</sup> Salvato Trigo, *Introdução à Literatura Angolana de Expressão Portuguesa*, Porto, Brasília Editora, 1977, p.86.

<sup>294</sup>Cf. Pires Laranjeira, *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995, p.62.

<sup>295</sup>Cf. Jorge Macedo, *Poéticas na Literatura Angolana*, Luanda, INALD, 1989.

<sup>296</sup>Cf. Inocência Mata, *Literatura Angolana. Silêncios e Falas de uma Voz Inquieta*, Lisboa, Mar Além, 2001, p.90.

<sup>297</sup>Cf. Mário António Fernandes de Oliveira, *op. cit.* p.185.

<sup>298</sup> A tese de doutoramento de Alberto de Oliveira Pinto, já publicada, demonstra, numa perspetiva de diálogo interdisciplinar, as virtualidades do estudo da literatura colonial para a compreensão da história portuguesa. Cf. Alberto Oliveira Pinto, *Representações Literárias Coloniais de Angola, dos Angolanos e das suas Culturas (1924-1939)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2013.

<sup>299</sup>Cf. A.H.Oliveira Marques (coord.), *Nova História da Expansão Portuguesa (Vol.XI). O Império Africano 1890-1930*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, p. 30.

<sup>300</sup>Cf. Salvato Trigo, *Ensaio de Literatura Comparada Afro-Luso-Brasileira*, Lisboa, Vega, 1986, p.135.

ao saber adquirido. Já Alberto Oliveira Pinto reitera a natureza patrimonialística da «literatura colonial portuguesa»<sup>301</sup>, pois ela é constituída por «obras literárias cuja temática incida sobre Angola e os Angolanos mas cujos autores, naturais ou não de Angola, se sentem Portugueses ou seus súbditos» (*op.cit.*:271).

A discussão tornar-se-ia estéril se não nos aventurássemos a ler, por exemplo, a obra<sup>302</sup> desse poeta português que engrossa a literatura colonial

---

<sup>301</sup> Para Alberto Oliveira Pinto ela «[...]reflete ou espelha a ideologia colonialista portuguesa [...] a qual foi concebida e interiorizada pelos Portugueses muito antes de uma minoria muito restrita de entre estes ter escrito obras de literatura colonial, e esta realidade impõe-se independentemente de a maioria da população portuguesa e da população angolana terem ou não lido essa literatura» (*op.cit.*:270). Por isso, analisa a noção em dois sentidos. Primeiro, a literatura colonial em sentido objetivo, «aquela que, versando sobre os espaços e/ou os povos colonizados e independentemente da vontade, da sensibilidade e dos sentimentos dos seus autores, foi utilizada como veículo de propaganda colonial, ou seja legitimação ideológica do facto colonial». Segundo, a literatura colonial em sentido subjetivo, «aquela literatura que, versando sobre a realidade colonial, é produzida por alguém que se identifica com o colonizador» (*Id.*:271).

<sup>302</sup> Em *Quissange - Saudade Negra*, o seu primeiro livro, o poema de abertura é uma homenagem a Portugal:

«[...] Portugal de marinheiros/ e de poetas, pelo mundo errantes./Portugal de anores aventureiros/sobre as ondas, noivas de navegantes!/ »

A contingência do intercuro sexual entre o homem português e a mulher negra angolana, numa óptica de exotismo dá ao mundo uma criatura que merece a cobiça erótica do poeta. E rende-se:

«E deram forma de sonho,/em seu viver magoadado,/a esse estilo risonho/do teu corpo bronzado.../»

Para Tomás Vieira da Cruz, o nascimento da mulata é fruto de um acaso genésico, na medida em que tal episódico e fortuito facto ocorre no mato, como se nunca antes tivesse acontecido e algo semelhante não se viesse a repetir:

«Os teus defeitos são graças/que mais me prendem,querida.../Mistério de duas raças/ que se encontraram na vida./E no mato, em nostalgia,/num exílio carinhoso,/ fizeram essa alegria/ do teu olhar misterioso./»

Com os dois referidos poemas, Tomás Vieira da Cruz lança o seu programa estético-literário. A valorização da mulher negra, sendo esta uma expressão metonímica da paisagem física e humana de Angola em geral, obedece sempre a um olhar exterior que vai à busca de exotismos e compaixão. Observa-se isso em *Quitandeira da Quitanda*:

«Quero dar-te uns lindos panos/de sarja azul, de primeira,/para que os olhos profanos/te invejem nessa maneira,/de andar tão cheia de graça/a mais bela Quitandeira,/que, sendo negra, é de raça!/Quero dar-te em boa prata,/ «macutas» d'antigamente,/e mandar fazer cubata/onde tu vivas contente.../Com muitas, muitas esteiras,/onde o teu corpo se vingue/das dolorosas canseiras/em que a volúpia se extingue./»

Mais importante é reduzir essa relação a uma mera fruição carnal.Por isso, diz o poeta: «Carne com carne é a vida,/ alma com alma o amor!/». No entanto, a persistência nesse amor conduz o poeta a um sentimento de exílio e distância. Porém, não sendo a mulher da sua cor (*Exílio*).

«Vivemos juntos.Pois bem,/seja o nosso encantamento/um negro e firme desdém/sobre o amor-sentimento.../[...] tu não és da minha cor,/mas és muito da minha alma!/»

Se o amor é a fusão de almas, não parece ser essa a apologia do poeta, na medida em que o seu olhar é exclusivamente libidinoso.

portuguesa em Angola, ao lado de outros autores portugueses, tais como Gastão de Sousa Dias, António Videira, João Baptista Pereira.

Após a implantação do Liceu Central de Luanda, começam a manifestar-se no círculo das elites nativas emergentes da primeira metade da década de 40, novas reações contra a imposição do cânone literário colonial português. Um dos antigos estudantes do Liceu, Agostinho Neto (1922-1979), que viria a ser dos mais representativos poetas da sua geração, publica um artigo em 1946, *Uma Causa Psicológica: A 'Marcha' para o Exterior*<sup>303</sup>, através do qual denuncia a distorção da psicologia colectiva e a desunião entre os nativos. Seguindo ainda as tradições do discurso tribunício do século XIX, Agostinho Neto considerava que as causas da devastadora situação de assimilação colonial residiam na estrutura do ensino ministrado em Angola.

---

*Que é por ti, linda africana,/gentia do amor selvagem,/que eu prossigo na romagem/da tua imagem profana.../Mas eu não voltarei, não voltarei/ao teu arimbo em flor./onde vacila a tinta das palmeiras.../Podem incendiar-me essas fogueiras/que tens nos lindos olhos, meu amor.../*

(Quissange- Saudade Negra, Arimbo em flor)

Em 1941, publica *Tatuagem (Poesia de África)*, nove anos depois do primeiro livro. O poeta faz um louvor «aos portugueses de Angola que marcham em busca do amor e da fortuna (...)».

«Negra» e «Kioca» são dois poemas reveladores do olhar forâneo e exótico de alguém que rejeita ser conquistado pela paisagem que contempla, preferindo simplesmente idolatrar o corpo da mulher que habita essa paisagem. A mulher negra é bela, mas tem o estigma da sua raça.

*Que estranha tatuagem Deus te deu,/vestindo-te da noite mais escura/que surgiu neste mundo e neste céu,/ó dramática e triste creatura!/De luto, assim, quem foi que te morreu,/ó tropical beleza, ó formosura?/-És a estátua cruel de quem sofreu/e grato monumento à desventura./Sempre de negro, ó virgem caprichosa,/a tua boca é pétala de rosa/a noite do teu corpo perfumando.../*

Já em «Kioca», lê-se:

*Chamam-te negra e tu/ficas triste e pensativa/cismando.../E o teu olhar que cativa/esta minha escravidão,/tem lágrimas de luz/chorando!/Chamam-te negra,/mas fica certa e atende/esta grande afirmação:/a tua cor não distingue,nem ausenta,-/motivos que possam ter certas cores de perdição.../[...]*

*És negra,andas de luto/ por tua raça infeliz!//*

Pode dizer-se que estamos diante de um poeta que introduz o tema da concupiscência libidinal parodiando o amor utilitário num discurso incapaz de evitar o olhar alienígena que materializa a ideologia hegemónica. Portanto, a literatura colonial portuguesa, em cujo elenco se inscreve Tomás Vieira da Cruz, celebra o agente da colonização, isto é, o colono. A confirmá-lo está o poema «Colono»:

*A terra que lhe cobriu o rosto/e lhe beijou o último sorriso,/foi ele o primeiro homem que a pisou!/[...] Esculpiu na própria alma um sonho enorme,/por isso foi também grande escultor!/Foi genial artista e mal sabia ler!/O que aprendeu foi Deus que o ensinou,/onde tanta vez ajoelhou!/[...] E a primeira mulher que amou e quis/foi sua inteiramente.../E era negra, tal o seu destino!/E ela o acompanhou/como a mais funda raiz/acompanha a flor de altura/que perfuma as mãos crues/ de quem a arrancou./[...]*

<sup>303</sup> Publicado em *Farolim*, Luanda, 1946.



Os nativos são educados como se tivessem nascido e residissem na Europa. Antes de atingirem a idade em que são capazes de pensar sem esteio, não conhecem Angola. Olham a sua terra de fora para dentro e não ao invés, como seria óbvio. Estudam na escola, minuciosamente, a História e Geografia de Portugal, enquanto, da Colónia, apenas folheiam em sinopses ou estudam levemente (*op.cit.*).

Tal estado de coisas produz funestas consequências<sup>304</sup>. Disso dá conta Agostinho Neto:

Os indivíduos assim formados têm a cabeça sobre vértebras nativas, mas o seu conteúdo escora-se em vértebras estranhas, de modo que as ideias, as expirações do espírito são estranhas à terra. Daí o olhar-se esta, a sua gente e hábitos, o mundo que os rodeia, como estranhos a si – de fora [...]  
Produce-se no nativo uma distorção na sua personalidade que se reflecte na vida social, desequilibrando-a (*Id.*).

Desvenda-se aí o protagonismo da geração literária de Agostinho Neto cujo comportamento coletivo revela uma «disposição legítima» resultante do capital escolar adquirido nos liceus e seminários católicos, estabelecimentos de ensino secundário existentes em Angola. Mas as ações de inculcação realizadas pela instituição escolar colonial produzem efeitos contrários. A imagem do prestígio legitimador da literatura portuguesa e da sua manifestação colonial projeta-se através de uma consciência de rutura e da necessidade de reconhecimento da Literatura Angolana. Trata-se de um fenómeno a que Pierre Bourdieu designa por «effet d’assignation statutaire» que decorre de uma classificação escolar produzida

---

<sup>304</sup> Semelhante atitude acaba por estar em consonância com o reducionismo ocidental e eurocêntrico: «Lá fora há o hábito de depreciar quanto é nativo; e os moços nativos cujos espíritos derivaram para o exterior e em quem está atinente um quantum de vaidade (como em qualquer ser humano) têm vergonha em considerar-se incluídos naquela esfera depreciada e não somente não a auxiliam como procuram desprezar as iniciativas de carácter puramente nativo [...]».

É de igual modo em *Uma causa psicológica: a marcha para o exterior* que lemos o seguinte trecho: «A minha pouca experiência impediria que a voz chegasse ao céu se eu desse conselhos. Acho, porém, que a mezinha apropriada para anular os efeitos perniciosos bastante do eurotropicalismo seria começar por ‘descobrir’ Angola aos novos, mostrá-la por meio de uma propaganda bem dirigida, para que eles, conhecendo a sua terra, os homens que a habitam, as suas possibilidades e necessidades, saibam o que é necessário fazer-se, para depois querer».

pelas «diferenças oficiais» com eficácia real, reforçada a partir do momento em que aquelas passam a ser «diferenças reais», adquirindo expressão nas crenças individuais em tais diferenças, sob escrutínio e apoio coletivo. Donde, o último efeito consistirá em produzir veículos destinados a aproximar o «ser real» do «ser oficial»<sup>305</sup>. Do nosso ponto de vista, admite-se a possibilidade de a negação do oficial se traduzir na afirmação do real, numa perspetiva dialética. Para Pierre Bourdieu, isto seria apenas uma consequência da atribuição de estatuto, já que a instituição escolar através de mecanismos apropriados procede à imposição de práticas culturais que suscitam fenómenos de negação dos efeitos visados. Nesta medida, Pierre Bourdieu considera que a «disposição legítima» que se adquire através da frequência de um determinado tipo particular de obras literárias, nomeadamente, as obras literárias e filosóficas inscritas no cânone escolar, pode servir as aspirações dos detentores do título para avaliar positivamente outras obras, menos legítimas ou menos reconhecidas pela instituição escolar<sup>306</sup>.

No início da década de 50, multiplicam-se em Angola iniciativas que visavam a formação de contra-cânones literários, sendo tais ações atribuídas à agitação de um novo associativismo. Constituem-se novas associações que herdaram a história da Liga Angolana e do Grémio Africano, nomeadamente, a Liga Nacional Africana e a Associação dos Naturais de Angola. A estas duas junta-se uma nova associação, a Sociedade Cultural de Angola. Todas elas publicavam revistas<sup>307</sup>. Com diferentes modelos de interpretação da realidade angolana, pugnam por uma autonomia cultural que encontra o seu esteio nos membros das gerações literárias formadas nesse período. Entre as mais relevantes ações do Departamento Cultural da Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA) avulta a criação do Movimento dos Novos Intelectuais Angolanos e a *Antologia dos Novos Poetas de Angola*<sup>308</sup>, publicada em 1951. Na sequência do diagnóstico de Agostinho Neto, a partir dessa data Mário Pinto de Andrade empreende igualmente esforços que visavam legitimar a existência da Literatura Angolana, com a publicação dos seus

---

<sup>305</sup> Cf. Pierre Bourdieu, *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1979, p.25.

<sup>306</sup> *Ibid.*

<sup>307</sup> A Liga Africana publicava a revista *Angola*; a Associação dos Naturais de Angola, *Mensagem*; a Sociedade Cultural de Angola, *Cultura*.

<sup>308</sup> Entre os poetas integrados na *Antologia* fazem parte o poeta Mário António (Mário António Fernandes de Oliveira), que se notabilizaria igualmente como ensaística e crítico literário de primeiro plano.

primeiros ensaios na revista *Mensagem* da Associação dos Naturais de Angola, no boletim *Mensagem* da Casa dos Estudantes do Império e revista *Vértice*, publicados em Luanda e Lisboa: «Questões de linguística bantu – Da posição do ‘Kimbundu’ nas línguas de Angola»<sup>309</sup>, «A Literatura Negra e os seus problemas»<sup>310</sup> e «Esquema do Problema Linguístico Negro-Africano»<sup>311</sup>. Dois anos depois, Mário Pinto de Andrade e Francisco José Tenreiro organizam o «caderno» de *Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, publicado em 1953<sup>312</sup>. Trata-se de um testemunho de assinalável importância para a história das chamadas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. A sua singularidade reside no facto de exprimir a convergência de uma geração inteira de africanos que, representada por um grupo<sup>313</sup> de estudantes originários de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, ousou manifestar a consciência coletiva da sua especificidade cultural, ao criar em 1951 o Centro de Estudos Africanos na cidade de Lisboa, de que Mário Pinto de Andrade foi um dos seus mais activos dinamizadores. É do pensar sobre si e para si, isto é, sobre África e para África que emana a necessidade de publicar esta antologia poética. Não parece, por isso, refutável o reconhecimento do carácter legitimador deste «caderno», se tivermos em atenção os efeitos perturbadores causados à ordem política colonial como se pode provar através da abundante documentação produzida pela ação persecutória da PIDE, a polícia política portuguesa, a respeito de Mário Pinto de Andrade e do referido «caderno» que viria a dar origem a *Antologia de Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, publicada em Paris alguns anos mais tarde. Estamos perante o dealbar de um discurso crítico autónomo que pretende ocupar-se da construção de um cânone literário cuja validação institucional ocorrerá apenas na primeira década dos anos 70, após as independências políticas das antigas colónias portuguesas. Trata-se de um pensamento seminal que é, ao mesmo tempo, um dos momentos genéticos do

---

<sup>309</sup> Publicado em *Mensagem I e II*, Luanda, julho de 1951, p.6; e nº 2/4, outubro de 1952, pp.31-32 e p.38.

<sup>310</sup> Publicado em *Mensagem*, Lisboa, ano III, nº 12 (janeiro-julho de 1951), pp. 1-3; ano IV, nº 13 (janeiro de 1952), pp. 11-14.

<sup>311</sup> Publicado na revista *Vértice*, vol. 13, nº114. Coimbra, fevereiro de 1953, pp.102-104.

<sup>312</sup> Existem duas edições facsimiladas. A primeira com organização e prefácio de Manuel Ferreira. A segunda organizada por Luandino Vieira e prefácio de Luís Kandjimbo para assinalar o 60º aniversário da 1ª edição. Francisco Tenreiro e Mário Pinto de Andrade, *Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, Lisboa, África – literatura, arte e cultura, 1982; Francisco Tenreiro e Mário Pinto de Andrade, *Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, Vila Nova de Cerveira, NósSomos, 2012.

<sup>313</sup> Entre os mais ilustres membros que seriam fundadores do Centro de Estudos Africanos destacavam-se Agostinho Neto, Alda do Espírito Santo, Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos e Mário Pinto de Andrade.

processo de disciplinarização das literaturas de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, também conhecidas pela denominação generalista de literaturas africanas de língua portuguesa. Ora, se entendermos que o mencionado processo de disciplinarização comporta igualmente duas fases, uma pré-disciplinar e outra disciplinar, na primeira têm o seu lugar cativo dois *discipline-builders*, nomeadamente, Mário Pinto de Andrade e Francisco José Tenreiro, que operam fora dos meios universitários da época. Poucos anos após a sua fixação em Paris e como redactor na revista *Présence Africaine*, Mário Pinto de Andrade publica um artigo em 1955 «*Qu'est-ce que le luso-tropicalisme?*»<sup>314</sup>, que define o quadro sintomático de rutura relativamente à hegemonia da ideologia colonial. Em diversas ocasiões volta à problemática da legitimidade da Literatura Angolana. Tal é caso do texto «*Littérature et Nationalisme en Angola*», publicado na mesma revista em 1962. Sucessivamente, Mário Pinto de Andrade reiterava a refutação doutrinária do luso-tropicalismo que se pretendia aplicável a Angola, pois negando tal possibilidade afirmava a consciência do dilema por parte dos próprios intelectuais que procuravam resolver correctamente os problemas engendrados pela assimilação: «rejeição definitiva do substrato negro-africano? Diluição na cultura dominante? Aceitação da pseudo-condição de mestiço cultural?». A tais perguntas, Mário Pinto de Andrade respondia: «[...] esboçam-se gestos e atitudes fundamentais que vão conduzir os intelectuais angolanos ao aprofundamento da sua própria consciência nacional»<sup>315</sup>. Durante as décadas de 50 e 60, a elaboração de antologias literárias e os estudos sobre a Literatura Angolana traduzem-se na emergência de postulações teóricas<sup>316</sup> que dão origem a conceitualizações tendo em vista a explicação dos fenómenos culturais e literários, e a legitimação do discurso crítico sobre a Literatura Angolana. Desenha-se uma fratura no exercício do poder

---

<sup>314</sup> Cf. Buanga Fele (aliás Mário Pinto de Andrade), «*Qu'est-ce que le luso-tropicalisme?*», *Présence Africaine*, nº4-5, Out-Nov, 1955, pp.24-35. Comentando em 1968 sobre a natureza teórica do luso-tropicalismo, diz Amílcar Cabral: «E assim se foi construindo toda uma mitologia. E, como acontece com tantos mitos, especialmente os que dizem respeito à sujeição e exploração das gentes, não faltaram «homens de ciência», incluindo um sociólogo de nomeada, para lhe garantir uma base teórica- nesta caso, o luso-tropicalismo. Confundindo, talvez inconscientemente, certas realidades, que são biológicas ou fatais, com outras realidades, que são sócio-económicas e históricas, Gilberto Freire transformou-nos a todos os que vivemos nas províncias-colónias de Portugal em felizes habitantes de um paraíso luso-tropical. Cf. Prefácio ao livro de Basil Davidson, *A Libertação da Guiné (Aspectos de uma Revolução Africana)*, Lisboa, Sá da Costa, 1975.

<sup>315</sup> Cf. Mário Pinto de Andrade, «*Littérature et Nationalisme en Angola*», *Présence Africaine*, nº41, 2º Trimestre, 1962, pp.91-99.

<sup>316</sup> Tais postulações teóricas constituem uma fundamentação de programas de investigação sobre a realidade cultural angolana que vários tomam como matrizes analíticas.

de definição. De um lado, o discurso da angolanidade<sup>317</sup>. E de outro lado, o discurso da criouldade. Para o discurso da angolanidade concorrem vários contributos. Em 1960, Agostinho Neto retoma as ideias formuladas em 1946, quando na palestra com o título *Introdução a um colóquio sobre poesia angolana*<sup>318</sup>, proferida na Casa dos Estudantes do Império em Lisboa, dissertava acerca do carácter substantivo da cultura angolana que devia impregnar os textos literários angolanos, identificando o risco da assimilação e da desreferencialização dos intelectuais angolanos:

[...] perturbados pelo processo de coisificação, esqueceram por muito tempo que existia a civilização africana. Aceitaram a ideia de “coisas sem importância” para as culturas negras [...] não se voltaram para o lado mais importante da questão: para as tradições dos seus povos, para as suas línguas que não sabiam falar, para a filosofia, para a religião [...]» (1980: 140-144).

O ensaísta português Alfredo Margarido, outra voz dissonante, contribuiu de igual modo para o reconhecimento da autonomia das literaturas africanas de língua portuguesa em Portugal e em França. O que redundou numa abundante actividade crítica. Em 1961, escreveu um «ensaio significativo» sobre a poesia de Agostinho Neto em que «propunha a utilização do conceito de angolanidade, para definir a substância nacional angolana» (1980:5). O termo foi assim usado pela primeira vez em texto escrito. O pensamento que então se vai esboçando era o culminar daquelas actividades de reflexão que vinham sendo produzidas no quadro do Centro de Estudos Africanos desde 1951, por intelectuais oriundos das ex-colónias portuguesas. Logo a seguir ao texto de Alfredo Margarido, o poeta e ensaísta angolano Costa Andrade (1936-2009) escreveria um artigo dedicado a dois poetas da angolanidade, encomendado por Mário Pinto de Andrade quando, na sua qualidade de redator da revista *Présence Africaine* preparava então um dos números

---

<sup>317</sup> A angolanidade, enquanto pressuposto e conceito de ordem normativa, apresenta maior robustez heurística, se comparado à criouldade, podendo ser entendido como uma arquitopia cujo significado aponta para uma semiótica do lugar. Arquitopia é um termo que combina dois morfemas: *arqui* (do grego *arkhe* significando antigo) e *topia* (do grego *topoi* significando lugar, espaço). Com ele pretendemos aludir um conceito de angolanidade, operando com uma condição necessária e suficiente daquilo que constitui a cultura angolana, ao contrário do conceito de criouldade que cobre apenas alguns dos elementos contingentes da cultura angolana.

<sup>318</sup> Ver Agostinho Neto, «Introdução a um Colóquio sobre Poesia Angolana», in *Mensagem*, ano III, nº 5-6, , 1959, Lisboa, CEI, pp.45-51.

consagrado a Angola. Ao retomar o uso do termo<sup>319</sup>, Costa Andrade procurava detectar na poesia de Agostinho Neto e António Jacinto o substrato legitimador do discurso lírico destes poetas, revelando contraexemplos em face de outra especificidade cultural que é a portugalidade. Costa Andrade estava a praticar um ato de ancoragem num sistema de referências preexistente, actualizando as propriedades constitutivas da identidade cultural angolana, através da poesia daqueles escritores. Costa Andrade enunciava os elementos da sua categorização estabelecendo a contradistinção nos seguintes termos:

«Se a perspectiva do homem angolano lhe confere novas dimensões, não relativamente ao que seria a sua evolução natural como se desviada durante quatro séculos de colonização [...] , isto não significa que deva ser visto como isolado das suas mais profundas e seculares raízes ou [...] como um mestiço cultural – produto do cruzamento Branco-Negro, resultado do choque Europa-África, como o pretendem muitos intelectuais bem-querentes que, sentimentalmente anti-racistas, talvez racionalmente anti-colonialistas, procuram, todavia, atenuar as acções do colonialismo propondo uma 'amizade sincera' com base na interpenetração de culturas. Como se fosse possível admitir uma honesta teoria de vasos comunicantes nas relações colono-colonizado» (*op.cit.*:77).

Data dessa época a realização do I Encontro de Escritores Angolanos realizado na cidade de Sá da Bandeira, hoje Lubango, em 1963 que durante oito dias, de 19 a 27 de janeiro decorreu no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Cidade de Sá da Bandeira, hoje Lubango. Sob a vigilância da polícia política, foi uma oportunidade que permitiu desencadear um debate sobre o problema da definição da Literatura Angolana. Entre os vários testemunhos destacamos aqui a palestra de Mário António Fernandes de Oliveira<sup>320</sup>, a referência de Carlos

---

<sup>319</sup> Ver Costa Andrade, «“L’Angolanité” de Agostinho Neto et António Jacinto», in *Présence Africaine*, Revue Culturelle du Minde Nor, nº42, 3<sup>e</sup> Trimestre, 1962, pp.76-91. Numa entrevista concedida ao autor destas linhas, Costa Andrade afirmava que «a ideia de angolanidade como formulação da palavra em si [...] é de 1959».

<sup>320</sup> Mário António Fernandes de Oliveira, «A Poesia Angolana nos seus Múltiplos Aspectos e Rumos», in *Reler África*, Coimbra, Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, 1990, pp.355-369. A publicação do texto da palestra é seguida da transcrição da sessão de debate realizada no dia 22 de janeiro.

Ervedosa, uma década depois, à definição de Cultura Angolana de que deriva a de Literatura Angolana aprovada «por maioria, e não por unanimidade»<sup>321</sup>, o artigo de Alfredo Margarido, publicado em 1963 na *Mensagem* da Casa dos Estudantes do Império, através do qual desfere uma lúcida crítica contra a referida definição de cultura angolana<sup>322</sup> e, finalmente, o depoimento de Henrique Guerra<sup>323</sup> que participou no referido encontro.

---

<sup>321</sup> Cf. Carlos Ervedosa, *Resenha Histórica da Literatura Angolana*, Luanda, Universidade de Luanda, 1973. A Literatura Angolana foi assim definida: «Em termos gerais, tanto quanto possível também precisos, a Cultura Angolana é um resultado. Resulta de uma realidade circunstancial, fundamentalmente europeia, e de uma realidade circunstancial africana, que para essa Cultura Angolana concorrem e nela se integram. Nesse longo processo, o típico angolano vem a ser o produto da concorrência das culturas originais. Mas estas, não desaparecendo, permanecem como agentes produtores daquele resultado. Literatura Angolana é a expressão, pela palavra escrita, da Cultura Angolana existente» (p.8).

<sup>322</sup>Cf. Alfredo Margarido, *Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, Regra do Jogo, 1980, pp. 245-250. Ele sublinha que «a importância exagerada concedida aos caracteres europeus deriva fundamentalmente de um desconhecimento dos valores culturais que são a expressão não apenas das populações autóctones radicadas num estatuto tradicional, mas também das populações mestiçadas (física e culturalmente), e, mais do que isso, inteiro desprezo por esses valores», p.247.

<sup>323</sup>Transcrevemos um excerto da entrevista conduzida pelo autor destas linhas no programa *Leituras* da Televisão Pública de Angola no ano de 2000: «Henrique Guerra – Esse evento foi um evento bastante polémico. Ouve vozes que se levantaram contra a realização. E de intelectuais de prestígio na época, como o Dr. Eugénio Ferreira – e como outros escritores na época – devido às circunstâncias em que se realizou, porque é difícil fazer uma separação entre a leitura e as outras actividades da vida humana, quer políticas, quer económicas, quer sociais e tal. Portanto, a vida humana é uma só. Podemos analisá-la sob vários aspectos. Mas há interesses nos aspectos todos e nas relações. Na altura, digamos, vivia-se o início da reivindicação da autonomia, conduzida, principalmente por dois movimentos políticos, o MPLA e a FNLA. Escusado é dizer que os intelectuais eram as pessoas que tinham uma voz com uma certa influência na vida literária. E que estavam afectos, digamos mais ao MPLA. Poderiam não ser militantes, mas afectos aos principais ideais e à principal vivência social do MPLA. E havia um sector, há um sector importante daquela sociedade, da sociedade da altura que sentia necessidade de se afirmar, de afirmar a sua voz, independentemente da afirmação trazida, conduzida por esses dois movimentos. Digamos, há um certo sector da população de origem europeia, mais consciente que já não se sentia identificada com a então chamada metrópole, com Portugal, do Minho a Timor, e que pensava que ela pertencia a esta parte e que essa parte teria de ter uma voz própria, teria de se diferenciar do resto, talvez por uma via negociável ou coisa do género. Portanto, essa parte da sociedade procurou desenvolver certas iniciativas, uma delas seria esse encontro, conduzido pelo então governador do Lubango, então Sá da Bandeira... Neste momento não estou recordado do nome dele que convidou vários escritores e o facto de ele me ter convidado também a participar, deveu-se à publicação do meu livro *A Cubata Solitária*, que chamou a atenção do senhor e achou por bem que eu deveria estar representado nesses debates. E embora, digamos, aqueles intelectuais fossem contra a realização desse encontro, de uma maneira geral, não foram contra as minhas intervenções e acharam que foram positivas, que fui em defesa de certas posições, de certos valores válidos, que ainda hoje são válidos. Mas a importância, de facto, desse encontro, na sociedade da altura, parece-me que foi representar um certo desafio à política colonial. Embora quisesse seguir, ou as suas tendências fossem talvez ainda não muito definidas, no sentido, não muito coincidente com os movimentos angolanos de libertação, mas acho que se debateram certas questões, que eram questões pertinentes, e valeu para agitar a sociedade na altura». Luís Kandjimbo (Apresentador e Entrevistador) e Dias Júnior (Realizador), (2000). *Leituras*. [Programa de televisão] Luanda, Angola: Televisão Pública de Angola.

O momento inicial daquilo a que designo por discurso da criouldade ocorre em 1968, quando Mário António Fernandes de Oliveira publica um livro de ensaios intitulado *Luanda- «Ilha» Crioula*. Lança a partir daí as premissas da criouldade como hipostasiação eufemística da presença portuguesa em Angola com evidentes pretensões teóricas<sup>324</sup>. Os seus fundamentos assentam no mito do mestiço e no universalismo eurocêntrico. Um universalismo evolucionista que se escora na ideia de raça, em que a mestiçagem é apenas uma excepção que confirma a regra da visão darwinista. Um universalismo eugénico que privilegia a dimensão biológica e fenotípica em detrimento da dimensão cultural e ontológica. Assim se explica a subtil apologia da mestiçagem bio-social, com uma forte propensão para exaltar o poder genésico masculino português, apesar de tal perspectiva parecer ser dissimulada pela tentativa de se asseverar o contrário<sup>325</sup>. Neste sentido, Mário António escreve:

O grupo europeu teve no início expressão numérica que nos espanta, se comparada com a obra que a sua presença determinou [...] a influência de um grupo pequeno como era o de origem europeia, em Luanda, do século XVII ao XIX. Esse grupo soube, porém, prolongar-se em todos aqueles a quem transmitiu as suas técnicas culturais e a sua religião, em todos aqueles que integrou nas suas forças armadas ou na administração [...] (*op.cit.*: 20-21).

---

<sup>324</sup> Escrevendo em 1974, sobre o *Repositório de Coisas Angolenses*, uma colectânea de textos manuscrita por Joaquim Dias Cordeiro da Matta, Mário António revela as motivações que o assaltavam, quando designou como sendo *ilha crioula*. Diz o seguinte: «[...] essas pequenas coisas que nos conduziram a uma perspectiva que se nos afigurou e afigura a mais adequada ao entendimento de uma condição social de que participávamos e, conseqüentemente, condicionava, por maior ou menor consciência que dela tivéssemos, a expressão literária de que fôssemos capazes. Só mais tarde e ao contacto com a particular incidência do termo no campo linguístico, encontramos a designação apropriada a essa perspectiva, usando-a para título de um livro que, no entanto, apenas implicitamente a defendia: *Luanda, «ilha» Crioula*». Cf. Mário António, *Reler África*, p.473. A obra mereceu acolhimento encômástico nos meios ligados ao regime colonial. Tal foi o caso de Amândio César que escreveu: «Mário António tornou pública a primeira grande teorização da presença do luso no Trópico, síntese de conhecimentos que estariam, em hipótese, ao alcance de todos, mas de que ele foi o primeiro perscrutador, o primeiro analista e primeiro teorizante». Cf. Amândio César, *Novos Parágrafos de Literatura Ultramarina*, Lisboa, Sociedade de Expansão Cultural, 1971, pp.429-430.

<sup>325</sup> Cf. Mário António, *Luanda "Ilha" Crioula*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1968, em especial o texto que dá título ao livro pp.13-62. A tentativa de afirmar o contrário ocorre na página 48, quando sustenta que a «família mestiça foi a dominante na sociedade luandense dos séculos XVIII a XIX - mestiça num sentido mais cultural que racial pois muitos dos mestiços a que me refiro tinham cor preta».



No entender de Mário António, desse contacto entre «um grupo minoritário, portador de uma cultura dinâmica sem ser agressiva, com grupos maioritários e dotados de um dinamismo que o seu irrequieto movimento no teatro em que se deu [...] documenta» (*id.*:23), surgirá aquilo que é «a afirmação de uma cidade luso-tropical, motor da Civilização na África Ocidental» (*Ibid.*). De tudo isso ressalta a «matriz crioula» cuja focagem domina igualmente a Literatura Angolana que «tem de ser encarada à luz do processo de contacto cultural que esteve na sua base» (*op.cit.*:36). A refutar frontalmente tais elucubrações e propondo uma leitura alternativa que introduz a posição estratégica dos angolanos a propósito da circulação das mulheres, muitas das quais desejadas por europeus, está Alfredo Margarido, quando escreve:

Como poderíamos ignorar a importância desta estratégia, que força os Europeus a reconhecer a hegemonia dos Africanos, os quais controlam a circulação das mulheres, autorizando ou não o acesso às filhas? O que também quer dizer [...] que a produção dos mestiços não constitui uma característica exclusiva do “poder” genésico dos Europeus, como pretendeu há pouco Gilberto Freyre, resultando antes uma combinatória euro-africana, como de resto aconteceu em outras regiões africanas<sup>326</sup>.

Na verdade, nessa época já não parecia haver, no plano epistemológico, espaço para a teorização desenvolvida por Mário António<sup>327</sup>. Apesar disso, em 1961, quando reflectia sobre a existência de uma tradição literária angolana, ele considerava que «[...] a nova poesia angolana é-o na medida em que, dentro da literatura de língua portuguesa, busca cantar de maneira diferenciada, um mundo diferente. O seu chão é uma cultura que não se pode dizer híbrida, mas em que as diferentes expressões culturais se apresentam carregadas de elementos uma da

---

<sup>326</sup> Cf. Alfredo Margarido, «Algumas formas da hegemonia Africana das relações com os europeus», in *Reunião Internacional de História de África*, Lisboa, I.I.C.T., 1989.

<sup>327</sup> No plano da história cultural angolana, importa ter em conta os ideais defendidos por Mário António até àquela época, devendo ser sublinhado o facto de ter sido um dos fundadores do Partido Comunista de Angola. Por outro lado, a luta de Libertação Nacional que eclodira representava um momento de rutura com múltiplas repercussões ao nível cultural, ideológico e político. Ver Acta da fundação e Estatutos do Partido Comunista de Angola. 1955, Arquivo Histórico Militar, Lisboa, Caixa Angola.

outra»<sup>328</sup>. Já num texto datado de 1964 e defendendo um ponto de vista contrário, Mário António advogava que «o qualificativo “angolano” só pode ser aplicado àquilo que apresenta integrado no resultado duma acção histórica, processada pela Presença Portuguesa, que é aquela mesma que deu significado à palavra “Angola”»<sup>329</sup>. Ora, Mário António recuperava aqui os argumentos do luso-tropicalismo, doutrina elaborada pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, no seu livro *Casa Grande e Sanzala*. Corrobora-as nessa colectânea de ensaios, *Luanda - Ilha crioula*, onde sustenta que a «presença portuguesa dá lugar à caracterização de uma matriz crioula» e que se confunde com o resultado da hegemonia política portuguesa. O contacto de culturas acaba por ser visto como uma virulenta fagocitose. Para Mário António, a Literatura Angolana «[...] patenteia uma ânsia de valorização desse veio crioulo, o que, ainda quando os autores pareçam optar por teorias que são a sua negação, se impõe como o mais significativo da tradição que a modernidade angolana pretende continuar» (1964:39). No prefácio ao livro de Alfredo Troni, *Nga Muturi*, Mário António argumenta que a criouldade devia constituir-se como modelo de explicação e conhecimento da cultura angolana entendida como «conjunto de fenómenos para que só é possível uma identificação crioula»<sup>330</sup>. Isto significa que criouldade é a noção mais apta para referir o intercuro sexual das relações euro-africanas que constituem a trama da novela daquele autor português<sup>331</sup>. Os argumentos que subjazem a essa caracterização de Mário António foram seduzindo vários autores e retomadas em diferentes ocasiões por alguns historiadores que de uma maneira geral, tratam o século XIX angolano

---

<sup>328</sup> Mário António, «Poder-se-á Falar de uma Tradição Literária Angolana?», *Jornal de Angola*, 1961, nº113, p.1-2.

<sup>329</sup> Mário António, «Literatura Angolana. Contributo para uma definição», *Ultramar* (Lisboa), V (1), 15, 1964, pp.81-92. Este autor perdia de vista o facto de Angola ser uma palavra cujo radical existe no léxico de todas as línguas bantu de Angola e com significados mais ou menos aproximados.

<sup>330</sup> Mário António, *Reler África*, p.157; Alfredo Troni, *Nga Muturi*, 2ª edição, prefácio de Mário António, Lisboa, Edições 70, s.d.

<sup>331</sup> Contrariando Mário António, relativamente aos chamados «sujeitos da criouldade», o historiador norte-americano Joseph Miller prefere a designação de «luso-africanos». É um termo que no seu entender, serve para identificar não somente uma raça ou uma cultura, mas um grupo economicamente especializado no século dezoito e que inclui imigrantes europeus que se associam aos naturais (1988:245-283). Embora cobrindo um mesmo domínio das relações sociais, concretamente um grupo social, nos seus conceitos respectivos Joseph Miller e Mário António visam objectivos distintos. O conceito do primeiro tem a sua utilidade no quadro da organização económica mercantilista. O segundo privilegia o intercuro sentimental e sexual dos portugueses para a explicação dos diversos fenómenos sócio-culturais. Mas já nos anos 30 os próceres da escola portuguesa de Antropologia Física do Porto, entre os quais Mendes Correia, operavam com a categoria de luso-descendentes de que Joseph Miller parece ter tomado o empréstimo. Cf. Joseph Miller, *Way of Death- Merchant Capitalism and Angolan Slave Trade 1730-1830*, Winconsin. The University of Wisconsin Press, 1988.

dando relevo à composição racial daquela geração de escritores que se notabiliza nessa época. René Pélissier, por exemplo, afirma que «o nacionalismo africano [angolano] moderno é uma criação dos mestiços do século XIX» cuja «[...] força essencial provém do factor biológico» (1978:215)<sup>332</sup>. Ao atribuir-se a criação do nacionalismo moderno angolano aos mestiços, vendo na sua ação uma referência de base, nega-se por conseguinte qualquer filiação entre os movimentos de resistência (*nacionalismo das massas*) ou *primary resistance* e os movimentos nacionalistas modernos<sup>333</sup>. Essa tese do «nacionalismo dos crioulos» é hoje vulnerável, perante os avanços dos estudos sobre a história das resistências africanas<sup>334</sup> e da própria historiografia literária angolana. As manifestações renovadoras evidentes da criouldade, pela mão de novos aderentes que emergem nos meios académicos, ter-se-ão iniciado em princípios de 1984, com um ensaio escrito por Jill R. Dias, uma historiadora do Instituto de Estudos Africanos da Universidade Nova de Lisboa<sup>335</sup>. Num livro que resulta do desenvolvimento e ampliação da comunicação apresentada a um colóquio realizado em Paris sobre as identidades culturais nas literaturas africanas de língua portuguesa, José Carlos Venâncio fornece uma noção de angolanidade literária confundindo-o com um produto da acção da elite crioula, pois, afirma que «não deixa de ser apanágio de minorias intelectuais»<sup>336</sup>. A recorrente abordagem do tema da criouldade por parte de José Carlos Venâncio, numa estratégia de repensar a presença dos portugueses nos trópicos, acabou por consumir-se na pretensão de reduzir tal categoria aos mestiços biológicos. É assim que ele se exprime: «[...] a condição da criouldade está, em grande medida, circunscrita aos mestiços biológicos, às antigas famílias angolanas, muitas delas – mesmo que de forma remota – biologicamente mestiças [...] e aos brancos que, por qualquer razão de ordem familiar, política

---

<sup>332</sup> René Pelissier, *La Colonie du Minotaure. Nationalismes et Révoltes en Angola, 1926-1961*, Montamets, Orgeval, Editions Pélissier, 1978, p.215.

<sup>333</sup> Cf. Douglas Wheeler, «Origins of African Nationalism in Angola: Assimilado Protest Writings, 1859-1929», in Ronald Chilcote (ed.) *Protest and Resistance in Angola and Brazil Comparative Studies*, Berkeley, Los Angeles, London, 1972, pp.67-87

<sup>334</sup> Cfr. Joseph Ki-Zerbo, *História da África Negra*, Vol.II Lisboa, Publicações Europa-América, 1972, pp.82-101; UNESCO (ed.) *Histoire Générale de l'Afrique Vol.VII (L'Afrique sous domination coloniale 1880-1935)*, Paris, Présence Africaine [Edicef] Unesco, 1989.

<sup>335</sup> Cf. Jill R. Dias, «Uma questão de identidade: Respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930», *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 1, Janeiro-Junho 1984, pp.61-93.

<sup>336</sup> José Carlos Venâncio, *Uma Perspectiva Etnológica da Literatura Angolana*, Lisboa, Ulmeiro, 1987, p. 119.

ou cultural, partilham a vivência dos estratos anteriores»<sup>337</sup>. José Carlos Venâncio recupera os argumentos de Mário António igualmente, quando tenta contradistinguir angolanidade de moçambicanidade, observando que Moçambique independentemente da dualidade cultural «não dispõe de uma sociedade crioula [...] que sirva de eco aos enunciados literários e políticos da sua elite cultural e política [...]» (1990:34). O que entender então por sociedade crioula?<sup>338</sup>. Para José Carlos Venâncio, a «sociedade crioula» angolana parece identificar-se com aquela «classe intermédia» de que falava Adriano Moreira, segundo o qual «os critérios de reconhecimento ou identificação de tal classe intermédia podem ser os mesmos que foram classicamente apontados para identificar a classe média metropolitana»<sup>339</sup> (Adriano Moreira, 1956). Só assim se compreende a seguinte afirmação de José Carlos Venâncio: «[...] Diria então que angolanidade está adstrita à mundivisão de alguns daqueles que constituem a elite cultural, política ou urbana [...] » (1990:34). Esta focalização do fenómeno não se afasta do que Adriano Moreira apontava nos anos 50: «[...] consideramos elites os grupos, maioritários ou minoritários, que se tenham revelado como uma força assimiladora, isto é, como fontes de divulgação de modelos de conduta socialmente relevantes». Deste modo, a elite é aquela «classe intermédia que abandona a cultura originária, mas adota a missão de generalizar os costumes novos» (1956:159-189). Estas elaborações conceituais são hoje anacrónicas. Atento revelar-se-á Adriano Moreira, quando em 1993 reconhecia a existência do mito do mestiço, construído pelos portugueses. À sombra das virtudes que se propagavam com a imagem do mestiço, crioulo na linguagem de Mário António e seguidores, são os próprios portugueses que «com frequência fizeram exactamente o contrário, projectaram no mito do mestiço a soma dos defeitos das etnias que se misturavam»<sup>340</sup>. Finalmente assevera: «O mito do mestiço é um mito que não está vencido». Adriano Moreira chega a pôr em dúvida o

---

<sup>337</sup> José Carlos Venâncio, *Colonialismo, Antropologia e Lusofonia*, p.29.

<sup>338</sup> José Carlos Venâncio terá sido influenciado pela tese de Manuel Ferreira quando em 1977, referindo-se às causas da inexistência de actividade literária em Moçambique no século XIX, mencionava «um índice menor de europeus do que em Angola» (p.29). No entanto, em 1985 após aturada investigação, o Prof. Manuel Ferreira chegava a conclusões que permitiam refutar aquela tese: «[...] o nascimento da literatura moçambicana recua em cerca de meio século e, nesse aspecto cronológico, e crosso modo, se coloca a par das literaturas de Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe» (pp.38-39).

<sup>339</sup> MOREIRA, Adriano, «As Elites das Províncias Portuguesas de Indigenato (Guiné, Angola, Moçambique)», *Garcia de Orta*, Lisboa, 4 (2), 1956.

<sup>340</sup> Adriano Moreira «Comunicação apresentada na sessão sobre A violência portuguesa - uma trajectória singular», in Alta Autoridade para a Comunicação Social, *A Violência nos meios de comunicação social* (Colóquio Internacional, Outubro de 1993), Lisboa, 1995, pp.77-84.

comportamento virtuoso que se atribuía aos portugueses de serem propensos à miscigenação. E fá-lo nos seguintes termos:

Há em todo o caso, a meu ver, alguns aspectos novos que devem ser tomados em consideração antes de tentar transpor acriticamente para a situação actual estes modelos de comportamento que, volto a insistir, seriam os característicos da acção portuguesa, com alguns desvios sim, mas dando origem a essas sociedades multiraciais, multiculturais, miscigenadas<sup>341</sup>.

A este propósito valerá a pena observar as razões políticas que subjazem à essa construção. Para Adriano Moreira a explicação é esta:

[...] a detenção do poder político tem a maior das importâncias na evolução do contacto entre etnias [...] O colonizador, embora numericamente seja uma minoria, porque constitui sempre um grupo inferior ao da população local, do ponto de vista político ele constitui efectivamente uma maioria. E é muito diferente exercer uma concepção de relações entre grupos étnicos exercendo o poder político ou exercer essa concepção não tendo o poder político. Os portugueses passaram pela experiência de o estatuto de maioria política se transformar em estatuto de minoria cultural. A experiência, como sabem, não foi das melhores [...] <sup>342</sup>.

Nesta medida, o problema suscita potencialmente uma discussão acerca da contingência e da necessidade no domínio da epistemologia das Literaturas Africanas que, no contexto das literaturas de língua portuguesa, é ainda incipiente. Sem atender às virtualidades do debate, na década de 90 vários investigadores oriundos desse espaço linguístico e de outras geografias engrossaram as fileiras dos seguidores de Mário António<sup>343</sup>. A pervivência do discurso da criouldade,

---

<sup>341</sup> *Idem*, p.79.

<sup>342</sup> *Idem*, p.80. No contexto angolano, a encenação de uma discussão sobre esse mito ocorre num texto dramático de José Mena Abrantes em que a personagem de Luis Lopes Sequeira constitui um pretexto para que actores de teatro e o público leitor, espetador, se indaguem a respeito do lugar que o mito do mestiço ocupa nas representações sociais e coletivas de Angola.

<sup>343</sup> São eles: o antropólogo brasileiro Marcelo Bittencourt Ivair Pinto, o crítico literário português Francisco Soares, a socióloga francesa Christine Messiant, o investigador italiano Jacopo Corrado. No capítulo da ficção narrativa literária, a criouldade tem em José Eduardo Agualusa um dos seus mais importantes cultores. Cf. José Eduardo Agualusa, *Nação Crioula* (romance), Lisboa, RTP, 1997. A este respeito revela-se interessante a comparação deste romance com o de outro autor

observável através da adesão que suscita, mesmo por aqueles que não lhe entendem a origem e o sentido, entre os quais se incluem alguns políticos angolanos, identifica-se por meio de manifestações diversas. Por exemplo, a existência em Portugal de um grupo de professores universitários e escritores nascidos ou criados em Angola<sup>344</sup>. Ao inventário junta-se a titulologia dos livros, artigos, comunicações sobre temas da Literatura Angolana, a profusa e indefensável alusão à existência dos «crioulos» enquanto classe social ou formando uma sociedade, a realização do colóquios sobre a criouldade, tais como o realizado em Lisboa, em 1997, com a presença, segundo Pires Laranjeira, de alguns intelectuais portugueses conotados como bastante conservadores, tais como Adriano Moreira, Luiz Forjaz Trigueiros, João Bigotte Chorão e António Manuel Couto Viana<sup>345</sup>. Em todo o caso, no contexto do discurso crítico sobre a Literatura Angolana, continua a ser desenvolvido um debate que incide sobre a identidade cultural angolana, de cuja

---

angolano *A Casa Velha das Margens*, de Arnaldo Santos, que tratando da mesma época e manuseando os mesmos factos históricos do século XIX, constrói, no entanto, um narrador que apresenta um ponto de vista contrário ao do narrador apologético de Agualusa. A estratégia de escrita de José Eduardo Agualusa em *Nação Crioula* caracteriza-se pela semântica maniqueísta que impregna a paisagem e as personagens, e pelo discurso valorativo, através da proeminência conferida à visão dos europeus, da depreciação de populações autóctones, enquanto quadro e configuração da paisagem humana e de factos relevantes da sua história, quando a narrativa tematiza o discurso historiográfico produzido sobre Angola. Semelhantes estratégias de escrita estão na origem do recurso a conceitos como dualidade cultural e criouldade, exclusivamente para legitimar a especificidade do colonialismo português em Angola.

Com o livro *Notícia da Literatura Angolana* Francisco Soares assume igualmente a condição de seguidor das teses da criouldade. Mas já na recensão ao meu livro<sup>343</sup>, por estratégia retórica, reconhece o poder demolidor do nosso paradigma. E escreve: «Neste caso concreto, do estudo e da teoria da formação da poesia angolana, na perspectiva trabalhada por Luís Kandjimbo, o conceito de angolanidade, se oposto ao de criouldade, detém um poder explicativo aparentemente maior». Todavia, prefere dar mais valor ao conceito de criouldade, pois, no seu entender, «é definida pela apropriação personalizada de técnicas e recursos de composição filiáveis em mais do que uma tradição». E acrescenta: «O poder explicativo advém, ao conceito de crioulo, de a palavra se prestar à significação de processos recorrentes nos mais variados tempos e lugares [...]». A conclusão a que Francisco Soares chega, é bastante ambígua: «Penso que o conceito de criouldade possui um poder explicativo superior ao de angolanidade, mas não é capaz, como nenhuma teoria científica o é, de construir regras sem excepções, ou de constituir, a sós, um discurso crítico».

<sup>344</sup> Entre outros, destacam-se: José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior), o principal continuador das teses de Mário António, além de José Eduardo Agualusa (escritor e jornalista, residente em Portugal), Francisco Soares (Universidade de Évora e Universidade Independente de Angola), epígonos como Ângelo Monteiro. Este autor escreveu um opúsculo em que segue as teses da criouldade, colocando no mesmo patamar cultura bantu e cultura crioula. A este propósito, diz: «Se me perguntarem que lugar atribuo, dentro da cultura nacional angolana, às culturas bantus direi que o mesmo que à cultura portuguesa, ou seja, o de folclore que deve ser estudado para melhor se entenderem as origens da cultura nacional crioula [...] Se a cultura crioula nacional angolana é um híbrido resultante dessas culturas originais, não vejo por que razão se deverá agora sobrevalorizar umas (as bantus) em detrimento de outra (a portuguesa), chegando-se mesmo ao ponto de pôr as pessoas constrangidas de a aceitar como um facto perfeitamente natural e histórico». Cf. Ângelo Monteiro, *Angola, que saída?* Luanda, Editorial Kafrungutu, 1998, p.22.

<sup>345</sup> Cf. Pires Laranjeira, «Literatura, Cânone e Poder Político», comunicação ao I Encontro Internacional sobre Literatura Angolana, Luanda, Dezembro 1998.

lista de argumentadores fazemos parte como de resto o comprovam livros, artigos e comentários já publicados. Em 1992, José Carlos Venâncio, no seu livro *Literatura versus Sociedade*, defendendo a hegemonia das teses da criouldade em oposição à teoria da angolanidade literária confirmava esse facto<sup>346</sup>. Este mesmo autor publicaria em 1996 outro livro, *Colonialismo, Antropologia e Lusofonia*, em que se resume tudo o que sobre o tema da criouldade escreveu. *Colonialismo, Antropologia e Lusofonia* é, ao mesmo tempo, um manifesto na medida em que nele confessa mais claramente as suas profundas motivações onde o «aproveitamento da vivência inter-rácica» ocupa um lugar central, sendo-lhe atribuído peso enquanto «factor importante de coesão, na construção [...] da identidade cultural angolana»<sup>347</sup>.

Pode dizer-se que pelas conotações e semântica que lhes estão associadas presentemente, as noções de criouldade e literatura colonial designam realidades que se inscrevem no património imaterial português, na medida em que a sua apologia serve para reivindicar de modo ambivalente a legitimação de uma luso-descendência. Com o seu uso pretende-se instaurar uma zona de fronteira. No contexto das teorizações produzidas na América Latina durante o século XX, e mais concretamente no Brasil de Gilberto Freyre<sup>348</sup>, donde Mário António<sup>349</sup> terá tomado o modelo da chamada mestiçagem cultural assimilando-a à mestiçagem racial, «o conceito de “fronteira” surge naturalmente associado aos de “descobrimento” e “conquista” da América, como simples projecção da “fronteira”, linha de conflito entre cristãos e muçulmanos, estabelecido já na Europa»<sup>350</sup>. Considerando que o sentido original desse conceito sofre uma transformação radical na América

---

<sup>346</sup> José Carlos Venâncio afirmava: «Alguns dos ensaios, nomeadamente os que compõem a rubrica da 'angolanidade', são peças de uma polémica que tenho vindo a manter com o investigador angolano, Luís Kandjimbo [...]». Cf. José Carlos Venâncio, *Literatura versus Sociedade*, Lisboa, Vega, 1992, p.15.

<sup>347</sup> José Carlos Venâncio, *Colonialismo, Antropologia e Lusofonias*, Lisboa, Vega, 1996, p.154.

<sup>348</sup> Cf. Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d.

<sup>349</sup> Esta tese de Mário António parece ter sido inaugurada com um artigo publicado entre 1964-1965, «Nota sobre o sistema cultural atlântico português», in *Espiral*, Lisboa, ano I, nº4-5, Inverno, pp.99-100. Seguiu-se o texto seminal *Luanda, “Ilha Crioula”*, escrito em 1965. Ambos textos de Mário António são escritos durante o período crucial da recepção da doutrina de Gilberto Freyre em Portugal. E Adriano Moreira na direcção do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, designado depois ISCSPU, introduzia o estudo do luso-tropicalismo como matéria curricular. Cf. Cláudia Castelo, *“O Modo Português de Estar no Mundo”- O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Porto, Afrontamento, 1999.

<sup>350</sup> José Luis Gómez-Martínez «“Mestizaje” y “frontera” como categorías culturales iberoamericanas», <http://ensayo.rom.uga.edu/enlaces/pensamiento.htm>. Consultada a 4 de outubro de 2015.

Hispanica, José Luis Gómez-Martínez, afirma: «A fronteira deixou de ser ponto de separação entre o conquistado e o por conquistar, entre o conhecido e por “descobrir”, para converter-se em lugar, em espaço, em modo de viver»<sup>351</sup>. Tal conceito não poderá ser aplicado aos chamados territórios colonizados pelos portugueses, pois do «ponto de vista cultural, o Brasil e os países africanos nunca foram colónias plenas» (Santos,1994:135). O que significaria dizer que a hegemonia assimilacionista da cultura portuguesa não se produziu de modo sistemático e substantivo. Para o ensaísta Manuel Jorge, «o homem angolano nunca se sentiu culturalmente português»<sup>352</sup>. Não sendo possível situar no mesmo plano categorial a criouldade assim entendida pelos seus paladinos e as culturas étnicas bantu de Angola para referir o substrato sobre o qual se ergue a angolanidade, a criouldade pode ser entendida como negação da identidade cultural angolana, podendo a sua defesa ser uma contingência dos processos de categorização social. Numa outra perspetiva será uma categoria que se aplica a uma classe de objectos diferentes do ponto de vista substantivo. Designa um grupo de indivíduos cujo repertório de identidade é um conjunto vazio, se for confrontado com uma identidade social mais ampla<sup>353</sup>. Donde virá a legitimação do carácter determinista

---

<sup>351</sup> *Ibid.*

<sup>352</sup> Por outro lado, Manuel Jorge defende uma posição ambígua, ao afirmar que a «angolanidade deve construir-se a partir dos elementos concretos da sua manifestação, e não como um esforço de negação de uma realidade cultural imposta, mas como esforço de afirmação de uma realidade cultural nova, nascida do cruzamento das civilizações e das suas obras, para empregar a expressão de Roger Bastide». Mais adiante acrescenta: «Angolanidade constrói-se com tudo o que a história legou ao povo angolano: o substrato negro-africano e os elementos da cultura dominante que através dos séculos penetraram até ao mais fundo do inconsciente popular. Será que tal concepção conduz à aceitação da condição de mestiço cultural? Não acreditamos. Essa concepção é a única conforme com a realidade. Parte do princípio de que não existe cultura pura, tal como não existe raça pura, e da mesma forma leva a admitir plenamente a realidade histórica que moldou e molda a cultura angolana». Cf. Manuel Jorge, *Para Compreender Angola*, Lisboa, Dom Quixote, 1998, pp.159-161.

<sup>353</sup> No texto seminal em que se introduz a noção de criouldade, Mário António afirma: «a designação crioula tem pleno cabimento em relação a alguns núcleos litorâneos criados por portugueses no continente africano, como é o caso de Luanda» (1968:15-16), onde se estabeleceu uma «viva consociação de elementos étnica e culturalmente diferentes» (*op.cit.*:22), «o contacto de um grupo minoritário, portador de uma cultura dinâmica sem ser agressiva, com grupos majoritários e dotados de um dinamismo que o seu irrequieto movimento no teatro em que se deu o contacto, documenta» (*Id.*:23). Em conclusão: brota daí um juízo categórico: a criouldade não é um atributo de todos os angolanos; criouldade é um atributo daqueles que habitam nos «núcleos litorâneos criados pelos portugueses [...]». Portanto, facilmente se conclui que *Angolanidade* e *Criouldade* são duas unidades lexicais que, no plano semântico, configuram uma contradição, pois exprimem sentidos incompatíveis entre si. Para tal bastará avaliar as seguintes proposições:- a) *Todos os angolanos têm a angolanidade como atributo categorizador*; b) *A Literatura Angolana é uma construção imaginária de escritores angolanos*; c) *A angolanidade constitui o traço distintivo da singularidade das obras literárias angolanos*; d) *Nem todos os angolanos têm a criouldade como atributo categorizador*; e) *Os escritores angolanos cuja identidade assenta na criouldade têm a alternativa de produzir obras literárias que não são angolanos*.



da criouldade que Mário António definiu na base de uma concepção organicista e tributária de um deslocado darwinismo social?

Portanto, o debate opõe dois discursos legitimadores de que Mário Pinto de Andrade e Mário António são os principais arautos, representando duas formas de localização epistemológica da Literatura Angolana, perante a necessidade de responder às seguintes questões: O que é a Literatura Angolana? Quem são os principais agentes da história da Literatura Angolana? A partir de que ponto de vista se deve escrever a história da Literatura Angolana?

Os problemas subjacentes ao discurso da criouldade levantam, por conseguinte, questões de ordem epistemológica semelhantes àquelas que emergem no contexto da América Latina <sup>354</sup>. Revela-se a este respeito pertinente trazer à colação as reflexões de Alfredo Margarido que aponta «a necessidade de mestiçagem», constitutiva da dimensão intensional desse conceito, como um facto teórico tardio, «introduzida na vida cultural e política portuguesa pelas teses luso-tropicalistas de Gilberto Freyre»<sup>355</sup>. Todavia, incidimos sobre os estudos literários assentes em paradigmas do universalismo ingénuo e eurocêntrico, em cujo quadro se inscreve a chamada «teoria da criouldade», confrontando-a com a categoria de angolanidade, inserida esta numa mais englobante e robusta teorização.

Com efeito, o discurso da criouldade apresenta fortes conexões com o luso-tropicalismo, enquanto doutrina oficial do Estado Novo em Portugal, ocupando um

---

<sup>354</sup> Cf. Walter D. Mignolo, «Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: La ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos». A necessidade de tal epistemologia conduziu a que alguns investigadores indianos fundassem na década de 80 aquilo a que se denomina hoje por Estudos Subalternos. Seduzidos pela fortuna dos trabalhos do grupo de investigadores indianos liderados por Ranajit Guha, alguns investigadores latino-americanos lançaram em 1995 o manifesto do Grupo Latinoamericano. De acordo com um Walter D. Mignolo, «a reflexão sobre espaços geográficos e localizações epistemológicas é possível e é promovida pelas novas formas de conhecimento que se estão produzindo nas zonas de legados coloniais, no conflito fronteiriço entre histórias locais e desenhos globais, desde a América a África do Sul, desde América a África do Norte; desde o Pacífico nas Américas ao Pacífico do sul da Ásia e Oceânia»<sup>354</sup>. Disponível em <http://www.javeriana.edu.co/pensar/Rev34.html>. Consultada a 17 de Setembro de 2015.

<sup>355</sup> Cf. Alfredo Margarido, *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Lisboa, edições universitárias lusófonas, 2000. Contrapondo-se à teoria de Mário António e seus seguidores, Alfredo Margarido aduz a negação da história do Outro como prova de inexistência da criouldade. Sustenta a natureza desfavorável de qualquer comparação com o México, onde os espanhóis já tinham posto à disposição dos *criollos* estebelecimentos de ensino e uma Universidade no século XVI<sup>355</sup>. «A comparação é desfavorável ao processo colonial português, que teimou em não permitir que os Outros, mas também os nacionais, conseguissem educar-se. O Estado, o clero, e nobreza, apostaram na recusa do conhecimento, como motor da sua própria sobrevivência» (*op. cit.* p.13).

importante lugar na história das ideologias coloniais portuguesas, especialmente ao nível da institucionalização da literatura colonial. Por essa razão, o acervo de textos publicados e a memória social respeitante à sua tematologia perpassa a memória individual dos escritores de língua portuguesa, admitindo-se a possibilidade de as narrativas contemporâneas retomarem as representações literárias coloniais, pois a psicologia de qualquer indivíduo que tenha vivido na sua história pessoal a condição de colonizado ou colonizador pode surpreender com a erupção de imagens renovadas do passado<sup>356</sup>. Ora esse debate sobre a persistente tematização das representações coloniais associada ao problema do cânone literário e da nacionalidade dos autores já produziu apaixonadas e exaltadas reflexões<sup>357</sup>. Em tais casos, o exercício sereno de uma argumentação assente nos fundamentos epistemológicos do desacordo e princípios da caridade e do respeito devia conduzir aprofundamento da discussão a respeito dos discursos da criouldade, das representações literárias coloniais na literatura portuguesa ou na literatura angolana contemporânea<sup>358</sup>, da literatura colonial e suas ideologias<sup>359</sup>.

Como veremos em seguida, a elaboração dos conceitos de angolanidade e de criouldade, correspondem a estratégias que fazem apelo à relevância do lugar a partir do qual se fala e se lê. Por isso, os falaciosos argumentos que sustentam a noção de criouldade visam a teorização de uma cultura de fronteira, na esteira

---

<sup>356</sup> Cf. Albert Memmi, *Portrait du Colonisé. Portrait du Colonisateur*, Paris, Gaççimard, 1985.

<sup>357</sup> Cf. Manuel Ferreira, *O Discurso no Percorso Africano I*, Lisboa, Plátano Editora, 1989; Eugénio Lisboa, *Portugaliae Monumenta Frivola ou As Verdadeiras e Falsas Riquezas*, Lisboa, Universitária Editora, 2000.

<sup>358</sup> Cf. Luís Kandjimbo, «Yaka: a Ficção e o Estatuto da História ou um Romance Colonial?», in *Estudos Portugueses e Africanos*, 25-26 (1995), Campinas (Brasil), pp.57-74. Ver igualmente Luís Kandjimbo, *Apologia de Kalitangi*, Luanda, INALD, 1997.

<sup>359</sup> Cf. Pires Laranjeira, «La Littérature coloniale portugaise», in Jean Sévry. (ed.). *Regards sur Les Littératures Coloniales*. Afrique Anglophone et Lusophone, Tome III, Paris, L'Harmattan, 1999, p. 249. Não é esse pensamento de Pires Laranjeira. Em primeiro lugar, procurou reduzir o alcance da nossa leitura crítica do romance *Yaka* do escritor Pepetela, qualificando-a como uma avaliação «fundamentalista». No referido texto questionamos o lugar da História e das personagens referenciais na ficção literária e a susceptibilidade do romance ser classificado como sendo colonial. Em segundo lugar, Pires Laranjeira recusa qualquer reconhecimento da literatura colonial portuguesa: «La littérature coloniale est, aujourd'hui, inconnue. Reconnaissons que jugé dans son ensemble, ele est dépourvue de valeur littéraire: son intérêt n'est que documentaire et ne peut apparaître que sous le jour de l'histoire des mentalités, en particulier (et dans une mesure que nous ignorons) de l'histoire de la pensée coloniale. Il est tout à fait vain et irréaliste, vu la désaffection dont souffre la lecture chez les jeunes, de proposer des textes de la littérature coloniale portugaise aux responsables des programmes et des manuels de l'enseignement portugais, à moins que l'on n'aspire à récupérer la pensée coloniale à travers ce mode, discret mais efficace, d'intervention idéologique».

daquilo que é o esforço de definição do «estatuto identitário da cultura portuguesa», tal como diz o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos<sup>360</sup>.

Portanto, esboçámos aqui os contornos de uma agenda teórica em que a angolanidade e a criouldade são pontos de um itinerário a que se associam nomes, no quadro da historiografia literária angolana, sendo esta entendida como produção de textos que consubstanciam discursos e reflexões intencionalmente elaborados para dar conta da ideia de memória e repertório de obras literárias e seus autores, tematizando as representações da pertença ou localização cultural para a configuração daquilo que constitui a Literatura Angolana, o texto literário angolano enquanto objecto estético. É a tematização destas representações que permite demarcar a teoria da angolanidade e a teoria da criouldade de que são figuras cimeiras Mário Pinto de Andrade e Mário António Fernandes de Oliveira. O primeiro desenvolveu um discurso crítico e historiográfico no exterior de Angola marcado pelo paradigma da libertação cultural do continente africano prolongando-se numa actividade política intensa. Entre as suas obras destaca-se a *Poesia Negra de Expressão Portuguesa* (1953), *La Poésie Africaine d'Expression Portugaise* (1969), *Antologia Temática de Poesia Africana* em dois volumes (1977) e já na década de 90, a título póstumo, foi publicado *Origens do Nacionalismo Africano*. O segundo autor desempenhou um papel importante no desenvolvimento do discurso crítico e historiográfico no interior de Angola, na primeira fase da sua carreira de escritor que se estende até meados da década de 60. A fase seguinte corresponde ao período em que se regista a recuperação das teses do lusotropicalismo e do lançamento das teses da criouldade. Além de alguns livros a sua importante obra ensaística consistiu essencialmente em textos dispersos por publicações periódicas que, anos mais tarde foram reunidos em livro em publicação póstuma sob o título *Reler África* (1990). A sua tese de doutoramento – *A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)* – que é um importante contributo à historiografia literária angolana, foi publicada em 1997<sup>361</sup>.

---

<sup>360</sup> Boaventura de Sousa Santos, *Pela Mão de Alice-O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Afrontamento, 1994, p.132.

<sup>361</sup> Mário António Fernandes de Oliveira manifesta aí o abandono das ideias defendidas a partir de 1968, quando sustenta que a sua tese «centraliza-se num quadro de encontro de culturas que ilustra o contacto da literatura portuguesa com culturas africanas, numa localização em que poucas vezes tem acontecido o seu estudo, mas onde longamente se processou, a costa de Angola» (1997:11). Na corrente argumentativa, revela claramente o seu desencanto relativamente à pertinência do conceito de criouldade, quando procura justificar a sua operacionalidade perante a resistência «à aceitação

As respostas às questões formuladas vêm plasmadas nos textos a que fazemos alusão, demarcando claramente a existência de dois campos que se opõem disputando a legitimidade categorial na abordagem da identidade cultural e, especialmente, da identidade literária angolana<sup>362</sup>. Portanto, uma teoria da angolanidade, com todas as características de uma teoria geral, inscrever-se-á num processo de categorização que opera com pressupostos conformadores das condições necessárias à caracterização da cultura angolana respondendo às tentações hegemónicas de outras teorias consagradas pela história do colonialismo em Angola<sup>363</sup>. Por outras palavras, diremos que a teorização da angolanidade obedecerá aos imperativos de uma descolonização epistemológica. Neste esforço entificador, o conceito operatório de angolanidade apresenta duas dimensões categoriais: a angolanidade arquitópica e a angolanidade literária.

A angolanidade arquitópica – pressuposto e arquitopia – representa a herança e a memória coletiva da tradição, a textualidade virtual, diatópica, transindividual e transdisciplinar, uma totalidade plural com dimensões parcelares que, do ponto de vista analítico, categoriza as várias esferas constitutivas de Angola como expressão unitária da existência coletiva das comunidades étnicas angolanas fundada em elementos históricos antigos que precedem o contacto com a modernidade ocidental.

---

da palavra “crioulo”. Apesar disso, afirma que «não encontramos outra que melhor abranja o fenómeno, desde os dicionários que se fizeram do português que nelas se fala» (*op.cit.*:15). E prossegue com proposições ambíguas e contraditórias, associando indistintamente a noção a fenómenos de natureza biológica e, por outro lado, aproximando-a dos fenómenos linguísticos e culturais. Em determinado momento parece admitir que a designação de crioulo serve «tanto os originários da Europa como os originários da América (destes, no caso dos negros, por oposição a originários da África), de que apenas a situação cultural é distintiva» (*Id.*). Em outro momento, defende que «[...]não sendo aplicável totalmente a Angola, assinala a ligação ao tráfico da criouliidade, a relevância do seu papel nas Índias Ocidentais (mesmo no Brasil, onde tem uma conotação pejorativa) e a sua extensão aos “nascidos na colónia”, os “filhos do país”, como aparece escrito no caso de Angola» (*op.cit.*:16). E, por fim, escreve: «O seu conteúdo é total e simplesmente cultural e é assim que nos parece abranger quase toda a literatura do século XIX em Angola, designadamente a sua imprensa» (*Id.*).

<sup>362</sup> Cf. João Melo, *Comunicação, Poder e Identidade Nacional*. Dissertação de Mestrado. 1994, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 215. Ao debruçar-se sobre este mesmo tema da identidade angolana, na sua tese de mestrado consagrada à comunicação, João Melo detecta três “visões”, nomeadamente a criouliidade, a autenticidade ou genuinidade, e a concepção marxista oficial da angolanidade. Mas, em meu entender, o debate actual reduz-se aos dois campos já mencionados, tendo em conta o potencial dos arsenais teóricos associados.

<sup>363</sup> A este propósito Alfredo Margarido alude a existência de uma longa duração do espírito colonial. Cf. Alfredo Margarido, *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

A angolanidade literária é a actualização antropológica e criadora dessa categoria holística, observável na enunciação e interpretação dos textos. Ou seja, apenas uma dimensão parcial da angolanidade arquitópica como manifestação cultural da construção imaginária do mundo, à luz das coordenadas do tempo e do espaço, isto é, condicionada pelas contingências da sua localização histórica e geográfica. Por isso, revela-se de grande utilidade o conceito de representação colectiva que pode perfeitamente traduzir a função e os contornos da angolanidade literária. Esta dimensão surge como um processo de categorização e de identidade social, ou seja, do conhecer e sentir a pertença à cultura angolana. À angolanidade literária subjaz uma angolanidade-pressuposto que comporta experiências, sistema de referências, memória colectiva, sentido de passado ou história, em que se fundam as estratégias dos escritores. O texto literário é assim a materialização de uma das várias modalidades possíveis da experiência angolana. É essa pregnância de determinismos que sustenta o princípio constitutivo dos textos literários, enquanto objectos que conformam a Literatura Angolana. As respostas a potenciais questões que se colocam representam formas profundas de interpelação da dimensão ontológica, do ser e viver coletivos. Tal interpelação é feita por intermédio de sintaxes e semânticas em que intervém um sujeito cujo nome e assinatura acompanha os textos. E que o tempo e o espaço, ou seja, a história e a geografia relativizam. Exposta a história dos primeiros momentos da elaboração do conceito de angolanidade, e na mesma senda de outros ensaístas angolanos, entendemos a identidade como projecto em cujo espectro se situa a angolanidade. Um conceito de angolanidade em que impera uma perspectiva ontológica como pressuposto da produção de um discurso teórico e crítico-literário. Sendo assim, a angolanidade literária congloba não só os resultados das estratégias de enunciação literária em língua portuguesa, mas de igual modo o sistema semiótico da oralidade, onde imperam códigos diferentes, nomeadamente paralinguísticos, cinésicos, proxémicos e lúdicos. Assentam aqui as preocupações epistemológicas que consistem em fornecer uma definição instrumental da Literatura Angolana. Na verdade, o conteúdo do referido conceito, inserido no contexto em que se aplica, levanta antes de mais um problema de pressuposto ou de normatividade. Ora, no plano categorial será um conceito-chave a partir do qual cada indivíduo define o seu lugar na sociedade angolana e desencadeia os processos avaliativos dos objectos e seus atributos. É igualmente uma categoria predicativa. Por isso, não é consistente

a ideia da formação como que sincrética da Literatura Angolana, cabendo o impulso inicial à língua ou à cultura portuguesa. A ilustração da angolanidade inscreve-se naquele imperativo que visa impugnar a prática artificiosa do «assimilacionismo colonizador, o dualismo cultural, com vista a definição dos traços essenciais duma identidade nacional», como diria Mário Pinto de Andrade, porquanto «a angolanidade requer enraizamento cultural e totalizante das comunidades humanas, abarca e ultrapassa dialecticamente os particularismos das regiões e das etnias, em direcção à nação»<sup>364</sup>. Há, pois, que partir da articulação ordenada de determinados códigos de referência, isto é, de uma ordem cultural preexistente que atribua a essa diversidade o sentido de identidade. Tenha-se em conta, a título de exemplo, a construção do Estado e da Nação, domínios onde se realiza a angolanidade política e a angolanidade moral, duas formas de manifestação da angolanidade-pressuposto como expressão da dimensão política e ética, respetivamente. Coloca-se aqui o imperativo da representatividade étnica no plano institucional e a valorização da ética comunitária subjacente às formas de participação política das várias comunidades étnicas. Nesta medida, deve ter-se em conta o facto de a consagração das línguas vernáculas nacionais, numa visão prospectiva, concorrerem para a consolidação da Nação, além das suas virtualidades de sucesso nos domínios de políticas sectoriais. Por aí não se esvazia o sentido histórico do conceito. É que a sua historicidade e, por conseguinte, os sujeitos para que remete a sua construção não se encontram fora desta realidade diversa, sob o ponto de vista linguístico, antropológico ou sociológico. Todavia, identificar os sujeitos da angolanidade como protagonistas desse dualismo da criouldade é, sem dúvida, defender um reducionismo ingénuo e abolir todo o contexto histórico e cultural subjacente ao pensamento a a partir do qual se configura a produção de contra-cânones fundada na lógica da angolanidade arquitetónica, sendo esta a fonte de uma subjetividade operativa que se situa no momento histórico instaurador de um cânone potencial, precedente de outras categorias da canonicidade da Literatura Angolana.

---

<sup>364</sup> Mário Pinto de Andrade tecia estas considerações no prefácio ao livro *Poesia com Armas* de Costa Andrade. Mas a bibliografia deste ensaísta, ao longo da qual teorizou a angolanidade, numa espécie de teoria geral, é numerosa e não cabe aqui a sua catalogação.

**CAPÍTULO V:**  
**O ESTATUTO DISCIPLINAR DA LITERATURA**  
**ANGOLANA**





## **V.1: Literatura Angolana: disciplina em sentido epistemológico**

Objecto da Literatura angolana e conhecimento proposicional.-  
Estatuto e sentido epistemológico.- Ensino e virtudes das comunidades  
epistémicas.-Literatura Angolana, literaturas nacionais e Literatura  
Comparada.-Fundamentos epistemológicos da formação do cânone  
literário angolano.- Antologias e história da Literatura Angolana.-

De acordo com os subsídios expendidos nos Capítulos I e III desta tese, podemos afirmar que a Literatura Angolana, entendida como objeto do conhecimento proposicional, constitui hoje uma disciplina em sentido epistemológico, por quatro ordens de razões. Em primeiro lugar, é objeto das práticas especializadas de investigação, crítica e ensino. Em segundo lugar, os conteúdos informativos e cognitivos dessas práticas, transmitidos e avaliados pelas comunidades interpretativas em determinados contextos institucionais são veiculados através de um discurso de segundo grau sobre o sistema literário angolano fundado na tradição cultural e literária angolana. Em terceiro lugar, a Literatura Angolana submete-se ao teste de legitimidade através de metadiscursos produzidos por autoridades epistémicas e membros de diversas comunidades interpretativas. Em quarto lugar, o objeto de ensino da Literatura Angolana é constituído pelo conhecimento proposicional elaborado que sobre ela recai.

Portanto, o sentido epistemológico traduz aqui a possibilidade de um estatuto atribuído à Literatura Angolana por constituir uma unidade de classificação e transmissão do conhecimento proposicional produzido no domínio dos Estudos Literários Africanos. No entanto, nada autoriza a exclusividade do conhecimento proposicional, pois não é a única forma de conhecimento que é transmitida nos processos de ensino da literatura. Há que contar com as formas de conhecimento não-proposicional cujo concurso permite igualmente a aquisição de uma formação integral, no que tange ao universo global da Literatura Angolana onde coexistem os vários tipos de conhecimento enquanto conhecimento disciplinar. Reiterando a adesão à conceção veritística da epistemologia social, a avaliação dos fundamentos epistemológicos da Literatura Angolana implica o reconhecimento de instituições, comunidades e autoridades epistémicas que desenvolvem atividades de investigação, crítica e ensino, emanando daqueles fundamentos os substratos metodológicos. A virtude epistémica da excelência em demanda da qual se engajam

as comunidades disciplinares ou interpretativas consagradas ao estudo da Literatura Angolana configura o tipo de problemas a ter em conta na determinação do seu estatuto epistemológico, sobretudo ao abrigo das questões suscitadas no âmbito da Epistemologia e da Filosofia Moral<sup>365</sup>. Neste sentido, o ensino constitui um dos níveis a partir do qual se torna possível avaliar a pertinência do conhecimento, sua relação com a verdade e a objectividade, bem como a necessidade da sua justificação, admitindo-se a possibilidade de ocorrer a transmissão de diferentes verdades intemporais, longe de qualquer tentação essencialista, sem que tal implique a prática de um ensino intemporal<sup>366</sup>.

Em última instância, o estatuto epistemológico da Literatura Angolana tem a sua âncora no pluralismo epistémico e cultural do mundo hodierno, e na paisagem política dominada pelo Estado-nação, apesar da falência do paradigma nacional em África. Assim se explica que a Literatura Angolana seja apenas mais uma literatura nacional entre outras existentes no universo da «república mundial das letras» e da «literatura-mundo»<sup>367</sup>. Na verdade, os estudos comparatistas constituem presentemente o campo disciplinar mais adequado para testar a institucionalidade de uma literatura nacional e a universalidade de programas curriculares dos estudos literários em qualquer sistema educativo<sup>368</sup>, porquanto a singularidade da Literatura Angolana fundada na sua história permite inscrevê-la no campo dialético e epistemológico das tensões entre o local e o universal, o uno e o diverso. Os pressupostos da Epistemologia Social sustentam a rutura que conduz à legitimação constitutiva da Literatura Angolana à semelhança do que acontece com outras literaturas nacionais em África. A formação do cânone literário angolano é um dos mais importantes processos em que se analisa a referida rutura no plano epistemológico cujo início, numa perspetiva diacrónica, ocorre através da investigação, ensino, crítica literária, antologias e bibliografias, culminando com a

---

<sup>365</sup> Cf. Linda Zagzebski, *On Epistemology*, Wadsworth, Cengage Learning, 2009, pp.95-966.

<sup>366</sup> Ver secção I.1 e secção III.3 desta tese.

<sup>367</sup> Ver secção III.5 desta tese onde se aborda a problemática das literaturas nacionais no contexto na abordagem eurocêntrica da Literatura Comparada.

<sup>368</sup> Ao analisar o lugar de África e dos africanos no curriculum do ensino básico e ensino secundário em Portugal, Lola Geraldine Xavier considera que o continente africano é menosprezado, «no sentido em que não lhe é dado espaço no ensino formal», devido ao predomínio da visão eurocêntrica. Curiosamente, no subsistema do ensino superior português a Literatura Angolana é hoje uma disciplina com estatuto epistemológico consolidado. Cf. Lola Geraldine Xavier, «O ensino e o estudo da África e dos africanos: os currículos», in Ana Paula Coutinho, Maria de Fátima Outerinho e José Domingues de Almeida (dir.), *África de Uns e Outros. Construções literárias das identidades africanas cinquenta após as descolonizações*, Bruxelles, Peter Lang, 2012, pp.233-246.

seletiva sistematização de uma lista de obras e autores que integram os planos curriculares do ensino das disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura Angolana. Tais processos consagram o modelo institucional, na medida em que ele permite estabelecer o quadro normativo do «controlo institucional da interpretação» a que se vinculam as comunidades interpretativas. Para a Literatura Angola, os parâmetros desse exercício de controlo institucional têm o seu momento seminal na década de 50 do século XX, quando Mário Pinto de Andrade organiza as primeiras antologias que definem os critérios da canonicidade de um texto literário angolano, a que se seguem as sucessivas edições do livro de Carlos Ervedosa sobre história da Literatura Angolana e os textos críticos de Mário António Fernandes de Oliveira. Estas iniciativas editoriais têm uma importância extraordinária nos processos da rutura epistemológica, na medida em que, como diria Cláudio Guillén, «difícil es concebir la existência de una cultura sin cânones, autoridades e instrumentos de autoselección» (2005:375). Como veremos mais adiante o ciclo inaugural completa-se com os dispositivos que conformam a prática pedagógica.

## V.2: Literatura Angolana: disciplina escolar

Estatuto de disciplina escolar em Angola.- Língua Portuguesa, Literatura Angolana e conteúdos programáticos.- Crítica ao modelo de ensino da Literatura Angolana.-Necessidades de aprendizagem no ensino secundário.- Especificidades metodológicas do ensino da Literatura Angolana.-A reforma curricular de 2001.-Investigação e disciplinaridade da Literatura Angolana.-

Se tivermos em atenção a sua historicidade da Literatura Angolana e a definição instrumental de disciplina na sua tripla aceção<sup>369</sup>, o estatuto disciplinar e escolar é adquirido efetivamente a partir de janeiro 1975 com o processo de descolonização de Angola a que se seguiu a criação de um Governo de Transição que conduziria o País à independência política. Define-se então o primeiro cânone pedagógico oficial. É sob os auspícios do Ministério da Educação e Cultura que se realizam mudanças parciais na organização curricular do ensino, consistindo na introdução de novos conteúdos programáticos. O que viria a acontecer com a primeira reforma curricular do período pós-independência em 1977<sup>370</sup>. Mas essa consagração institucional da Literatura Angolana não se traduzia num ensino de qualidade para as exigências do momento. Era no âmbito da disciplina de Língua Portuguesa que se ministravam os conteúdos programáticos da Literatura Angolana. Ao passar em revista os materiais do II e III níveis do ensino de base do subsistema do ensino secundário, nomeadamente 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> classe, verifica-se que os programas da disciplina de Língua Portuguesa anulavam a relevância do texto literário. O mesmo ocorria, talvez em menor escala, no ensino médio. Neste último nível a disciplina era leccionada apenas durante dois anos (9<sup>a</sup> e 10<sup>a</sup>). Predominava um modelo de ensino assente na gramática da língua. O tipo de recursos didáticos era uniforme para todos os níveis. Observava-se apenas uma variação na tipologia

---

<sup>369</sup> Ver secção I.2 desta tese.

<sup>370</sup> Até essa data tinham sido realizadas quatro conferências em África, sob os auspícios da UNESCO, nomeadamente a de Addis Ababa em 1961, de Abidjan em 1964, de Nairobi em 1968 e de Lagos em 1976. No dizer de Pai Obanya, as conferências de Abidjan, Nairobi e Lagos representaram um «curriculum push» para os Estados Africanos membros da UNESCO. Uma das recomendações mais importantes da Conferência de Lagos tinha sido a criação da Organização Africana do Currículo (African Curriculum Organization, ACO) para «permitir uma maior cooperação regional no domínio da reforma curricular e renovação dos currículos escolares. Cf. Pai Obanya, *Curriculum Reform for Educational Development in Africa: The Role of UNESCO*, Dakar, Breda Series nº8, 1994, p.6.

de textos seleccionados e seus temas. Os textos planificados para a 5ª e 6ª classe obedeciam à esquematização temática do programa da disciplina de Ciências Sociais. Por sua vez, os temas da 7ª e 8ª obedeciam a critérios diferentes. Esta disparidade acrescida do peso conferido a antologia *Textos Africanos de Expressão Portuguesa* fornecia o perfil caótico do ensino de matérias respeitantes à Literatura Angolana porque assentava numa perspectiva de integração curricular dominada pela transversalidade de temas que pelas suas afinidades identificavam várias disciplinas. O recurso à referida antologia concitava a uma actividade pedagógica assente na leitura de textos fragmentários, aparentemente articulados entre si devido ao critério com que se operava. Quanto a nós, o ensino da Literatura Angolana realizado nestes moldes merecia as seguintes críticas:

a) Uma abordagem da literatura fora da sua historicidade, apagando a perspectiva da história da literatura, a perscrutação de registos linguísticos e sistemas ideológicos no seu contacto com o passado;

b) A predominância de excertos deslocando-os do quadro de sentidos das obras e consequentemente o imaginário caótico transmitido ao aluno<sup>371</sup>.

Explicava-se deste modo o incaracterístico ensino da Literatura Angolana que perdurou nas escolas angolanas até à década de 2000. No decurso do ano letivo de 1992-93, exercendo atividade docente, inquirimos alunos do ensino médio de uma comunidade escolar da cidade de Benguela com uma população de cerca de 1600 estudantes de estabelecimentos do ensino técnico (Instituto Industrial), ensino normal (Instituto Normal e Pré-Universitário). A amostra privilegiava a população do Instituto Industrial. Pretendíamos obter confirmações de uma hipótese que continha mais de duas variáveis. A hipótese é a seguinte:

A motivação dos alunos relativamente à disciplina de língua portuguesa, baseada na sua ministração assente em textos de autores angolanos (Literatura Angolana), bem como a necessidade da sua extensão aos currículos de todo o curso médio, representa uma virtualidade de êxito na aprendizagem da língua portuguesa. Não haverá sucesso escolar se a língua portuguesa for aprendida na base de um contexto sociocultural exógeno.

---

<sup>371</sup> Cf. Luís Kandjimbo, *Apologia de Kalitangi*, Luanda, INALD, 1997.

Definimos três variáveis: a) motivação para a aprendizagem da Língua Portuguesa; b) motivação para o estudo da Literatura Angolana; c) necessidade de distribuir as duas matérias por todo o currículo do ensino médio; d) garantia de melhor formação geral dos alunos. Para o efeito foram elaborados dois tipos de questionário. O primeiro com apenas uma questão e dois itens: Gostaria de continuar a estudar a disciplina de língua portuguesa? Porquê?

O segundo com três questões: 1ª O que prefere: estudar a língua portuguesa com base em obras de autores angolanos ou em obras de autores portugueses 2ª Qual a sua língua materna? 3ª Utiliza a língua materna na conversa com os pais, com os tios, primos, irmãos ou com amigos?

Com o primeiro tipo de questionário visava-se a obtenção de informações acerca da motivação dos alunos quanto à extensão da disciplina a duas classes do ensino médio em que não se lecionava a língua portuguesa, nomeadamente 11ª e 12ª.

O segundo tipo visava colher informações a respeito de textos literários preferidos e autores, entre angolanos e portugueses. O que de modo acessório podia dar indicações quanto ao interesse pelo estudo da literatura. Pretendia-se ainda conhecer o perfil sociolinguístico dos alunos inquiridos, o lugar da língua portuguesa no seu *habitus* linguístico e definir os contornos da situação de diglossia dos alunos.

Foram inquiridos aproximadamente 250 alunos. Ao primeiro modelo de questionário responderam 163 alunos. Foram obtidas 128 respostas positivas. O que representava 78,6%; 36 respostas negativas representando 21,4%. Deste conjunto temos 108 homens, representando 84,4% e 20 mulheres representando 15,6%. No cômputo das respostas positivas verificou-se que 43 eram alunos da 12ª classe, perfazendo 33,5%; 20 alunos da 11ª classe representando 15,6% e 61 são alunos da 10ª classe, representando 47,6%. Os restantes 3,1% correspondiam a fichas mal preenchidas.

Das 36 respostas negativas, observava-se que 3 eram de alunos da 12ª classe, correspondendo a 6,6% 12 alunos da 11ª classe. O que correspondia a 37,5%; e 18 alunos da 10ª classe, representando 22,8%.

O segundo tipo de questionário foi distribuído a 93 alunos. Foram obtidas 57 respostas que apontam a preferência de autores angolanos representando 68,4%; 18 são de alunos monolíngues, representando 31,6%; 50 são homens, representado

87,8% e 7 são mulheres, representando 12,2%. Das 93 respostas a respeito de autores (angolanos ou portugueses) 36 apontam a preferência de autores portugueses, representando 38,8%; 19 respostas são de alunos bilingues, representando 52,7% e 17 são de alunos monolinguês, o que representa 47,3%

Os factos eram eloquentes. E não aconselhavam qualquer atitude de indiferença perante o ensino da Literatura Angolana como componente importante da aprendizagem da Língua Portuguesa. Ao pretender determinar o nível de motivação dos alunos para o estudo da Literatura Angolana, verificou-se que, dentre as respostas favoráveis, 68,4% eram de alunos bilingues. Portanto, não era razoável manter uma expectativa de rentabilidade, enquanto não se realizasse a aprendizagem com recurso a instrumentos didáticos que incorporassem matérias que do ponto de vista psicológico suscitasse algum interesse dos alunos, correspondendo à sua motivação. A motivação era entendida como situação de necessidade manifesta que conduzia à disponibilidade psicológica dos alunos e que se traduzia em atitudes de natureza cognitiva e afetiva, neste caso, perante a Literatura Angolana e a língua portuguesa.

De acordo com as percentagens da amostra em análise, concluímos o seguinte: a distribuição das frequências são uma expressão da atitude dos alunos condicionada por fatores de ordem pedagógica e sociolinguística. Verificou-se igualmente que 78,6% dos alunos respondia afirmativamente a respeito da extensão curricular da disciplina de língua portuguesa, contra apenas 21,4% de respostas negativas. E por que razão?

Ao passar em revista as respostas afirmativas, isto é, respondendo à interrogativa «porquê», verificou-se que eram invocadas duas razões justificativas:

- O ensino da língua portuguesa era deficiente nos níveis anteriores e a preparação dos alunos era má;
- O tempo de aprendizagem da língua portuguesa era insuficiente.

Na primeira, os alunos referiam-se à qualidade da formação obtida no ensino do II nível<sup>372</sup> e na segunda sublinhavam a necessidade de se prolongar o tempo de aprendizagem desta disciplina.

Por outro lado, a análise dos 21,4% de respostas negativas e respetivas justificações, permitia a identificação de duas razões:

---

<sup>372</sup> No quadro do actual sistema educativo, trata-se do I ciclo do ensino secundário.

-Sobrecarga curricular num curso técnico em que a disciplina é dispensável;

- Aprendizagem suficiente até à 10ª classe.

Os 36 alunos que incluídos neste último conjunto frequentavam o Instituto Médio Industrial. Daí a referência ao curso técnico.

Portanto, as respostas dos alunos aos dois itens do primeiro modelo de questionário constituem a expressão de uma atitude de natureza cognitiva condicionada por fatores de ordem didático-pedagógica.

A distribuição de frequências relativa à variável «motivação para o estudo da Literatura Angolana» é de igual modo elucidativa. Sobre ela pesam fatores sociolinguísticos, tendo em atenção o perfil dos alunos. Para todos os efeitos, concluía-se que grande parte da amostra era constituída por alunos bilingues. Dos que eram favoráveis ao estudo da Literatura Angolana, 68,4% eram bilingues. E pela leitura do perfil sócio-linguístico, 42,7% dos alunos são bilingues tendo como língua materna o Umbundu e o Português como língua segunda. Quanto aos alunos que preferem o estudo de autores portugueses, registava-se uma frequência igual de bilingues (Umbundu/Português e monolinguês (Português).

Um outro aspeto digno de nota é o facto de fazerem parte da população escolar inquirida locutores pertencentes a três diferentes grupos etno-linguísticos, nomeadamente Kimbundu, Kikongo e Cokwe.

Fica demonstrada a influência de fatores sociolinguísticos na qualificação da variável independente «motivação para o estudo da Literatura Angolana». Perdendo-se de vista a qualificação desta e doutras variáveis, admitir-se-ia a possibilidade de insucesso na aprendizagem da língua portuguesa. Se tivéssemos em consideração o tipo de juízos que os alunos formulavam nas suas respostas, notar-se-ia que o conteúdo e, por conseguinte, as motivações positivas dependiam em grande medida da experiência e conhecimentos adquiridos. Sob o ponto de vista do desenvolvimento dos atos pedagógicos, das motivações positivas relativamente à língua portuguesa e à Literatura Angolana, pode dizer-se que a qualidade da motivação inicial joga um grande papel em processos ulteriores.

Na verdade, foi possível confirmar a importância da motivação inicial nas aulas de Português administradas a turmas da 10ª classe do Instituto Médio Industrial. Os alunos bilingues estimulavam os colegas monolinguês, quando reagiam a perguntas que conduziavam a debates sobre o valor e função das línguas



vernáculos nacionais. Tais debates inscreviam-se no âmbito do primeiro capítulo do program curricular que versava sobre «a problemática da língua portuguesa em Angola». Os alunos bilingues demonstravam a natureza falaciosa das adjetivações habitualmente atribuídas às línguas autótones no período colonial. Em vários momentos do debate demonstravam a existência de operações de cálculo aritmético realizadas em língua Umbundu.

Ao chegar ao fim da primeira unidade didática que compreendia «a problemática da língua portuguesa e algumas considerações sobre as línguas bantu de Angola», verificou-se que os alunos produziam algumas generalizações. Os mais perspicazes estabeleciam analogias. Do mesmo modo que as línguas nacionais não são inferiores em relação à língua portuguesa, também a terapêutica tradicional era tão válida quanto a medicina hospitalar. Os termos da comparação destas duas formas de medicina resultavam da interpretação de um capítulo do romance *Manana*, nomeadamente «A Minha Sogra». Mas essa generalização não ocorria espontaneamente. Para tal contribuía o facto de os conceitos de bilinguismo, interferência linguística (lexical e gramatical) e outros terem sido apresentados ao mesmo tempo em que se procedia a análise de discursos de algumas personagens desse romance, apesar de os registos da língua Kimbundu. A conclusão imediata, após as considerações tecidas a respeito da hipótese que governou o questionário, conduzia a novos problemas. Admite-se a possibilidade de alternativas para um ensino da língua portuguesa que passaria obrigatoriamente pelo ensino da Literatura Angolana. É que a eficácia deste ensino colocava importantes desafios. Que teorias e metodologias adotar para o ensino da língua portuguesa e da Literatura Angolana?

Observados os contextos institucionais o ensino da Literatura Angolana deve assentar no princípio do enraizamento cultural, desdobrando-se em tantos outros processos que culminam com a formação de leitores.

Nesta medida, o apuramento dos resultados do inquérito realizado suscitava a necessidade de conhecer a instância sobre a qual recaía a responsabilidade em casos de insucessos na aprendizagem da leitura e interpretação do texto literário angolano, escrito quer em língua europeias quer em línguas africanas. Não haveria respostas à questão formulada, se a instituição literária em sentido amplo fosse ignorada e se o carácter operativo do conceito de campo literário não fosse adequado à singularidade da história e da cultura. A título de

exemplo, a melhor prova pode ser obtida através da «razão oral»<sup>373</sup> que predomina na transmissão das formas literárias em África. Nesta hipótese, a responsabilidade pelos insucessos na aprendizagem da leitura do texto literário africano pode ser imputada aos agentes epistémicos que constituem as comunidades interpretativas e instâncias críticas, quando despojam as suas grelhas metodológicas de uma orientação axiológica. Trata-se de uma responsabilidade de ordem ética que privilegia o ponto de vista do agente epistémico e se deixa apreender como encruzilhada do valor e do sentido, isto é, da ética e da hermenêutica. É um apelo inequívoco ao princípio da caridade e do respeito para evitar falácias na prática da transmissão de conhecimentos.

Portanto, em 2001 esperava-se que a reforma curricular desencadeada em Angola viesse responder às exigências de um novo sistema educativo cuja implementação decorreria até 2015, de acordo com a *Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação*. No âmbito da referida reforma, foi elaborado o plano curricular do I e II ciclos do ensino secundário em que se define a Literatura como disciplina obrigatória cuja denominação curricular afasta qualquer confusão com a Literatura Angolana. Trata-se apenas de um «Programa de Literatura». Na sua introdução geral, lê-se o seguinte: «O Ensino da Literatura como disciplina autónoma para 11<sup>a</sup> e 12<sup>a</sup> classes do Ensino Secundário justifica-se por várias razões embora não entendendo uma autonomia como factor de afastamento de estudo sistemático da língua [...]». Atendendo aos imperativos da realidade cultural do país e ao tipo de necessidades formativas das crianças e jovens angolanos revelava-se necessário propor a introdução da disciplina de Literatura Angolana no referido currículo do subsistema do ensino secundário. É uma disciplina que corresponderia a alguns objectivos propostos pela reforma educativa, nomeadamente, à promoção de «uma nova consciência nacional baseada na tolerância, no respeito por si próprio e pelos outros, na identidade cultural, e na cultura da paz.»; «revalorização do património cultural nacional, [...] promoção de vectores que veiculem o património cultural e em particular as línguas nacionais»<sup>374</sup>.

---

<sup>373</sup> Cf. Mamousse Diagne, *La Critique de la Raison Orale. Les Pratiques Discursives en Afrique Noire*, Paris, Celtho-IFAN-Karthala.

<sup>374</sup> Ministério da Educação, *Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação (2001-2015)*, Luanda, 2001.

Se a disciplina de Literatura Angolana pode com a sua dimensão cognitiva e humanística contribuir decisivamente para a formação integral do cidadão Angolano, jovem ou adulto, entendemos que deve fazer parte de todas as matrizes curriculares das classes do ensino secundário<sup>375</sup>. A partir do 1º ciclo do ensino secundário o aluno entraria em contacto com a disciplina de Literatura Angolana que teria como base os fundamentos da sua história. Apesar de não ser uma disciplina escolar do ponto de vista da sua denominação<sup>376</sup>, na grelha curricular actual, paradoxalmente, a Literatura Angolana constitui apenas parte substantiva dos conteúdos programáticos das diversas classes do ensino secundário. Essa discrepância entre a denominação da disciplina e os conteúdos curriculares configura a existência de um problema de ordem semântica que importa equacionar a nível do subsistema do ensino superior onde a investigação poderá ser orientada para a consolidação da disciplinaridade da Literatura Angolana, sem perder de vista as potencialidades da articulação interdisciplinar no contexto das Literaturas Africanas, das Literaturas de Língua Portuguesa e da Literatura-Mundo.

---

<sup>375</sup>Contrariamente ao que aconteceu, por exemplo, na revisão curricular em Portugal, onde a disciplina de Literatura Portuguesa passou a ser bienal e específica do curso científico-humanístico de Línguas e Literaturas, nos 10º e 11º ou 11º e 12º ano, o nosso ponto de vista é diferente dos princípios que presidiam à inserção da disciplina de Literatura Portuguesa nos currículos em Portugal. Há, no entanto, um outro facto que interessa apreciar. Trata-se da criação da disciplina de Literaturas de Língua Portuguesa. Não recomendaríamos a introdução dessa disciplina em Angola, desde logo pelas razões invocadas para a sua fundamentação e que correspondem a motivações que se centram num modelo glotocêntrico.

<sup>376</sup> Cf. Ministério da Educação, *Programa de Literatura - 11ª e 12ª classe*, INIDE, 2012.

### V.3: Literatura Angolana: disciplina académica

A extinção da Faculdade de Letras da Universidade de Angola.-A Literatura Angolana no ensino superior em Angola.-A formação do cânone literário angolano.- Disciplinaridade académica e institucionalidade das literaturas orais em línguas vernáculas.-

Em Angola, o ensino da Literatura Angolana ao nível universitário no âmbito de uma formação específica, iniciado nos anos 70 do século XX, foi interrompido por mais de uma década desde 1980<sup>377</sup>. A situação alterar-se-ia dezasseis anos após a extinção da Faculdade de Letras do Lubango, por força de um relatório da Fundação Gomes Teixeira da Universidade do Porto, encomendado pelo governo de Angola ao abrigo de um contrato com o Banco Mundial, visando a elaboração de um diagnóstico sobre estado da Universidade Agostinho Neto, única instituição de ensino superior na época. O referido relatório apontava a «inexistência de uma unidade orgânica dedicada às Letras, Humanidades e Ciências Sociais e Humanas», considerando-a a «carência mais evidente da Universidade Agostinho Neto (UAN), em termos da sua organização interna em função da cobertura dos diferentes domínios do saber». (Universidade do Porto, 1996:433). Por essa razão, os autores do relatório recomendavam a criação de uma escola, no âmbito da Universidade Agostinho Neto, com dupla valência, das Letras e Humanidades, por um lado e das Ciências Sociais e Humanas, por outro, devendo constituir um dos eixos de reestruturação e relançamento do ensino superior em Angola (*op. cit.*:434).

Quando em 1980, cinco anos após a independência do país, foi extinta a Faculdade de Letras do Lubango, o ensino das línguas e literaturas obedecia ao modelo instaurado pelo regime dos Estudos Gerais Universitários de 1963. Após o 25 de abril de 1974, quando se dá a queda do fascismo em Portugal, as reformas introduzidas no currículo consistiram na inserção de cadeiras como Literatura Angolana e Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Desde a criação do Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED), em 1981, que substituiria a Faculdade de Letras do Lubango, assistiu-se a uma silenciosa ausência dos estudos

---

<sup>377</sup> A constatação traduz a experiência vivida enquanto testemunhas privilegiadas da extinção dos cursos de Letras Modernas na antiga Faculdade de Letras do Lubango, onde iniciámos os nossos estudos universitários.

literários e ao desenvolvimento de um fragmentário e parcial ensino da Literatura Angolana nas escolas secundárias e na universidade. Este panorama inóspito foi suavizado com a inscrição da disciplina de Literatura Angolana no currículo do curso médio de jornalismo criado em Luanda nos anos 90 do século passado. Apesar das iniciativas isoladas, respeitantes ao ensino e reconhecida a pujança da criação literária, continuava a verificar-se uma resistência à mudança de atitude do ponto de vista epistemológico perante os textos literários. O que dificultava, por conseguinte, a prática de novas leituras. O feitichismo da teoria literária e da crítica literária ocidental continuava a ser avassaladora, pois impregnava a consciência dos professores e dos leitores. Ora, não deixava de ser um paradoxo o facto de, por um lado, se fazer a apologia da angolanidade que devia constituir a ossatura da historiografia literária, concorrendo para a formação de um cânone literário angolano e, por outro lado, a inexistência do ensino e da investigação de estudos literários ao nível universitário. Perante semelhante lacuna, precariamente preenchida por uma actividade crítica que contava apenas com alguns cultores, expande-se o fascínio das publicações em língua portuguesa e o poder sedutor dos discursos críticos produzidos em Portugal e Brasil, através dos quais são veiculadas leituras ancoradas a perspectivas teóricas destinadas a públicos portugueses e brasileiros. Assim, o vazio existente em matéria de estudos literários e, consequentemente, a fraca produção da crítica literária endógena, foi dando origem à difusão caótica de manuais alicerçados do modelo pedagógico português pelas escolas secundárias, pois ele acompanhava o ensino da língua portuguesa, por meio do qual se pretendia iniciar os alunos, estudantes e leitores em geral no conhecimento da Literatura Angolana. Apesar disso, o sistema literário angolano contava com outros segmentos que lhe asseguram a sobrevivência, especialmente a associação de escritores, as editoras, os órgãos de comunicação social e as livrarias, além da intervenção do Estado no domínio de políticas públicas específicas.

Com a criação da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, em 2003, a Literatura Angolana reassumia o seu lugar no espectro das disciplinas académicas, após a sua curta existência no dealbar da independência de Angola. Presentemente, a Literatura Angolana é lecionada em diversas

Universidades que oferecem cursos de licenciatura e mestrado em Línguas, Literaturas e Comunicação<sup>378</sup>.

Ora, ao pretendermos legitimar um sistema literário nacional com identidade própria torna-se indispensável o recurso a uma geo-epistemologia ou localização epistemológica. E a legitimação não pode ocorrer sem que para tal se constitua um cânone<sup>379</sup>, pois não existem cânones universais. Por essa razão, deveremos operar com um certo relativismo na formação do cânone literário angolano, se quisermos ter em atenção os factores que o modelam nos sistemas educativos modernos<sup>380</sup>. A seleção deste cânone será evidentemente diferente do estabelecido nos sistemas de ensino estrangeiros em que se realizam estudos das Literaturas Africanas. Isso mesmo ocorre relativamente ao subsistema de ensino superior de Portugal onde a disciplina de «Literatura Africana de Expressão Portuguesa» ou «Literaturas Africanas de Língua Portuguesa» ocupa um lugar marginal no plano curricular de Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Portugueses ou Estudos Lusófonos<sup>381</sup>. Neste esforço que visa a determinação do cânone literário angolano e procedendo com a devida seletividade, não nos podemos coibir de excluir as obras literárias que refletem a ausência dos Angolanos e a negação da sua existência do ponto de vista ontológico. É o caso da

---

<sup>378</sup> Merecem referência as seguintes instituições: Faculdade de Letras e Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, o Instituto Superior de Ciências de Educação, a Faculdade de Letras da Universidade Católica de Angola, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Metodista de Angola, Universidade Independente.

<sup>379</sup> Segundo Harold Bloom, «cognition cannot proceed without memory, and the Canon is the true art of memory, the authentic foundation for cultural thinking». Cf. Harold Bloom, *The Western Canon- The Books and School of the Ages*, London, Macmillan, 1994, p.35.

<sup>380</sup> Para Carlos Reis, tais factores são os seguintes: a «selectividade que trata de estabelecer, de forma não necessariamente sistemática ou programada as obras e autores que correspondem a uma identidade cultural e literária, entendida como ortodoxa e maioritariamente representativa; a continuidade, ou seja, a permanência, ao longo de um tempo histórico alargado, de obras e autores que fundam nessa permanência a sua autoridade cultural; a formatividade, critério de ordem pedagógica e também ideológica, que leva a reter no cânone aquelas obras e autores que se entende serem reprodutoras de uma certa (e algo estável) ordem social e cultural, que se deseja insinuada no sistema de ensino». Cf. Carlos Reis, *O Conhecimento da Literatura. Introdução aos Estudos Literários*, Coimbra, Almedina, 1997, pp.72-73

<sup>381</sup> Isto prova a forte tendência negadora da autonomia dos discursos Africanos, existente na comunidade académica portuguesa que, segundo o crítico literário português Carlos Reis, traduz «um mal disfarçada resistência contra o reconhecimento do significado próprio das chamadas Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa; fruto, em parte, de reminiscências ideológicas de raiz colonialista, essa resistência funda-se também na leitura de tais literaturas à luz do cânone literário português e europeu, leitura que, desse ponto de vista, é naturalmente desqualificadora». Cf. Carlos Reis, *op.cit.*:77.

noveleta *Nga Muturi* de Alfredo Troni, a obra do poeta português Tomás Vieira da Cruz, a trilogia romanesca de Castro Soromenho e o romance *Yaka* de Pepetela<sup>382</sup>.

Até aqui temos vindo a operar com um modelo de formação do cânone literário tal como se apresenta na tradição ocidental desde Platão<sup>383</sup> passando pelo projecto da modernidade europeia inaugurada pela Revolução Francesa, em que a literatura funciona como «destacado agente de coesão sócio-cultural» e da construção da nação<sup>384</sup>. Exactamente por isso, a geo-epistemologia dos discursos sobre Angola legitima as indagações acerca do alcance e eficácia das estratégias que subjazem a esse modelo de formação do cânone literário. Ora, se obedecermos aos apelos que se impõem à historiografia literária angolana, em que o conceito de Literatura Angolana não se resume aos textos literários escritos em língua portuguesa, pois alarga-se aos textos escritos em línguas vernáculas e a textos orais, seremos forçados a rever o processo de formação do cânone literário. Na verdade, já no século XIX surgiram em Angola, insignes defensores das literaturas orais e da sua importância. Na primeira linha, destaca-se o escritor Joaquim Dias Cordeiro da Matta que tinha já uma perfeita noção do peso da tradição oral em geral. A testemunhá-lo estão as palavras do missionário suíço, Héli Chatelain, no prefácio do seu *Folk-Tales of Angola*<sup>385</sup>, escreve: «The future of native Angolan literature in Ki-mbundu, [...] is now practically assured. J. Cordeiro da Matta, the negro poet of the Quanza River, has abandoned the Portuguese muse in order to consecrate his talents to the nascent national literature»<sup>386</sup>.

---

<sup>382</sup> As obras referidas integram o cânone literário do programa de Literaturas Africanas de algumas universidades portuguesas, por exemplo, Universidade do Porto e Universidade Aberta.

<sup>383</sup> Em *A República*, uma das personagens de Platão, diz: «Logo, devemos começar por vigiar os autores de fábulas, e seleccionar as que forem boas, e proscriver as más. As que forem escolhidas, persuadiremos as mães e as mães a contá-las às crianças, e a moldar as suas almas por meio das fábulas, com muito mais cuidado do que os corpos com as mãos. Das que agora se contam, a maioria deve rejeitar-se» [...] Pelas fábulas maiores avaliaremos as mais pequenas. Pois é forçoso que a matriz seja a mesma e que grandes e pequenas tenham o mesmo poder [...] (pp.87-88).

<sup>384</sup> Cf. Itamar Even-Zohar, «La función de la literatura en la creación de las naciones de Europa», in *Avances en Teoría de la literatura: Estética de la Recepción, Pragmática, Teoría Empírica y Teoría de los Polisistemas*, Santiago de Compostela, ed. Dario Villanueva, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1994, pp.357-377.

<sup>385</sup> Cf. Héli Chatelain, *Folk Tales of Angola (Fifty tales, with ki-mbundu text literal English Translation, introduction and notes)*, Boston and New York, Houghton, Mifflin and Company, 1894.

<sup>386</sup> O futuro da literatura autóctone Angolana em Ki-mbundu [...] está praticamente assegurado. Joaquim Dias Cordeiro da Matta, o poeta negro do Rio Kwanza, abandonou a musa Portuguesa para dedicar o seu talento à nascente literatura nacional.

Ora, a disciplinaridade académica da Literatura Angolana não pode prescindir dos fundamentos históricos da formação do cânone literário angolano que, como vimos, mergulha as suas raízes no século XIX cujas manifestações de inspiração romântica ocorrem através da recuperação das tradições literárias orais por iniciativa de jornalistas e escritores angolanos, e missionários protestantes. Pode dizer-se que a argumentação sobre a canonicidade da literatura oral angolana, na sua primeira fase, está radicalmente associada ao exercício da liberdade de imprensa, respitando os ditames aos ideias liberais e republicanos, e à acção evangelizadora dos protestantismos de origem norte-americana que se implantam em Angola. A produção de contra-cânones prossegue como negação dos cânones oficiais coloniais sucedendo-lhe a fundação de uma literatura moderna no século XX.

Portanto, a consagração institucional da Literatura Angolana e o seu estatuto de disciplina académica exige que as autoridades epistémicas e as comunidades interpretativas convoquem outros tipo de convenções constitutivas de acordo com os fundamentos da Filosofia da Literatura, transpondo o monismo do conceito institucional da literatura.



## **CONCLUSÃO**

Ao chegar ao fim do nosso trabalho de investigação, julgamos ser pertinente reiterar a necessidade de legitimar a literatura. Discutimos várias questões intrinsecamente associadas a esta questão, tais como as convenções constitutivas da prática literária e a pluralidade das comunidades interpretativas. Todas elas formam o núcleo central das controvérsias que gravitam em torno da institucionalidade da literatura, por isso mobilizaram inteiramente a nossa atenção. Por outro lado, ocorre-nos confessar que a nossa pretensão inicial traduziu-se numa modesta e longa digressão que permitiu apenas abordar a Literatura Angolana como mais uma disciplina do universo das humanidades modernas à escala mundial e, especialmente, em África. Neste itinerário assinalável é igualmente todo o caudal teórico e histórico acumulado, e o peso dos subsídios da epistemologia social que, aplicados às nossas indagações centradas nos estudos literários, revelaram-se suficientemente robustos, tendo sido possível extrair algumas conclusões.

1. O valor heurístico do relativismo epistémico no domínio da epistemologia disciplinar parece inquestionável, na medida em que o sistema disciplinar hodierno não pode ter os seus fundamentos positivistas na unidade da ciência, por imperativos decorrentes da diversidade epistemológica do mundo que emana de uma cartografia constituída por tradições culturais e agentes epistémicos, tal como a Antropologia da Literatura comprova. Por essa razão, a genealogia das disciplinas deve representar o mais elevado nível da investigação que possa ser realizada, numa lógica de desenvolvimento que não prescinda de nenhum dos seus componentes nucleares em que avulta o papel desempenhado pelos agentes epistémicos e as condições sociais e institucionais em que têm lugar a produção do conhecimento bem como os processos da sua transmissão. O desacordo epistemológico será assim um fenómeno intrínseco à necessidade de busca de alternativas, sem que tal signifique a redução do valor absoluto da verdade. Nesta medida, revelou-se fecundo trazer à liça a focagem da Filosofia da Literatura, sobretudo para discutir o problema da institucionalidade da literatura, tendo em atenção a eventual eficácia do princípio do relativismo epistémico.

2. A constituição de qualquer campo disciplinar das humanidades modernas deve assentar em três pressupostos. Em primeiro lugar, a recusa e o abandono da visão fossilizada das hegemonias eurocêntricas e ocidentais centrada na redução do «Outro da razão» à condição de não-sujeito, no que diz respeito à criação de factos literários em línguas vernáculas não ocidentais. Em segundo lugar, o reconhecimento da dimensão autorreflexiva e metadiscursiva de qualquer processo de criação literária, mesmo no caso das literaturas orais, devendo a história dos estudos literários, em cujos primórdios se situa a filologia clássica ocidental, traduzir-se igualmente como obra resultante da demanda incessante de toda a criação verbal dos humanos. Em terceiro lugar, a exigência de uma responsabilidade ética dos agentes epistémicos perante os desafios impostos pela avaliação estética das obras literárias. Onde, a neutralidade axiológica, especialmente nos processos de formação do cânone literário, não é defensável, pois estes representam a fecundidade da relação entre a literatura e a educação, enquanto expressões e formas em que se funda a reprodução cultural. Assim se explica que do ponto de vista antropológico a tematização da pedagogia e do cânone literário continue a desencadear intensamente o necessário desacordo epistemológico.
3. Apesar da esmagadora ação dos aparelhos institucionais existentes nos centros de legitimação literária do mundo ocidental, a reconhecida singularidade das Literaturas Africanas no contexto da «república mundial das letras» suscita modos alternativos de legitimação. A elaboração do conceito de literatura-mundo, neste dealbar do século XXI, revela bem a complexidade do problema, no âmbito dos estudos comparatistas.
4. Para os estudos literários a interdisciplinaridade passa a revelar potentes virtualidades relativamente à efetivação do tão falado diálogo intercultural e intercivilizacional, num mundo de diversidades onde as geografias epistémicas em que se funda o comparatismo literário já não assentam exclusivamente nas línguas europeias hegemónicas. Neste novo contexto, exige-se uma plena consciência, no que tange à prática de um novo comparatismo. Em África, os possíveis comparatismos literários multiplicam-se pelas diversas línguas oficiais de origem europeia, mas

transcendem-nas ao fazer apelo a um comparatismo literário das literaturas orais veiculadas em línguas vernáculas nas diferentes geografias linguísticas subregionais. O que faz eco do «retorno à filologia».

5. Consideramos que a perspectiva geral inicial relativamente ao conceito nuclear de disciplina e de outros que lhe estão associados, passando pela história da filologia, surgimento dos estudos literários e problemática da legitimação das Literaturas Africanas, tornou possível uma melhor compreensão do processo de atribuição de estatuto epistemológico disciplinar e académico à Literatura Angolana, uma das literaturas nacionais de África cujo sistema comporta de igual modo as literaturas orais em línguas vernáculas e a literatura escrita em língua portuguesa.

Portanto, a Literatura Angolana será uma disciplina escolar e académica em toda a sua plenitude, tendo em conta os fundamentos da epistemologia disciplinar, podendo as práticas pedagógicas realizadas em qualquer sistema educativo confirmar a sua função nos processos de socialização e conhecimento da condição humana.

## **BIBLIOGRAFIA E FONTES**

- ABBOTT, Andrew. (1999). *Department & Discipline. Chicago Sociology at One Hundred*, Chicago/London, University of Chicago Press.
- ACHEBE, Chinua. (1975). *Morning Yet on Creation Day (Essays)*, London/Ibadan, Heinemann.
- ACHEBE, Chinua. (1987). *Hopes and Impediments. Selected Essays 1965-1987*, London, Heinemann.
- ACHEBE, Chinua. (2000). *Home and Exile*, New York, Canongate books.
- ACHEBE, Chinua. (2009). *The Education of a British-Protected Child. Essays*, London, Penguin Books.
- ADEBAYO, Grace Aduke. (1981), «A crítica do romance da África Ocidental de língua francesa e inglesa: - evolução e estado atual» *África – Literatura, Arte e Cultura*, Vol.III, nº11, Lisboa, Jan-Jun., pp.10-18.
- ADEDEJI, J.A. (1971). «Oral Tradition and the Contemporary Theater in Nigeria», *Research in African Literatures*, vol. 2, nº 2, pp.134-149.
- ADOTEVI, Stanislas Spero. (1998). *Négritude et Négrologues*, Paris, Le Castor Astral.
- AGUIAR e SILVA, Vítor. (2005). *Teoria da Literatura*, 8ª edição, Coimbra, Almedina.
- AGUIAR E SILVA, Vítor. (2010). *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*, Coimbra, Almedina.
- ALSAYYAD, Nezar (ed.). (2004). *The End of Tradition?*, London, Routledge.
- AMUTA, Chidi. (1989). *The Theory of African Literature. Implications for Practical Criticism*, London/New Jersey, Zed Books.
- ANDRADE, Costa. (1962). « “L’Angolanité” de Agostinho Neto et António Jacinto», in *Présence Africaine*, Revue Culturelle du Monde Noir, nº42, 3º Trimestre, pp.76-91.
- ANDRADE, Mário Pinto de. (1962). «Littérature et Nationalisme en Angola», *Présence Africaine*, nº41, 2º Trimestre, pp.91-99.
- ANDRADE, Mário Pinto de. (1969). *La Poésie Africaine d’Expression Portugaise. Anthologie*, Paris, Pierre Jean Oswald.
- ANDRADE, Mário Pinto de. (1997). *Mário Pinto de Andrade. Uma Entrevista dada a Michel Laban*, Lisboa, Sá da Costa.
- ANDRADE, Mário Pinto de. (1997). *Origens do Nacionalismo Africano*, Lisboa, D.Quixote.

- ANDRADE, Mário. (1977). *Antologia Temática de Poesia Africana I. Na Noite Grávida de Punhais*, Lisboa, Sá da Costa.
- ANDRADE, Mário. (1977). *Antologia Temática de Poesia Africana II. O Canto Armado*, Lisboa, Sá da Costa.
- ANDRZEJEWSKI, B.W., PIŁASZEWICZ, S., e TYLOCH, W. (ed.). (1985). *Literatures in African Languages. Theoretical Issues & Sample Surveys*, Cambridge, Cambridge University Press.
- ANGENOT, Marc; BESSIÈRE, Jean; FOKKEMA, Douwe e KUSHNER, Eva. (dir.). (1995). *Teoria da Literatura*, Lisboa, Publicações D.Quixote.
- ANOZIE, Sunday. (1970). *Sociologie du Roman Africain*, Paris, Aubier-Montaigne.
- ANTÓNIO, Mário. (1961). «Poder-se-á falar de tradição literária angolana?», *Jornal de Angola*, nº 113, 15 de novembro, pp.1-2.
- ANTÓNIO, Mário. (1964). «Literatura Angolana. Contributo para uma definição», *Ultramar* (Lisboa), V (1),15, pp.81-92.
- ANTÓNIO, Mário. (1968). *Luanda «Ilha» Crioula*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- ANTÓNIO, Mário. (1990). *Reler África*, Coimbra, Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra.
- ANYIDOHO, Kofi. (1985). «The Present State of African Oral Literatures Studies», pp. 151-16, in Stephen Arnold, (ed.), *African Literatures Studies : The Present State/L'État Présent*, Washington, Three Continents.
- APPIAH, Kwame Anthony, (1997). *Na Casa de Meu Pai. A África na Filosofia da Cultura*, trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, Contraponto.
- APPIAH, Kwame Anthony. (1990). «New Literatures, New Theory?» , in Raoul Grandqvist (ed.), *Canonization and Teaching of African Literatures*, MATATU, Journal for African Culture and Society,7, , pp.57-89.
- APPLE, Michael W. (1999). *Ideologia e Currículo*, Porto, Porto Editora.
- ARNOLD, David e SHACKLE, Christopher (ed.). (2003). *SOAS. Since the Sixties*, London, School of Oriental and African Studies.
- ARNOLD, Stephen. (1981). «African Literary Studies : Profile and Guide to a New Discipline», pp. 128-149, in Donald I.Ray, Pete Shinnie e Denovan Williams, *The*

*Proceedings of the Eleventh Annual Conference of the Canadian Association of African Studies*, Vol.II, Vancouver, Tantalus Research Limited.

ARNOLD, Stephen. (1985). «African Literary Studies : The Emergence of a New Discipline», pp. 47-70, in Stephen Arnold, (ed.), *African Literatures Studies : The Present State/L'État Présent*, Washington, Three Continents.

ASHCROFT, Bill, GRIFFITHS, Gareth e TIFFIN, Helen. (2002). *The Empire Writes Back*, London/New York, Routledge.

ASHCROFT, Bill, GRIFFITHS, Gareth e TIFFIN, Helen. (ed.). (2006). *The Post-Colonial Studies Reader*, Oxford, Routledge.

AZEVEDO, Mário. (ed.). (2005). *Africana Studies. A Survey of Africa and the African Diaspora*, Durham, Carolina Academic Press.

BARKAN, Sandra. (1985). «Emerging Definitions of African Literature», pp. 27-46, in Stephen Arnold, (ed.), *African Literatures Studies: The Present State/L'État Présent*, Washington, Three Continents.

BARTHES, Roland. (2002). *Œuvres Complètes. Livres, Textes, Entretiens, III, 1968-1971*, Paris, Éditions du Seuil.

BATES, Robert H., MUDIMBE, V.Y. e O'BARR, Jean (eds). (1993). *Africa And The Disciplines. The Contribution of Research In Africa to The Social Sciences and Humanities*, Chicago, University of Chicago Press.

BECHER, Tony e TROWLER, Paul R. (2001). *Academic Tribes and Territories*, Buckingham/Philadelphia, The Society for Research into Higher Education & Open University Press.

BERNÁRDEZ, Enrique, (1995). *Teoría y Epistemología del Texto*, Madrid. Cátedra.

BERNHEIMER, Charles. (ed.) (1995). *Comparative Literature in the Age of Multiculturalism*, Baltimore/London, The Johns Hopkins University Press.

BERRIO, António Garcia. (1994). *Teoría de la Literatura (La Construcción del Significado Poético)*, Madrid, Cátedra.

BERTALANFFY, Ludwig Von. (2010). *Teoria Geral dos Sistemas.Fundamentos, Desenvolvimento e Aplicações*, Petrópolis, Editora Vozes.

BHABHA, Homi K. (2010). *O Local da Cultura*, trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves, Belo Horizonte, Editora UFMG.



- BIDIMA, Jean Godefroy. (1993). *Théorie Critique et modernité négro-africaine. De l'École de Francfort à la «Docta spes africana»*, Paris, Publications de la Sorbonne.
- BITTENCOURT, Marcelo. (1999). *Dos Jornais às Armas. Trajectórias da Contestação Angolana*, Lisboa, Vega.
- BLANCHOT, Maurice. (1969). *L'entretien Infini*, Paris, Gallimard.
- BLANCKAERT, Claude. (2006). «La discipline en perspective. Le système des sciences à l'heure du spécialisme (XIX-XX siècle)», in Jean Boutier, Jean-Claude Passeron e Jacques Revel (dir.) *Qu'est-ce qu'une discipline ?*, Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2006, pp.117-148.
- BLOOM, Harold. (1994). *The Western Canon- the Books and School of the Ages*, London, Macmillan.
- BOBBIO, Norberto, MATEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco, 1983, *Dicionário de Política*, 5ª edição, Brasília, Editora da Universidade de Brasília
- BOGHOSSIAN, Paul. (2012). *Medo do Conhecimento. Contra o Relativismo e o Construtivismo*, trad. Marcos Bagno, São Paulo, Editora Senac.
- BOKIBA, André-Patient. (1998). *Écriture et Identité dans La Littérature Africaine*, Paris, L'Harmattan.
- BONATI, Félix Martínez. (1983). *La Estructura de la Obra Literaria*, Barcelona. Ariel.
- BOS, Rens, MAAT, Jaap e WESTSTEIJN, Thijs. (ed.). (2012). *The Making of the Humanities. From Early Modern to Modern Disciplines*, vol.I e vol.II, Amsterdam, Amsterdam University Press.
- BOURDIEU, Pierre. (1979). *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre. (1996). *As Regras da Arte. Gênese e Estrutura do Campo Literário*, Lisboa, Editorial Presença.
- BOURDIEU, Pierre. (1998). *O que Falar Quer Dizer*, Lisboa, DIFEL.
- BOURDIEU, Pierre. (1999). *A Economia das Trocas Simbólicas*, 5ª edição, São Paulo, Editora Perspetiva.
- BOURDIEU, Pierre. (2001). *Para uma Sociologia da Ciência*, Lisboa, Edições 70.
- BREDELLA, Lothar. (1989). *Introdução à Didáctica da Literatura*, trad. Maria Assunção Pinto Correia e Hannelore Araújo, Lisboa, Publicações Don Quixote.

- BRUNEL, Pierre e CHERVEL, Yves (org.). (2004). *Compêndio de Literatura Comparada*, trad. Maria do Rosário Monteiro, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- BUESCU, Helena Carvalhão. (2001). *Grande Angular. Comparatismo e Práticas de Comparação*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- BUESCU, Helena Carvalhão. (2013). *Literatura Comparada e Literatura-Mundo. Experiência Incomum e Boa Vizinhaça*, Porto, Porto Editora.
- BUESCU, Helena, DUARTE, João Ferreira e GUSMÃO, Manuel. (org.). (2001). *Floresta Encantada. Novos Caminhos da Literatura Comparada*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- BURNESS, Donald, (1971). «African Literature at Franklin Pierce College», *Research in African Literatures*, vol. 1, nº 2, pp. 177-179.
- CAILLOIS, Roger. (1972). «Introduction», *Diogène*, Revue Trimestrielle, 80, Gallimard, pp.3-7.
- CARDOSO, Carlos Alberto Lopes. (1967). «Dois Jornais Kimbundos de Luanda no último quartel do século XIX», in *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Luanda*, 16, Julho-Agosto-Setembro, pp.27-29.
- CASANOVA, Pascale. (1999). *La République Mondiale des Lettres*, Paris, Éditions du Seuil.
- CASTELLO, José Aderaldo. (1999). *A Literatura Brasileira. Origens e Unidade*, Vol. I, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- CASTELO, Cláudia. (1999). “O Modo Português de Estar no Mundo”- *O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Porto, Afrontamento.
- CASTRO, Rui Vieira de. (1995). *Para a Análise do Discurso Pedagógico. Constituição e Transmissão da Gramática Escolar*, Braga, Universidade do Minho.
- CEIA, Carlos. (1995). *Textualidade. Uma Introdução*, Lisboa, Editorial Presença.
- CEIA, Carlos. (1998). *A Literatura Ensina-se? Estudos de Teoria Literária*, Lisboa, Edições Colibri.
- CEIA, Carlos. (2002). *O que é ser Professor de Literatura?* Lisboa, Colibri.
- CENTRE D'ÉTUDES FRANCOPHONES DE L'UNIVERSITE DE PARIS XIII. (1982), *L'Enseignement des Littératures Francophones*, vol. 2, Paris, L'Harmattan.

- CERI (Centre pour la Recherche et l'Innovation dans l'Enseignement). (1972). *Interdisciplinarité. Problèmes d'Enseignement et de Recherche dans les Universités*, Paris, OCDE.
- CESAR, Amândio. (1971). *Novos Parágrafos de Literatura Ultramarina*, Lisboa, Sociedade de Expansão Cultural.
- CHABAL, Patrick e alii. (1996). *The Postcolonial Literature of Lusophone Africa*, Hurst & Company, London.
- CHABAL, Patrick e alii. (2002). *A History of Postcolonial Lusophone Africa*, Bloomington/Indianapolis, Indiana University Press.
- CHATELAIN, Héli. (1894). *Folk-Tales of Angola*, Boston/New York, p.viii.
- CHERVEL, André. (1988). «L'Histoire des Disciplines Scolaires. Réflexions sur un domaine de recherche», in *Histoire de l'Éducation*, nº 38, mai 1988, pp. 59-119.
- CHEVRIER, Jacques. (2004). *La Littérature Nègre*, Paris, Armand Colin.
- CHILCOTE, Ronald (ed.). 1972. *Protest & Resistance in Angola & Brazil. Comparative Studies*, Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press, pp.67-87
- CHINWEIZU, JEMIE. Onwuchekwa e MADUBUIKE, Ihechukwu. (1980). *Toward the Decolonization of African Literature. African Fiction and Poetry and their Critics*, Enugu, Fourth Dimension Publishing.
- CHRISTENSEN, David e LACKEY, Jennifer. (ed.) (2013). *The Epistemology of Disagreement. New Essays*, Oxford, Oxford University Press.
- CLARK, Burton R. (ed.). (1987). *The Academic Profession. National, Disciplinary & Institutional Settings*, Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press.
- COELHO, Eduardo Prado. (1987). *Os Universos da Crítica*, Lisboa, Edições 70.
- COMPAGNON, Antoine. (2010). *O Demónio da Teoria. Literatura e Senso Comum*, Belo Horizonte, Editora UFMG.
- CONCEIÇÃO, Lourenço Mendes da. (1943). *Porque se Escreve Luanda com "U"*, Luanda, O Apostolado.
- COPANS, Jean. (1974). *Críticas e Políticas da Antropologia*, Lisboa, Edições 70.
- CORRADO, Jacopo. (2008). *The Creole Elite and the Rise of Angolan Protonationalism. 1870 – 1920*, New York, Cambria Press.
- CORTINA, Adela. (2012). *Ética Mínima. Introducción a la Filosofía Práctica*, Madrid, Tecnos.

- COSME, Leonel. (2001). *Crioulos e Brasileiros de Angola*, Lisboa, Novo Imbondeiro.
- CURTIUS, E.R. (2013). *Literatura Europeia e Idade Média Latina*, São Paulo, EDUSP.
- DATHORNE, O.R. (1975). *African Literature in the Twentieth Century*, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- DAUPHIN-TINTURIER, Anne-Marie e DERIVE, Jean.(dir.). (2005). *Oralité Africaine et Création*, Paris, Karthala.
- DAVIDSON, Basil. (1975). *A Libertação da Guiné (Aspectos de uma Revolução Africana)*, Lisboa, Sá da Costa.
- DAVIES, David e MATHESON, Carl. (ed.). (2008). *Contemporary Readings in the Philosophy of Literature. An Analytic Approach*, Ontario, Broadview Press.
- DERIVE, Jean. (2006). «L'Approche Critique des Littératures en Langues Africaines», in *Notre Librairie*, nº160, Décembre 2005- Février 2006, pp. 28-33.
- DERRIDA, Jacques. (1967). *L'Écriture et la Différence*, Paris, Éditions du Seuil.
- DERRIDA, Jacques. (1990). *Du Droit à la Philosophie*, Paris, Galilée.
- DERRIDA, Jacques. (1996). *O Monolinguismo do Outro ou a Prótese de Origem*, Porto, Campo das Letras.
- DIAGNE, Mamoussé. (2005). *Critique de la Raison Orale. Les Pratiques Discursives en Afrique Noire*, Paris, Celtho-IFAN-Karthala.
- DIAS, Jill R. «Uma questão de identidade:Respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930», in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº1 janeiro/junho 1984, pp.61-94
- DILTHEY, Wilhelm. (2006). *A Construção do Mundo Histórico nas Ciências Humanas*, São Paulo, Editora UNESP.
- DILTHEY, Wilhelm. (2010). *Filosofia e Educação*, São Paulo, EDUSP.
- DOSSOU, François. (1994). «Ecriture et oralité dans la transmission du savoir», in Paulin Hountondji (dir.). *Les Savoirs Endogènes. Pistes pour une Recherche*, Paris, Karthala, pp.257-282.
- DUBOIS, Jacques. (2005). *L'institution de la Littérature*, Bruxelles, Éditions Labor.
- DURAND, Daniel. (1992). *A Sistemica*, Lisboa, Dinalivro.
- DURAND, Jean-François.(ed.), (1999). *Regards sur Les Littératures Coloniales. Afrique Francophone : Approfondissements*, Tome II, Paris, L'Harmattan.

- DURAND, Jean-François.(ed.). (1999), *Regards sur Les Littératures Coloniales. Afrique Francophone : Découvertes*, Tome I, Paris, L'Harmattan.
- EAGLETON, Terry, JAMESON e SAID, Edward. (1990). *Nationalism, Colonialism and Literature*, Minneapolis/London, University of Minnesota Press.
- EAGLETON, Terry. (2001). *Teoria da Literatura : Uma Introdução*, São Paulo, Martins Fontes.
- EKO, Ewa U. (1971). «An Inter-Institutional Approach to Curriculum Development in African Literature», *Research in African Literatures*, vol. 1, nº 2, pp. 49-50.
- ELA, Jean-Marc. (2006). *L'Afrique à l'Ère du Savoir : Science, Société et Pouvoir*, Paris, L'Harmattan.
- ELFFERS, Els. (2012). «The Rise of General Linguistics as an Academic Discipline. Georg von der Gabelentz as Co-Founder», in *The Making of the Humanities.From Early Modern to Modern Disciplines*, vol.II, Amsterdam, Amsterdam University Press, pp.55-70.
- ELUNGU, Pene Elungu Alphonse. (1984), *Éveil Philosophique Africain*, Paris, L'Harmattan.
- ELUNGU, Pene Elungu Alphonse. (1987), *Tradition Africaine et Rationalité Moderne*, Paris, L'Harmattan.
- EMENYONU, Ernest. (1971). « African Literature: What does it Take to Be its Critic?», pp.1-11, in JONES, Eldred Durosimi. (ed.), *African Literature Today*, nº5, London/Ibadan/Nairobi, Heinemann Educational Books.
- EMENYONU, Ernest. (1987). *The Rise of the Igbo Novel*, Ibadan, University Press Limited.
- EMENYONU, Ernest. (1988), *The Rise and Development of Igbo Literature”, Perspectives on Nigerian Literature*, (Vol.I), Lagos, Guardian Books Nigeria Limited.
- ENGELL, James e PERKINS, David. (ed.). (1988). *Teaching Literature. What is Needed Now*, Massachusetts, Harvard University Press.
- ERVEDOSA, Carlos. (1963). *A Literatura Angolana. Resenha Histórica*, Lisboa, Edição da Casa dos Estudantes do Império.
- ERVEDOSA, Carlos. (1972). *Itinerário da Literatura Angolana*, Luanda, Editorial Culturang.

- ERVEDOSA, Carlos. (1973). *Breve Resenha Histórica da Literatura Angolana*, Luanda, Universidade de Luanda.
- ERVEDOSA, Carlos. (1985). *Roteiro da Literatura Angolana*, Lisboa, UEA.
- ERVEDOSA, Carlos. (s.d.), *Roteiro da Literatura Angolana*, Luanda, União dos Escritores Angolanos.
- ESPAGNE, Michel e WERNER, Michael. (dir.), (1990), *Philologiques I. Contribution à l'Histoire des Disciplines Littéraires en France et en Allemagne au XIX Siècle*, Paris, Editions de Maison des Sciences de l'Homme.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. (1994). «La función de la literatura en la creación de las naciones de Europa», in Dario Villanueva (ed.), *Avances en Teoría de la Literatura: Estética de la Recepción, Pragmática, Teoría Empírica y Teoría de los Polisistemas*, Santiago de Compostela, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- FABIANI, Jean-Louis. (2006). «À quoi sert la notion de discipline», in Jean BOUTIER, Jean-Claude Passeron e Jacques Revel (dir.) *Qu'est-ce qu'une Discipline ?*, Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, pp. 11-34.
- FELE, Buanga (aliás Mário Pinto de Andrade). (1955). «Qu'est-ce que c'est le luso-tropicalisme?», *Présence Africaine*, nº4-5, Out-Nov, pp.24-35.
- FERREIRA, Manuel. (1989). *O Discurso no Percorso Africano I*, Lisboa, Plátano Editora.
- FEYERABEND, Paul. (1979). *Contre la Méthode. Esquisse d'une Théorie Anarchiste de la Connaissance*, Paris, Éditions du Seuil.
- FEYERABEND, Paul. (1987). *Adieu la Raison*, Paris, Éditions du Seuil.
- FEYERABEND, Paul. (2003). *Adeus à Razão*, trad. Vera Joscelyne, São Paulo, Editora UNESP.
- FEYERABEND, Paul. (2003). *Contra o Método*, trad. César Augusto Mortari, São Paulo, Editora UNESP.
- FIDDIAN, Robin. (ed.). (2000). *Postcolonial Perspectives on the Cultures of Latin America and Lusophone Africa*, Liverpool, Liverpool University Press.
- FISH, Stanley. (1980), *Is There a Text in This Class ? The Authority of Interpretive Communities*, Cambridge/Massachusetts, Harvard University Press.
- FISH, Stanley. (2007). *Quand Lire C'est Faire. L'Autorité des Communautés Interprétatives*, Paris, Les Prairies Ordinaires.

- FONKOUA, Romuald e HALEN, Pierre. (2001). *Les Champs Littéraires Africains*, Paris, Karthala.
- FONKOUA, Romuald. (2006). «Naissance d'une Critique Littéraire en Afrique Noire», in *Notre Librairie*, nº160, Décembre 2005- Février 2006, pp. 8-14.
- FOUCAULT, Michel. (1997). *A Ordem do discurso*, Lisboa, Relógio d'Água.
- FOUCAULT, Michel. (2001). *Dits et Écrits I, 1954-1975*, Paris, Quarto Gallimard.
- FOUCAULT, Michel. (2001). *Dits et Écrits II, 1976-1988*, Paris, Quarto Gallimard.
- FOUCAULT, Michel. (2002). *As palavras e as coisas*, Lisboa, Edições 70.
- FOUCAULT, Michel. (2006). *É preciso Defender as Sociedades*, Lisboa, Editora Livros do Brasil.
- FOUCAULT, Michel. (2007). *Vigiar e punir*, 33ª edição, Petrópolis, Editora Vozes.
- FRANCO, Pedro da Paixão. (1911). *História de Uma Traição (Jornal de um proscrito)*, Porto, Livraria Moderna.
- FREADMAN, Richard e MILLER, Seumas. (1992). *Re-Thinking Theory. A Critique of Contemporary Literary Theory and an Alternative Account*, Cambridge, Cambridge University Press.
- FRYE, Northrop. (1973). *Anatomy of Criticism. Four Essays*, New Jersey, Princeton University Press.
- FUCHTA, Innocent. (1984). «La Littérature Africaine à l'Université de Yaoundé», *Recherche, Pédagogie et Culture*, nº68, pp.36-39.
- FULLER, Steve. (2002). *Social Epistemology*, Bloomington/Indianapolis, Indiana University Press.
- GADAMER, Hans-Georg. (2002). *Verdade e Método. Complementos e Índice*, vol. II, trad. Enio Paulo Giachini, Petrópolis, Editora Vozes.
- GADAMER, Hans-Georg. (2011). *Verdade e Método. Traços Fundamentais de uma Hermenêutica Filosófica*, vol. I, trad. Flávio Paulo Meurer, Petrópolis, Editora Vozes.
- GÉRARD, Albert (1990). *Contexts of African Literature*, Amsterdam-Atlanta, Rodopi.
- GÉRARD, Albert. (1977). *Études de Littérature Africaine Francophone*, Dakar/Abidjan, Les Nouvelles Éditions Africaines,
- GÉRARD, Albert. (1980). «The Study of African Literature : Birth and Early Growth of a New Branch of Learning», *Canadian Review of Comparative Literature*, pp. 67-92.

- GÉRARD, Albert. (1981). *African Languages Literatures. An Introduction to the Literary History of Sub-Saharan Africa*, Essex, Longman.
- GÉRARD, Albert. (1984). *Essais d'Histoire Littéraire Africaine*, Quebec, Éditions Naaman.
- GÉRARD, Albert. (1996). *Afrique Plurielle. Étude de Littérature Comparée*, Amsterdam-Atlanta, Rodopi.
- GÉRARD, Albert. (1996). *Littératures en Langues Africaines*, Milan, Éditions Mentha.
- GÉRARD, Albert. (ed.), (1986). *European-Language Writing in Sub-Saharan Africa*, 2 volumes, Budapest, Akadémiai Kiadó.
- GIBBONS, Michael et alli. (1994). *The New Production of Knowledge. The Dynamics of Science and Research in Contemporary Societies*, London/New Delhi/California, SAGE Publications.
- GIKANDI, Simon.(ed.). (2003). *Encyclopedia of African Literature*, London/New York, Routledge.
- GIL, Fernando. (2000). «Ciência Disciplinar, e Ciência Categorical», *Enciclopédia Einaudi*, vol. 41, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp.288-328.
- GIL, Fernando. (2000). «Disciplinas», *Enciclopédia Einaudi*, vol. 41, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp.329-348.
- GOLDMAN, Alvin I. (1999). *Knowledge in a Social World*, Oxford, Clarendon Press.
- GOODSON, Ivor F. (1997). *A Construção Social do Currículo*, Lisboa, EDUCA.
- GOODSON, Ivor F. (ed.), (1988), *International Perspectives in Curriculum History*, London/New York, Routledge.
- GRAFF, Gerald. (1987). *Professing Literature. An Institutional History*, Chicago/London, The University of Chicago Press.
- GRANDQVIST, Raoul. (1985). « The Present State of African Literary Studies in Scandinavia», pp. 285-291, in Stephen Arnold, (ed.), *African Literatures Studies : The Present State/L'État Présent*, Washington, Three Continents.
- GRANESS, Anke e KRESSE, Kai (ed.). *Sagacious Reasoning. Henry Odera Oruka in Memoriam*, Frankfurt, Peter Lang, 1997.
- GRECO, John e SOSA, Ernest. (ed.). (1999). *Compêndio de Epistemologia*, São Paulo, Edições Loyola.



- GRODEN, Michael e KREISWIRTH, Martin. (ed.). (1994). *The John Hopkins Guide to Literary Theory & Criticism*, Baltimore and London, The John Hopkins Press.
- GROULT, Martine. (dir.). (2003). *Encyclopédie ou la Création des Disciplines*, Paris, CNRS Éditions.
- GUILLÉN, Claudio. (1971). *Literature as System. Essays Toward the Theory of Literary History*, Princeton, Princeton University Press.
- GUILLÉN, Claudio. (2005). *Entre lo Uno y lo Diverso. Introducción a la Literatura Comparada (Ayer hy Hoy)*, Barcelona, Tusquets Editores.
- GUILLORY, John. (1993). *Cultural Capital. The Problem of Literary Canon Formation*, Chicago/London, The University of Chicago Press.
- GUILLROY, John. (2002). «Literary Study and the Modern System of the Disciplines», *Disciplinarity at Fin de Siècle*, Princeton, Princeton University Press, pp.19-43.
- GUIMARÃES, José A. N. Marques. (2006). *A Difusão do Nativismo em África: Cabo-Verde e Angola. Séculos XIX e XX*, Lisboa, África Debate.
- GUSDORF, Georges. (1988). *Da História das Ciências à História do Pensamento*, Lisboa, Pensamento-Editores e Livreiros.
- GYEKYE, Kwame. (1995). *An Essay on African Philosophical Thought. The Akan Conceptual Scheme*, Philadelphia, Temple University Press.
- GYEKYE, Kwame. (1997). *Tradition and Modernity. Philosophical Reflections on the African Experience*, Oxford/New York: Oxford University Press.
- HAL, Toon Van. (2012). «Linguistics ‘ante litteram’. Compiling and Transmitting Views on the Diversity and Kinship of Languages before the Nineteenth Century», in *The Making of the Humanities. From Early Modern to Modern Disciplines*, vol.II, Amsterdam, Amsterdam University Press, pp.37-53.
- HALEN, Pierre. (2006). «Les ‘Littératures du Sud’ ne Tombent Pas des Nues», in *Notre Librairie*, n°160, Décembre 2005- Février 2006, pp. 16-20.
- HALES, Steven D. (ed.), (2011). *A Companion to Relativism*, Malden/Oxford, Blackwell Publishing.
- HALLBERG, Robert von. (ed.). (1984). *Canons*, Chicago/London, University of Chicago Press.
- HALLEN, Barry e SODIPO. (1997). *Knowledge, Belief and Witchcraft. Analytic Experiments in African Philosophy*, Stanford, Stanford University Press.

- HALLEN, Barry. (2006). *African Philosophy. The Analytic Approach*, Trenton/Asmara, African World Press.
- HAMILTON, Russell. (1975). *Voices From an Empire. A History of Afro-Portuguese Literature*, Minneapolis, University of Minnesota.
- HAMILTON, Russell. (1981). *Literatura Africana. Literatura Necessária I- Angola* Lisboa, Edições 70.
- HAMILTON, Russell. (1984). *Literatura Africana. Literatura Necessária II- Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Edições 70.
- HAUSSER, Michel. (1982). «Déontologie des Études Littéraires Africaines», in Centre d'Études Francophones de l'Université Paris XIII, Itinéraires et Contacts des Cultures, Vol.2, *L'Enseignement des Littératures Francophones*, Paris, L'Harmattan, pp.35-56.
- HECKING, Ian. (2008). *Entre Science et Réalité. La Construction Sociale de Quoi?*, Paris, La Découverte.
- HEGBA, Meinrad. (2007). « Pour une Rationalité Ouverte. Universalisation de Particuliers Culturels », in Paulin Hountondji. (dir.). (2007). *La Rationalité, Une ou Plurielle?*, Dakar, UNESCO/CODESRIA, pp.31-44.
- HEIMER, Franz. (2001) «Estudos Africanos em Portugal. Balanço das Dinâmicas Atuais», *Cadernos de Estudos Africanos*, nº1, julho/dezembro.
- HENDERSON, Lawrence W. (1990). *A Igreja em Angola*, Lisboa, Editorial Além-Mar.
- HERDER, J.G. (1969). *Herder on Social and Political Culture*, trad. de F.M. Barnard, Cambridge, Cambridge University Press.
- HERDER, J.G. (1987). *Ensaio sobre a Origem da Linguagem*, trad. José M. Justo, Lisboa, Antígona.
- HERDER, J.G. (2002). *Philosophical Writings*, trad. e ed. Michael N. Forster, Cambridge, Cambridge University Press.
- HILL, Alan. (1971). «The African Writers Series», *Research in African Literatures*, vol. II, nº 1, pp.18-20.
- HOBBSBAWN, Eric e RANGER, Terence. (ed.). (1992). *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press.
- HOUNTONDJI, Paulin. (1983). *African Philosophy. Myth & Reality*, Bloomington /Indianapolis, Indiana University Press.

- HOUNTONDJI, Paulin. (1997). *Combats pour le Sens*, Cotonou, Les Éditions Flamboyant.
- HOUNTONDJI, Paulin. (dir.). (2007). *La Rationalité, Une ou Plurielle?*, Dakar, UNESCO/CODESRIA.
- HOUNTONDJI, Paulin. (dir.). (1994). *Les Savoirs Endogènes. Pistes pour une Recherche*, Paris, Karthala.
- HOUNTONDJI, Paulin. (dir.). (2008). «Conhecimento de África, Conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Março, 149-160.
- HOUNTONDJI, Paulin. (dir.). (2009). *L'Ancien et Le Nouveau. La Production du Savoir Dans L'Afrique d'Aujourd'hui*, Cotonou, Centre Africaine des Hautes Études.
- HUANNOU, Adrien. (1984). «L'Enseignement des Littératures africaines en Republique Populaire du Benin», *Actes du Colloque de Bourdeaux, Centre d'Études Littéraires Maghrebines, Africaines et Antillaises e CNRS), Littérature Africaines et Enseignement, Bordeaux*, Presses Universitaires de Bordeaux, pp.26-29.
- HUANNOU, Adrien. (1984). *La Littérature Beninoise*, Paris, ACCT/Karthala.
- HUANNOU, Adrien. (1993). *La Critique et l'Enseignement de Littérature Africaine aux États-Unis d'Amérique*, Paris, L'Harmattan.
- HUGGAN, Graham. (2001). *The Post-Colonial Exotic. Marketing the Margins*, London/New York, Routledge.
- HUNTER, Ian. (1988). *Culture and Gouvernment. The Emergence of Literary Education*, Hampshire/New York.
- HUTCHEON, Linda e VALDÉS, Mario J. (2002). *Rethinking Literary History. A Dialogue on Theory*, Oxford, Oxford University Presss,
- IRELE, Abiola. (2001). *The African Imagination. Literature in Africa and Black Diaspora*, New York, Oxford University Press, xvi-xvii.
- IRELE, Francis Abiola e GIKANDI, Simon (ed.). (2004). *The Cambridge History of African and Caribbean Literature*, 2 volumes, Cambridge, Cambridge University Press.
- IRELE, Francis Abiola e JEYIFO, Biodun (ed.). (2010). *The Oxford Encyclopedia of African Thought*, 2 volumes, Oxford, Oxford University Press.

- IRELE, Francis Abiola. (2008). *Négritude et Condition Africaine*, Paris, Karthala/Sephis.
- ISER, Wolfgang. (1989). *Propecting: From Reader Response to Literary Anthropology*, Baltimore/London, The Johns Hopkins Press.
- ISER, Wolfgang. (2000). *The Range of Interpretation*, New York, Coulmbia University Press.
- IYASERE, Solomon Ogbede. (1975). « African Critics on African Literature. A Study in Misplaced Hostility», pp.20-27, in JONES, Eldred Durosimi. (ed.), *African Literature Today*, n°7, London/Ibadan/Nairobi, Heinemann Educational Books.
- IZEVBAYE, D.S. (1975). «The State of Criticism in African Literature», pp.1-19, in JONES, Eldred Durosimi. (ed.), *African Literature Today*, n°5, London/Ibadan/Nairobi, Heinemann Educational Books.
- JACOBS, Jerry A. (2013). *In Defense od Disciplines. Interdisciplinary and Specialization in the Research University*, Chicago/London, The University of Chicago Press.
- JACQUES, Francis. (2002). *De la textualité. Pour une textologie générale et comparée*, Paris, Maisonneuve.
- JACQUES, Francis. (2072). *L'Arbre du Texte et ses Possibles*, Paris, Librairie Philosophique J.Vrin.
- JAHN, Janheinz. (1969). *Manuel de Littéraure Neo-Africaine. Du XVI Siècle à nos Jours, de L'Afrique à L'Amerique*, Paris, Editions Resma.
- JAHN, Janheinz. (1970). «The Scope of Modern African Literature», *Research in African Literatures*, vol. 1, n° 2, pp. 167-175.
- JAUSS, Hans Robert. (1988). *Pour une Hermeneutique littéraire*, Paris, Gallimard.
- JEYIFO, Biodun. (1990). « The Nature of Things: Arrested Decolonization and Critical Theory», in *Research in African Literatures*, 21.1, spring, pp.33-48.
- JEYIFO, Biodun. (1994). «The debate on literary pedagogy in Africa: the Ife experience», *Actes du Coolloque de Bourdeaux, Centre d'Éudes Littéraires Maghrebines, Africaines et Antillaises e CNRS), Littérature Africaines et Enseignement*, Bordeaux, Presses Universitaires de Bordeaux.
- JULIA, Dominique. (2001). «A Cultura Escolar como Objeto Histórico», in *Revista Brasileira de História da Educação*, n°1, jan./jun., pp.9-43.
- JULY, Robert W. (1987). *An African Voice. The Role of the Humanities in African Independence*, Durham, Buke University Press.

- JÚNIOR, António de Assis. (1981). *Relato dos Acontecimentos de Dala Tando e Lucala*, Luanda, União dos Escritores Angolanos
- KABEMBA, Mufuta. (1989). «Typologie Comparée des Œuvres Littéraires Orales Bantu de L'Afrique Centrale et Orientale», pp. 362.-372, in Théophile Obenga, (dir.), *Les Peuples Bantu. Migrations, Expansion et Identité Culturelle*, Tome II, Paris, L'Harmattan.
- KADIMA-NZUJI, Mukala. (1989). «La Littérature Écrite Comparée et L'identité Culturelle des Peuples de Langues Bantu», pp.351-361, in Théophile Obenga, (dir.), *Les Peuples Bantu. Migrations, Expansion et Identité Culturelle*, Tome II, Paris, L'Harmattan.
- KAGAMÉ, Alexis. (1976). *La Philosophie Bantu Comparée*, Paris, Présence Africaine.
- KANE, Mohamadou. (1966). «L'écrivain africain et son public», in *Présence Africaine*, n° 58, pp.8-31.
- KANE, Mohamadou. (1982). *Roman Africain et Tradition*, Dakar, Nouvelles Editions Africaines.
- KANE, Mohamadou. (1985). «L'Enseignement de la Littérature Africaine en Afrique», in *Actes du Colloque de Bordeaux, Centre d'Études Littéraires Maghrébines, Africaines et Antillaises e CNRS*, *Littérature Africaines et Enseignement*, Bordeaux, Presses Universitaires de Bordeaux.
- KAO, Wei H. (2007). *The Formation of an Irish Literary Canon in the Mid-Twentieth Century*, Stuttgart, Ibid.-Verlag.
- KARSTENS, Bart. (2012). «Bopp the Builder. Discipline Formation as Hybridization : The Case of Comparative Linguistics», in *The Making of the Humanities.From Early Modern to Modern Disciplines*, vol.II, Amsterdam, Amsterdam University Press, pp.103-127.
- KELLY, Donald R. (2006). «Le problème du savoir et le concept de discipline», in Jean BOUTIER, Jean-Claude Passeron e Jacques Revel (dir.) *Qu'est-ce qu'une discipline ?*, Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, , pp. 97-115.
- KELLY, Donald R. (ed.). (1997). *History and the Disciplines. The Reclassification of Knowledge in Early Modern Europe*, New York, The University of Rochester Press.

- KERMODE, Frank. (1983). *The Art of Telling. Essays on Fiction*, Cambridge/Massachusetts, Harvard University Press.
- KERR, Susan. (1971). «The Present Status of the Teaching of African Literature», *Research in African Literatures*, vol. 1, n° 2, pp.51-58.
- KESTELOOT, Lilian. (1977). *Les Écrivains Noirs de Langue Française. Naissance d'une Littérature*, 7<sup>a</sup> edição, Bruxelles, Éditions de l'Université de Bruxelles.
- KESTELOOT, Lilian. (1978). *Anthologie Negro-Africaine (Littérature de 1918 à 1981)*, Verviers, Les Nouvelles Editions Marabout.
- KESTELOOT, Lilian. (2004). *Histoire de la Littérature Négro-Africaine*, Paris, Karthala.
- KIROS, Teodoros. (ed.). (2001). *Explorations in African Political Thought. Identity, Community, Ethics*, New York/London: Routledge.
- KLEIN, Julie Thompson. (1990). *Interdisciplinarity. History, Theory & Practice*, Detroit, Wayne State University Press.
- KLEIN, Julie Thompson. (1996). *Cross Boundaries. Knowledge, Disciplinarity, and Interdisciplinarity*, Charlottesville/London, University Press of Virginia.
- KLEIN, Julie Thompson. (2005). *Humanities, Culture, and Interdisciplinarity. The Changing American Academy*, Albany, State University of New York Press.
- KLÍMA, Vladimír. (1970). «Czechoslovak Research in African Literatures», *Research in African Literatures*, vol. 1, n° 2, pp. 163-165.
- KNIPP, Thomas. (1985). «Radicalism and the Search for An African Literary Theory», pp.115-122, in Stephen Arnold, (ed.), *African Literatures Studies : The Present State/L'État Présent*, Washington, Three Continents.
- KOCKELMANS, Joseph J. (ed.), (1979). *Interdisciplinarity and Higher Education*, University Park/ London, The Pennsylvania State University Press.
- KOTELI, S.I.A. (1982). *Le Livre Aujourd'hui en Afrique*, Paris, UNESCO.
- KOTHE, Flávio R. (1981). *Literatura e Sistemas Intersemióticos*, São Paulo, Cortez Editora.
- KOUVOUAMA, Abel. (1996). *La Modernité en question*, Paris, Paari.
- KOUVOUAMA, Abel. (2001). *Modernité Africaine. Les figures du politique et du religieux*, Paris, Paari.
- KUHN, Thomas. (2009). *A Estrutura das Revoluções Científicas*, Lisboa, Guerra&Paz.

- KUNENE, Daniel. (1970). «Research into the Vernacular Literatures of Africa South of the Sahara», *Research in African Literatures*, vol. 1, nº 2, pp.157-162.
- LABAN, Michel, (1997). *Mário Pinto de Andrade- Uma entrevista*, Lisboa, Edições João Sá da Costa.
- LAMARQUE, Peter e OLSEN, Stein Haugom. (1994). *Truth, Fiction and Literature*, Oxford, Clarendon Press.
- LAMARQUE, Peter. (2009). *The Philosophy of Literature*, Malden/Oxford, Blackwell Publishing.
- LARANJEIRA, Pires. (1992). *De Letra em Riste. Identidade, Autonomia e Outras Questões na Literatura de Angola, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe*, Porto Edições Afrontamento.
- LARANJEIRA, Pires. (1995). *A Negritude Africana de Língua Portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento.
- LARANJEIRA, Pires. (1995). *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta.
- LARANJEIRA, Pires. (2001). *Ensaio Afro-Literários*, Lisboa, Novo Imbondeiro.
- LARANJEIRA, Pires. (org.). (1995). *Negritude Africana de Língua Portuguesa. Textos de Apoio (1947-1963)*, Braga, Angelus Novus.
- LATTUCA, Lisa R. (2001). *Creating Interdisciplinarity. Interdisciplinarity Research and Teaching among College and University Faculty*, Nashville, Vanderbilt University Press.
- LAUER, Helen e ANYIDOH, Kofi. (ed.). (2012). *Reclaiming the Human Sciences and Humanities through African Perspectives*, vol.I e vol.II, Accra, Sub-Saharan Publishers.
- LAZARUS, Neil. (ed.). (2004). *Postcolonial Literary Studies*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LEERSEN, Joep. (2012). «The Rise of Philology. The Comparative Method, the Historicist Turn and the Surreptitious Influence of Giambattista Vico», in *The Making of the Humanities. From Early Modern to Modern Disciplines*, vol.II, Amsterdam, Amsterdam University Press, pp.23-35.
- LEITE, Ana Mafalda. (1998). *Oralidades & Escritas nas Literaturas Africanas*, Lisboa, Edições Colibri.
- LENOIR, Timothy. (2003). *Instituindo a Ciência. A Produção Cultural das Disciplinas Científicas*, trad. Alessandro Zir, São Leonardo, Editora Unisinos.

- LENTRICCHIA, Frank e McLAUGHLIN. (ed.). (1990), *Critical Terms for Literary Study*, Chicago/London, The University Of Chicago Press.
- LINDFORS, Bernth (1995). *Long Drums & Canons. Teaching and Researching African Literatures*, New Jersey, Africa World Press.
- LINDFORS, Bernth (1997), *African Textualities. Texts, Pre-texts and Contexts of African Literature*, Trenton, Africa World Press.
- LINDFORS, Bernth. (1999). *The Blind Men and the Elephant and Other Essays in Biographical Criticism*, Trenton, Africa World Press.
- LISBOA, Eugénio. (2000). *Portugaliae Monumenta Frivola ou As Verdadeiras e Falsas Riquezas*, Lisboa, Universitária Editora.
- LIVINGSTONE, Paisley. (1991). *Literature and Rationality. Ideas of Agency in Theory and Fiction*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LIYONG, Taban lo. (1971). «Language and Literature Studies at University College Nairobi», *Research in African Literatures*, vol. 1, nº 2, pp.168-176.
- LOPES, Silvina Rodrigues. (1994). *A Legitimação em Literatura*, Lisboa, Cosmos.
- LOPES, Silvina Rodrigues. (1999). «O ensino da literatura como aproximação ao paradoxo», *Incidências*, Revista do Instituto de Estudos Portugueses da Universidade Nova de Lisboa, nº1, Lisboa, Edições Colibri.
- LOPES, Silvina Rodrigues. (2006). «Sobre-viver: o inacabado», *Românica*, Revista de Literatura do Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, nº15, Lisboa, Edições Colibri.
- LOPO, Júlio Castro. (1964). *Jornalismo de Angola (Subsídios para a Sua História)*, Luanda Centro de Informação de Angola.
- LOTMAN, Yuri M. (2001). *Culture and Explosion*, Berlin/New York, Mouton de Gruyter.
- LOTMAN, Yuri M. (2001). *Universe of Mind. A Semiotic Theory of Culture*, London/New York, I.B.Tauris Publishers.
- LYOTARD, Jean-François. (2003). *A Condição Pós-Moderna*, Lisboa, Gradiva.
- MADÉBÉ, Georice Berthin, MBONDOBARI, Sylvère e RENOMBO, Steeve Robert. (ed.). (2012). *Les Chemins de la Critique Africaine*, Paris, L'Harmattan.
- MAN. Paul de. (1989). *A Resistência à Teoria*, Lisboa, Edições 70.
- MAN. Paul de. (1999). *O Ponto de Vista da Cegueira. Ensaios sobre a Retórica da Crítica Contemporânea*, Braga/Coimbra/Lisboa, Angelus Novus & Cotovia.



- MARGARIDO, Alfredo. (1980). *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- MARGARIDO, Alfredo. (1989). «Algumas formas da hegemonia Africana das relações com os europeus», in *Reunião Internacional de História de África*, Lisboa, I.I.C.T.
- MARGARIDO, Alfredo. (2000). *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas.
- MARGOLIS, Eric e LAURENCE, Stephen. (ed.). (1999). *Concepts. Core Readings*, Massachusetts, Massachusetts Institute of Technology.
- MARTINHO, Ana Maria. (2001). *Cânones Literários e Educação. Os Casos Angolano e Moçambicano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- MASOLO, Dismas A. (1994). *African Philosophy in Search of Identity*, Bloomington/Indianapolis, Indiana University Press.
- MASOLO, Dismas A. (2009). «Filosofia e Conhecimento Indígena: Uma Perspectiva Africana», in SANTOS, Boaventura de Sousa e Maria Paula Meneses. (org.). *Epistemologias do Sul*, Coimbra, Almedina/CES, pp.507-527.
- MASZÁK, Mihály Szegedy. (2001). *Literary Canons : National and International*, Budapest, Akadémiai Kiadó.
- MATA, Inocência. (2001). *Literatura Angolana : Silêncios e Falas de uma Voz Inquieta*, Lisboa, Mar Além ; Luanda, Kilombelombe.
- MATA, Inocência. (2010). *Ficção e História na Literatura Angolana*, Lisboa, Edições Colibri.
- MATA, Inocência. (2013). «Literatura-Mundo em Português : Encruzilhadas em África», 1616 : *Anuário de Literatura Comparada*, 3, Ediciones Universidad de Salamanca, pp.107-122.
- MATA, Inocência. (2013). *A Literatura Africana e a Crítica Pós-Colonial*, Manaus, UEA Edições.
- MATESO, Locha. (1986). *La Littérature Africaine et sa Critique*, Paris, ACCT-Karthala.
- MATTA, Joaquim Dias Cordeiro da, 1891, *Philosophia Popular em Provérbios Angolenses*, Lisboa, Typographia e Stereotypia Moderna.
- MATTA, Joaquim Dias Cordeiro da. (1892). *Cartilha Maternal para se Aprender a ler o Kimbundu (ou lingua angolense)- Escripta segundo a Cartilha*

- Maternal do Dr. João de Deus*, Lisboa, Typographia e Stereotypia Moderna da Casa Editora António Maria Pereira.
- MATTA, Joaquim Dias Cordeiro da. (1886). *Delírios*, Lisboa,.
- MAZRUI, Ali A. (2002). *Africanity Redefined: Collected Essays of Ali A. Mazrui*, Trenton, Africa World Press.
- MAZRUI, Ali A. e Alamin M. (1998). *The Power of Babel. Language & Governance in the African Experience*, Chicago, University Chicago Press.
- MBOUKOU, J.P.Makouta. (1980). *Introduction a l'étude du Roman Négro-Africaine de Langue Française*, Nouvelles Editions Africaines.
- McMURTRY, Jo. (1985). *English Language, English Literature*, Hamden, Archon Book.
- MELLO, Cristina. (1998). *O Ensino da Literatura e a Problemática dos Géneros Literários*, Coimbra, Livraria Almedina.
- MELONE, Thomas. (1970). «La critique littéraire et les problèmes du langage: Point de vue d'un Africain», *Présence Africaine* n°73, 1º trimestre 1970, pp.3-19.
- MEMMI, Albert. (1985). *Portrait du Colonisé. Portrait du Colonisateur*, Paris, Gallimard.
- MENDES, Margarida Vieira. (1999). «Didáctica da Literatura. Um espaço devido na Faculdade de Letras», in Maria Isabel Rocheta e Margarida Braga Neves (org.), *Ensino da Literatura. Reflexões e Propostas Contracorrente*, Lisboa, Cosmos.
- MENEZES, Filinto Elísio de. (1949). «Apontamento sobre a poesia de Angola», in separata do jornal *Cultura*, Luanda.
- MIDIOHOUAN, Guy Ossito. (1986). *L'ideologie dans la Littérature Négro-Africaine d'Expression Française*, Paris, L'Harmattan.
- MIGNOLO, Walter. (2000). *Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*, Princeton/Chichester, Princeton University Press.
- MILLER, J.Hillis. (1995). *A Ética da Leitura*, Imago Editora, Rio de Janeiro,
- MILLER, Joseph. (1988). *Way of Death- Merchant Capitalism and Angolan Slave Trade 1730-1830*, Winconsin. The University of Wisconsin Press.
- MILLER, Thomas P. (1997). *The Formation of College English. Rhetoric and Belles Lettres in the British Cultural Provinces*, Pittsburgh, University of Pittsburgh Press.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (1983). *Textos Africanos de Expressão Portuguesa*, Luanda, Makutanga.

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (2005). *Currículo do 1ºCiclo do Ensino Secundário.Reforma Curricular*, Luanda, INIDE.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (2005). *Currículo do 2ºCiclo do Ensino Secundário.Reforma Curricular*, Luanda, INIDE.
- MITCHELL, W.J.T. (ed.), (1985). *Against Theory. Literary Studies and the New Pragmatism*, Chicago/London, The Chicago University Press.
- MOISÉS, Massaud. (2001). *História da Literatura Brasileira*, 2 volumes, São Paulo, CULTRIX.
- MOORE, Gerald (ed.). (1965). *African Literature and the Universities*, Ibadan, Ibadan University Press,
- MOORE, Gerald. (1971). «A Comment on the African Series», *Research in African Literatures*, vol. II, nº 1, pp. 21-25.
- MOREIRA, Adriano. (1956). «As Elites das Províncias Portuguesas de Indigenato (Guiné, Angola, Moçambique)», *Garcia de Orta*, Lisboa, 4 (2).
- MOSER, Gerald e FERREIRA, Manuel. (1983). *Bibliografia das Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MOSER, Gerald. (1985). «Beginnings and Present State of the Collection and Study of the Lusophone African Literatures : Breaking Ground for a New Field», pp.245-255, in Stephen Arnold, (ed.), *African Literatures Studies : The Present State/L'État Présent*, Washington, Three Continents.
- MOSER, Paul K. (ed.), (2002). *The Oxford Handbook of Epistemology*, New York, Oxford University Press.
- MOURALIS, Bernard. (1975). *Les Contre-Littératures*, Paris, Presses Universitaires de France.
- MOURALIS, Bernard. (1984). *Littérature et Développement*, Paris, Éditions Silex/ACCT.
- MOURALIS, Bernard. (1985). «Le Texte et la Statue: Réflexions sur L'enseignement des Littératures Africaines», AAVV, *Littératures Africaines et Enseignement*, Actas do Colloque International de Bordeaux, 15-17 Mars 1994, organizado por Centre d'Etudes Littéraires Maghrehines, Africaines et Antillaise e R.C.P.-C.N.R.S nº732 Littératures Africaines Imprimées, Presses Universitaires de Bordeaux, Bordeaux, pp.449-458.
- MOURALIS, Bernard. (2006). «Qu'est-ce qu'un Classique Africain», in *Notre Librairie*, nº160, Décembre 2005- Février 2006, pp.34-40.

- MPHALELE, Ezekiel. (1972). «Black Literature at the University of Denver», *Research in African Literatures*, vol.3, n° 1, pp.70-74.
- MUDIMBE, V.Y. (1982). *L'Odeur du Père.Essai sur des limites de la science et de la vie en Afrique Noire*, Paris, Présence Africaine.
- MUDIMBE, V.Y.(1985). «African Literature : Myth or Reality ?», pp.7-15, in Stephen Arnold, (ed.), *African Literatures Studies : The Present State/L'État Présent*, Washington, Three Continents.
- MUELLER-VOLLMER, Kurt. (ed.). *The Hermeneutics Reader*, New York, Continuum.
- N'GORAN, David K. (2009). *Le Champ Littéraire Africain. Essai pour une Théorie*, Paris, L'Harmattan.
- N'GORAN, David K. (2012). *Les Illusions de L'Africanité. Une Analyse Socio-Discursive du Champ Littéraire*, Paris, Publibook.
- NANCY, Easterlin e RIEBELING, Barbara. (ed.). (2010). *After Postruturalism. Interdisciplinarity and Literary Theory*, Evanston, Northwestern University Press.
- NETO, Agostinho. (1959). «Introdução a um Colóquio sobre Poesia Angolana», in *Mensagem*, ano III, n° 5-6, Lisboa, CEI, pp.45-51.
- NETO, Agostinho. (1980). «Introdução a um Colóquio sobre Poesia Angolana», in *Revista AFRICA.Literatura, Arte e Cultura*, n°7 (janeiro-março), Lisboa, África Editora.
- NEVES, Olga. (1989). *Em Defesa da Causa Africana.Intervenção do Grémio Africano na Sociedade de Lourenço Marques 1908-1938*.Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).
- NEWELL, William H. (ed.). (1998). *Interdisciplinary. Essays from the Literature*, New York, College Entrance Examination Board.
- NGAL, Georges. (1994). *Création et Rupture en Littérature Africaine*, Paris, L'Harmattan.
- NGAL, Georges. (2009). *Œuvre Critique Tome I (1970-2009). Articles, communications, interviews, préfaces et études sur Commandes des Organismes Internationaux*, Paris, L'Harmattan.
- NGAL, M.a.M. (1977). «L'Artiste Africain: Tradition Critique et Liberté Creatrice», in Société Africaine de Culture (org.). *Le Critique Africain et son Peuple comme Producteur de Civilisation*, Paris, Présence Africaine.

- NGALASSO-MWATHA, Musanji (dir.). (2007). *Littératures, Savoirs et Enseignement*, Bordeaux, Presses Universitaires de Bordeaux.
- NKASHAMA, Pius Ngandu. (1989). *Écritures et Discours Littéraires. Études sur le Roman Africain*, Paris, L'Harmattan.
- NKASHAMA, Pius Ngandu. (1992). *Littératures et Écritures en Langues Africaines*, Paris, L'Harmattan.
- NKASHAMA, Pius Ngandu. (2000). *Enseigner les Littératures Africaines*, Paris, L'Harmattan.
- NTABONA, Adrien. (1989). «Reherches en Littérature Orale. Proposition d'une Méthode Circonscrite à la Zone des Langues Bantu», pp. 373-387, Théophile Obenga, (dir.), *Les Peuples Bantu. Migrations, Expansion et Identité Culturelle*, Tome II, Paris, L'Harmattan.
- NTUMBA, Tshiamalenga. (1989). «Philosopher en et à Partir des Langues et Problématisations Africaines. Les leçons de révolution linguistique et pragmatique», pp. 507.-522, in Théophile Obenga, (dir.), *Les Peuples Bantu. Migrations, Expansion et Identité Culturelle*, Tome II, Paris, L'Harmattan.
- NZOUKOU, Gildas. (2013). *Logique de l'Argumentation dans les Traditions Orales Africaines. Proverbes, Connaissance et Inférences Non-Monotoniques*, London, College Publications.
- Ó, Jorge Ramos do. (2003). *O Governo de si Mesmo. Modernidade Pedagógica e Encenações Disciplinares do Aluno Liceal (Último Quartel do Século XIX – Meados do Século XX)*, Lisboa, EDUCA.
- OBANYA, Pai. (1994). *Curriculum Reform for Educational Development in Africa: The Role of UNESCO*, Dakar, Breda Series n°8.
- OKAFOR, Clement Abiaziem. (1970). «Teaching African Literature in Zambian Schools», *Research in African Literatures*, vol. 1, n° 2, pp.177-182.
- OKERE, Theophilus. (1983). *African Philosophy: A Historico-Hermeneutical Investigation of the Conditions of its Possibility*, Lanham, and University Press of America.
- OKPAKU, Joseph. (1969). «Tradition, Culture and Criticism», *Présence Aricaine*, 70, 2° trimestre, pp.137-146.
- OKPEWHO, Isidore. (1992). *African Oral Literature. Backgrounds, Character and Continuity*, Bloomington, Indiana University Press.

- OLANYAN, Tejumola e QUAYSON, Ato. (ed.) (2007). *African Literature. An Anthology of Criticism and Theory*, Malden/Oxford, Plackwell Publishing.
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. (1997). *A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes. (1964). «Literatura Angolana-Contributo para uma definição», *Revista Ultramar*, nº15.
- OLSEN, Stein Haugom. (1987). *The End of Literature*, Cambridge, Cambridge University Press.
- OLSEN, Stein Haugom. (2005). «The Concept of Literature. An Institutional Account», in Anders Petersson e Stein Haugon Olsen. (ed.). *From Text to Literature. New Analytic and Pragmatic Approaches*, London, Palgrave Macmillan, pp.11-31.
- OPPENHEIM, Paul e Hilary Putnam. (1958). «Unity of Science as a Working Hypothesis», *Minnesota Studies in the Philosophy of Science* II (1958): 3-36.
- OSONGO-LUKADI, Antoine-Dover. (2001). *Heidegger et l'Afrique. Réception et Paradoxe d'un "Dialogue" Monologique*, Paris, L'Harmattan/Academia Bruylant.
- OWOMOYELA, Oyekan (ed.). (1993). *A History of Twentieth-Century African Literatures*, Nebraska, University of Nebraska Press.
- PACHECO, Carlos. (1990). *José da Silva Maia Ferreira. O Homem e a sua Época*, Luanda, Uniões dos Escritores Angolanos.
- PACHECO, Carlos. (1996). *O Nativismo na Poesia de José da Silva Maia Ferreira*, Évora, Pendor.
- PACHECO, José Augusto. (2005), *Escritos Curriculares*, São Paulo, Cortez Editora.
- PADILHA, Laura. (2010). «O ensino e a crítica das Literaturas Africanas no Brasil: um caso de neocolonialidade e enfrentamento» *Revista Magistro, Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas – UNIGRANRIO Vol.1, nº1*.
- PALMER, D. J. (1965). *The Rise of English Studies. An Account of the Study of English Language and Literature from its Origins to the Making of the Oxford English School*, London/New York, Oxford University Press.
- PALMER, Richard E. (2006), *Hermenêutica*, Lisboa, Edições 70.
- PÁRICSY, Pál. (1972). «Research in Black African Literature in the European Socialist Countries», in *Research in African Literatures*, vol.3, nº 1, pp. (36-50).

- PASQUINELLI, Alberto. (1983). *Carnap e o Positivismo Lógico*, Lisboa, Edições 70.
- PAULSON, William. (2001). *Literary Culture in a World Transformed. A Future for the Humanities*, Ithaca/London, Cornell University Press.
- PELISSIER, René. (1978). *La Colonie du Minotaure. Nationalismes et Révoltes en Angola, 1926-1961*, Montamets, Orgeval, Editions Péliissier.
- PENIM, Lígia. (2011). *A Alma e o Engenho do Currículo. História das Disciplinas de Português e de Desenho no Ensino Secundário do Último Quartel a Meados do Século XIX*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- PEREIRA, Maria Manuela Cantinho (2005). *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa. Modernidade, Colonização e Alteridade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- PEREIRA, Maria Manuela Cantinho (2005). *O Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa. Modernidade, Colonização e Alteridade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- PERKINS, David. (1992). *Is Literary History Possible?*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press.
- PETERSSON, Anders e OLSEN, Stein Haugom. (ed.). (2005). *From Text to Literature. New Analytic and Pragmatic Approaches*.
- PIMENTA, Carlos. (2013). *Interdisciplinaridade nas Ciências Sociais*, V.N. Famalicão, Edições Húmus.
- PINTASSILGO, Joaquim et alii. (org.), (2010). *A História das Disciplinas Escolares de Matemática e de Ciências. Contributo para um Campo de Pesquisa*, Lisboa, Escolar Editora.
- PINTO, Alberto Oliveira. (2013). *Representações Literárias Coloniais de Angola, dos Angolanos e das suas Culturas (1924-1939)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- PIQUER, David Viñas. (2007). *Historia de la Crítica Literária*, Barcelona, Ariel.
- POLANYI, Michael. (1992). *Personal Knowledge. Towards a Post-Critical Philosophy*, Chicago, Chicago University Press.
- POMBO, Olga (2002). *A Escola, a Reta e o Círculo*, Lisboa, Relógio d'Água.

- POMBO, Olga. (2004). «Epistemologia da Interdisciplinaridade», in Carlos Pimenta (coord.), *Interdisciplinaridade, Humanismo, Universidade*, Porto, Campo das Letras.
- POMBO, Olga. (2011). *Unidade da Ciência. Programas, Figuras e Metáforas*, Lisboa, Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa.
- POPPER, Karl. (1993). *A Sociedade Aberta e os seus Inimigos* (dois volumes), Lisboa, Fragmentos.
- POPPER, Karl. (2011). *Realismo y el Objectivo de la Ciencia*, trad. Marta Sansigre Vidal, Madrid, Editorial Tecnos.
- PREUSS, Stefanie. (2012). *A Scottish National Canon ? Processes of Literary Canon Formation in Scotland*, Heidelberg, Universitätsverlag Winter.
- QUINE, W.V.O. (1999). «Two Dogmas of Empiricism», in Eric Margolis e Stephen Laurence (ed.). *Concepts. Core Readings*, Massachusetts, Massachusetts Institute of Technology.
- RAYFIELD, Joan R. (1981). «Literature in African Languages : A Factor in Movements for Cultural Independence», pp. 164-175, in Donald I.Ray, Pete Shinnie e Denovan Williams, *The Proceedings of the Eleventh Annual Conference of the Canadian Association of African Studies*, Vol.II, Vancouver, Tantalus Research Limited.
- READINGS, Bill. (2003). *A Universidade em Ruínas*, Coimbra, Angelus Novus Editora.
- REDONDO, Fernando Gómez. (2008). *Manual de Crítica Literária Contemporânea*, Madrid, Editorial Castalia.
- REIS, Carlos. (1997). *O Conhecimento da Literatura. Introdução aos Estudos Literários*, Coimbra, Almedina.
- REIS, Carlos. (1997). *O Conhecimento da Literatura. Introdução aos Estudos Literários*, Coimbra, Almedina.
- RIBAS, Óscar. (1965). *Izomba. Associativismo e Recreio*, Luanda, Típpografia Angolana
- RICARD, Alain. (1995). *Littératures d'Afrique Noire. Des Langues aux Livres*, Paris, CNRS Éditions/ Karthala.
- RICOEUR, Paul. (1986). *Du Texte à l'Action. Essais d'Herméneutique*, Paris, Éditions du Seuil.



- RIEMENSCHNEIDER, Dieter e SCHULZER-ENGLER, Frank. (ed.). (1993). *African Literatures in the Eighties*, Amsterdam-Atlanta, RODOPI.
- RIEMENSCHNEIDER, Dieter. (ed.). (1983). *The History and Historiography of Commonwealth Literature*, Tübingen, Narr.
- RIESZ, János e RICARD, Alain. (ed.). (1992). *Le Champ Littéraire Togolais*, Bayreuth, Bayreuth African Studies.
- RIESZ, János. (1985). «African Literature Research in German», pp. 293-307, in Stephen Arnold, (ed.), *African Literatures Studies : The Present State/L'État Présent*, Washington, Three Continents.
- ROBERTS, R.H. e GOOD, J.M.M. (ed.). (1993). *Recovery of Rethoric. Persuasive Discourse and Disciplinarity in the Human Sciences*, Charlottesville/London, University Press of Virginia.
- ROCHA, Aurélio. (1991). *Associativismo e Nativismo em Moçambique. O Grémio Africano de Lourenço Marques (1908-1938)*. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado)
- RODRIGUES, Eugénia. (2003). *A Geração Silenciada. A Liga Nacional Africana e a Representação do Branco em Angola na Década de 30*, Edições Afrontamento.
- RORTY, Richard. (2007). «Hauteur Universaliste, Profondeur Romantique, Ruse Pragmatique», in Paulin J. Hountondji (dir.), *La Rationnalité, Une ou Plurielle?*, Dakar, CODESRIA/UNESCO.
- SACRISTÁN, J.Cimeno. (2000). *O Currículo. Uma reflexão sobre a prática*, 3ª edição, Porto Alegre, Artmed.
- SAID, Edward W. (1983). *The World, The Text and The Critic*, Massachusetts, Harvard University Press.
- SAID, Edward W. (2000). *Culture et Impérialisme*, Paris, Fayard.
- SAID, Edward W. (2004). *Humanism and Democratic Criticism*, New York, Columbia University Press.
- SAID, Edward. (2004). *Humanism and Democratic Criticism*, New York, Columbia University Press.
- SAMUELS, Michael Anthony. (1967). «Methodist Education in Angola, 1897-1915», *Studia*, nº 20-22 (Abril-Dezembro), pp. 75-96.
- SANTILI, Maria Aparecida. (1984). «Ano Bissexto, um Tempo de Saúde para a Convivência em Português», *X Encontro de Professores Universitários Brasileiros*

- de Literatura Portuguesa e ao I Colóquio Luso-Brasileiro de Professores Universitários de Literaturas de Expressão Portuguesa*, Lisboa/Coimbra/Porto, Instituto de Cultura Brasileira, pp. 300-307.
- SANTOS, Boaventura de Sousa e Maria Paula Meneses. (org.). (2009). *Epistemologias do Sul*, Coimbra, Almedina/CES.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (1994). *Pela Mão de Alice- O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Edições Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (2006). *A Gramática do Tempo. Para uma Nova Cultura Política*, Coimbra, Edições Afrontamento.
- SANTOS, Motserrat Iglesias. (org.). (1999). *Teoría de los Polisistemas*, Madrid, ARCO/Libros.
- SCHANTZ, Richard e SEIDEL, Markus. (ed.). (2011). *The Problem of Relativism in the Sociology of (Science) Knowledge*, Heusenstamm, Ontos Verlag.
- SCHIPPER, Mineke. (1989). *Beyond the Boundaries. African Literature and Literary Theory*, London, Allison & Busby.
- SCHLEIERMACHER, Friedrich. (1998). *Hermeneutics and Criticism and Other Writings*, Cambridge, Cambridge University Press.
- SCHWARZ, Henry e RAY, Sangeeta. (ed.). (2005). *Postcolonial Studies*, Malden/Oxford, Blackwell Publishing.
- SECCO, Carmen Tindó Ribeiro. (1997). «Construção e Reencontro – o Ensino e a Pesquisa das Literaturas Africanas nos Cursos de Letras», *SCRIPTA*, Belo Horizonte, Vol. I, nº1, pp.179-184, 2º semestre.
- SEMUJANGA, Josias. (1999). *Dynamique des Genres dans le Roman Africain. Elements de Poétique Transculturelle*, Paris, L'Harmattan.
- SEMUJANGA, Josias. (2006). «Les Orientations de la Critique des 'Littératures du Sud' en Amérique du Nord», in *Notre Librairie*, nº160, Décembre 2005- Février 2006, pp. 88-93.
- SEN, Amartya. (2009). *A Ideia de Justiça*, trad. Nuno Castello-Branco Bastos, Lisboa, Almedina.
- SEREQUEBERAN, Tsenay. (1994). *The Hermeneutics of African Philosophy. Horizon and Discourse*, New York/London, Routledge.
- SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.). (2001). *Nova História da Expansão Portuguesa. Volume XI. O Império Africano 1890-1930*, Lisboa, Editorial Estampa.

- SEVILLA, San Isidoro de. (2009). *Etimologias*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos.
- SÉVRY, Jean. (ed.). (1999). *Regards sur Les Littératures Coloniales. Afrique Anglophone et Lusophone*, Tome III, Paris, L'Harmattan.
- SÉVRY, Jean. (ed.). (1999). *Regards sur Les Littératures Coloniales. Afrique Anglophone et Lusophone*, Tome III, Découvertes, Paris, L'Harmattan.
- SIEBERS, Tobin. (1990). *The Ethics of Criticism*, Ithaca/London, Cornell University Press.
- SILVA, Vítor Aguiar e. (2005). *Teoria da Literatura*, 8ª edição, Coimbra, Livraria Almedina
- SMITH, Barbara Herrnstein. (1988). *Contingencies of Value. Alternative Perspectives for Critical Theory*, Cambridge/Massachusetts/London, Harvard University Press.
- SOARES, Francisco. (2001). *Notícia da Literatura Angolana*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- SOREMEKUN, Fola. (1961). «Religion and Politics in Angola: The American Board Missions and Portuguese Government», *Cahiers d'Etudes Africaines* (École Pratique des Hautes Etudes-Sorbonne), n°43, Vol.XI., pp341-377.
- SOREMEKUN, Fola. (1965). *A History of American Board Missions in Angola 1880-1940*, Evanston.
- SOYINKA, Wole Art. (1988). *Dialogue and Outrage: Essays on Literature and Culture*, Ibadan, New Horn Press Limited.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. (2003). *Death of a Discipline*, New York, Columbia University Press.
- STAPPERS, Leo. (1972). «Les Mémoires au sujet de la Littérature Traditionnelle à l'Université de Kinshasa, 1962-1971», *Research in African Literatures*, vol. 3, n° 1, pp.77-82.
- STICHWEH, R. (1991). *Études sur la Genèse du Système Scientifique Moderne*, Lille, Presses Universitaires de Lille.
- SULLÀ, Enric. (ed.). (1998). *El Canon Literario*, Madrid, Arco/Libros.
- SZONDI, Peter. (1989). *Introduction à l'Herméneutique Littéraire. De Chladenius à Schleiermacher*, Paris, Les Éditions du Cerf.
- TÁÍWÒ, Olúfémi. (2010). *How Colonialism Preempted Modernity in Africa*, Bloomington/Indianapolis, Indiana University Press.

- TAYLOR, Charles. (2004). *Imaginários Sociais Modernos*, trad. Artur Morão, Rio de Janeiro, Edições Texto & Grafia.
- TENREIRO, Francisco José Tenreiro e ANDRADE, Mário de. (1982). *Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, África- Literatura, Arte e Cultura.
- THIONG'O, Ngũgĩ wa. (1982). *Homecoming. Essays on African and Caribbean Literature, Culture and Politics*, London/Ibadan/Nairobi, Heinemann.
- THIONG'O, Ngũgĩ wa. (1986). *Decolonising the Mind. The Politics of Language in African Literature*, New York, James Curry/Heinemann.
- THIONG'O, Ngũgĩ wa. (1996). *Penpoints, Gunpoints and Dreams. Towards a Critical Theory of the Arts and the State in Africa*, Oxford, Oxford Press University.
- THIONG'O, Ngũgĩ wa. (2009). *Something Torn and New. An African Renaissance*, New York, Basic Civitas Books.
- THIONG'O, Ngũgĩ wa. (2012). *Globalectics. Theory and the Politics of Knowing*, New York, Columbia University Press.
- TIDJANI-SERPOS, Nouréini. (1987). *Aspects de la Critique Africaine*, Tome I, Paris, Éditions Silex/CEDA.
- TIDJANI-SERPOS, Nouréini. (1996). *Aspects de la Critique Africaine. L'Intellectuel Nègro-Africain Face au Roman*, Tome 2, Paris, SILEX/Éditions Nouvelles du Sud.
- TODOROV, Tzvetan e DOBROVSKY.(dir.) (2012). *L'Enseignement de la Littérature*, Paris, Hermann.
- TOWA, Marcien. (1981). *Essai sur la Problématique Philosophique dans l'Afrique Actuelle*, Yaoundé, Editions Clé.
- TRIGO, Salvato. (1977). *Introdução à Literatura Angolana de Expressão Portuguesa*, Porto, Brasília Editora.
- TRIGO, Salvato. (1979). *A Poética da «Geração da Mensagem»*, Porto, Brasília Editora.
- TRIGO, Salvato. (1981). *Luandino - O Logoteta*, Porto, Brasília Editora.
- TRIGO, Salvato. (1984). «L'enseignement des Littératures Africaines au Portugal», *Actes du Colloque International de Bordeaux*, 15-17 Mars 1994, organizado por Centre d'Etudes Littéraires Maghrehines, Africaines et Antillaise e R.C.P.-C.N.R.S n°732 Littératures Africaines Imprimées, Presses Universitaires de Bordeaux, Bordeaux, pp.47-50.

- TRIGO, Salvato. (1986). *Ensaio de Literatura Comparada Afro-Luso-Brasileira*, Lisboa, Vega.
- VARGA, A.Kiberdi. (ed.). (1981). *Théorie de la Littérature*, Paris, Picard.
- VICTOR, Geraldo Bessa. (s.d.) *Intelectuais Angolenses dos Séculos XIX e XX. I- Augusto Bastos*, Lisboa.
- VISWANATHAN, Gauri. (1989). *Masks of Conquest. Literary Study and British Rule in India*, New York, Columbia University Press.
- W'OLEKO, Okolo Okonda. (1986). *Pour une Philosophie de la Culture et du Developpement. Recherches d'Hermeneutique et de Praxis Africaines*, Kinshasa, Presses Universitaires du Zaïre.
- WELLEK, René e WARREN, Austin. (2003). *Teoria da Literatura e Metodologia dos Estudos Literários*, trad. Luiz Carlos Borges, São Paulo, Martins Fontes.
- WELLEK, René. (1982). *The Attack on Literature and Other Essays*, Chapel Hill, The University of North Carolina Press.
- WERNER, Michael. (2006). «Le moment philologique des sciences historiques allemandes» in Jean Boutier, Jean-Claude Passeron e Jacques Revel (dir.) *Qu'est-ce qu'une discipline ?*, Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2006, pp.171-191.
- WHEELER, Douglas. (1972). «Origins of African Nationalism in Angola: Assimilado Protest Writings, 1859-1929», in Ronald Chilcote (ed.). *Protest & Resistance in Angola & Brazil. Comparative Studies*, Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press.
- WIMSATT, W.K. e BEARDSLEY, M.C. «The Intentional Fallacy», in DAVIES, David e MATHESON, Carl. (ed.). (2008). *Contemporary Readings in the Philosophy of Literature. An Analytic Approach*, Ontario, Broadview Press, pp.121-135.
- WIREDU, Kwasi. (1980). *Philosophy and an African Culture*, Cambridge, Cambridge University Press.
- WIREDU, Kwasi. (1981). «Philosophy in Africa Today», in Donald I.Ray, Pete Shinnie e Denovan Williams, *The Proceedings of the Eleventh Annual Conference of the Canadian Association of African Studies*, Vol.II, Vancouver, Tantalus Research Limited, pp. 186-174.
- WIREDU, Kwasi. (1996). *Cultural Universals and Particulars. An African Perspective*, Bloomington and Indianapolis, Indiana University Press.

- WIREDU, Kwasi. (ed.). (2004). *A Companion to African Philosophy*, Malden/Oxford, Blackwell Publishing.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. (1995). *Tratado Lógico-Filosófico. Investigações Filosóficas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. (2012). *Da Certeza*, Lisboa, Edições 70.
- WRIGHT, Edgar. (ed.). (1978). *The Critical Evaluation of African Literature*, London, Heinemann.
- XAVIER, Lola Geraldes. (2012). «O ensino e o Estudo da África e dos Africanos: os Curricula», in Ana Paula Coutinho, Maria de Fátima Outerinho e José Domingues de Almeida (dir.), *África de Uns e Outros. Construções literárias das identidades africanas cinquenta após as descolonizações*, Bruxelles, Peter Lang.
- YANKAH, Kwesi. (2012). *The Proverb in the Context of Akan Rhetoric*, New York, Diasporic African Press.
- YVANCOS, José María Pozuelo e SÁNCHEZ, Rosa María Aradra. (2000). *Teoría del Canon y Literatura Española*, Madrid, Cátedra.
- ZAGZEBSKI, Linda. (2009). *On Epistemology*, Wadsworth, Cengage Learning.
- ZELEZA, Paul T. (ed.). (1997). *Manufacturing African Studies and crises*, Dakar, CODESRIA.
- ZELEZA, Paul T. (ed.). (2006). *The Study of Africa. Disciplinary and Interdisciplinary Encounters*, Dakar, CODESRIA.
- ZELEZA, Paul T. (ed.). (2007). *The Study of Africa. Global and Transnational Engagements*, Dakar, CODESRIA.
- ZUMTHOR, Paul. (2010). *Introdução à Poesia Oral*, Belo Horizonte, Editora UFMG.

## FONTES PRIMÁRIAS

### 1. Publicações Periódicas

*O Estandarte*, Luanda, (1938-1950).

*Farolim*, Luanda, (1932-1952).

*Angola*, Revista Mensal de Doutrina, Estudo e Propaganda Instrutiva, julho-agosto de 1936-nº6

*Angola*, Revista Mensal de Doutrina, Estudo e Propaganda Instrutiva, setembro-outubro de 1936-nº7

*O Angolense* nº 1, 29 de setembro de 1917

*O Angolense*, nº 2 de 6 de outubro de 1917,p.2

*O Benguela* nº54 de 23 de novembro de 1907

*Eco d'Africa*, nº5 de 1 de outubro de 1914

*Eco d'Africa*, nº11, 15 de fevereiro de 1915, p.2; nº6 de 1 de novembro,nº8 de de janeiro; nº9 de 15 de janeiro; nº 10 de 1 de fevereiro; °11 de 15 de fevereiro de 1915; nº12 de 1 de Março de 1915; nº14 de 3 de abril de 1915

*A Voz d'Africa*,nº21, de 1 de julho de 1913,p.1

*Voz de Angola* nº14 de 13 de abril de 1911

*A Voz d'Africa*, 1 de julho de 1930

*Revista de Angola*, nº137, 15 fevereiro de 1967; nº 138 de 28 de fevereiro 1967; nº139 de março de 1967; nº 140 de 31 de março 1967.

*Présence Africaine*, Le Ier Congrès International des Écrivains et Artistes Noirs, (Paris, Sorbonne – 19-22 Septembre 1956, Revue Culturelle du Monde Noir, , nº 8-9-10, Paris, juin-novembre 1956.

*Présence Africaine*, Deuxième Congrès International des Écrivains et Artistes Noirs, (Rome:26 mars – 1er avril 1959, Revue Culturelle du Monde Noir, nº 8-9-10, Paris, juin-novembre 1959.

*Présence Africaine*, L'Angola, Revue Culturelle du Monde Noir, nº 42 – 3º Trimestre, 1962.

*Présence Africaine*, Penser l'Afrique au XXe Siècle: Anthologie, nº 165/166, 2002.

## **2. Legislação**

### **Angola**

*Boletim Oficial de Angola* nº10 de 8 de março de 1913

*Boletim Oficial de Angola* nº 13 de 29 de março de 1913 (insere portaria que aprova os estatutos do Grémio Africano)

*Boletim Oficial*, nº10 de 1915, Portaria nº 295

*Boletim Oficial* nº 10 de 7 de março de 1914, Portaria nº295 de 5 de março de 1914,

*Boletim Oficial* nº10 de 8 de março de 1913, Portaria Provincial nº223, (aprova os estatutos da Liga Angolana),

*Boletim Oficial* nº 7 de 1922, Decreto nº99 (Dissolve a Liga Angolana, suspende o jornal *O Angolense* e manda instaurar inquérito).

### **Portugal**

Decreto de 19 de Janeiro de 1906, *Diário do Governo*, I série, 19 de janeiro de 1906, nº 15.

Decreto nº 5.827 de 31 de maio de 1919, *Diário do Governo*, I série, de 31 de maio, nº 105.

Decreto nº 12.539, de 25 de outubro de 1926, *Diário do Governo*, I série, 25 de outubro de 1926, nº 238.

Decreto nº14317, de 24 de setembro de 1927, *Diário do Governo*, I série, 24 de setembro de 1927, nº 234.

Decreto-Lei nº 35885, *Diário do Governo*, I série, de 30 de setembro de 1946.

Decreto nº 37112, de 22 de outubro de 1948.

Decreto nº 39807, de 7 de setembro de 1954.

Decreto nº 41341, de 30 de outubro de 1957.

Decreto nº 43957 de 9 de outubro de 1961, *Diário do Governo*, I série, 9 de outubro de 1961.

Decreto nº 43957 de 9 de outubro de 1961, *Diário do Governo*, I série, 9 de outubro de 1961.

Portaria nº 19521 de 24 de novembro de 1962, *Diário do Governo*, I série, nº 271.



Decreto-Lei nº 53/78 de 31 de Maio e do Decreto-Lei nº 75/84 de 27 de novembro.  
Diploma Legislativo nº 3235, de 21 de abril de 1962.  
Portaria nº 12196 e Portaria nº 12197 de 21 de abril de 1962.  
Decreto-Lei nº 44530, de 21 de agosto de 1962.  
Decreto-Lei nº 45180, de 5 de agosto de 1963.  
Decreto nº 53/78 de 31 de maio.

### **3. Códice da Liga Ultramarina e Liga Angolana (Arquivo Histórico Nacional de Angola)**

Acta da reunião da Direcção da Filial da Liga Ultramarina de 8 de setembro de 1911.

Acta da sessão da Direcção de 18 de janeiro de 1913.

Acta da sessão da Direcção de 25 de janeiro de 1913.

Acta da sessão da Direcção de 1 de fevereiro de 1913.

Acta da sessão da Direcção de 8 de fevereiro de 1913.

Acta da sessão da Direcção de 15 de fevereiro de 1913.

Acta da sessão da Direcção de 1 de março de 1913.

Acta da sessão da Direcção de 13 de março de 1913.

Acta da sessão da Direcção de 7 de abril de 1913.

Acta da sessão da Direcção de 20 de abril de 1913.

Acta da sessão da Direcção de 17 de maio de 1913.

Acta da sessão extraordinária da Assembleia Geral de 9 de maio de 1913.

Acta da sessão extraordinária da Assembleia Geral de 2 de junho de 1913.

Acta da sessão extraordinária da Assembleia Geral de 28 de junho de 1913.

Acta da sessão extraordinária da Assembleia Geral de 4 de julho de 1913.

Acta da sessão de 22 de julho de 1913.

Acta da sessão extraordinária da Assembleia Geral de 14 de agosto de 1913.

Acta da sessão de 9 de setembro de 1913.

Acta da sessão de 9 de dezembro de 1913.

1914 Acta da sessão extraordinária da Assembleia Geral de 4 de abril de 1914.

Acta da sessão extraordinária da Assembleia Geral de 14 de abril de Acta da sessão de 22 de agosto de 1914.

Acta da sessão de 25 de setembro de 1914.

Acta da sessão extraordinária da Direcção de 29 de julho de 1915.

Acta da sessão extraordinária da Direcção de 4 de novembro de 1915.

Acta da sessão extraordinária da Direcção de 4 de novembro de 1915.

Acta da sessão extraordinária da Direcção de 24 de abril de 1916.

Acta da sessão extraordinária da Direcção de 4 de maio de 1916.

Acta da 8ª sessão ordinária da Direcção de 5 de junho de 1916.

Acta da 10ª sessão da Direcção de 8 de junho de 1916.

Acta da sessão extraordinária da Direcção de 21 de junho de 1916.

Acta da 1ª sessão ordinária da Direcção de 10 de janeiro de 1917.

Acta da 9ª sessão ordinária da Direcção de 5 de junho de 1917.

Acta da 11ª sessão da Direcção de 16 de junho de 1917.

Acta da 11ª sessão ordinária da Direcção de 16 de junho de 1917.

Acta da 17ª sessão ordinária da Direcção de 5 de junho de 1918.

Acta da 12ª sessão da Direcção de 17 de setembro de 1916.

Acta da 13ª sessão da Direcção de 12 de outubro de 1916.

Acta da 13ª sessão da Direcção de 17 de outubro de 1916.

Acta da 14ª sessão da Direcção de 17 de dezembro de 1916.

#### **4. Autos dos processos de averiguações sobre a Revolta De Catete de 1922**

**(Arquivo Histórico de Angola: Caixa 1084; Caixa 2896)**

Autos de investigação administrativa-Arguido *António de Assis Júnior*

Autos de averiguações ordenados pelo Decreto nº 99 de 21 de fevereiro de 1922  
respeitantes aos acontecimentos de Catete.

